

A ansiedade da imprensa reside mais em conquistar a atenção do público e vendê-la aos anunciantes do que servir com informação privilegiada e relevante aos indivíduos. Para se assegurar de que este esforço de conquistar audiência não seja frustrado, a imprensa serve à comunidade uma dieta diária de informação que vai ao encontro do leque dos desejos, expectativas e estereótipos já cultivados, privilegiando o noticiário local sobre o nacional, e o nacional sobre o internacional. A dieta é restrita. A cobertura é episódica, descontextualizada e simplória. Predomina a conveniência de horário, de custo, de esforço e de interesse imediato. Torna-se, assim, fácil a ação deletéria dos relações-públicas disfarçados de jornalistas desinteressados.

Não devemos, pois, confundir notícia com verdade, diz Walter Lippmann em *Opinião pública*. Cabe à verdade iluminar fatos escondidos, relacionando-os com outros, a fim de produzir uma imagem da realidade que permita às pessoas agirem. Ao jornalismo caberia simplesmente sinalizar os eventos.

(Do prefácio de JACQUES A. WAINBERG)

www.vozes.com.br

 EDITORA
VOZES

ISBN 978-85-326-3748-2



ALTER LIPPMANN

(Opinião Pública)

clássicos da comunicação social

101.153.4 L766p =690

Lippmann, Walter, 1889-1974

Opinião pública /



Desde o século XIX, as vozes das correntes de pensamento sobre o papel da imprensa na sociedade de massa tornaram-se uma referência.

Nos Estados Unidos (1889-1974), a partir dos anos 1920, os comentários de Lippmann, que é um autor de um pensamento libertário simplificado, dirigido aos poucos países e pessimista, sobre a capacidade de decisão suficiente de um cidadão informado, da imprensa moderna, um instrumento de relações públicas. Na visão exclusiva. Acreditamos que os mentores intelectuais, como a formação, George Lippmann, que partilharam um poder da maior firmeza na necessidade de liderarem a sociedade, a desilusão já era socialista de Lippmann, menos em parte. Wallas, um líder do Socialista Fabian, também havia movimento.

Desde o século XIX, alguns dos porta-vozes das correntes e dos embates de idéias sobre o papel do indivíduo e do cidadão na sociedade de massas produziram obras de referência.

Nos Estados Unidos, Walter Lippmann (1889-1974) incorporou-se a este debate a partir dos anos de 1920. Ecoa nas análises dos comentaristas de sua obra a acusação de que é um autor instável – começa como libertário simpático ao socialismo, migrando aos poucos para o ponto de vista conservador e pessimista – em face de sua descrença na capacidade de a democracia constituir um cidadão suficientemente ilustrado e informado, capaz de exercer, na sociedade moderna, um papel ativo nos assuntos públicos. Na verdade, este traço não lhe é exclusivo. Acompanha-lhe o passo um de seus mentores intelectuais em seu período de formação, George Santayana. Ambos partilharam um profundo ceticismo sobre o poder da maioria na democracia e uma fé firme na necessidade das elites educadas liderarem a sociedade. Na verdade, tal desilusão já estava presente no período socialista de Lippmann. Isso se deve, pelo menos em parte, à influência de Graham Wallas, um líder decepcionado do Movimento Socialista Fabiano, inglês, e H.G. Wells, que também havia se envolvido com este movimento.

Opinião pública

Coleção Clássicos da Comunicação Social
Coordenador: Prof.-Dr. Antonio Hohlfeldt

– *Opinião pública*
Walter Lippmann



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Lippmann, Walter, 1889-1974.

Opinião pública / Walter Lippmann ; tradução
e prefácio de Jacques A. Wainberg. – Petrópolis,
RJ : Vozes, 2008. – (Coleção Clássicos da Comunicação Social)

Título original: Public opinion.

ISBN 978-85-326-3748-2

1. Estados Unidos – Política e governo
2. Opinião pública 3. Opinião pública – Estados
Unidos 4. Psicologia social 5. Psicologia
social – Estados Unidos I. Wainberg, Jacques A.
II. Título. III. Série.

08-08401

CDD-303.38

Índices para catálogo sistemático:

Walter Lippmann

OPINIÃO PÚBLICA

Tradução e prefácio de Jacques A. Wainberg

 EDITORA
VOZES

© 1922, Walter Lippmann

Título original inglês: *Public opinion*

Direitos de publicação em língua portuguesa:

2008, Editora Vozes Ltda.

Rua Frei Luís, 100

25689-900 Petrópolis, RJ

Internet: <http://www.vozes.com.br>

Brasil

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão escrita da Editora.

Para Faye Lippmann, Wading River e Long Island.

975912

Universidade de Brasília	
Esp. 50x21	
20.11.09	40,22
101957 46	

Diretor editorial
Frei Antônio Moser

Editores
Ana Paula Santos Matos
José Maria da Silva
Lídio Peretti
Marilac Loraine Oleniki

Secretário executivo
João Batista Kreuch

301.153.4

L 766 p

=690

2.2

Editoração: Fernando Sergio Olivetti da Rocha

Projeto gráfico: AG.SR Desenv. Gráfico

Capa: WM Design

ISBN 978-85-326-3748-2

– Vede! Homens vivendo numa espécie de caverna subterrânea cuja entrada abre-se à luz que cobre o lugar em toda a extensão; têm estado aqui desde a infância, e têm suas pernas e pescoços algemados de modo que não podem mover-se, podendo ver somente o que lhes está à frente; pois as correntes foram colocadas de tal forma a impedir que virassem suas cabeças. Numa distância acima e atrás deles a luz do fogo está brilhando, e entre o fogo e os cativos há um caminho escarpado; e você verá, se observar, um pequeno muro construído ao longo do caminho, como a cortina que encobre os manejadores de marionetes, atrás dos quais mostram os bonecos.

– Percebo, ele diz.

– E você vê, eu disse, homens que aparecem sobre o muro, passando ao longo do muro carregando vasilhas; também figuras de homens e animais feitos de madeira e pedra e vários materiais; e alguns dos prisioneiros, como você pode supor, estão conversando, e alguns estão em silêncio?

– Esta é uma imagem estranha, diz ele, e eles são prisioneiros estranhos.

– Como nós mesmos, respondi; e eles vêem somente suas próprias sombras, ou as sombras de seus companheiros, que o fogo projeta na parede oposta da caverna?

– É verdade, ele disse: como poderiam ver qualquer coisa que não fossem as sombras se nunca puderam mover suas cabeças?

– E os objetos que estão sendo carregados de forma que podem ver somente as sombras?

– Sim, ele disse.

– E se pudessem conversar uns com os outros, não suporiam que estavam nomeando algo que estivesse realmente a suas frentes?

A república de Platão, Livro Sete

Sumário

Apresentação (Prof.-Dr. Antonio Hohlfeldt), 9

Prefácio (Jacques A. Wainberg), 11

Parte I. Introdução, 19

1. O mundo exterior e as imagens em nossas mentes, 21

Parte II. Abordagens ao mundo exterior, 43

2. Censura e privacidade, 45

3. Contato e oportunidade, 54

4. Tempo e atenção, 63

5. Velocidade, palavras e clareza, 69

Parte III. Estereótipos, 81

6. Estereótipos, 83

7. Os estereótipos como defesa, 96

8. Os pontos fracos e seus valores, 103

9. Os códigos e seus inimigos, 112

10. A descoberta dos estereótipos, 124

Parte IV. Interesses, 147

11. O recrutamento do interesse, 149

12. O interesse próprio reconsiderado, 158

Parte V. A criação do interesse comum, 175

13. A transferência do interesse, 177

14. Sim ou não, 197

15. Os líderes e os liderados, 208

Parte VI. A imagem da democracia, 221

16. O homem egocêntrico, 223

17. A comunidade autocontida, 231

18. O papel da força, patronagem e privilégio, 241

19. A velha imagem numa nova forma: o socialismo corporativo, 254

20. Uma nova imagem, 267

Parte VII. Jornais, 271

21. O público consumidor, 273

22. O leitor habitual, 281

23. A natureza das notícias, 289

24. Notícias, verdade e uma conclusão, 304

Parte VIII. Inteligência organizada, 311

25. A cunha introduzida, 313

26. Trabalho de inteligência, 320

27. O apelo ao público, 334

28. O apelo à razão, 344

APRESENTAÇÃO

A Editora Vozes tem tradição, pelo menos desde a década de 1960, em editar livros sobre Comunicação Social, aí compreendido o Jornalismo. Mais recentemente, criou coleções específicas para discutir tais temas.

Os volumes que o leitor começa a ter em mãos, integrados nesta coleção, formam uma série muito particular. São, todos eles, livros traduzidos. Visam preencher uma lacuna fundamental: ou se trata de obras clássicas de um passado ainda recente, mas já distanciado, trabalhos pioneiros que ajudaram a delimitar campos de estudo ou mesmo os desenvolveram; ou são obras recentes, mas que, por sua importância, logo receberam o reconhecimento e a valorização dos pesquisadores em todo o mundo.

É evidente que uma obra no original é sempre o ideal. Mas, no Brasil, nossos estudantes e muitos de nossos pesquisadores ainda apresentam dificuldades ou em lidar com um idioma estrangeiro, ou em ter acesso à bibliografia do exterior. Neste sentido, a Vozes criou esta coleção. Ela está dedicada a traduzir obras de referência no campo do Jornalismo, especialmente, ou da Comunicação Social, em geral, quando apropriados pelos estudos de Jornalismo.

A coleção se inicia com um texto pioneiro. *Opinião pública* foi escrito em 1922. Seu autor, Walter Lippmann, era um jornalista. Ao longo de anos, escreveu para jornais, apresentou programas de televisão, fez, enfim, de sua profissão, seu dia a dia.

Opinião pública se tornou rapidamente um clássico. Muitas vezes, o leitor vai se surpreender ao ler o autor: temas por ele abordados pioneiramente, há quase um século, quando o fenômeno da opinião pública emergia numa sociedade democrática e onde os meios de comunicação

denominações, vinculados a outros temas, mas que foram, pela primeira vez, detectados por Lippmann. É o caso, por exemplo, do conceito de *estereótipo*. Ou a discussão em torno do que é um bom jornal e como se estabelecem as relações entre o jornal e seu leitor/assinante.

Por incrível que pareça, ainda não tínhamos, no Brasil, uma tradução desta obra, o que agora se concretiza. O trabalho de Jacques Wainberg, contudo, mais que ser uma *tradução* da obra, preocupou-se também em contextualizar o texto e, indo além de notas do tradutor, auxiliar o leitor contemporâneo nas possíveis intenções do autor, ainda em meados do século XX.

Boa leitura. A Vozes sente-se honrada em prestar mais este serviço aos estudiosos do Jornalismo e ao público brasileiro em geral.

Prof.-Dr. Antonio Hohlfeldt
Coordenador da coleção

PPG em Comunicação Social da PUCRS e presidente da Intercom

PREFÁCIO

Medo e desconfiança às massas e às pulsões humanas irracionais, descrença na democracia e fé pública depositada em figuras carismáticas são algumas das manifestações que autores variados passaram a fazer sobre a organização social e política a partir do fim do século XIX face às transformações produzidas no mundo com a urbanização, a industrialização, a massificação, e a conflitos de natureza variada que culminariam por fim com as grandes guerras mundiais. O descalabro econômico dos anos 30 poria a pique ainda em muitos quadrantes a fé no liberalismo e no capitalismo, abrindo a guarda para o sonho socialista e a emergência de regimes totalitários.

Este embate teórico não cessaria desde então, assumindo uma dimensão de crise profunda graças às divisões geradas na opinião pública entre pacifistas, isolacionistas, internacionalistas, imperialistas, comunistas, democratas, utópicos anarquistas, niilistas, socialistas, existencialistas, nazistas e fascistas entre outras correntes que hoje incluem também neocomunistas, neoliberais, orientalistas e ocidentalistas, fundamentalistas e teólogos libertários.

Desde o século XIX, alguns dos porta-vozes destas correntes envolvidos nestes embates de idéias sobre o papel do indivíduo e do cidadão na sociedade de massas produziram obras de referência. Destacam-se, por exemplo, Gustave Le Bon (1841-1931) com *Psicologia das multidões* (1895), que por sua vez influenciaria *Psicologia de grupo* e *Análise do ego* (1921) de S. Freud (1856-1939). Outros exemplos ainda são Ortega y Gasset (1883-1955), com *Rebelião das massas* (1930); Elias Canetti (1905-1994), com *Massa e poder* (1960) e Jacques Ellul (1912-

Nos Estados Unidos, Walter Lippmann (1889-1974) incorporou-se a este debate a partir dos anos 20. Ecoa nas análises dos comentaristas de sua obra a acusação de que é um autor instável – começa como libertário simpático ao socialismo, migrando aos poucos, a ponto de ser visto como conservador – e pessimista em face de sua descrença na capacidade da democracia constituir um cidadão suficientemente ilustrado e informado, capaz de exercer, na sociedade moderna, um papel ativo nos assuntos públicos. Na verdade, este traço não lhe é exclusivo. Acompanha-lhe o passo um de seus mentores intelectuais em seu período de formação, George Santayana. Ambos partilharam um profundo ceticismo sobre o poder da maioria na democracia e uma fé firme na necessidade das elites educadas liderarem a sociedade. Na verdade, tal desilusão já estava presente no período socialista de Lippmann. Isso se deve pelo menos em parte à influência de Graham Wallas, um líder decepcionado do movimento socialista fabiano inglês, e H.G. Wells, que também havia se envolvido com este movimento.

À semelhança de outros pensadores do período, como é o caso do economista e historiador canadense Harold Innis, há nas palavras de Lippmann certa nostalgia pelo ambiente intimista dos vilarejos autônomos, a comunidade autocontida, no qual um indivíduo podia exercer plenamente sua função política. Na era das multidões e das grandes metrópoles esta habilidade havia desaparecido para sempre. A esperança cultivada por seu contemporâneo e interlocutor, John Dewey, no papel que a imprensa do século XX passou a desempenhar no estabelecimento e consolidação da democracia era, aos olhos de Lippmann, não só um equívoco teórico como uma alucinação prática. Como Platão em *A república*, ele prega em *Opinião pública*, e depois outra vez em *The Phantom Public* (O público fantasma), e em sua coluna *Today and Tomorrow* publicada em mais de 250 jornais do país a partir de 1931, a “meritocracia”, a tecnocracia, ou ainda a timocracia, o governo dos homens de mérito, como exposto por Santayana.

A seu ver, a burocratização, a impessoalidade das relações sociais na nova sociedade industrial e a complexidade dos problemas impedia

político e social como propunha a teoria democrática. Predominava agora a influência de grupos poderosos na administração da opinião pública. Neste novo ambiente o que estava em jogo era o “pseudo-ambiente”, ou seja, as imagens criadas indiretamente pela ação da mídia e do noticiário em nossos mapas mentais. São estas imagens estereotipadas da realidade que controlam os afetos e os rancores, e que determinam o humor do público. E elas resultam menos da capacidade cognitiva do indivíduo e mais da manipulação e administração do consenso social pelas partes interessadas.

Tal descrença sobre a ação da imprensa se expressou bem cedo, quando, aos 30 anos de idade, ele inauguraria a contemporânea tradição de crítica da mídia com seu amplo estudo da cobertura do *New York Times* sobre a revolução comunista de outubro de 1917. Juntamente com Charles Merz publicaria, em agosto de 1920, *A Test of the News*. As 42 páginas do estudo foram publicadas como suplemento da revista *New Republic*, publicação liberal que ele ajudara a fundar em 1913, e que refletia à época o espírito reformista americano. *A Test of the News* mostrava empiricamente que a cobertura do prestigiado jornal não estava baseada em fatos, e que era determinada pelas esperanças dos homens que constituíam aquela organização noticiosa. O jornal citou eventos que não ocorreram e atrocidades que não aconteceram. O estudo mostrou que o *New York Times* anunciou em suas reportagens pelo menos noventa e uma vezes que o regime bolchevique estava prestes a sucumbir num colapso, o que não aconteceu como se sabe até 1991. “As notícias sobre a Rússia eram um caso de ver não o que ocorria, mas o que os homens gostariam de ter visto”, disseram os autores.

Derivaria deste tipo de análise sua afirmativa teórica de que as pessoas são incapazes de monitorar o mundo distante e por isso caem vítimas fáceis deste tipo de provedores de pistas, de seus estereótipos e preconceitos. Diria de forma pioneira que os jornalistas têm a tendência de generalizar sobre outras pessoas baseando-se para isso em idéias fixas. Destaca o papel que as “imagens em nossas cabeças” têm na formulação deste tipo de crenças preconcebidas. Os seres humanos condensam idéias em símbolos, e a seu ver o jornalismo é um meio ineficaz de educar o público. Ven-

Por decorrência,⁴ conclui-se que os mapas mentais que resultam da exposição dos indivíduos à mídia moderna jamais serão capazes de refletir a verdade. Sua denúncia tem um sabor crítico e desesperançado, ao estilo dos autores marxistas reunidos no Instituto de Frankfurt a partir de 1923. Assinala que as distorções de percepção pelas pessoas de mundos distantes e inacessíveis à experiência direta se devem à censura, às limitações ao contato social, à insuficiência no tempo destinado pelos indivíduos a estudar os assuntos públicos, à necessidade dos comunicadores de expressarem eventos complexos em passagens curtas, diretas e compreensíveis a uma larga e difusa audiência, além dos já referidos e inevitáveis preconceitos que todos nós temos e dos estereótipos que todos nós cultivamos.

Opinião pública neste sentido é uma ilusão, pois fica claro que se torna impossível às pessoas chegarem a um sentido comum das ocorrências e dos fatos e a um propósito unificado. Por isso mesmo, é preferível falar menos em democracia como um regime do povo e mais como um regime para o povo. Predomina neste regime a luta simbólica dos atores pelo controle do imaginário social. Por isso mesmo, neste entendimento, a opinião pública não emerge das pessoas naturalmente. É um processo de animação social através do qual estes personagens interessados no controle social se envolvem.

Esta formulação sobre o papel da mídia na formulação da opinião pública está mais próxima do moderno conceito de propaganda do que propunha a clássica teoria democrática. Diz o argumento de Lippmann que naturalmente as pessoas são egoístas, interessadas em seus propósitos particulares, não raro mesquinhos, e a imprensa simplesmente vai ao encontro desta necessidade do auto-interesse. Além disso, como comprovam as pesquisas contemporâneas sobre hábitos de leitura, as pessoas têm enorme dificuldade de se informar de forma competente, marginalizando conteúdos decisivos à consolidação de uma cidadania consciente.

Dito de outra forma, a ansiedade da imprensa reside mais em conquistar a atenção do público e vendê-la aos anunciantes do que servir com informação privilegiada e relevante aos indivíduos. Para se assegurar que este esforço de conquistar audiência não seja fútil, a imprensa

prensa serve à comunidade uma dieta diária de informação que vai ao encontro do leque dos desejos, expectativas e estereótipos já cultivados, privilegiando o noticiário local sobre o nacional, e o nacional sobre o internacional. A dieta é restrita. A cobertura é episódica, sem contexto e simplória. Predomina a conveniência de horário, de custo, de esforço e de interesse imediato. Torna-se assim fácil a ação deletéria das relações públicas disfarçados de jornalistas desinteressados.

Não devemos, pois, confundir notícia com verdade, diz ele em *Opinião pública*. Cabe a verdade iluminar fatos escondidos, relacionando-os com outros a fim de produzir uma imagem da realidade que permita às pessoas agirem. Ao jornalismo caberia simplesmente sinalizar os eventos.

Onde está a esperança então? Qual a solução para a difícil missão de tocar em frente os assuntos públicos com eficiência e competência? Serviço de inteligência capaz de apoiar os diversos setores da administração pública é o que propõe Lippmann. O executivo deveria formar equipes multidisciplinares constituídas de cientistas sociais capazes de fornecer informação relevante aos tomadores de decisão. Poucos homens de ação, analistas e líderes políticos deveriam constituir o centro do poder deste regime para o povo. O que está em jogo não é mais o autogoverno ideal do povo pelo povo. O que importa agora é obter resultados, assegurando um grau máximo de eficiência a um governo que se dedica a gerenciar sistemas complexos.

Ou seja, a ação política deveria ser deixada a critério dos poucos bem-informados homens de ação. O papel do público seria votar de tempos em tempos, e a períodos regulares, para escolher aqueles que deveriam estar dentro e fora deste círculo do poder. O público é visto como um fantasma, pois a pessoa comum não consegue ter opinião de qualidade sobre assuntos públicos que a torne habilitada rotineiramente a exercer este papel. Não há método algum, nem a ciência nem a imprensa, capaz de fornecer aos seres humanos um guia independente para conduzir os assuntos humanos.

Como afirmado, este ceticismo em relação à capacidade das massas em discernir com clareza a complexidade dos assuntos públicos não foi exclusividade deste influente pensador. Foi de fato a marca de um largo

tempo e a expressão de uma escola de pensamento temerosa em especial da irracionalidade humana. Além de suas facetas de jornalista, crítico da mídia, colunista, ensaísta e filósofo político, é necessário destacar ainda o papel de Walter Lippmann como assessor político de inúmeros presidentes americanos, especialmente em temas relativos à política internacional. A Primeira Guerra Mundial é o cenário no qual atua junto a Woodrow Wilson, a quem ajuda a formular o plano dos Catorze Pontos para a pacificação do mundo. Os eventos do período lhe servem também para refletir sobre o fenômeno da estereotipia mental, tema central de *Opinião pública*. E certamente esta é a maior e a mais importante contribuição teórica do livro, tornando-o referência constante e permanente dos estudos da comunicação humana.

Como homem de ação, que atuou ainda nos esforços de propaganda e persuasão do Comitê de Informação Pública instalado pelos americanos na Primeira Guerra e dirigido por George Creel, e como intelectual integrado ao núcleo do poder, romperia com W. Wilson ao fim do conflito por sua discordância sobre o polêmico tema da autodeterminação dos povos que, dizia ele, precipitaria o caos na Europa Central. A ascensão de governos totalitários nos anos 30 o levaria por fim a desenvolver sua concepção de uma aliança ocidental baseada na solidariedade anglo-americana. Tal previsão sobre conflitos nacionalistas e sua idealização de um projeto de segurança coletiva seriam confirmados na Segunda Guerra Mundial. Criou com o conselheiro presidencial Bernard Baruch o conceito de Guerra-Fria para descrever a disputa emergente entre americanos e soviéticos após a Segunda Guerra e afirmou o ponto de vista, impopular ao paladar dos estrategistas de seu país no período, que cabia aos Estados Unidos a necessidade de respeitar a área de influência geopolítica da ex-União Soviética.

A manufatura do consenso foi testemunhada de perto por Lippmann. Mas a responsabilidade por esta ação de engenharia social não deveria cair exclusivamente nas costas do governo. Segundo sua visão, a imprensa partilhava deste ônus ao promover a histeria nacionalista, o patriotismo e a autocensura. O carreirismo dos jornalistas preocupados

em suas coberturas, provocou a ira deste autor. Tais práticas corroíam a liberdade de opinião tornando-os agentes da intolerância, que subvertia o sistema americano de autogoverno. O vigor desta crítica conservadora acabaria nas mãos de autores contemporâneos como Noam Chomsky, posicionado no outro extremo do espectro ideológico do país, que se apoderou deste conceito para titular um de seus mais conhecidos livros e no qual expõe sua teoria de jornalismo como propaganda.

Jacques A. Wainberg

“ Parte I
Introdução ”

.....
O mundo exterior e as imagens em
nossas mentes
.....

1

Há uma ilha no oceano onde em 1914 alguns ingleses, franceses e alemães viveram. Nenhum cabo telegráfico alcança a ilha, e o barco a vapor inglês dos correios vem somente uma vez a cada sessenta dias. Em setembro ele ainda não havia chegado, e os habitantes da ilha ainda estavam falando sobre o último jornal, que noticiava sobre o iminente julgamento de Madame Caillaux por seus disparos contra Gaston Calmette. Foi, portanto, com ansiedade maior do que a usual que a colônia inteira se reuniu na doca em um dia, em meados de setembro, para ouvir do capitão o resultado do veredicto. Eles souberam que há mais de seis semanas aqueles que dentre eles eram ingleses e os que eram franceses estiveram lutando em defesa da santidade dos tratados contra aqueles que dentre eles eram alemães. Por seis estranhas semanas eles haviam agido como amigos, quando de fato eram inimigos.

Mas tal condição não era tão diferente da condição da maioria da população da Europa. Eles estiveram errados por seis semanas, no continente o intervalo pode ter sido somente de seis dias ou seis horas. Houve um intervalo. Houve um momento quando a imagem da Europa, que as pessoas consideravam para conduzir normalmente seus negócios, não correspondia em nada à Europa que estava prestes a tornar suas vidas uma confusão. Houve um tempo no qual um indivíduo ainda estava ajustado a um ambiente que não mais existia. Até 25 de julho, ao redor do mundo, pessoas estavam produzindo bens que não poderiam ser entregues, adquirindo bens que não poderiam importar, carreiras estavam

lentados, tudo na crença de que o mundo como conheciam era o mundo que de fato existia. Pessoas estavam escrevendo livros descrevendo aquele mundo. Elas acreditavam na imagem em suas cabeças. Então, mais de quatro anos depois, na manhã de uma quinta-feira, chegou a notícia de um armistício, e as pessoas deram vazão ao seu indizível alívio pelo fim da mancha. Nos cinco dias anteriores ao armistício real, no entanto, embora o fim da guerra tenha sido celebrado, vários milhares de homens morreram nos campos de batalha.

Olhando para trás podemos ver o quão indiretamente conhecemos o ambiente no qual, todavia, vivemos. Podemos observar que as notícias sobre ele nos chegam ora rapidamente, ora lentamente; mas o que acreditamos ser uma imagem verdadeira, nós a tratamos como se ela fosse o próprio ambiente. Esta lição sobre as crenças resulta mais difícil recordar quando se trata daquelas nas quais baseamos nosso comportamento atual, quando se trata das pertencentes a outras pessoas ou épocas. Nós insistimos, devido a nossa percepção tardia, que o mundo que estas pessoas deveriam ter conhecido, e o mundo que elas de fato conheceram, eram muitas vezes duas coisas bastante contraditórias. Podemos também perceber que, enquanto elas governavam e lutavam, negociavam e reformavam o mundo como imaginavam devesse ser, elas produziam resultados, ou falhavam em produzi-los, no mundo como de fato o era. Elas foram à busca da Índia e encontraram a América. Elas diagnosticavam o mal e enforcavam mulheres idosas. Elas pensavam poder enriquecer somente vendendo e nunca comprando. Um califa, obedecendo ao que acreditava ser a vontade de Alá, queimou a biblioteca em Alexandria.

Ao escrever sobre o ano 389, Santo Ambrósio referiu o caso do prisioneiro na Caverna de Platão, que resolutamente nega-se a virar sua cabeça. “Discutir a natureza e a posição da terra não nos ajuda em nossa esperança da vida vindoura. É suficiente saber o que a Escritura afirma. ‘Ele [...] e suspende a Terra sobre o nada’ (Jó 26,7). Por que então discutir sobre se ele a levantou no ar ou sobre a água, e levantar a controvérsia sobre como pôde o fino ar sustentar a terra; ou por que, se por sobre as águas, a terra não cai até ao fundo?... Não por estar a terra no meio, como se suspensa num equilíbrio balanceado, mas sim porque a majes-

tade de Deus a restringe pela lei de sua vontade, que ela permaneça estável por sobre o instável e o vazio”¹.

Isso não nos ajuda em nossa fé da vida vindoura. É suficiente saber o que as Escrituras afirmam. Por que então discutir? Mas um século e meio depois de Santo Ambrósio, a opinião ainda era polêmica, desta vez devido ao problema dos antípodas. Um monge chamado Cosmas, famoso por seus feitos científicos, foi apontado para escrever uma “Topografia cristã”, ou “Uma opinião cristã a respeito do mundo”². É claro que ele sabia exatamente o que era esperado dele, pois baseou todas as suas conclusões nas Escrituras assim como ele as leu. Concluiu, então, que o mundo é um paralelogramo plano, duas vezes mais amplo de leste a oeste do que o comprimento de norte a sul. No centro está a terra cercada de oceano, que por sua vez é cercado por outra terra, onde os homens viviam antes do dilúvio. Esta outra terra era o porto de embarque de Noé. No norte há uma grande montanha cônica ao redor da qual revolvem o sol e a lua. Quando o sol está atrás da montanha é noite. O céu está colado aos limites da terra exterior. Ele consiste de quatro paredes altas que se encontram em um teto côncavo, de modo que a terra é o piso do universo. Há um oceano do outro lado do céu, constituindo as “águas que estão sobre o firmamento”. O espaço entre o oceano celestial e o teto derradeiro do universo pertence ao abençoado. O espaço entre a terra e o céu é habitado por anjos. Finalmente, desde que São Paulo afirmou que os homens são criados para viverem na “superfície da terra”, como poderiam eles viver no verso onde os antípodas deveriam estar? “Com tal passagem diante de seus olhos, um cristão, nos é narrado, não deveria nem mesmo mencionar os antípodas”³. Menos ainda deveria ele ir aos antípodas; e príncipe cristão algum deveria dar-lhe um navio para tentar; nem marinheiro crente algum deveria desejar tentar. Para Cosmas não havia nada minimamente absurdo em seu mapa. Somente ao lembrar de sua absoluta convicção de que este era o mapa do universo podemos começar a compreender como ele sentiria horror quanto a Magel-

1. HEXAEMERON, I. cap. 6. Apud TAYLOR, H.O. *The Mediæval Mind*. Vol. I, p. 73.

2. LECKY. *Rationalism in Europe*. Vol. I, p. 276-278.

3. Ibid.

lan ou Peary ou ao aviador que arriscava uma colisão com os anjos e a cúpula celestial por voar a sete milhas de altura. Da mesma forma podemos entender melhor as fúrias da guerra e da política ao lembrar que quase todos os integrantes de um grupo acreditam absolutamente em sua imagem da oposição, considerando-a como um fato, e não o que é, mas o que supõem ser o fato. E que, portanto, como Hamlet, esfaquearão Polonius escondidos atrás de uma cortina mofada, pensando ser ele o rei, e talvez como Hamlet acrescentar:

E tu, miserável, intrometido, louco; adeus.
Te confundi com outra pessoa
mais considerada; aceita teu destino.

2

Grandes homens, mesmo durante o período de suas vidas, são usualmente conhecidos pelo público somente através de uma personalidade fictícia. Eis a parcela de verdade no velho ditado de que nenhum homem é um herói para seu criado. Há nele somente uma parcela de verdade, posto que o criado, e o secretário particular, freqüentemente estão imersos na ficção. Personagens monárquicos são, evidentemente, personagens fabricados. Se eles acreditam em suas imagens públicas, ou se meramente permitem que o camareiro as gerenciem, há pelo menos dois seres distintos, o ser público e o régio, o privado e o humano. As biografias de grandes personalidades enquadram-se mais ou menos prontamente nas histórias destes dois seres. O biógrafo oficial reproduz a vida pública, e as memórias reveladoras o outro. O Charnwood Lincoln, por exemplo, é um nobre retrato, não de um ser humano de fato, mas de uma figura épica, repleta de significância, que opera no mesmo nível de realidade que Enéas ou São Jorge. O Oliver de Hamilton é uma abstração majestosa, a escultura de uma idéia, “um ensaio” como o Senhor Oliver a chama, “sobre a União americana”. É um monumento formal à criação estatal do federalismo, mas dificilmente pode ser considerada a biografia de uma pessoa. Às vezes as pessoas criam suas próprias fachadas quando pensam estar revelando a cena interior. Os diários de Repington e de Margot Asquith são uma espécie de auto-retrato no qual detalhes ínti-

mos são um indicador revelador de como os autores gostam de ver a si mesmos.

Mas o tipo de retrato mais interessante é aquele que surge espontaneamente na mente das pessoas. Quando Vitória assumiu o trono, diz o Senhor Strachey⁴:

No público lá fora havia uma grande onda de entusiasmo. Sentimentalismo e romance estavam na moda; e o espetáculo da pequena menina-rainha, inocente, modesta, de cabelos claros e bochechas rosadas, percorrendo sua capital, encheram os corações dos espectadores com arrebatamentos de lealdade afetuosa. O que, acima de tudo, comoveu a todos extraordinariamente foi o contraste entre a Rainha Vitória e seus tios. Os homens asquerosos, perversos e egoístas, cabeçudos e ridículos, com o perpétuo peso das dívidas, confusões e má reputação – eles desapareceram como as neves do inverno e por fim, coroada e radiante, chegou a primavera.

M. Jean de Pierrefeu⁵ viu o culto a heróis em primeira mão, já que fora oficial sob o comando de Joffre no momento de maior fama daquele soldado:

Por dois anos, o mundo inteiro rendeu homenagens quase divinas ao vencedor do Maine. O encarregado de suas bagagens literalmente dobrou-se ante o peso das caixas, dos pacotes e cartas que pessoas desconhecidas lhe mandaram como um frenético testemunho de sua admiração. Penso que excetuando o General Joffre, nenhum outro comandante na guerra foi capaz de ter uma idéia comparável do que é a glória. Eles lhe mandaram caixas de doces dos grandes confeitheiros do mundo, caixas de champanhe, finos vinhos de diversas vindimas, frutas, jogos, ornamentos e utensílios, roupas, materiais de fumo, tinteiros, pesa-papéis. Cada território enviou sua especialidade. O pintor mandou seu retrato, o escultor sua estatueta, a doce senhora um acolchoado ou meias, o pastor em sua tenda esculpiu um cachimbo para seu usufruto. Todos os manufatureiros do mundo que eram hostis à Alemanha enviaram seus produtos, Havana seus

4. STRACHEY, L. *Queen Victoria*, p. 72.

5. PIERREFEU, J. G. Q. G.: *trois ans au Grand Quartier General*, p. 94-95.

charutos, Portugal seu vinho do Porto. Sei de um cabeleireiro que não tinha nada melhor para fazer do que um retrato do general feito com o cabelo pertencente a pessoas que lhe eram queridas; um fabricante de canetas teve a mesma idéia, mas os detalhes eram milhares de pequenas frases em minúsculos caracteres que homenageavam o general. Quanto às cartas, ele as tinha em todos os alfabetos, de todos os países, escritas em todos os dialetos, cartas afetuosas, cheias de gratidão, amor e de adoração. Elas o chamavam de Salvador do Mundo, Pai deste País, Agente de Deus, Benfeitor da Humanidade, etc., etc. E não somente franceses, mas também americanos, argentinos, australianos, etc., etc. Milhares de criancinhas, sem o conhecimento de seus pais, pegaram o lápis e escreveram para contar sobre o seu amor por ele: a maioria delas o chamavam de Nosso Pai. E havia comoção em suas manifestações efusivas e sua adoração nestes sinais de alívio que escaparam de milhares de corações no momento da derrota do barbarismo. Para todas estas almas ingênuas, Joffre era como São Jorge derrotando o dragão. Certamente ele encarnou para a consciência da humanidade a vitória do bem sobre o mal, da luz sobre a escuridão.

Lunáticos, simplórios, os meio-loucos e os loucos completos dirigiram seus cérebros escurecidos para ele como se fosse para a própria razão. Li a carta de uma pessoa em Sydney, que implorou ao general para que o salvasse de seus inimigos; em outra, um neozelandês pede-lhe que envie alguns soldados à casa de um senhor que lhe devia dez libras e não o pagava.

Finalmente, algumas centenas de jovens meninas, superando a timidez de seu sexo, propunham envolvimento, e que suas famílias nada soubessem a respeito disto; enquanto outras somente queriam lhe servir.

Este Joffre surgiu da vitória obtida por ele, seus soldados e suas tropas, o desespero da guerra, das lástimas pessoais e da esperança quanto à vitória vindoura. Mas além do culto ao herói há o exorcismo de demônios. Através do mesmo mecanismo pelo qual heróis são encarnados, demônios são criados. Se tudo de bom emanava de Joffre, Foch, Wilson ou Roosevelt, todo o mal emanava do Kaiser Wilhelm, Lenin e Trotsky. Eles eram tão onipotentes para o mal quanto os heróis eram onipotentes para o bem. Para muitas mentes simples e assustadas não havia reverso

político, nenhum ataque, nenhuma obstrução, nenhuma morte misteriosa ou conflagração misteriosa em algum lugar do mundo cujas causas não fossem decorrência destas fontes pessoais da maldade.

3

Concentração mundial deste tipo em torno a uma personalidade simbólica é rara o suficiente para ser claramente notável, e todo autor tem uma fraqueza pelo exemplo impactante e irrefutável. A vivisseção da guerra revela tais exemplos, mas não os cria a partir do nada. Em uma vida pública mais normal, imagens simbólicas não governam menos os comportamentos, mas cada símbolo é muito menos inclusivo porque há muitos deles competindo. Não somente cada símbolo é carregado de menos sentimento, porque na melhor das hipóteses representa tão-somente parte de uma população, mas mesmo nesta parte há infinitamente menos supressão das diferenças pessoais. Os símbolos da opinião pública, em tempos de razoável segurança, estão sujeitos à crítica, comparação e debate. Eles vêm e vão, coalescem e são esquecidos, nunca organizando perfeitamente a emoção do grupo todo. Há, portanto, somente uma atividade humana em que populações inteiras efetivam a sagrada união. Ela se dá nas fases intermediárias de uma guerra quando o medo, o espírito de luta e o ódio garantiram completo domínio do espírito, tanto para derrotar qualquer outro instinto ou para alistá-lo, e antes que o cansaço seja sentido.

assim surgem os heróis e santos e os bandidos e demônios.

Em quase todos os outros momentos, e mesmo na guerra em seus momentos de impasse, uma gama suficientemente maior de sentimentos surge para estabelecer o conflito, escolha, hesitação e compromisso. O simbolismo da opinião pública geralmente implica, como veremos⁶, neste equilíbrio de interesses. Pense, por exemplo, no quão rapidamente, após o armistício, o precário e o bem-sucedido símbolo da União Aliada desapareceu, e em como ele foi seguido quase instantaneamente pela quebra da imagem simbólica que cada nação tinha das outras: a Grã-Bretanha, defensora da lei pública; a França, guardando a "Fronteira da

Liberdade”; a América, o “Cruzado”. E pense então sobre como em cada nação a imagem simbólica de si mesma esmaeceu, enquanto conflitos partidários e de classe, assim como ambições pessoais, começaram trazer à tona questões postergadas. E assim que as imagens simbólicas dos líderes saíam de foco, um por um, Wilson, Clemenceau, Lloyd George, cessaram de ser a encarnação da esperança humana, e tornaram-se somente os negociadores e administradores para um mundo desiludido.

Se lamentarmos isto como um dos suaves malefícios da paz ou aplaudirmos como um retorno à sanidade, obviamente isso está fora de questão aqui. Nossa primeira preocupação com ficções e símbolos consiste em esquecer seu valor para a ordem social existente, e pensar neles simplesmente como uma parte importante do maquinário da comunicação humana. Em qualquer sociedade que não esteja completamente voltada a si mesma e seus interesses e nem tão pequena que todos possam saber sobre tudo o que se passa, idéias dizem respeito a eventos que estão fora da vista e do alcance. A Senhora Sherwin de Gopher Prairie⁷ é ciente de que uma guerra está ocorrendo na França e tenta concebê-la. Ela nunca esteve na França, e certamente nunca esteve onde agora é o *front*. Imagens de soldados franceses e alemães ela havia visto, mas lhe é impossível imaginar três milhões de homens. Ninguém, de fato, pode imaginá-los, e os profissionais nem mesmo tentam. Eles pensam neles como, digamos, duzentas divisões. Mas a Senhora Sherwin não tem acesso aos mapas de batalha, de modo que se ela se puser a pensar sobre a guerra, se fixará em Joffre e no Kaiser como se estivessem envolvidos em um duelo pessoal. Talvez, se você pudesse ver o que ela percebe mentalmente, a imagem provavelmente seria similar à de uma gravura do século XVIII de um grande soldado. Ele está lá corajosamente calmo e num tamanho sobre-humano, com um exército sombrio de pequenas figuras passando pelo terreno ao fundo. Aparentemente, tais expectativas não esquecem nem mesmo os grandes homens. M. de Pierrefeu conta de uma visita de um fotógrafo a Joffre. O general estava em seu “escritório classe média, atrás de uma mesa de trabalho sem papéis, onde ele sentava para escre-

7. Ver LEWIS, S. *Main Street*.

ver sua assinatura. Subitamente percebeu-se que não havia mapas nas paredes. Mas como de acordo com o imaginário popular não era possível conceber um general sem mapas, alguns foram colocados em posição para a foto e logo depois removidos”⁸.

O único sentimento que alguém pode ter acerca de um evento que ele não vivenciou é o sentimento provocado por sua imagem mental daquele evento. É por isto que, até sabermos o que os outros pensam que sabem, não poderemos verdadeiramente entender seus atos. Vi uma jovem menina, criada em uma cidade mineradora da Pensilvânia, mergulhar subitamente da mais completa alegria em um paroxismo de luto quando uma rajada de vento quebrou a janela da cozinha. Por horas ela ficou inconsolável, e para mim isso era incompreensível. Mas quando foi capaz de falar, deixou transparecer que se uma janela se quebrava significava que um parente próximo havia morrido. Ela estava, portanto, em luto por seu pai, que a havia assustado fazendo-a fugir de casa. O pai estava, é óbvio, bastante vivo, como um telegrama rapidamente comprovou. Mas, até a chegada do telegrama, o vidro estilhaçado era uma autêntica mensagem para aquela garota. O que havia de autêntico somente uma prolongada investigação efetuada por um psiquiatra capacitado poderia demonstrar. Mas mesmo o observador mais casual poderia ver que aquela garota, enormemente abalada por seus problemas familiares, havia alucinado uma completa ficção a partir de um fato exterior, uma superstição lembrada, e um turbilhão de remorso, de medo e de amor por seu pai.

Anormalidade nestas situações é somente uma questão de grau. Quando um procurador-geral, assustado devido a explosão de uma bomba a sua porta, se convence através da leitura da literatura revolucionária de que uma revolução ocorrerá em 1º de maio de 1920, nós reconhecemos que praticamente o mesmo mecanismo está ocorrendo. A guerra, evidentemente, proporcionou muitos exemplos deste padrão: o fato casual, a imaginação criativa, o desejo de crer, e a partir destes três elementos, uma falsificação da realidade para a qual havia uma resposta muito mais violentamente instintiva. É claro o suficiente que sob determinadas

8. Op. cit., p. 99.

condições as pessoas respondem tão fortemente a ficções quanto a realidades, e que em muitos casos elas ajudam a criar as próprias ficções às quais elas respondem. Que atire a primeira pedra aquele que não acreditou no exército russo passando pela Inglaterra em agosto de 1914, não aceitou nenhuma história de atrocidades sem evidência direta, e nunca viu um golpe, um traidor, ou um espião onde não havia nenhum. Que atire a primeira pedra quem nunca passou adiante como verdade aquilo que ouviu alguém dizer, sendo que quem o disse não sabia mais do que ele.

Em todas estas instâncias devemos observar particularmente um fator comum. É a inserção entre os seres humanos e seu ambiente de um pseudo-ambiente. A este pseudo-ambiente é que seu comportamento é uma resposta. Mas porque é um comportamento, as conseqüências, se eles são fatos, operam não no pseudo-ambiente onde o comportamento é estimulado, mas no ambiente real onde as ações acontecem. Se o comportamento não é um ato prático, o que chamamos aproximadamente de pensamento e emoção pode demorar um longo tempo até que se observe uma quebra na textura do mundo da ficção. Mas quando o estímulo dos pseudofatos resulta em ações, em coisas ou em outras pessoas, as contradições logo se desenvolvem. Vem então a sensação de bater a cabeça de alguém contra um muro de pedra, de aprender pela experiência, e testemunhar a tragédia do assassinato, em *Uma bela teoria pela gangue dos fatos brutais* de Herbert Spencer, o desconforto de um desajuste. Pois certamente, no nível da vida social, o que é chamado de adaptação do ser humano ao seu ambiente se dá através do meio das ficções.

Por ficções não quero dizer mentiras. Quero dizer a representação do ambiente que em menor ou maior medida é feita pelo próprio ser humano. A variedade da ficção se estende desde a completa alucinação até o uso perfeitamente consciente do modelo esquemático de cientistas, ou sua decisão de que para seu problema particular a exatidão além de certo número de casas decimais não é importante. Um trabalho de ficção pode ter quase qualquer grau de fidelidade, e desde que o grau de fidelidade possa ser levado em conta, a ficção não é enganosa. De fato, a cultura humana é em grande medida a seleção, o rearranjo, o traçado de padrões, e a estilização daquilo que William James chamou de “as irradia-

ções ao acaso e o restabelecimento de nossas idéias”⁹. A alternativa ao uso de ficções é a exposição direta à ruína e ao fluxo da sensação. E isso não é uma alternativa real, muito embora seja refrescante enxergar de tempo em tempo com um olhar, perfeitamente inocente, (o fato de que) a inocência em si mesma não é sabedoria, mas a fonte e a correção da sabedoria. Pois o ambiente real é excessivamente grande, por demais complexo, e muito passageiro para se obter conhecimento direto. Não estamos equipados para tratar com tanta sutileza, tanta variedade, tantas modificações e combinações. E embora tenhamos que agir naquele ambiente, temos que reconstruí-lo num modelo mais simples antes de poder manejá-lo. Para atravessar o mundo as pessoas precisam ter mapas do mundo. Sua dificuldade persistente é apoderar-se de mapas nos quais suas próprias necessidades, ou a necessidade de outro, não tenham sido delineadas nas costas da Bohemia.

4

Então o analista da opinião pública precisa começar reconhecendo a relação triangular entre a cena da ação, a imagem humana daquela cena e a resposta humana àquela imagem atuando sobre a cena da ação. É como uma peça teatral sugerida aos atores com base em suas próprias experiências, em que a trama é transacionada na vida real dos atores, e não meramente com base nas partes da cena. A cinematografia enfatiza com frequência com grande habilidade este duplo drama do motivo interior e o comportamento exterior. Dois homens estão brigando ostensivamente sobre dinheiro, mas suas paixões são inexplicáveis. Então a cena desaparece e o que um ou outro dos dois homens percebe é reapresentado. Em torno da mesa estavam brigando por dinheiro. Na memória voltaram a suas juventudes, quando a moça tinha lhe “trocado” por outro homem. O drama exterior é explicado: o herói não é ganancioso, ele está enamorado.

Uma cena não muito diferente foi protagonizada no Senado dos Estados Unidos. No café da manhã de 29 de setembro de 1919 leram

9. JAMES. *Principles of Psychology*. Vol. II, p. 638.

um despacho noticioso do *Washington Post* sobre o desembarque de marines americanos na costa dálmata. O jornal afirmou:

Os fatos que já se sabe

Certamente, os seguintes e importantes fatos já são sabidos. As ordens ao Contra-almirante Andrews no comando das forças navais americanas no Adriático vieram do almirantado britânico via Conselho de Guerra e o Contra-almirante Knapps em Londres. Nem a aprovação nem a desaprovção do Departamento Naval Americano foram solicitadas.

Sem o conhecimento de Daniel

O Sr. Daniel foi admitidamente colocado numa peculiar posição quando telegramas nos chegaram afirmando que as forças sobre as quais presumivelmente deveria ter controle exclusivo estavam avançando, no que se tornou uma batalha naval sem seu conhecimento. Ficou claro que o almirantado britânico poderia desejar dar ordens ao Contra-almirante Andrews para agir em nome da Grã-Bretanha e seus aliados, já que a situação exigia sacrifícios de parte de alguma nação se se quisesse desafiar de alguma maneira os seguidores de D'Annunzio.

"Ficou a seguir claro que *sob o plano da liga das nações os estrangeiros ficariam em posição de comandar as forças navais americanas em emergências* com ou sem o consentimento do Departamento Naval Americano..." (marcações em itálico são minhas).

O primeiro senador a comentar é o Senhor Knox, da Pensilvânia. Com indignação ele exige investigação. Para o Senhor Brandegee, de Connecticut, que falou a seguir, a indignação já estimulou credulidade. Onde o Senhor Knox com indignação gostaria de saber se o relato é verdadeiro, o Senhor Brandegee, meio minuto mais tarde, gostaria de saber o que teria acontecido se marines tivessem sido mortos. O Senhor Knox, interessado na pergunta, esquece que tinha solicitado uma investigação, e responde: "Se marines americanos fossem mortos, haveria guerra". O humor do debate ainda é condicional. O debate continua. O Senhor

McComick, de Illinois, lembra ao Senado que a administração Wilson é propensa a aventurar-se em pequenas guerras não-autorizadas. Ele repete o gracejo de Theodore Roosevelt sobre "apostar na paz". Mais debate. O Senhor Brandegee observa que os marines atuaram "sob as ordens do Conselho Supremo instalado em algum lugar", mas ele não consegue lembrar quem representa os Estados Unidos naquele órgão. A Constituição dos Estados Unidos desconhece o Conselho Supremo. Portanto, o Senhor New, de Indiana, submete a resolução exigindo fatos.

Até o momento os senadores ainda reconhecem vagamente que estão discutindo um rumor. Sendo advogados ainda recordam algumas das formas de evidência. Mas sendo homens vigorosos já experimentaram toda a indignação que é apropriada ao fato de marines americanos terem sido ordenados à guerra por um governo estrangeiro e sem o consentimento do Congresso. Emocionalmente eles querem acreditar nisso, porque são republicanos lutando contra a Liga das Nações. O fato provoca o líder democrata, Senhor Hitchcock, de Nebraska. Ele defende o Conselho Supremo: estava agindo sob as diretivas dos poderes de guerra. A paz não foi ainda concluída porque os republicanos a estão postergando. Portanto, a ação foi necessária e legal. Ambos os lados consideram agora que o relatório é verdadeiro, e as conclusões que tiram são conclusões de suas militâncias partidárias. Esta extraordinária suposição é um debate sobre a resolução de investigar a verdade da suposição. Revela quão difícil é, mesmo para advogados experientes, suspender uma resposta até que as informações lhe cheguem. A resposta é instantânea. A ficção é tomada como verdadeira porque a ficção é um mal necessário.

Alguns dias depois um relatório oficial mostra que os marines não desembarcaram sob as ordens do governo britânico ou do Conselho Supremo. Eles não estavam combatendo os italianos. Eles desembarcaram a pedido do governo italiano para proteger os italianos, e o comandante americano foi oficialmente agradecido pelas autoridades italianas. Os marines não estavam em guerra com a Itália. Agiram de acordo com a prática internacional estabelecida que nada tinha a ver com a Liga das Nações.

A cena da ação era o Adriático. A imagem daquela cena na cabeça dos senadores em Washington foi fornecida, neste caso provavelmente com o

getariano; e não vejo por que não deveria me gratificar com a fantasia de que o quinto homem é crente do diabo... Se este tipo de variedade é ou não é valioso, este tipo de unidade é incerto. Esperar que todos os tipos de seres humanos pensem todo o tempo coisas distintas, e ainda assim fazendo as mesmas coisas, é especulação duvidosa. Não se funda a sociedade na comunhão, ou ainda na convenção, mas sim na coincidência. Quatro homens encontram-se sob o mesmo poste de luz; um para pintá-lo de verde-ervilha como parte de uma grande reforma municipal; um para ler sob sua luz seu breviário; um para abraçá-lo com ardor accidental devido ao seu entusiasmo alcoólico; e o último porque o poste verde-ervilha é lugar de encontro respeitável com sua namorada...”¹⁰

Os quatro homens no poste luminoso representam os governos, os partidos, as corporações, as sociedades, os ambientes sociais, os comércios e as profissões, universidades, seitas e nacionalidades do mundo. Pense no legislador votando um estatuto que afetaria povos distantes, um estadista chegando a uma decisão. Pense na Conferência da Paz reconstituindo as fronteiras da Europa, num embaixador num país estrangeiro tentando discernir as intenções de seu próprio governo e do governo estrangeiro, num empreendedor tentando uma concessão num país atrasado, num editor exigindo a guerra, num clérigo chamando a polícia para regular a diversão pública, numa agremiação tomando a decisão sobre uma greve, num círculo de costura preparando a regulamentação das escolas, nove juízes decidindo se a legislatura de Oregon pode definir as horas de trabalho das mulheres, num encontro do gabinete para decidir sobre o reconhecimento de um governo, numa convenção partidária escolhendo um candidato e escrevendo uma plataforma, vinte e sete milhões de eleitores votando, num irlandês em Cork pensando num irlandês em Belfast, na Terceira Internacional planejando reconstruir a sociedade humana inteira, no conselho de diretores confrontando uma série de demanda dos empregados, num menino escolhendo uma carreira, num mercador estimando a demanda e a oferta da próxima estação, num especulador prevendo as tendências do mercado, num banqueiro decidindo se

10. CHESTERTON, G.K. The Mad Hatter and the Sane Householder. *Vanity Fair*, jan./1921, p. 54.

cabe investir num novo empreendimento, no publicitário, no leitor de anúncios... Pense nos diferentes tipos de americanos pensando sobre noções como “O Império Britânico” ou “França” ou “México”. Não é muito diferente dos quatro homens do Senhor Chesterton no poste verde-ervilha.

6

E antes que nos envolvamos na floresta das obscuridades sobre as diferenças inatas dos homens, seria adequado fixar nossa atenção nas diferenças extraordinárias do que as pessoas sabem do mundo¹¹. Não tenho dúvidas de que existem diferenças biológicas importantes. Uma vez que o homem é um animal, seria estranho que assim não fosse. Mas como seres racionais seria pior que frívolo generalizar sobre comportamento comparativo até que haja uma forma similar de medida entre os ambientes aos quais o comportamento é uma resposta.

O valor pragmático desta idéia é de que ela introduz um necessário refinamento na antiga controvérsia sobre natureza e culturalismo, qualidade inata e ambientalismo. O pseudo-ambiente é um composto híbrido de “natureza humana” e “condições”. Para mim isso mostra a futilidade de pontificar sobre o que o homem é e sempre será considerando o que observamos o homem fazendo, ou sobre quais são as condições necessárias da sociedade. Pois não sabemos como os homens se comportarão em resposta aos fatos da grande sociedade. Tudo o que realmente sabemos é como eles se comportam em resposta ao que pode ser adequadamente denominado como a mais inadequada imagem da grande sociedade. Nenhuma conclusão sobre o homem ou a grande sociedade pode honestamente ser tirada com base em evidências deste tipo.

Esta, portanto, será a pista de nossa investigação. Teremos que presumir que o que cada homem faz está baseado não em conhecimento direto e determinado, mas em imagens feitas por ele mesmo ou transmitidas a ele. Se o seu atlas lhe diz que o mundo é plano ele não navegará próximo ao que imagina ser o limite de nosso planeta com medo de des-

11. Cf. WALLAS. *Our Social Heritage*, p. 77ss.

pencar. Se seu mapa inclui a fonte da eterna juventude, um Ponce de Leon irá buscá-la. Se alguém cavouca na poeira amarela que parece ouro, por um tempo agirá exatamente como se ouro tivesse encontrado. A forma como o mundo é imaginado determina num momento particular o que os homens farão. Não determinará o que alcançarão. Este fato determina seus esforços, seus sentimentos, suas esperanças, não suas realizações e resultados. Exatamente os homens que proclamam mais intensamente seu “materialismo” e seu desdém por “ideologias”, os comunistas marxistas, colocam sua inteira esperança em quê? Na formação pela propaganda de uma consciência grupal de classe. Mas o que é a propaganda, senão o esforço de alterar a imagem à qual os homens respondem, substituindo um padrão social por outro? O que é a consciência de classe senão uma forma de percepção do mundo? Um outro jeito de consciência nacional? O tipo de consciência do Professor Giddings, ou um processo de crença que reconhecemos entre o sem número de nossas crenças?

Tente explicar a vida social como a busca do prazer evitando-se a dor. Você logo estará dizendo que o hedonista evoca a questão, e mesmo supondo que o homem persiga estes fins, o problema crucial de por que pensar de certa forma ao invés de outra é capaz de produzir prazer, é intocável. A orientação da consciência humana explica? Como então acontece de ele ter a consciência particular que tem? A teoria econômica do interesse próprio? Mas como os homens acabam concebendo seus interesses de um jeito ao invés de outro? O desejo por segurança, ou prestígio, ou dominação, ou o que é vagamente denominado auto-realização?

Como os homens concebem sua segurança, o que eles consideram prestígio, como eles concebem os meios de dominação, ou o que é a noção de ego que eles desejam realizar? Prazer, dor, consciência, aquisição, proteção, progresso, destreza, são indiscutivelmente nomes para alguma das formas através das quais as pessoas agem. Mas nem a declaração de finalidade, ou qualquer descrição de tendências a buscar, pode explicar o comportamento resultante. O fato de que os homens teorizam é prova de que seus pseudo-ambientes, suas representações interiores do mundo, são um elemento determinante do pensamento, sentimento e ação. E se a conexão entre a realidade e a resposta humana fosse direta e imedia-

ta, em vez de ser indireta e inferida, indecisão e falha seriam desconhecidas, e (se cada um de nós se sentisse confortável no mundo como a criança no útero) o Senhor Bernard Shaw não seria capaz de dizer que, exceto pelos primeiros nove meses de sua existência, nenhum ser humano administra seus assuntos tão bem como uma planta.

A principal dificuldade em adaptar o esquema psicanalítico ao pensamento político surge nesta conexão. Os freudianos estão preocupados com a inadaptação de indivíduos distintos a outros indivíduos e a circunstâncias concretas. Eles presumiram que os transtornos internos poderiam ser consertados, que haveria pouca ou nenhuma confusão sobre esta que é uma relação normal óbvia. Mas a opinião pública diz respeito a fatos indiretos, invisíveis e embaraçosos, e nada há de óbvio neles. As situações às quais a opinião pública se refere são conhecidas somente como opiniões. O psicanalista, por outro lado, quase sempre pressupõe que o ambiente é conhecível, e se não conhecível então pelo menos suportável, a qualquer inteligência desanuviada. Esta pressuposição é o problema da opinião pública. Ao invés de considerar como um fato dado um ambiente que é facilmente conhecido, o analista social está mais preocupado em estudar como o ambiente político mais amplo é concebido, e como ele pode ser concebido com mais sucesso. O psicanalista examina o desajuste a um X, chamado por ele de ambiente, o analista social examina o X, chamado por ele de pseudo-ambiente.

Ele está, evidente, permanente e constantemente em débito à nova psicologia, não só porque quando corretamente aplicado ajuda as pessoas a se erguerem em suas próprias pernas, mas também porque o estudo dos sonhos, fantasia e racionalização jogou luz em como o pseudo-ambiente é colocado junto. Mas ele não pode pressupor como seu critério o que é chamado uma “carreira biológica normal”¹² dentro da ordem social existente, ou uma carreira “livre da supressão religiosa e convenções dogmáticas” fora¹³. O que para um sociólogo é uma carreira social normal? Ou alguém livre das dissimulações e convenções? Críticos conser-

12. KEMPF, E.J. *Psychopathology*, p. 116.

13. *Ibid.*, p. 151.

vadores pressupõem, certamente, o primeiro, e os românticos o segundo. Mas ao pressuporem a ambos eles consideram todo o mundo como um dado certo de realidade. Estão dizendo que efetivamente ou a sociedade é um tipo de coisa que corresponde a sua idéia do que é normal, ou o tipo de coisa que corresponde a sua idéia do que é livre. Ambas as idéias são meramente opiniões públicas, e enquanto o psicanalista e o médico podem talvez pressupor a ambos, o sociólogo pode não considerar os produtos existentes da opinião pública como critério para estudá-la.

7

O mundo que temos que considerar está politicamente fora de nosso alcance, fora de nossa visão e compreensão. Tem que ser explorado, relatado e imaginado. O homem não é um Deus aristotélico contemplando a existência numa olhadela. É uma criatura da evolução que pode abarcar somente uma porção suficiente da realidade que administra para sua sobrevivência, e agarra o que na escala do tempo são alguns momentos de discernimento e felicidade. E ainda assim esta mesma criatura inventou formas de ver o que nenhum olho nu poderia ver, de ouvir o que ouvido algum poderia ouvir, de considerar massas imensas assim como infinitesimais, de contar e separar mais itens que ele pode individualmente recordar. Está apreendendo a ver com sua mente vastas porções do mundo que ele não podia nunca ver, tocar, cheirar, ouvir ou recordar. Gradualmente ele cria para si próprio uma imagem credível em sua cabeça do mundo que está além de seu alcance.

Aqueles aspectos do mundo exterior que têm a ver com o comportamento de outros seres humanos, na medida em que o comportamento cruza com o nosso, que é dependente do nosso, ou que nos é interessante, podemos chamar rudemente de opinião pública. As imagens na cabeça destes seres humanos, a imagem de si próprios, dos outros, de suas necessidades, propósitos e relacionamento, são suas opiniões públicas. Aquelas imagens que são feitas por grupos de pessoas, ou por indivíduos agindo em nome dos grupos, é Opinião Pública com letras maiúsculas. E assim nos capítulos que seguem devemos inquirir sobre algumas das razões de por que as imagens internas tão freqüentemente enganam os ho-

mens em suas negociações com o mundo externo. Sob este título devemos considerar primeiro os principais fatores que limitam o acesso aos fatos. São eles as censuras artificiais, as limitações do contato social, a relativa falta de tempo disponível diariamente para prestar atenção nos assuntos públicos, a distorção emergente devido aos eventos que precisam ser comprimidos em mensagens muito breves, a dificuldade em fazer um pequeno vocabulário expressar um mundo complicado, e finalmente o temor de enfrentar aqueles fatos que parecem ameaçar a rotina estabelecida das vidas humanas.

A análise então parte destas limitações mais ou menos externas para a questão de como este “pinga-pinga” de mensagens do exterior é afetado pelas imagens arquivadas, os preconceitos e prejuízos que interpretam, preenchem e dirigem poderosamente o transcurso de nossa atenção e de nossa visão. Daí cabe seguir no exame de como nos indivíduos as limitadas mensagens do mundo exterior formam um padrão de estereótipos, são identificados com os interesses da pessoa à medida que ele as sente e as concebe. Nas seções que seguem se examina como as opiniões são cristalizadas no que é chamado de opinião pública, como a aspiração nacional, a mentalidade de grupo, o propósito social, ou como se quiser chamar isso, é constituído.

As primeiras cinco partes constituem a seção descritiva do livro. Segue uma análise da teoria democrática tradicional da opinião pública. A substância do argumento é que a democracia em sua forma original nunca enfrentou seriamente o problema que surge devido ao fato da imagem interna na cabeça das pessoas não corresponder automaticamente ao mundo exterior. E então, porque a teoria democrática está sendo criticada por pensadores sociais, segue um exame destas críticas mais avançadas e coerentes, como a realizada pela Associação dos Socialistas Ingleses. Meu propósito aqui é descobrir se estes pensadores reformistas levaram em consideração as principais dificuldades da opinião pública. Minha conclusão é de que eles ignoram as dificuldades, tão completamente como o fizeram os democratas originais, porque eles, também, supuseram, numa civilização muito mais complicada, que de alguma misteriosa maneira existe nos corações do homem um conhecimento do mundo que está fora de seu alcance.

Argumento que o governo representativo, seja no que é chamado usualmente política, ou na indústria, não pode funcionar adequadamente, seja qual for o processo de eleição, a menos que exista uma organização especializada independente que torne os fatos invisíveis inteligíveis àqueles que têm que tomar as decisões. Tento, portanto, argumentar que a séria aceitação do princípio da representação pessoal precisa ser suplementada pela representação dos fatos invisíveis, o que permitiria uma satisfatória descentralização, assim como escapar da ficção intolerável e inviável de que cada um de nós precisa adquirir uma opinião competente sobre assuntos públicos. Argumento que o problema da imprensa é confuso porque os críticos e os apologistas esperam que a imprensa realize esta ficção, que ela faça tudo aquilo que não está previsto na teoria democrática, e que os leitores esperam que este milagre seja realizado sem custo ou problema para eles. Os jornais são considerados pelos democratas uma panacéia para seus próprios defeitos, enquanto a análise da natureza das notícias e da base econômica do jornalismo parece mostrar que os jornais necessária e inevitavelmente refletem, e, portanto, em grande ou menor medida, intensificam a defeituosa organização da opinião pública. Minha conclusão é que, para serem adequadas, as opiniões públicas precisam ser organizadas para a imprensa e não pela imprensa, como é o caso hoje. Esta organização eu concebo como sendo em primeira instância a função da ciência política que ganhou seu próprio lugar como formuladora, previamente à real decisão, em vez de ser apolo-gista, crítica, ou reportando após a decisão ter sido tomada. Tento indicar que as perplexidades do governo e da indústria estão conspirando para dar à ciência política esta enorme oportunidade para enriquecer-se e servir ao público. E, naturalmente, espero que estas páginas ajudem algumas pessoas a dar-se conta daquela oportunidade mais intensamente, e, portanto, persegui-la mais conscientemente.

“ Parte II Abordagens ao mundo exterior ”

2 Censura e privacidade

1

A imagem de um general presidindo uma coletiva de imprensa na hora mais terrível de uma das grandes batalhas da história parece mais ser uma cena do filme *O soldado de chocolate* do que uma página da vida. No entanto, ficamos sabendo primeiramente pelo oficial que editou os comunicados franceses que estas coletivas foram parte regular do negócio da guerra; que, nos piores momentos de Verdun, o General Joffre e seu gabinete encontraram-se e discutiram sobre substantivos, adjetivos e verbos que deveriam ser impressos nos jornais da manhã seguinte.

O comunicado da noite do dia 23 (fevereiro de 1916), diz M. de Pierrefeu¹:

Foi editado numa atmosfera dramática. M. Berthelot, da sede do primeiro-ministro, tinha logo telefonado sob as ordens do ministro pedindo ao General Pellé carregar nas tintas do relatório e realçar as proporções do ataque inimigo. Era necessário preparar o público para o pior resultado no caso de o fato transformar-se numa catástrofe. Esta ansiedade mostrou claramente que nem no quartel-general do ministro da Guerra o governo tinha razões para ter confiança. Assim, quando M. Berthelot falou, o General Pellé anotou. Ele passou-me o papel no qual havia anotado os desejos do governo, junto com a ordem do dia baixada pelo General von Deimling e encontrada com alguns prisioneiros, no qual se afirmava que este ataque era a ofensiva suprema para assegurar a paz. Utilizado de forma eficiente, tudo isso demonstrava que a Alemanha estava realizando um esforço gigantesco, um esforço sem precedente, e daquele esforço esperava pelo fim da guerra. A lógica disso era que ninguém

1. G.Q.G..., p. 126-129.

precisaria ficar surpreso pela nossa retirada. Quando, meia hora após, desci com meu manuscrito, encontrei reunidos juntos na sala do Coronel Claude, estando ele ausente, o major-general, o General Janin, o Coronel Dupont e o Tenente-coronel Renouard. Temendo que eu não fosse bem-sucedido em dar a impressão desejada, o General Pellé preparou ele mesmo uma proposta de comunicado. Li o que recém havia feito. Consideraram que era muito moderado. O General Pellé, por outro lado, parecia muito alarmado. Omiti de propósito a ordem do dia de von Deimling. Para colocá-lo no comunicado teríamos que romper com a fórmula com a qual o público tinha se acostumado, seria transformá-la numa espécie de arrazoado. Iria parecer afirmando: "Como você supõe que possamos resistir?" Havia razões para temer que o público pudesse se distrair com esta mudança de tom, acreditando que tudo estava perdido. Expliquei minhas razões e sugeri dar o texto de Deimling aos jornais na forma de uma nota separada.

"Estando as opiniões divididas, o General Pellé pediu ao General de Castelnau que viesse para decidir finalmente. O general chegou sorrindo, quieto e bem-humorado, disse algumas palavras agradáveis sobre este novo tipo de conselho de guerra literário e olhou os textos. Escolheu o mais simples, deu mais ênfase à primeira frase, inseriu as palavras 'como havíamos antecipado', que dá uma qualidade de confirmação, e foi taxativamente contra inserir a ordem de von Deimling, mas aprovando-a para ser remetida como uma nota especial à imprensa..."

Naquela noite o General Joffre leu cuidadosamente o comunicado e o aprovou.

Dentro de poucas horas aquelas duzentas ou trezentas palavras seriam lidas em todo o mundo. Elas pintariam uma imagem na mente dos homens do que estava acontecendo nas encostas do Verdun, e com base naquela imagem as pessoas ficariam desesperadas. O lojista em Brest, o camponês em Lorraine, o deputado no Palácio Bourbon, o editor em Amsterdam ou Minneapolis tinham que manter a esperança, e ainda ficaram preparados para aceitar uma possível derrota sem que isso produzisse pânico. O que estava lhes sendo dito, portanto, era que perder terreno não é uma surpresa ao comando francês. Era-lhes dito para considerar o caso como

sério, mas não incomum. Agora, na verdade, o Comando Geral francês não estava plenamente preparado para a ofensiva alemã. As trincheiras de apoio não tinham sido escavadas, estradas alternativas não tinham sido construídas, faltava arame farpado. Para confessar isso as imagens produzidas na cabeça dos civis teriam tornado um revés num desastre. O Alto Comando poderia estar desapontado, mas ainda assim funcionando; as pessoas em casa e no estrangeiro, cheias de incertezas, e com nenhum objetivo profissional em comum, poderiam com base na estória completa ter perdido a visão da guerra na escaramuça entre uma facção e contrafacção sobre a competência dos oficiais. Portanto, ao invés de deixar o público agir com base em todos os fatos que os generais sabiam, as autoridades apresentaram somente alguns fatos, e estes somente de maneira que muito provavelmente os levasse a acalmar as pessoas.

Neste caso os homens que tinham montado o pseudo-ambiente sabiam qual era a realidade. Mas alguns dias depois um incidente sobre o qual o comando francês não sabia a verdade aconteceu. Os alemães anunciaram² que na tarde anterior eles tinham tomado o Forte Douaumont de assalto. No quartel-general francês em Chantilly ninguém podia entender estas notícias. Pois na manhã do dia 21, após o engajamento do Batalhão XX, se dizia que a batalha tinha se modificado para melhor. Os relatos do *front* não comentavam nada sobre Douaumont. Mas uma investigação mostrou que o informe alemão era verdadeiro, embora ninguém soubesse como o forte tinha sido tomado. Neste ínterim, o comunicado alemão tinha sido espalhado por todo o mundo, e os franceses tinham que dizer algo. Em decorrência, o quartel-general explicou: "No meio de um total desconhecimento em Chantilly de como o ataque ocorreu, imaginamos, no comunicado da noite do dia 26, um plano de ataque que certamente tinha uma em mil chances de ser verdadeiro". O comunicado sobre esta batalha imaginária dizia:

Uma dura batalha está ocorrendo em torno do Forte Douaumont, que é um posto avançado da antiga organização de defesa de Verdun. A posição conquistada esta manhã pelo ini-

2. Em 26 de fevereiro de 1916. PIERREFEU. G.Q.G..., p. 133ss.

migo, após inúmeros assaltos malsucedidos que lhe custaram pesadas perdas, foi alcançado novamente e ultrapassado por nossas tropas que o inimigo não conseguiu afastar³.

O que de fato tinha acontecido diferia tanto do relato francês como do alemão. Ao trocar as tropas na linha de frente, a posição tinha de alguma forma sido esquecida numa confusão de ordens. Somente o comandante de uma bateria e alguns homens tinham permanecido no forte. Alguns soldados alemães, vendo a porta aberta, rastejaram para dentro do forte, fazendo todos que estavam dentro dele prisioneiros. Pouco depois os franceses que estavam nas encostas da colina ficaram horrorizados ao serem alvejados desde o forte. Não houve batalha em Douaumont nem perdas. Nem as tropas francesas avançaram além dele como os comunicados pareciam indicar. Eles estavam além dele em ambos os lados, é verdade, mas o forte estava em mãos inimigas.

Do comunicado todos tinham a impressão de que o forte ainda estava meio cercado. As palavras não diziam isso, mas “a imprensa, como sempre, forçou a barra”. Os redatores militares concluíram que os alemães iriam em breve se render. Em poucos dias eles começaram a perguntar por que a fortificação, sem alimentos, não tinha ainda se rendido. “Foi necessário pedir-lhes através do comitê de imprensa que deixassem de tratar do tema do cerco”⁴.

2

O editor do comunicado francês nos diz que, à medida que a batalha avançava, seus colegas e ele puseram-se a neutralizar a pertinácia dos alemães através da insistência contínua em suas perdas terríveis. É necessário lembrar que neste tempo, e de fato até os últimos meses de 1917, a

3. Esta é a minha tradução. A tradução inglesa de Londres publicada no *New York Times* dominical de 27 de fevereiro diz o seguinte: “Londres, 26 de fevereiro [1916]. Uma luta furiosa está em andamento em torno do Forte de Douaumont, que é um posto avançado da antiga organização de defesa dos fortes de Verdun. A posição capturada esta manhã pelo inimigo após vários assaltos fracassados que lhe custaram perdas extremamente pesadas [O texto francês diz “pertres tres elevees”; portanto, a tradução inglesa exagera o texto original], foi alcançada outra vez e ultrapassada por nossas tropas, que todas as tentativas do inimigo não foram capazes de fazer retroceder”.

4. PIERREFEU. Op. cit., p. 134-135.

visão ortodoxa da guerra para todos os povos aliados era de que ela seria decidida por “atrito”. Ninguém acreditava numa guerra em movimento. Se insistia em afirmar que a estratégia não contava, nem a diplomacia. Era simplesmente uma questão de matar alemães. O público em geral mais ou menos acreditava neste dogma, mas tinha que ser constantemente lembrado disso em face dos sucessos espetaculares dos alemães.

Quase não passava dia sem um comunicado... apontando aos alemães aparentemente pesadas e justas perdas, extremamente pesadas, descritas como de sacrifício sangrento, montão de corpos, hecatombes. Da mesma os telegramas noticiosos constantemente utilizando as estatísticas do comitê de inteligência em Verdun, cujo chefe, Major Cointet, tinha inventado um método de calcular as perdas alemãs que obviamente produzia resultados maravilhosos. A cada quinzena os números aumentavam algo em torno de uma centena de milhar. Estas 300.000, 400.000, 500.000 vítimas divulgadas, divididas em perdas diárias, semanais, mensais, repetidas de todas as maneiras, produziram um efeito direto. Nossa fórmula variou pouco: “de acordo com prisioneiros, as perdas alemãs no curso do ataque foram consideráveis”... “está comprovado que as perdas”... “o inimigo exaurido pelas perdas não renovou o ataque”... Certas fórmulas, depois abandonadas por terem sido excessivamente utilizadas, foram utilizadas todos os dias: “sob o fogo de nossas metralhadoras e artilharia”... “posto a pique por nossa artilharia e metralhadoras”... Repetição constante impressionou os países neutros e a própria Alemanha, e ajudou a criar um panorama sangrento, apesar das negativas da Nauen (a agência telegráfica alemã) que tentava em vão destruir o mau efeito desta repetição perpétua⁵.

A tese do comando francês, que desejava firmá-la publicamente através destes despachos, foi formulada da seguinte forma para a orientação dos censores:

Esta ofensiva engaja as forças ativas de nosso oponente cujo poder de fogo está declinando. Ficamos sabendo que a classe de 1916 já está no *front*. Lá permanecerão os da classe de 1917 que já foram chamados, e os recursos da terceira categoria (homens acima de 45 anos, ou convalescentes).

5. Ibid., p. 138-139.

Em poucas semanas, as exauridas forças alemãs por este esforço, terão que enfrentar todas as forças da coalizão (10 milhões contra sete milhões)⁶.

De acordo com M. de Pierrefeu, o comando francês passou a acreditar nisso. “Por uma extraordinária aberração mental, somente o atrito do inimigo foi visto; parece que nossas forças não estiveram sujeitas ao atrito. O General Nivell partilhou destas idéias. Vimos o resultado em 1917”.

Aprendemos a chamar isso de propaganda. Um grupo de homens, que pode impedir o acesso independente a este evento, manipula as notícias sobre o mesmo para adequá-las a este propósito. Que o propósito neste caso seja patriótico não afeta absolutamente o argumento. Eles utilizaram seu poder para fazer os públicos aliados verem os fatos da forma que eles desejavam que fossem vistos. O número das vítimas do Major Cointet que foram espalhadas em todo o mundo são da mesma ordem. Eles tinham a intenção de provocar um tipo particular de inferência, ou seja, de que a guerra de atrito estava indo a favor dos franceses. Mas a inferência não foi tirada na forma de argumento. Resulta quase automaticamente da criação de uma imagem mental de uma interminável chacina nas colinas de Verdun. Ao colocar os alemães mortos no foco da imagem, e omitindo a menção dos franceses mortos, uma imagem muito especial da batalha foi elaborada. Foi uma visão destinada a neutralizar os efeitos do avanço territorial alemão e a impressão do poder que a persistência da ofensiva estava fazendo. Também era uma visão que tendia a fazer o público aquiescer com a desmoralizada estratégia imposta aos exércitos aliados. Para o público, acostumado à idéia de que a guerra consiste de grandes movimentos estratégicos, ataques nos flancos, bloqueios e dramáticas rendições fizeram gradualmente esquecer aquela imagem em favor da idéia terrível de que, abatendo vidas, a guerra poderia ser vencida. Através de seu controle sobre todas as notícias do *front*, o Estado Maior modificava a visão dos fatos que comportava esta estratégia.

O Estado Maior de um exército no campo de batalha é assim posicionado de forma que dentro de largos limites pode controlar o que o

público irá perceber. Ele controla a seleção dos correspondentes que vão ao *front*, controla seus movimentos, lê e censura suas mensagens e opera a telegrafia. Através do comando de telegramas e passaportes, correio e aduana e bloqueios o governo atrás do exército aumenta o controle. Enfatiza-o por poder legal sobre os editores, sobre os encontros públicos e através de seu serviço secreto. Mas no caso de um exército o controle está longe de ser perfeito. Há sempre os comunicados do inimigo, que nestes dias de comunicação radiofônica não conseguem ser impedidos de chegar aos neutros. Acima de tudo há o relato dos soldados, que chegam de volta desde o *front*, e se espalham quando estão de folga⁷. Um exército é algo ingovernável. É por isso que a censura diplomática e naval é quase sempre completa. Poucas pessoas sabem o que está acontecendo, e seus atos são mais facilmente supervisionados.

3

Sem alguma forma de censura, propaganda no sentido estrito da palavra é impossível. Para conduzir a propaganda deve haver alguma barreira entre o público e o evento. Acesso ao ambiente real precisa ser limitado, antes que alguém crie um pseudo-ambiente que imagine ser mais adequado ou desejável. Por certo tempo as pessoas que têm acesso direto podem interpretá-lo mal, a menos que se possa decidir onde eles podem olhar, e o quê. A censura militar é a forma simples de barreira, mas de jeito algum a mais importante, porque é sabido que existe, e, portanto, em certa medida é manipulada e desconsiderada.

Em diferentes épocas e por razões distintas algumas pessoas impõem e outras aceitam certo padrão particular de segredo. A fronteira entre o que está escondido, já que sua publicação não é, como dizemos, “compatível com o interesse público”, desaparece gradualmente no que é escondido porque se acredita que não diga respeito a qualquer um dos negócios públicos. A noção do que constitui os assuntos privados de uma pessoa é elástico. Portanto, o total da fortuna de uma pessoa é considera-

6. Ibid., p. 147.

7. Nas semanas antes do ataque americano a São Mihiel e Argonne-Meuse, “todo mundo”, na França, contava “para todo mundo” aquele grande segredo.

do assunto privado, e cuidadosa provisão na lei de imposto de renda é feita para mantê-la tão privada quanto possível. A venda de um pedaço de terra não é privada, mas o preço pode ser. Salários são geralmente tratados mais privados que ordenados, rendimentos como mais privados que heranças. Os lucros das grandes corporações são mais públicos do que o das pequenas firmas. Certos tipos de conversação, como entre marido e mulher, advogado e cliente, doutor e paciente, sacerdote e crente, são privilegiados. Os encontros de diretores são geralmente privados. E assim são muitos encontros políticos. A maior parte do que é dito num encontro do gabinete, ou por um embaixador ao ministro do Exterior, ou em entrevistas particulares, ou em jantares, é privado. Muitas pessoas consideram o contrato entre o empregador e o empregado como privado. Houve um tempo quando os assuntos de todas as corporações eram considerados tão privados como a teologia de uma pessoa é para o dia de hoje. Houve um tempo passado que sua fé era considerada um tema tão público como a cor de seus olhos. Mas doenças infecciosas, por outro lado, foram consideradas certa vez tão privado como o processo de digestão de um indivíduo. A história da noção da privacidade seria uma narrativa divertida. Às vezes as noções conflitam violentamente, como aconteceu quando os bolcheviques publicaram os tratados secretos, ou quando o Senhor Hughes investigou as companhias de seguro de vida, ou quando o escândalo de alguém exsuda das páginas de *Town Topics* ou das primeiras páginas dos jornais do Senhor Hearst.

Independentemente se as razões para a privacidade são boas ou más, as barreiras existem. A privacidade é insistida em todos os lugares na área dos assuntos públicos. Às vezes é muito esclarecedor, portanto, você se perguntar como obtém os fatos em que você baseia sua opinião. Quem na verdade disse, ouviu, sentiu, contou, nomeou algo, sobre o que você tem uma opinião? Foi este o homem que lhe contou ou o homem que contou a ele, ou algum outro bem distante? E quanto ele foi autorizado a ver? Quando ele lhe informa que a França pensa isso ou aquilo, que parte da França ele observou? Como ele conseguiu observá-la? Onde ele estava quando a observou? Com que franceses ele foi autoriza-

do a conversar, que jornais leram, e onde eles souberam o que eles disseram? Você pode se perguntar estas questões, mas você raramente as responde. Elas lhe fariam recordar, no entanto, da distância que geralmente separa sua opinião pública do evento que elas tratam. E a recordação é em si mesma uma proteção.

3 Contato e oportunidade

1

Enquanto a censura e a privacidade interceptam muita informação na fonte, um corpo muito maior de fatos nunca chega ao público em geral, ou então o faz muito lentamente. Pois há limites muito nítidos para a circulação das idéias

Uma estimativa grosseira do esforço que se faz para alcançar “todo o mundo” pode ser obtida ao se considerar a propaganda do governo durante a guerra. Lembrando que a guerra tinha durado mais do que dois anos e meio antes que os Estados Unidos entrassem nela, que milhões e milhões de páginas impressas tinham circulado e discursos sem fim tinham sido feitos, retornemos ao relato do Senhor Creel⁸ de sua luta “pela mente dos homens, para a conquista de suas convicções” para que “o evangelho do americanismo possa ser levado a cada canto do mundo”⁹.

O Senhor Creel teve que montar uma maquinaria que incluiu uma Divisão de Notícias que liberava, ele nos conta, mais de seiscentas notas, teve que alistar setenta e cinco mil Homens de Quatro Minutos¹⁰ que levaram a cabo pelo menos setecentos e cinquenta mil, cento e noventa discursos para um agregado de mais três milhões de pessoas. Escoteiros

8. George Creel (1876-1953), escritor e jornalista, foi de fato o primeiro-ministro da propaganda da história americana. Ele dirigiu as operações de propaganda no período da Primeira Guerra Mundial. Sua missão era convencer a opinião pública do país dividida sobre a intervenção americana no conflito contra a Alemanha. Ele estabeleceu um sistema voluntário de autocensura nas redações do país. Recusou distribuir informação relativa a estória de atrocidades praticadas por tropas aliadas. Escreveu três livros em que elabora sobre a sua experiência à frente do Comitê de Informação Pública: *How We Advertised America* (1920), *The War, the World and Wilson* (1920), e sua autobiografia, *Rebel at Large* (1947) (N.T.).

9. CREEL, G. *How We Advertised America*.

10. Nas sessões de cinema, emissários do governo discursavam aos presentes por quatro minutos elaborando sobre a guerra, visando desta forma elevar a moral da população do país.

distribuíram cópias anotadas dos discursos do Presidente Wilson dirigidos aos chefes de família da América. Periódicos quinzenais foram enviados a seiscentos mil professores. Duzentos mil diapositivos foram fornecidos para palestras ilustradas. Um mil e quatrocentos e trinta e oito diferentes desenhos foram publicados em posters, cartões de janelas, anúncios publicitários, cartuns, selos e botões. As câmaras de comércio, as igrejas, as irmandades, escolas, foram utilizados como canais de distribuição. E o esforço do Senhor Creel, ao qual ainda nem comecei a fazer justiça, não incluiu a estupenda organização do Senhor McAdoo para o Liberty Loans, nem a vasta propaganda sobre alimentos do Senhor Hoover, nem as campanhas da Cruz Vermelha, da Associação Cristã de Moços, do Exército da Salvação, dos Cavaleiros de Columbus, do Comitê de Bem-Estar Judaico, sem mencionar o trabalho independente das sociedades patrióticas, como a Liga para a Implantação da Paz, a Associação da Liga das Nações Livres, a Liga de Segurança Nacional, nem a atividade dos escritórios de publicidade dos aliados e das nacionalidades sob cerco.

Provavelmente este é o mais amplo e mais intensivo esforço de levar rapidamente um conjunto razoavelmente uniforme de idéias a todas as pessoas da nação. A forma antiga de proselitizar funcionava lentamente, talvez com mais certeza, mas nunca de forma tão inclusiva. Se fossem exigidas agora medidas tão extremas para chegar a todos em tempo de crise, quão abertos estão os canais mais usuais às mentes dos homens? A administração estava tentando, e enquanto a guerra estava em andamento foi largamente bem-sucedida, eu acredito, em criar algo que pudesse ser chamado de opinião pública por toda a América. Mas imagine o trabalho obstinado, a complicada criatividade, o dinheiro e o pessoal que isso exigiu. Nada como isso existe em tempo de paz, e como corolário há várias seções, há vastos grupos, guetos, enclaves e classes que ouvem somente vagamente sobre muito do que está acontecendo.

Eles vivem nas monótonas rotinas, estão envolvidos no meio de seus próprios assuntos, excluídos dos temas mais amplos, encontram-se com poucas pessoas diferentes de si mesmos, lêem pouco. Viajam e negociam, os correios, os telegramas, o rádio, as linhas ferroviárias, as estradas, navios, carros, e nas próximas gerações os aviões, são, naturalmen-

te, da máxima influência na circulação de idéias. Cada um deles afeta o suprimento e a qualidade da informação e opinião numa forma das mais intrincadas. Cada um deles é afetado pelas condições técnicas, econômicas e políticas.

Cada vez que o governo facilita a liberação do passaporte ou a inspeção da aduana, toda vez que uma nova via ferroviária ou um novo porto é aberto, uma nova linha naval é estabelecida, toda vez que os preços sobem ou descem, os correios viajam mais rápido ou mais lentamente, os telegramas são livres de censura e tornados mais baratos, rodovias são construídas, ou alargadas, ou melhoradas, a circulação das idéias é influenciada. Os horários das tarifas e subsídios afetam a direção do empreendimento comercial, e, portanto, a natureza dos contratos humanos. E pode muito acontecer, como foi o caso de Salém, Massachusetts¹¹, que a modificação na arte da construção naval reduzira uma cidade inteira de um centro para onde as influências internacionais convergem numa cortês cidade provinciana. Todos os efeitos imediatos de um trânsito mais rápido não são necessariamente bons. É difícil afirmar, por exemplo, que o sistema ferroviário francês, tão centralizado em Paris, tenha sido uma indiscutível bênção ao povo francês.

É certamente verdadeiro que os problemas que emergem dos meios de comunicação são da maior importância, e um dos mais construtivos aspectos do programa da Liga das Nações tem sido o estudo feito sobre o trânsito das ferrovias e o acesso ao mar. O monopólio da cabodifusão¹², dos portos, dos postos de gasolina, das passagens montanhosas, canais, estreitos, leitos dos rios, terminais, mercados significam muito mais do que o enriquecimento de um grupo de negociantes, ou do prestígio de um governo. Significa uma barreira à troca de notícias e opinião. Mas monopólio não é a única barreira. Preço e abastecimento disponível são ainda maiores, pois o custo de viajar ou negociar é proibitivo, e se a de-

11. A cidade de Salém tem cerca de 40 mil habitantes. Seu antigo porto foi assoreado. A localidade tornou-se conhecida pelo julgamento contra bruxas em 1692. O porto da cidade era um dos elos do país com a China. O comércio naval decaiu depois da guerra de 1812.

manda por instalações exceder a oferta, as barreiras existirão mesmo sem o monopólio.

2

O tamanho da renda de uma pessoa tem considerável efeito sobre seu acesso ao mundo que está distante de sua vizinhança. Com dinheiro ele pode superar quase todo obstáculo tangível de comunicação, pode viajar, comprar livros e periódicos, e pode trazer para a área de sua atenção quase todo fato conhecido do mundo. A renda de um indivíduo e a renda da comunidade determinam a quantidade de comunicação que é possível. Mas as idéias dos homens determinam como aquela renda deve ser gasta, o que por sua vez afeta no longo prazo a quantidade de renda que eles terão. Mas há também limitações, igualmente verdadeiras, já que elas freqüentemente são auto-impostas e auto-indulgentes.

Há porções de um povo soberano que gasta a maior parte do tempo livre e do dinheiro disponível em motores e comparando motores de carros, em uíste¹³ e em assistir a debates sobre esportes e política, em filmes e trabalho artístico, conversando sempre com as mesmas pessoas com variações mínimas sobre os mesmos velhos temas. Não se pode dizer que estão sofrendo censura, ou de sigilo, ou alto custo de vida ou de dificuldade de comunicação. Sofrem de anemia, de falta de apetite e de curiosidade pela cena humana. Não é deles o problema de acesso ao mundo exterior. Mundos de coisas interessantes os esperam para serem explorados, e eles não entram.

Eles se movimentam, como se estivessem numa correia, num mesmo círculo de conhecidos de acordo com a lei e o evangelho de seu marco social. Entre os homens, os círculos de conversação no trabalho, no clube e vagões de fumantes são mais amplos que o marco social ao qual eles pertencem. Entre as mulheres, o marco social e o círculo de conversação são freqüentemente iguais. É no marco social que as idéias derivadas das leituras e palestras e do círculo de conversação convergem e são apresen-

13. O uíste é um jogo de cartas de origem inglesa, jogado por duas duplas, sendo considerado o ancestral do bridge (N.T.).

tadas, aceitas, rejeitadas, julgadas e sancionadas. Lá é finalmente decidido em cada fase da discussão que autoridades e que recursos de informação são admissíveis, e quais não.

Nosso marco social consiste daqueles que figuram como pessoas na frase “as pessoas estão dizendo”; são as pessoas cuja aprovação nos importa intimamente. Nas grandes cidades, entre os homens e mulheres de amplos interesses e com os meios para se movimentar, o marco social não é tão rigidamente definido. Mas mesmo nas grandes cidades, há quarteirões e ninhos de vilarejos contendo marcos sociais auto-suficientes. Em comunidades menores pode existir uma circulação mais livre, uma amizade mais genuína do após o café da manhã e até antes do jantar. Mas poucas são as pessoas que não sabem, no entanto, a que tipo de marco social pertence, e a quais não pertencem. Usualmente a marca distintiva de um marco social é o pressuposto de que as crianças devem casar-se entre si. Casar fora do grupo envolve, ao menos, um momento de dúvida antes que o engajamento seja aprovado. Cada marco social tem uma imagem bastante clara de sua posição relativa na hierarquia dos marcos sociais. Entre os marcos no mesmo nível, a associação é fácil, os indivíduos são facilmente aceitos, a hospitalidade é normal e sem embaraços. Mas no contato entre os marcos que estão “acima” ou “abaixo” há sempre uma hesitação recíproca, certo mal-estar e a consciência da diferença. Certamente numa sociedade como a dos Estados Unidos, os indivíduos movem-se de forma relativamente livre de um marco a outro, especialmente onde não existe barreira racial e onde a posição econômica muda tão rapidamente.

Posição econômica, no entanto, não é medida pela quantidade de renda. Pois na primeira geração, pelo menos, a renda não é o que determina o padrão social, mas o caráter do trabalho de um homem, e pode levar uma geração ou duas antes que ele desapareça da tradição da família. Assim o sistema financeiro, a lei, a medicina, o serviço público, os jornais, a Igreja, o atacado, as agências corretoras, a manufatura são classificados com valores sociais diferentes de atividades como vendas, superintendência, trabalho técnico especializado, enfermagem, docência escolar, balconista; e estes, por sua vez, são classificados diferentemente

de hidráulicos, motoristas, costureiras, subcontratados, ou estenógrafos, e estes de um copeiro, dama de companhia, operador de cinema ou engenheiro de locomotiva. E mesmo assim o retorno financeiro não coincide necessariamente com estas classificações.

3

Seja qual for o teste de admissão, o marco social quando estabelecido não é meramente a classe econômica, mas algo que se parece mais com um clã biológico. A admissão está intimamente conectada ao amor, casamento e filhos, ou, para afirmar com mais exatidão, com as atitudes e desejos que estão envolvidos. No marco social, portanto, opiniões encontram os cânones da tradição familiar, propriedade, dignidade, gosto e forma, que constituem a imagem do marco social de um ser, uma imagem assiduamente implantada nas crianças. Nesta imagem, um largo espaço é tacitamente concedido a uma versão autorizada do que cada marco social é chamado a aceitar desde o exterior como o marco social dos outros. Quanto mais vulgar for a pressão para a expressão externa da deferência devida, os outros são decente e sensitivamente silenciosos sobre seu conhecimento de que tal deferência existe de forma invisível. Mas aquele conhecimento, tornando-se aberto quando há um casamento, ou motim social, é o nexa de um largo pacote de disposições classificadas por Trotter¹⁴ sobre o termo geral de instinto de bando.

Dentro de cada marco social existem presságios como os feitos por van der Luydens e a Senhora Manson Mingott em *The Age of Innocence*¹⁵, que são reconhecidos como os guardiões e intérpretes de seu sistema social. Você existe, eles dizem, se os van der Luydens os considera. Os convites para suas cerimônias é o sinal mais elevado de boas-vindas e *status*. As eleições às sociedades universitárias, cuidadosamente graduadas e com classificações universalmente aceitas, determinam quem você é na universidade. Os líderes sociais, considerando as responsabilidades eugênicas mais elevadas, são peculiarmente sensíveis. Não somente eles

14. TROTTER, W. *Instincts of the Herd in War and Peace*.

15. WHARTON, E. *The Age of Innocence*.

devem estar visivelmente conscientes, o que assegura a integridade de seu marco, como precisam cultivar uma qualidade especial por conhecerem o que outros marcos sociais estão fazendo. Agem como uma espécie de ministro de relações exteriores. Onde a maioria dos membros de um marco vive complacentemente dentro de seu marco, considerando-o para todos os propósitos práticos do mundo, os líderes sociais precisam combinar um conhecimento íntimo da anatomia de seu próprio marco com o sentimento persistente de seu lugar na hierarquia dos marcos.

A hierarquia, na realidade, é estabelecida pelos líderes sociais. Num certo nível há algo que poderia ser chamado de marco social de líderes sociais. Mas verticalmente a unidade real da sociedade, se unida consegue ficar pelo contato social, é realizada por aquelas pessoas excepcionais, freqüentemente suspeitas, que como Julius Beaufort e Ellen Olenska em *The Age of Innocence* entram e saem. De forma que conseguem estabelecer canais pessoais entre um marco e outro, através dos quais as leis da imitação de [Gabriel] Tarde operam. Mas para largas seções da população não existem tais canais. Para eles as descrições patenteadas da sociedade e os filmes sobre a vida nas altas esferas têm que lhes servir. Podem desenvolver uma hierarquia social propriamente sua, quase imperceptível, como os negros e os “elementos estrangeiros” fizeram, mas entre as massas assimiladas, que sempre consideram a si mesmos a “nação”, existe, apesar da grande separação de marcos, uma variedade de contatos pessoais através dos quais a circulação de padrões acontece.

Alguns dos marcos estão tão bem posicionados que se tornam o que o Professor Ross chamou de “pontos radiantes de convencionalidade”¹⁶. Portanto, o ente social superior tende a ser imitado pelo ente social inferior, o donatário do poder é imitado pelos subordinados, os mais bem-sucedidos pelos menos bem-sucedidos, os ricos pelos pobres, a cidade pelo interior. Mas a imitação não pára nas fronteiras. O poderoso, socialmente superior, bem-sucedido, rico, marco social urbano é fundamentalmente internacional em todo o hemisfério ocidental, e em muitos sentidos Londres é seu centro. Entre seus membros estão as pessoas mais

influentes do mundo, contendo o corpo diplomático, as altas finanças, os altos círculos do exército e da marinha, alguns príncipes da Igreja, alguns grandes proprietários de jornais, suas esposas e mães e filhas que detêm o cetro da apresentação. Foi certa vez um grande círculo de conversação e realmente um marco social. Mas sua importância vem do fato de que aqui ao menos a distinção entre os assuntos públicos e privados praticamente desapareceu. Os assuntos privados deste marco são temas públicos, e os temas públicos lhe são privados, geralmente assuntos familiares. Tanto os confinamentos de Margot Asquith¹⁷ como os confinamentos da realeza são, como dizem os filósofos, muito aproximadamente o mesmo universo de discurso que trata tanto da tarifa de uma conta como de um debate parlamentar.

Há várias áreas de governos nas quais este marco social não está interessado, e na América, pelo menos, tem exercitado somente um controle flutuante do governo nacional. Mas seu poder nos assuntos estrangeiros é sempre muito grande, e em tempo de guerra seu prestígio é enormemente estimulado. Isso é natural porque estes cosmopolitas têm um contato com o mundo exterior que a maior parte das pessoas não possui. Eles têm jantado juntos nas capitais, e seus sentidos de honra nacional não são meras abstrações; é uma experiência concreta ser desprezado ou aprovado por seus amigos. Ao Dr. Kennicott de Gopher Prairie interessa bem pouco o que Winston pensa e muito o que Ezra Stowbody pensa, mas à Senhora Mingott, cuja filha está casada com Earl de Swithin, interessa muito quando ela visita sua filha, ou entretém ela própria a Winston. O Dr. Kennicott e a Senhora Mingott são ambos socialmente sensíveis, mas a Senhora Mingott é sensível a um marco social que governa o mundo, enquanto o marco social do Dr. Kennicott governa somente Gopher Prairie. Mas em questões que afetam as amplas relações da “grande sociedade”, o Dr. Kennicott será visto defender o que pensa ser somente sua opinião, muito embora, na realidade, o que realmente está defendendo é a opinião da alta sociedade, que foi se infiltrando até che-

16. ROSS. *Social Psychology*, cap. IX, X, XI.

17. Emma Alice Margaret “Margot” Asquith, Condessa de Oxford & Asquith (02/02/1864-28/07/1945), autora anglo-escocesa. Ela e sua irmã tornaram-se duas mulheres centrais num grupo aristocrático de intelectuais conhecido como “The Souls” (N.T.).

gar a Gopher Prairie, experimentando múltiplas transformações em sua passagem pelos círculos provincianos.

4

Não faz parte de nossa investigação uma análise do tecido social. Precisamos somente fixar na mente quão grande é a parte representada pelo marco social em nosso contato espiritual com o mundo, como ele tende a fixar o que é admissível, e determinar como deve ser julgado. Cada marco determina para si próprio os assuntos dentro de sua competência imediata. Acima de tudo ele determina a administração detalhada dos juízos. Mas o próprio julgamento é estabelecido por padrões¹⁸ que podem ser herdados do passado, transmitido ou imitado de outros marcos sociais. O mais alto marco social consiste daqueles que corporificam a liderança da grande sociedade. É ao contrário de quase todos os outros marcos sociais onde o montante de opiniões é de primeira mão somente sobre assuntos locais, nesta alta sociedade as grandes decisões sobre a paz e a guerra, de estratégia social e a distribuição definitiva do poder político são experiências íntimas dentro de um círculo que, potencialmente ao menos, são de relações pessoais.

Uma vez que posição e contato têm um papel tão importante em determinar o que pode ser visto, ouvido, lido e experimentado, assim como o que é permissível se ver, ouvir, ler e conhecer, não surpreende que o julgamento moral seja muito mais comum que o pensamento construtivo. Ainda assim no verdadeiro pensamento efetivo a primeira necessidade é eliminar julgamentos, recuperar um olhar inocente, desembaraçar os sentimentos, ser curioso e de coração aberto. A história do homem sendo o que é, a opinião pública na escala da grande sociedade demanda um volume de abnegação equânime raramente atingível por alguém em qualquer período de tempo. Estamos preocupados com os assuntos públicos, mas imersos nos nossos privados. O tempo e a atenção são limitados para serem gastos no trabalho de não se considerar as opiniões como um fato dado, sendo ainda submetidos a constante interrupção.

18. Cf. Parte III.

4 Tempo e atenção

1

Naturalmente é possível fazer somente uma estimativa grosseira da quantidade de atenção que as pessoas dão cada dia para se informar sobre os assuntos públicos. Ainda assim é interessante que três estimativas que examinei concordam razoavelmente bem entre si, muito embora tenham sido realizadas em períodos distintos, em diferentes lugares, e por métodos variados¹⁹.

Um questionário foi enviado por Hotchkiss e Franken a 1.761 universitários homens e mulheres de Nova York, e algumas respostas foram coletadas. Scott aplicou um questionário em 4.000 proeminentes homens de negócios e profissionais de Chicago e recebeu respostas de 2.300. Entre 70 e 75% de todos os que responderam a qualquer dos questionários disseram que gastavam diariamente um quarto de hora lendo jornais. Somente 4% do grupo de Chicago sugeriram menos que isso e 25% sugeriram mais. Entre nova-iorquinos, um pouco acima de 8% calcularam sua leitura de jornal em menos de quinze minutos.

Pouquíssimas pessoas têm uma idéia muito exata do que sejam quinze minutos, de forma que não podem ser considerados ao pé da letra. Além disso, os homens de negócio, profissionais, e estudantes universitários estão propensos a um curioso viés de não aparecer gastando muito tempo com jornais, e talvez também a uma débil suspeita de desejar se-

19. Julho, 1900. WILCOX, D.F. The American Newspaper: A Study in Social Psychology. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, vol. XVI, p. 56 (As tabelas estatísticas estão reproduzidas em ROGERS, J.E. *The American Newspaper*). • 1916 (?): SCOTT, W.D. *The Psychology of Advertising*, p. 226-248. Ver também ADAMS, H.F. *Advertising and its Mental Laws*, cap. IV. • 1920. *Newspaper Reading Habits of College Students*, de autoria do Prof. George Burton Hotchkiss e Richard B. Franken, publicado pela Association of National Advertisers, Nova York.

rem conhecidos como leitores rápidos. Todos estes dados podem ser considerados somente como significando que acima de três quartos dos selecionados nos grupos mostram um grau muito baixo de atenção dado às notícias impressas do mundo exterior.

As estimativas deste tempo são razoavelmente bem confirmadas por um teste que é menos subjetivo. Scott perguntou seus co-cidadãos de Chicago quantos liam jornais todos os dias, e foi informado que

- 14% lêem somente um jornal;
- 46% lêem dois jornais;
- 21% lêem três jornais;
- 10% lêem quatro jornais;
- 3% lêem cinco jornais;
- 2% lêem seis jornais;
- 3% lêem todos os jornais (oito ao tempo desta investigação).

Os leitores de dois a três jornais são 67%, muito próximos dos 71% do grupo de Scott que se classificaram em mais de 15 minutos diários. Os leitores ávidos de quatro a oito jornais coincidem aproximadamente com os 25% que se classificaram em mais de 15 minutos.

2

É mais difícil suspeitar como o tempo é distribuído. Os estudantes universitários foram questionados a dizer “os cinco assuntos que mais te interessam”. Somente menos de 20% votaram em “notícias gerais,” somente quinze para editoriais, somente menos de doze para “política”, um pouco acima de oito para finanças, e menos de dois anos após o armistício um pouco acima de seis para notícias internacionais, três e meio para o noticiário local, cerca de três para economia, e 1/4 de 1% para notícias “sindicais”. Uns distraídos disseram que estavam mais interessados em esportes, artigos especiais, teatro, anúncios, cartuns, crítica literária, “precisão”, música, “tom ético”, sociedade, notas breves, arte, histórias, navegação, educação, “notícias correntes”, gráfica. Desconsiderando estes, cerca de 67,5% pegaram como assuntos mais interessantes notícias e opinião que tratavam de assuntos públicos.

Este foi um grupo universitário misto. As jovens afirmaram interesse maior que os rapazes em notícias gerais, notícias internacionais, noticiário local, política, editoriais, o teatro, música, arte, histórias, cartuns, anúncios, e o “tom ético”. Os rapazes, por outro lado, ficaram mais absorvidos em finanças, esportes, a página de negócios, “exatidão” e “notas breves”. Estas características correspondem bem proximamente aos ideais do que é cultivado e considerado moral, viril e decisivo, para não serem consideradas de falta de objetividade.

Mesmo assim eles concordam razoavelmente bem com as respostas dos homens de negócios e profissionais do grupo de Chicago de Scott. Eles foram questionados, não o que os interessa mais, mas por que eles preferem um jornal ao invés de outro. Quase 71% basearam sua preferência consciente em notícias locais (17,8%), ou política (15,8%) ou finanças (11,3%), ou internacional (9,5%), ou noticiário geral (7,2%), ou editoriais (9%). Os outros 30% decidiram com base em critérios não relacionados com assuntos públicos. Eles variavam de quase sete que decidiram pelo tom ético, caindo para 1/12 de 1% dos que se interessavam muito com humor.

Como estas preferências correspondem ao espaço dado aos jornais a vários assuntos? Infelizmente não há dados coletados neste ponto para os jornais lidos pelos grupos de Chicago e de Nova York no período que os questionários foram feitos. Mas há uma análise interessante feita há mais de 20 anos atrás por Wilcox. Ele estudou 110 jornais em 14 grandes cidades, e classificou os assuntos em mais de 900 colunas.

Na média para todo o país, os vários conteúdos dos jornais encontrados eram:

- I. Notícias, 55,3%
 - a) Noticiário de guerra, 17,9%
 - b) Noticiário geral, 21,8%
 - Internacional, 1,2%
 - Política, 6,4%
 - Crime, 3,1%
 - Variadas, 11,1%

- c) Noticiário especial, 15,6%
 - Comércio, 8,2%
 - Esporte, 5,1%
 - Sociedade, 2,3%
- II. Ilustrações, 3,1%
- III. Literatura, 2,4%
- IV. Opinião, 7,1%
 - a) Editoriais, 3,9%
 - b) Cartas e intercâmbios, 3,2%
- V. Publicidade, 32,1%

A fim de trazer a este quadro uma comparação adequada, é necessário excluir o espaço dado aos anúncios, e recalculas as percentagens. Os anúncios ocuparam somente uma parte infinitesimal da preferência consciente do grupo de Chicago ou do grupo universitário. Penso que é justificável aos nossos propósitos porque a imprensa publica os anúncios que consegue obter²⁰, enquanto o resto destina-se ao gosto de seus leitores. A tabela mostrará então:

- I. Notícias, + 81,4%
 - a) Noticiário de guerra, -26,4%
 - b) Noticiário geral, +32,0%
 - Internacional, -1,8%
 - Política, +9,4%
 - Crime, -4,6%
 - Variadas, +16,3%
 - c) Noticiário especial, -23%
 - Comércio, -12,1%
 - Esporte, +7,5%
 - Sociedade, -3,3%

20. Com exceção dos que consideram inaceitáveis, e os que, excepcionalmente, são excessivos.

- II. Ilustrações, -4,6%
- III. Literatura, +3,5%
- IV. Opinião, -10,5%
 - a) Editoriais, -5,8%
 - b) Cartas, +4,7%

Se você acrescenta a esta tabela revisada os itens que devem tratar de assuntos públicos, ou seja, como a guerra, internacional, política, temas variados, notícias de economia, e opinião, você encontrará um total de 76,5% do total do espaço destinado à edição em 1900 e a 70,6% das razões dadas pelos homens de negócio de Chicago em 1916 para preferir certo jornal, e a cinco assuntos que mais interessam a 67,5% dos estudantes universitários de Nova York em 1920. Isso significa que os gostos dos homens de negócio e estudantes universitários nas grandes cidades até hoje ainda corresponde mais ou menos ao julgamento médio dos editores dos jornais nas grandes cidades vinte anos atrás. Desde aquele tempo a proporção de reportagens a notícias sem dúvida dobrou, e o mesmo aconteceu com a circulação e o tamanho dos jornais. Portanto, se hoje você puder obter respostas dos grupos mais típicos que os obtidos com estudantes universitários ou do comércio e profissionais, você pode esperar encontrar uma menor porcentagem do tempo destinado aos assuntos públicos, assim como uma porcentagem menor de espaço. Por outro lado, você pode esperar descobrir que a média que o homem gasta é mais do que um quarto de hora em seu jornal, e que enquanto a percentagem de espaço dado aos assuntos públicos é menor que 20 anos atrás, a quantidade líquida é maior.

Dedução elaborada alguma pode ser tirada destes números. Eles ajudam meramente a fazer nossas noções do que está acontecendo no dia-a-dia ao se adquirir informação sobre nossas opiniões um pouco mais concretas. Os jornais não são, naturalmente, os únicos meios, mas são certamente os principais. Magazines, o fórum público, a chatauqua²¹, a Igreja-

21. Era um movimento de educação de adultos muito popular no fim do século XIX e até a metade do século XX nos Estados Unidos. As assembleias Chatauqua se expandiram e se espalharam através do interior do país. O movimento trazia, às comunidades palestrantes, professores, músicos, pregadores e especialistas famosos da época.

ja, as reuniões políticas, as reuniões sindicais, os clubes femininos e as séries noticiosas nas salas de cinema suplementam a imprensa. Mas considerando tudo isso numa estimativa favorável, o tempo diário é pequeno quando qualquer um de nós é diretamente exposto à informação de nosso ambiente invisível.

5 Velocidade, palavras e clareza

1

O ambiente invisível nos é relatado principalmente por intermédio de palavras. Estas palavras são transmitidas por cabo ou por rádio de repórteres aos editores que as preparam para serem impressas. Telegrafia é cara, e os equipamentos são freqüentemente limitados. O serviço das agências de notícias, portanto, é freqüentemente codificado. Portanto um despacho que diz

Washinton, D.C., 1º de junho – Os Estados Unidos consideram a questão do confisco da navegação alemã neste país na eclosão das hostilidades como um incidente encerrado,

pode ser transmitido nos despachos por cabo da seguinte forma:

Washn 1. The Uni Stas rgds tq of Ger spg seized in ts cou at t outbk o hox as a clod incident²².

Um despacho noticioso dizendo:

Berlim, 1º de junho – Ao explicar o programa de governo ante o Parlamento, o Chanceler Wirth disse hoje que a “reconstrução e a reconciliação constituirão a chave da nova política do executivo”. Acrescentou que o gabinete decidiu que o desarmamento não se converterá numa oportunidade para que os aliados imponham sanções adicionais²³,

poderia ter sido transmitido desta forma:

Berlim, 1. Ao explicr o progrm do govno ao parlmento, o chnller Wirth disse hoje que com a “reconstão e a reconclião constitião a chve da nova pol do extivo”. Actou que o gbnet

22. O Código de Phillip. O texto refere-se à mensagem em inglês: Washington, D.C. June 1. The United States regards the question of German shipping seized in this country at the outbreak of hostilities as a closed incident (N.T.).

23. “Ao descrever hoje o programa do governo o Chanceler Wirth disse ao Reichstag que ‘a restauração e a reconciliação serão a tônica da nova política governamental’. Acrescentou que o gabinete estava determinado a levar a cabo lealmente o desarmamento e que o desarmamento não deveria ser a ocasião para penalidades adicionais pelos aliados” (N.T.).

decidiu que o desrrmto não se convterá numa optudade para q os ados impham sanções adicionais.

Neste segundo despacho a substância foi separada de um longo discurso numa língua estrangeira, traduzido, codificado, e então decodificado. Os operadores que recebem as mensagens as transcrevem à medida que as recebem, e me informam que um bom operador pode escrever 15 mil palavras ou até mesmo mais palavras em oito horas diárias, com meia hora de intervalo para o almoço e dois períodos de 10 minutos para descanso.

2

Algumas poucas palavras podem freqüentemente representar toda uma sucessão de atos, pensamentos, sentimentos e conseqüências. Nós lemos:

Washington, 23 de dez. – Uma declaração acusando as autoridades militares japonesas com proezas mais “terríveis e bárbaras” do que qualquer outra coisa que jamais tenha se alegado tenha ocorrido na Bélgica durante a guerra foi liberada hoje aqui pela Comissão Coreana, baseada, diz a comissão, em relatos autênticos recebidos por ela desde a Manchúria.

Testemunhos locais, cuja precisão é desconhecida, reportam-se aos autores de “relatos autênticos”; estes por sua vez os transmitem a uma comissão de cinco que está a milhares de quilômetros de distância. Ela prepara uma declaração, provavelmente muito longa para publicação, de onde um correspondente separa um item de 10 centímetros de comprimento para publicação. O significado tem que ser resumido de tal forma, a fim de permitir que o leitor julgue que peso deve dar às notícias.

É duvidoso se um supremo mestre de estilo poderia empacotar todos os elementos de verdade que a completa justiça demanda de um relato de 100 palavras do que aconteceu na Coréia ao longo de vários meses. Afinal, a linguagem é de forma alguma um veículo perfeito de significados. Palavras, como a moeda, são manipuladas uma e outra vez, para evocar um conjunto de imagens do dia, e outras do amanhã. Não há qualquer certeza de que a mesma palavra evocará exatamente a mesma idéia na mente do leitor como a produzida na do repórter. Teoricamente, se cada fato e cada relação têm um nome que é único, e se cada um fosse concordar nos nomes, seria possível comunicar sem engano. Nas ciências exatas há uma aproximação a este ideal, e isso é parte da razão

porque, entre todas as formas de cooperação internacional, a investigação científica é a mais efetiva.

Os homens têm domínio de menos palavras do que têm idéias para expressar, e a linguagem, como disse Jean Paul, é um dicionário de metáforas descoloradas²⁴. O jornalista, dirigindo-se a meio milhão de leitores dos quais possui uma tênue idéia, e o orador, cujas palavras são despachadas a vilarejos remotos e além-mar, não podem esperar que algumas frases carreguem o peso absoluto de seus significados. “As palavras de Lloyd George, pessimamente entendidas e pessimamente transmitidas”, diz M. Briand à Câmara dos Deputados²⁵, “pareciam dar aos pan-germanistas a idéia de que o tempo havia chegado para começar algo”. Um primeiro-ministro inglês, falando em inglês ao atento mundo inteiro, fala seu próprio significado em suas próprias palavras a todo o tipo de pessoas que verão seus significados naquelas palavras. Não importa quão rica ou sutil – ou ainda quanto mais rica e mais sutil for o que ele tem a dizer –, mais seu significado sofrerá à medida que flua em direção ao discurso padrão e então distribuído outra vez entre as mentes forasteiras²⁶.

24. Apud WHITE. *Mechanisms of Character Formation*.

25. Telegrama especial ao *The New York Times*, 25/05/1921, por Edwin L. James.

26. Em maio de 1921, as relações entre a Inglaterra e a França estavam estremecidas pela insurreição de M. Korfanty na Alta Silésia. O despacho de Londres do *Manchester Guardian* (20 de maio de 1921) continha o seguinte texto: *A troca de mensagens entre franceses e alemães*. Em meios bem próximos do jeito e caráter francês encontro a tendência de pensar que indevida sensibilidade foi mostrada por nossa imprensa e opinião pública na linguagem viva e por vezes intempestiva da imprensa francesa ao longo da presente crise. Este aspecto me foi colocado por um observador neutro bem informado da seguinte maneira. “Palavras, como o dinheiro, são indícios de valor”. Eles representam significado, portanto, e como o dinheiro, seu valor representado sobe e desce. A palavra francesa *etonnant* foi utilizada por Bossuet com um peso terrível que foi perdido hoje em dia. Algo similar pode ser observado na palavra inglesa *awful*. Algumas nações constitucionalmente tendem a subestimar, outros a superestimar. O que o britânico Tommy chamou de lugar nocivo pode ser somente descrito por um soldado italiano por intermédio de um rico vocabulário auxiliado por um exuberante mimetismo. Nações que falam com moderação mantêm estáveis sua palavra-moeda. Nações que exageram sofrem de inflação em sua linguagem. Expressões como *a distinguished scholar*, *a clever writer* (“distinto acadêmico”, “escritor talentoso”) precisam ser traduzidas ao francês como *a great savant*, *an exquisite master* (“um grande sábio”, “um mestre esquisito”). É uma questão de troca, e mesmo na França onde um pound paga 46 francos, qualquer um sabe que isso não faz seu valor aumentar no país. Britânicos lendo a imprensa francesa precisam se esforçar em dar-se conta de fazer uma operação mental similar ao banqueiro que transforma de volta o franco a pounds, sem esquecer ao assim agir que enquanto em tempos normais a troca era de 25, agora é de 46 por causa da guerra. Pois há uma flutuação nas trocas das palavras como nas trocas de dinheiro. “O argumento, espera-se, funciona em ambas as direções, os franceses não deixarão de dar-se conta de que existe um valor atrás das reticências inglesas como atrás de suas próprias expressões exuberantes”.

Milhões dos que estão lhe observando conseguem ler. Outros milhões podem ler as palavras, mas não conseguem entendê-las. Entre os que podem ler e entender, podemos supor que cerca de três quartos tenham em torno de meia hora diária de folga para o assunto. Para eles as palavras adquiridas são pistas para toda uma série de idéias que em última instância um voto de conseqüências imprevistas pode se basear. **Necessariamente as idéias que nós autorizamos evocar as palavras que lemos formam a maior parte das informações originais de nossas opiniões. O mundo é vasto, as situações que nos preocupam são intrincadas, as mensagens são poucas, e a maior parte da opinião precisa ser construída na imaginação.**

Quando usamos a palavra “México” que imagem ela evoca num residente de Nova York? Provavelmente, é algum composto de areia, cacato, poços de óleo, graxa, índios bebedores de rum, petulantes e velhos cavaleiros de longas suíças, ou talvez camponeses idílicos a la Jean Jacques, assaltados pela perspectiva de uma industrialização esfumaçante, lutando pelos direitos humanos. O que a palavra “Japão” evoca? É uma vaga horda de homens amarelos de olhar rasgado, tomado pelo Perigo Amarelo²⁷, fotos de noivas, leques, samurai, gritos de guerra, arte e flor de cerejeira? Ou a palavra “alienígena”? De acordo com um grupo de estudantes universitários da Nova Inglaterra, escrevendo em 1920, um alienígena era o seguinte²⁸:

- “Uma pessoa hostil a este país.”
- “Uma pessoa contra o governo.”
- “Uma pessoa que está no lado oposto.”
- “Um nativo de um país inimigo.”
- “Um estrangeiro em guerra.”
- “Um estrangeiro que tenta prejudicar o país em que vive.”
- “Um inimigo de uma terra estrangeira.”

27. O termo foi usado pejorativamente até o fim da Segunda Guerra Mundial para descrever os japoneses e os imigrantes daquele país que se instalavam na Califórnia (N.T.).

- “Uma pessoa contra o país.”
- ...

Mesmo assim a palavra alienígena é um termo excepcionalmente exato, bem mais exato que palavras como soberania, independência, honra nacional, direitos, defesa, agressão, imperialismo, capitalismo, socialismo, sobre os quais logo tomamos posições “a favor” ou “contra”.

3

O poder de dissociar analogias superficiais, prestar atenção nas diferenças e apreciar a variedade é lucidez mental. É uma faculdade relativa. Mesmo assim as diferenças de lucidez são extensas, digamos como a que existe entre um recém-nascido e um botânico examinando uma flor. Ao infante existe uma preciosa capacidade de apreciar uma pequena diferença entre seus dedos do pé, o relógio de seu pai, a lâmpada sobre a mesa, a lua no céu, e uma bela edição amarelo-brilhante de Guy de Maupassant. Para muitos membros da Union League Club não existe diferença marcante entre um democrata, um socialista, um anarquista e um ladrão, enquanto que para um anarquista altamente sofisticado existe todo um universo de diferença entre Bakunin, Tolstoi e Kropotkin. Estes exemplos mostram como seria difícil assegurar uma opinião pública razoável sobre Maupassant entre os bebês, ou sobre os democratas no Union League Club.

Um homem que simplesmente anda no automóvel dos outros talvez não discrimine entre um Ford, um táxi e um automóvel. Mas deixe aquele homem ter um carro e dirigi-lo, deixe-o, como um psicanalista diria, projetar sua libido sobre os automóveis, e ele descreveria a diferença entre os carburadores somente ao olhar a parte traseira de um carro desde a distância de um quarteirão. É por isso que freqüentemente é um alívio quando o assunto de uma conversa passa de “tópicos gerais” ao *hobby* preferido de um indivíduo. É como sair de um ambiente na sala de estar à terra arada lá fora. É um retorno ao mundo tridimensional, depois de um passeio ao retrato feito por um pintor de sua resposta emocional de sua própria memória desatenta do que ele imagina ter visto.

Nós identificamos facilmente, diz Ferenczi, somente duas coisas parcialmente similares²⁹: a criança mais facilmente que o adulto, a mente primitiva ou prisioneira mais rapidamente que a madura. Num primeiro momento, parece que na criança a consciência parece ser uma mistura de sensações ingovernáveis. A criança não tem a sensação do tempo, e quase nenhuma de espaço, ela alcança o candelabro com a mesma confiança que alcança o seio materno, e num primeiro momento com quase a mesma expectativa. Somente muito gradualmente a função se define. Para uma completa inexperiência, este é um mundo coerente e pouco diferenciável, no qual, como alguém já disse de uma escola de filósofos, todos os fatos nascem livres e iguais. Estes fatos que pertencem todos juntos ao mundo não foram ainda separados daqueles que ainda estão lado a lado na corrente da consciência.

Num primeiro momento, diz Ferenczi, o bebê consegue algumas coisas que deseja ao chorar por elas. Este é “um período de mágica alucinação onipotente”. Em sua segunda fase a criança aponta para coisas que deseja, e elas lhe são dadas. “Onipotência com a ajuda de gestos mágicos”. Mais tarde, a criança aprende a falar, a pedir o que deseja, e é parcialmente bem-sucedida. “O período de pensamentos mágicos e palavras mágicas”. Cada fase pode persistir para situações determinadas, embora prostrada e visível só raramente, como, por exemplo, em superstições inofensivas das quais poucos entre nós estão totalmente livres. Em cada fase, sucesso parcial tende a confirmar aquela forma de agir, enquanto o fracasso tende a estimular o desenvolvimento de outra. Muitos indivíduos, partidos e até mesmo nações, raramente parecem transcender a mágica organização da experiência. Mas em partes dos mais avançados povos, tentativa e erro depois de repetidos fracassos levou à invenção de um novo princípio. A lua, eles aprendem, não se move pelo urro que lhe é dirigida. Sementes não crescem do solo por festivais de prima-

29. *Internat. Zeitschr. f. Arztl. Psychoanalyse*, 1913. Traduzido e republicado por Dr. Ernest Jones in S. Ferenczi, *Contributions to Psychoanalysis*, cap. VIII, “Stages in the Development of the Sense of Reality”.

vera ou maiorias republicanas, mas pela luz do sol, misturas, grãos, fertilizantes e o cultivo³⁰.

Autorizadas por seu valor puramente esquemático das categorias de Ferenczi de resposta, a qualidade que observamos ser tão crítica é o poder de discriminar entre as percepções cruas e as analogias vagas. Este poder tem sido estudado sob condições laboratoriais³¹. A Associação de Estudos de Zurique indica claramente que uma leve fadiga mental, um distúrbio interno da atenção ou uma distração externa, tende a “enfraquecer” a qualidade da resposta. Um exemplo de um tipo “fraco” é a associação onomatopaica (gato-rato), uma reação ao som e não ao sentido da palavra estimuladora. Um teste, por exemplo, mostra 9% de aumento deste tipo de associação na segunda série de uma centena de reações. Agora a associação é quase uma repetição, uma forma muito primitiva de analogia.

4

Se as condições comparavelmente simples de um laboratório podem tão rapidamente evitar a discriminação, qual pode ser o efeito da vida cidadina? No laboratório a fadiga é apenas o suficiente, a distração bem trivial. Ambos são balanceados na medida do interesse e autoconsciência de um sujeito. E ainda se o pulsar de um metrônomo deprime a inteligência, o que fazem oito ou doze horas de barulho, cheiro, e calor numa fábrica, e dia após dia no meio da “conversa fiada” dos datilógrafos (sic) e das campainhas telefônicas e portas batendo, fazendo julgamentos políticos com base em jornais lidos nos bondes e metrô? Pode alguma coi-

30. Ferenczi, sendo um patologista, não descreve este período de maturação onde a experiência é organizada como equações, a fase do realismo com base na ciência.

31. Ver, por exemplo, *Diagnostische Assoziations Studien*, conduzido na Clínica Psiquiátrica Universitária de Zurique sob a direção do Dr. C.G. Jung. Estes testes foram realizados principalmente com base na assim chamada classificação de Krapelin-Aschaffenburg. Eles mostram o tempo de reação, classificam a resposta à palavra estimuladora como interna, externa e tímida, mostra resultados separados para a primeira e a segunda centenas de palavras para o tempo de reação e a qualidade da reação quando o sujeito está distraído por sustentar uma idéia na mente, ou quando ele responde enquanto controla o tempo com um metrônomo. Alguns dos resultados estão sumariados em Jung, *Analytical Psychology*, cap. II, traduzido por Dr. Constance E. Long.

sa ser ouvida no tumulto que não grita, ou ser visto no clarão que não pisca como um sinal elétrico? A vida de um morador citadino carece de solidão, silêncio, tranqüilidade. As noites são barulhentas e flamejantes. As pessoas de uma grande cidade são atormentadas por som incessante, ora violento e embriagado, ora envolvido por ritmos inconclusos, mas contínuo e sem remorso. Sob o pensamento moderno do industrialismo vem um banho de ruído. Se suas discriminações são freqüentemente vulgares e bobas, há pelo menos aqui alguma porção de razão. O povo soberano determina a vida e a morte e a felicidade sob condições onde tanto a experiência como o experimento mostra o pensamento ser bastante difícil. “O intolerável peso do pensamento” é um peso quando as condições tornam-no opressivo. Não é um peso quando as condições são favoráveis. É tão hilariante pensar como é dançar, e tão natural.

Cada homem cujo negócio é pensar sabe que ele precisa em parte do dia criar para si um reservatório de silêncio. Mas, naquela confusão que elogiamos com o nome de civilização, os cidadãos realizam o perigoso negócio de governar sobre as mais difíceis condições possíveis. Um reconhecimento débil desta verdade inspira o movimento por uma jornada de trabalho menor, por mais férias, por luz elétrica, ar, ordem, luz solar e dignidade em fábricas e escritórios.

Mas se a qualidade intelectual de nossa vida deve ser melhorada isso é simplesmente o início. Enquanto tantos empregos forem para o trabalhador uma rotina sem fim e propósito, um tipo de automatismo que utiliza um conjunto de músculos num padrão monótono, sua inteira vida tenderá ao automatismo no qual nada se distingue particularmente de qualquer outra coisa, a menos que seja anunciado por um trovão. Enquanto estiver aprisionado em multidões durante o dia e até mesmo de noite sua atenção irá vacilar e relaxar. Ele não será capaz de perceber e definir claramente onde ele é vítima de todo o tipo de tormento, numa casa que precisa ser ventilada, de seu trabalho maçante, crianças aos gritos, declarações rouquenhias, comida indigesta, ar ruim e ornamentos sufocantes.

Talvez ocasionalmente entremos num edifício que é organizado e espaçoso; vamos a um teatro onde uma peça moderna tenha afastada a

distração, ou vamos ao mar, a um lugar quieto, e lembremos quão barulhento, quão caprichosa, quão supérflua e clamorosa e ordinária é a vida urbana de nosso tempo. Aprendemos a compreender por que nossas confusas mentes percebem tão pouco com precisão, por que são capturadas e jogadas de cá para lá numa espécie de *tarantella*³² pelas manchetes e palavras e chamadas, por que tão freqüentemente elas não conseguem dizer algo a não ser ao discernir a identidade em suas aparentes diferenças.

5

Mas esta desordem externa é ainda mais complicada que a interna. Experimentos mostram que a velocidade, a precisão e a qualidade intelectual são perturbadas pelo que nos acostumamos a chamar de conflito emocional. Medidos em quintos de segundo, uma série de centenas de estímulos contendo tanto palavras neutras como ativas mostram uma variação entre 5 e 32 ou mesmo uma falha total para responder³³. Obviamente nossa opinião pública está em intermitente contato com complexidades de toda a espécie; com interesse econômico e ambição, animosidade pessoal, preconceito racial, sentimento de classe e tudo o mais. Eles distorcem nossa leitura, nosso pensamento, nossa conversação e nosso comportamento numa variedade de formas.

E finalmente como as opiniões não param nos membros normais de uma sociedade, e como, para os propósitos de uma eleição, a propaganda e os seguidores contam constituindo poder, a qualidade da atenção é ainda mais dispersa. A massa de analfabetos absolutos, imbecis, neuróticos grosseiros, indivíduos subnutridos e frustrados, é muito considerável, muito mais considerável do que geralmente supomos. Portanto, um apelo amplamente popular tem circulado entre as pessoas que são mentalmente infantis ou bárbaras, pessoas cujas vidas são um “brejo” de embaraço, pessoas cuja vitalidade está exaurida, pessoas acabadas, e pessoas cuja expe-

32. Dança folclórica do sul da Itália. O nome deriva da cidade de Taranto. A tarantela foi popularizada num concerto do século XIX por Chopin, Liszt e outros (N.T.).

33. JUNG. *Clark lectures*.

riência não compreendeu nada do problema em discussão. A corrente da opinião pública é paralisada por eles em pequenos remoinhos de incompreensão, onde é descolorada com prejuízo e analogia irreal.

Um “amplo apelo” leva em consideração a qualidade da associação, e é feito para as suscetibilidades que são amplamente distribuídas. Um apelo “estrito” ou “especial” é aquele que é feito para aquelas suscetibilidades que são incomuns. Mas o mesmo indivíduo pode responder com qualidade distinta a diferentes estímulos, ou ao mesmo estímulo em diferentes tempos. As suscetibilidades humanas são como um país alpino. Há picos isolados, há extensivos, mas separados planaltos, e há camadas profundas que são bem contínuas para quase toda a humanidade.

Deste modo os indivíduos cujas suscetibilidades alcançam a atmosfera rarefeita destes picos onde existe uma diferença esquisita entre Frege³⁴ e Peano³⁵, ou entre os períodos precoce e tardio de Sassetta³⁶, podem ser bons e leais republicanos num outro nível de apelo, e quando estão famintos e atemorizados, indistintamente de uma outra pessoa faminta e amedrontada. Não surpreende que os magazines com largas circulações prefiram a face de uma bela rapariga a qualquer outra marca comercial, uma face, bela o suficiente para ser sedutora, mas inocente o suficiente para ser aceitável. Pois o “nível físico” no qual o estímulo atua determina se o público será potencialmente grande ou pequeno.

6

Por decorrência, o ambiente em que nossas opiniões públicas atuam é refratário em muitas maneiras, por censura ou privacidade na fonte,

34. Friedrich Ludwig Gottlob Frege (08/11/1848-26/07/1925). Matemático e lógico alemão, inventor da moderna lógica matemática e fundador da tradição analítica da filosofia. Foi professor na Universidade de Jena de 1871 a 1917. Fez contribuições à filosofia da linguagem, incluindo uma influente teoria da distinção entre sentido e referência. Sua obra só seria valorizada a partir da metade do século XX (N.T.).

35. Giuseppe Peano (27/08/1858-20/04/1932), investigou a fronteira entre a geometria e a álgebra. Criou a Curva de Peano (N.T.).

36. Sassetta, pintor italiano e iluminador. Foi um dos pintores mais originais de Siena no século XV (N.T.).

por barreiras físicas e sociais na outra extremidade, por atenção escassa, por pobreza de linguagem, por distração, por constelações inconscientes de sentimento, por desgaste, violência, monotonia. Estas limitações sobre nosso acesso ao ambiente combinam com a obscuridade e a complexidade dos próprios fatos que impedem a clareza e a justa percepção, substituindo ficções enganosas por idéias aplicáveis, impedindo-nos de adequados exames dos que conscientemente se esforçam em enganar.

“ Parte III
Estereótipos ”

6 Estereótipos

1

Cada um de nós vive e trabalha numa pequena parte da superfície da Terra, move-se num pequeno círculo, e destas coisas familiares conhece somente algumas intimamente. Das ocorrências públicas que têm largos efeitos vemos, na melhor das hipóteses, somente uma fase e um aspecto. Isso é tão verdade para os eminentes bem-informados que rascunham tratados, fazem as leis e dão ordens, como para aqueles para os quais os tratados foram estabelecidos, para quem as leis foram promulgadas, e as ordens foram dadas. Inevitavelmente nossas opiniões cobrem um largo espectro, um longo período de tempo, um número maior de coisas que podemos diretamente observar. Elas têm, portanto, que ser formadas de pedaços juntados do que outros nos relataram e do que podemos imaginar.

Ainda assim os testemunhos não trazem de volta uma imagem inocente da cena¹. A experiência parece trazer algo à cena que mais tarde retira dela. O que freqüentemente se imagina ser o relato de um evento é, na realidade, a sua transfiguração. Poucos fatos na consciência parecem

1. Cf. LOCARD, E. *L'Enquête criminelle et les méthodes scientifiques*. Uma boa quantidade de material interessante tem sido recolhida nos últimos anos sobre a credibilidade do testemunho, que mostra, como foi comentado pelo ensaio do Dr. Locard em *The Times* (Londres) Literary Supplement (18/08/1921) – que a credibilidade varia por classes de testemunhos e classes de eventos, e também de acordo com tipos de percepção. Por decorrência, as percepções de tato, odor e gosto têm baixo valor de evidência. Nossa audição é defeituosa e arbitrária quando julga a fonte e a direção do som, e ao ouvir a conversa de outras pessoas “palavras que não são ouvidas serão fornecidas pela testemunha em toda a boa-fé. Terá uma teoria do significado da conversação, e ordenará os sons que ouviu para se ajustar à mesma”. Mesmo percepções visuais são passíveis de grande erro, como na identificação, reconhecimento, julgamento da distância, estimativa de números, por exemplo, o tamanho de uma multidão. Num observador não treinado, o sentido de tempo é altamente variado. Todas estas fraquezas originais são truques complicados da memória, e a incessante qualidade criativa da imaginação. Cf. também SHERINGTON. *The Integrative Action of the Nervous System*, p. 318-327. O falecido Professor Hugo Münsterberg escreveu um livro popular sobre este tema chamado *On the Witness Stand*.

ser meramente dados. A maior parte dos fatos na consciência parece ser em parte feita. Um relato é o produto conjunto do conhecedor e do conhecido, no qual o papel do observador é sempre seletivo e usualmente criativo. Os fatos que vemos dependem de onde estamos posicionados e dos hábitos de nossos olhos.

Uma cena desconhecida é como o mundo de um bebê, “uma grande, florida, ruidosa confusão”². Esta é a maneira, diz o Sr. John Dewey³, que cada coisa nova impressiona um adulto, desde que a coisa seja realmente nova e estranha. “Línguas estrangeiras que não compreendemos sempre parecem zombarias, murmúrios, nos quais é impossível fixar um definitivo, categórico e individualizado grupo de sons. O interiorano numa rua abarrotada, um marinheiro de água doce no mar, um ignorante em esporte numa competição entre os especialistas de um jogo complicado, são outros exemplos. Ponha um homem inexperiente numa fábrica, e num primeiro momento o trabalho lhe parecerá uma confusão sem sentido. Todos os forasteiros de outra raça parecem proverbialmente similares a um visitante. Somente diferenças grosseiras de tamanho ou cor são percebidas por um estrangeiro num rebanho de ovelhas, cada qual perfeitamente individualizada pelo pastor. Uma mancha difusa e uma indiscriminada mudança na sucção caracterizam o que não entendemos. O problema de aquisição de sentido das coisas, ou (dito de outra forma) de formar hábitos de simples apreensão, é então o problema de introduzir (1) *precisão* e *distinção* e (2) *consistência* ou *estabilidade* de significado no que de outra forma é vago e inconstante”.

Mas o tipo de precisão e consistência introduzidas depende de quem as introduz. Numa passagem posterior⁴ Dewey dá um exemplo de como diferentemente um leigo experiente e um químico podem definir a palavra metal. “Maciez, dureza, lustro e brilho, bem pesado para seu tamanho... as duradouras propriedades de capacidade por terem sido forjadas e arrancadas sem quebrar, de terem sido amaciadas pelo calor e fortalecidas pelo frio, por reterem a figura e a forma dada, ou resistência à pressão

2. JAMES, W.M. *Principles of Psychology*. Vol. I, p. 488.

3. DEWEY, J. *How We Think*, p. 121.

4. Op. cit., p. 133.

e deterioração, seriam provavelmente incluídos” numa definição leiga. Mas o químico muito provavelmente, sem ignorar estas qualidades estéticas e utilitárias, define um metal como “um elemento químico que entra em combinação com oxigênio de modo a formar uma base”.

Na maior parte dos casos nós não vemos em primeiro lugar, para então definir, nós definimos primeiro e então vemos. Na confusão brilhante, ruidosa do mundo exterior, pegamos o que nossa cultura já definiu para nós, e tendemos a perceber aquilo que captamos na forma estereotipada para nós por nossa cultura. Dos grandes homens que se reuniram em Paris para resolver os assuntos da humanidade, quantos dos que lá estiveram foram capazes de ver a maior parte da Europa por si mesmos, ao invés de afirmarem seus compromissos sobre ela? Se alguém pudesse ter penetrado a mente de Clemenceau⁵, teria encontrado lá imagens de 1919, ou um grande depósito de idéias estereotipadas acumuladas e fortalecidas numa existência longa e belicosa? Ele viu os alemães de 1919, ou o tipo alemão que aprendeu a ver desde 1871? Viu o tipo, e, entre os relatos que lhe chegaram desde a Alemanha, levou em conta somente os relatos, ao que parece, que se adequaram ao tipo que tinha na cabeça. Se um abastado prussiano gritasse, aquele seria um autêntico alemão; se um líder trabalhador confessasse a culpa do império, não seria um autêntico alemão.

Num Congresso de Psicologia em Göttingen um interessante experimento foi feito com um grupo de observadores presumivelmente treinados⁶.

Não muito distante do salão no qual o Congresso se reunia acontecia um baile de máscaras. De repente a porta do salão abriu-se e um palhaço entrou correndo, sendo perseguido

5. Georges Clemenceau (1841-1929), primeiro-ministro francês (1906-1917) e ministro da Guerra apelidado de “o Tigre”. Antes de a Primeira Guerra começar, Clemenceau tinha advogado a idéia de seu país se preparar à guerra com a Alemanha. Ao se tornar ministro em 1917, restaurou a moral francesa e seu desejo de vencer a batalha. Liderou a delegação do país na Conferência de Paz de Paris, onde exigiu o desarmamento da Alemanha. Opôs-se a idéia da Liga das Nações preferindo a manutenção de uma aliança antialemã e foi crítico do “Plano de Catorze Pontos” de Wilson para a paz (N.T.).

6. GENNEP, A. Von. La formation des légendes, p. 158-159. Apud LANGENHOVE, F. van. *The Growth of a Legend*, p. 120-122.

loucamente por um negro, com revólver empunhado. Pararam lutando no meio da sala; o palhaço caiu, o negro sobre ele, e então os dois correram saindo do salão. Todo o incidente durou não mais do que vinte segundos. O presidente solicitou aos presentes que escrevessem imediatamente um relatório, pois haveria uma investigação judicial. Quarenta relatórios foram enviados. Somente um tinha menos de 20% de erros no que se refere aos fatos principais; catorze tinham 20% a 40% de erros; doze tinham entre 40 e 50%, treze mais de 50%. Além disso, em 20 relatos, 10% dos detalhes eram pura invenção e esta proporção crescia em 10 relatos e diminuía em seis. Em síntese, um quarto dos relatos era falso. Cabe assinalar que toda a cena foi montada e até mesmo fotografada previamente. Os 10 relatos falsos foram relegados à categoria de fantasia e lendas; 24 dos relatos foram meio lendários, e seis se aproximaram da evidência exata.

Portanto, de 40 observadores treinados escrevendo um relato responsável de uma cena que recém tinha acontecido frente aos seus olhos, mais do que a maioria viu uma cena que não tinha acontecido. O que eles viram? Poder-se-ia supor que era mais fácil dizer o que estava ocorrendo, que inventar algo que não estava acontecendo. Viram seus estereótipos deste tipo de embate. Todos eles ao longo de suas vidas adquiriram uma série de imagens de lutas, e estas imagens tremularam frente aos seus olhos. Num homem estas imagens deslocaram menos do que 20% da cena real, em treze homens mais do que a metade. Em trinta e quatro dos quarenta observadores os estereótipos preencheram pelo menos um décimo da cena.

Um renomado crítico de arte disse⁷ que “pelas quase infinitas figuras que uma forma pode assumir... Com nossa desatenção e insensibilidade, as coisas mal poderiam representar e descrever algo que poderíamos lembrar no futuro se não fosse pelas formas estereotipadas que a arte lhes empresta”. A verdade é ainda maior que isso, pois as formas estereotipadas emprestadas ao mundo não vem somente da arte, no sentido da pintura e escultura, mas de nossos códigos morais e filosofias sociais, assim como de nossas agitações políticas. Substitua na seguinte passagem

7. BERENSON, B. *The Central Italian Painters of the Renaissance*, p. 60ss.

do Sr. Berenson⁸ as palavras “política”, “negócio” e “sociedade” pela palavra “arte” e as sentenças não seriam menos verdadeiras:

[...] a não ser que os anos gastos no estudo de todas as nossas escolas de arte tenham nos ensinado também a ver com nossos próprios olhos, logo cairíamos no hábito de modelar seja lá o que virmos nas formas emprestadas de uma arte com a qual temos mais intimidade. Há o nosso padrão de realidade artística. Permita alguém nos dar as formas e as cores que não podem instantaneamente combinar com nosso insignificante estoque de formas e matizes banais, e nós balancearíamos a cabeça por seu fracasso em reproduzir as coisas que conhecemos ser o que de fato são, ou então acusamo-lo de insinceridade.

O Sr. Berenson refere-se de nosso desagrado quando um pintor “não visualiza os objetos exatamente como fazemos” e da dificuldade de apreciarmos a arte da Idade Média porque desde então “nossa maneira de visualizar as formas tem mudado milhares de vezes”⁹.

8. Bernard Berenson (1865-1959). Crítico de arte e especialista da arte italiana. Conhecido por sua coleção hoje espalhada em inúmeros museus dos Estados Unidos. Viveu a partir de 1900 em Settignano, próximo de Florença. Sua casa tornou-se uma Meca para os intelectuais europeus e americanos. Muitas de suas obras são ainda utilizadas por estudantes da história da arte, entre elas *Venetian Painters of the Renaissance* (1894), *Lorenzo Lotto* (1895), *Florentine Painters of the Renaissance* (1896), *Central Italian Painters of the Renaissance* (1897), *Drawings of the Florentine Painters* (1903), *North Italian Painters of the Renaissance* (1907), *Sketch for a Self-Portrait* (1949), *Rumor and Reflection* (1952), *The Passionate Sightseer* (1960), *Sunset and Twilight... Diaries 1947-1958*, ed. by Nicky Mariano (1963), e *Italian Pictures of the Renaissance* (repr. 1972) (N.T.).

9. Cf. também seu comentário em *Dante's Visual Images, and his Early Illustrators* em *The Study and Criticism of Italian Art* (First Series), p. 13. “Não podemos vestir Virgílio como um romano, dando-lhe ‘um perfil clássico’ e ‘majestosa carruagem’, a imagem de Virgílio por Dante foi não menos medieval, não mais baseada na reconstrução crítica da Antiguidade do que sua inteira concepção do poeta romano. Os ilustradores do século XIV fazem Virgílio parecer um acadêmico medieval, vestido com um quepe e toga, e não há razão por que sua imagem visual de Dante deva ser outra que não essa”. Ele continua para mostrar como no que se refere à figura humana fomos ensinados a ver o que vemos. “Criado por Donatello e Masaccio, e sancionado por humanistas, o novo cânone da figura humana, o novo molde de traços... apresentado às classes dominantes daquele tempo o tipo humano que mais provavelmente ganharia o dia no combate das forças humanas... Quem tinha o poder de superar este novo padrão de visão e, longe do caos das coisas, selecionar formas definitivamente mais expressivas da realidade que as fixadas por homens geniais? Ninguém possuía tal poder. As pessoas tinham forçosamente que ver as coisas naquela forma e em nenhuma outra, e ver somente as formas representadas, amar somente os ideais apresentados...” *The Central Italian Painters*, p. 66-67.

2

Se não podemos compreender completamente os atos de outras pessoas até que conheçamos o que elas pensam, então para fazer justiça temos que apreciar não somente a informação que tem estado à sua disposição, mas as mentes através das quais as informações foram filtradas. Para os protótipos aceitos, os padrões correntes e as versões padrões interceptam a informação em seu caminho à consciência. A americanização, por exemplo, é superficialmente ao menos a troca dos estereótipos americanos pelos europeus. Por decorrência o camponês via seu patrão como se fosse um senhorio e como um magnata local, é ensinado pela americanização a ver o patrão e o empregado de acordo com os padrões americanos. Isso constitui uma mudança mental, que é, na verdade, quando a inoculação é bem-sucedida, uma mudança de visão. Seus olhos vêem diferentemente. Uma senhora gentil confessou que os estereótipos são tão presunçosamente importantes que, quando os seus não são aceitos, ela é incapaz de aceitar a irmandade do homem e a paternidade de Deus: "Somos estranhamente afetados pelas roupas que vestimos. Vestimentas criam uma atmosfera mental e social. O que se pode esperar do americanismo de um homem que insiste em empregar um alfaiate inglês? O alimento de um ser é afetado por seu americanismo. Que tipo de consciência americana pode crescer na atmosfera de um chucrute e queijo Limburger? O que se pode esperar do americanismo de um homem cuja respiração quase sempre cheira a alho?"¹⁰

Esta senhora poderia muito bem ter sido a patronesse de um cortejo no qual um amigo meu esteve uma vez. Chamava-se *Melting pot*¹¹, e

10. Apud BIERSTADT, Mr. Edward Hale. *New Republic*, 01/06/1921, p. 21.

11. O termo é utilizado até hoje para referir o fato de que os Estados Unidos são uma terra de imigrantes que se integraram ao novo país acolhendo muitos de seus elementos culturais e históricos. *Melting pot* é uma contribuição judaica a esta discussão sobre a manutenção das raízes originais e sua adaptação ao novo mundo. O termo foi utilizado originalmente pelo Rabino Samuel Schulman, em 1907, num sermão na ceia de Pessach, a páscoa judaica, numa sinagoga de Nova York. Mas o termo adquiriu popularidade na peça do autor judeu Israel Zangwill *The Melting-Pot* de 1908. A estória relata um caso de amor de um jovem compositor judeu que se apaixona com a filha de um nobre russo anti-semita. Mas como eles viviam nos Estados Unidos, graças às possibilidades de integração a novos valores na sociedade, a animosidade acabaria sendo superada. O drama alcançou então grande sucesso popular (N.T.).

ocorreu em 4 de julho, numa cidade fabricante de automóveis onde muitos trabalhadores estrangeiros estavam empregados. No centro do parque de *basebol* na segunda base havia um enorme pote de madeira e lona. Havia escadarias de degraus na margem dos dois lados. Depois que a audiência acomodou-se, e a banda tocou, uma procissão surgiu na abertura de um dos lados do campo. Era constituída de homens de todas as nacionalidades estrangeiras empregadas nas fábricas. Vestiam suas roupas nativas, cantavam suas músicas nacionais; dançavam suas danças folclóricas, e carregavam faixas de toda a Europa. O mestre de cerimônias era o diretor da escola fantasiado de Tio Sam. Levou-os à tenda. Orientou-os a subir os degraus, para dentro. Chamou-os para fora outra vez pelo outro lado. Eles vieram vestidos com chapéu-coco, casacos, calções, colete, colar caipira e gravata polca, indubitavelmente, disse meu amigo, cada um com lápis Eversharp em seus bolsos, e todos cantando *Star-Spangled Banner*¹².

Aos promotores deste cortejo, e provavelmente para a maioria dos atores, era como se representassem o obstáculo mais íntimo a uma associação amistosa entre as antigas pessoas da América e as novas. A contradição de seus estereótipos interferia com o reconhecimento pleno de sua humanidade comum. As pessoas que modificam seus nomes sabem disso. Ao fazê-lo elas tentam modificar a si mesmas, e as atitudes dos estrangeiros para com elas.

Há certamente alguma conexão entre a cena e a mente através da qual a vemos, assim como existem homens de cabelos compridos e mulheres de cabelos curtos em reuniões radicais. Mas, para um observador interessado, uma leve conexão é suficiente. Mas se há duas cabeças de cabelo cortado e quatro barbudos na audiência, será uma audiência de barbudos e cabelos ralos ao repórter que conhece com antecedência que tais reuniões são compostas de pessoas com estes gostos no manuseio de seus cabelos. **Há uma conexão entre nossa visão e os fatos, mas é com frequência uma estranha conexão.** Vejam o caso de um homem que rara-

12. O hino americano *The Star-Spangled Banner* foi aprovado pelo Congresso dos Estados Unidos em 1931. Está baseado no poema de Francis Scott Key escrito em 14 de setembro de 1814 (N.T.).

mente olhe uma paisagem, a não ser para examinar as possibilidades de sua divisão em lotes para construção, muito embora tenha visto um número de cenários como esses dependurados em quadros na sala de estar. E deles ele aprendeu a pensar em tal cena como se fosse um pôr-do-sol rosa, ou uma estrada de interior com um campanário de igreja e uma lua cor-de-prata. Um dia ele vai ao interior, e por horas não vê qualquer panorama. Então o sol se põe parecendo rosa. É quando ele reconhece a cena e exclama que é bonito. Mas dois dias depois, quando ele tenta lembrar o que viu, as possibilidades são de que ele lembrará principalmente algum panorama de uma sala de jantar.

A não ser que esteja bêbado ou dormindo ou insano ele viu um pôr-do-sol, mas o que ele viu nele, e acima de tudo o que recorda dele, é mais o que a pintura a óleo lhe ensinou a observar, do que um pintor impressionista, por exemplo, ou um japonês culto teria visto e levado com ele. E o japonês e o pintor por sua vez teriam visto e lembrado mais da forma que aprenderam, a menos que tenha acontecido deles serem pessoas raras que encontram aparências frescas para a humanidade. Numa observação casual pegamos sinais reconhecíveis do ambiente. Os sinais estão no lugar das idéias, e estas idéias preencherão nosso repertório de imagens. Não vemos tanto assim este homem e aquele pôr-do-sol; ao invés disso observamos que aquela coisa é um homem ou um pôr-do-sol, e então vemos principalmente que nossa mente está cheia destes assuntos.

3

Há uma economia nisso. A tentativa de ver todas as coisas de uma nova maneira e em detalhe, mais do que tipos e generalidades, é exaustivo, e nos assuntos muito intensos praticamente fora de questão. Num círculo de amigos, e em relação a associados próximos ou competidores, nada pode ser substituído para a compreensão individual. Os que amamos e mais admiramos são os homens e as mulheres cujas consciências são povoadas mais pesadamente com pessoas do que com protótipos, que nos conhecem mais do que nos enquadram numa classificação na qual caberíamos. Mesmo sem dizer isso para nós mesmos, sentimos que

toda classificação está em relação a algum propósito não necessariamente nosso; que entre dois seres humanos uma associação não tem final digno na qual um não leva em consideração o outro como um fim em si mesmo. Há uma mancha em qualquer contato entre duas pessoas que não afirma como um axioma a inviolabilidade de ambos.

Mas a vida moderna é apressada e multifária, acima de tudo as distâncias físicas separam homens que estão freqüentemente em contato vital um com o outro, como o empregador e o empregado, o funcionário público e o eleitor. Não há nem tempo nem oportunidade para conhecimento íntimo. Em vez disso observamos um traço que marca um tipo muito conhecido, e o resto da imagem preenchemos com os estereótipos que carregamos em nossas cabeças. É um agitador. O que observamos, ou o que nos é dito. Bem, um agitador é um tipo de pessoa, e assim ele é este tipo de pessoa. Ele é um intelectual. Ele é um plutocrata. É um estrangeiro. É um "Europeu do Sul". Ele é de Back Bay¹³. Ele é graduado de Harvard. Quão diferente da declaração: é um graduado de Yale. É um indivíduo regular. É um graduado de West Point¹⁴. Ele é um velho sargento do exército. Ele é morador de Greenwich Village¹⁵: o que não sabemos dele então, e sobre ela? Ele é um banqueiro internacional. Ele é de Main Street.

As mais sutis e difundidas de todas as influências são aquelas que criam e mantêm o repertório de estereótipos. Conta-nos sobre o mundo antes de nós o vemos. Imaginamos a maior parte das coisas antes de as experimentarmos. E estas concepções, a menos que a educação tenha nos tornado mais agudamente conscientes, governam profundamente todo o processo de percepção. Eles marcam certos obje-

13. Trata-se de uma área de Boston, hoje ocupada por residências e lojas sofisticadas. Esta região foi aterrada a partir de 1850 (N.T.).

14. Fundado em 1802. Sua missão é treinar os oficiais do exército norte-americano. Seus cadetes passam um rigoroso treinamento. Entre seus graduados estão Ulysses Grant e Dwight Eisenhower; Jefferson Davis (Presidente dos Estados Confederados da América); e os generais Robert E. Lee, Douglas MacArthur e George Patton (N.T.).

15. Área residencial de Nova York, na região baixa da Ilha de Manhattan. Foi habitada nos tempos coloniais, e começou a atrair a partir de 1910 uma comunidade de artistas e escritores (N.T.).

tos como familiar ou estranho, enfatizando a diferença, de forma que o levemente familiar é visto como muito familiar, e o de alguma forma estranho como profundamente alienígena. São despertados por pequenos sinais, que podem variar desde um índice verdadeiro até uma vaga analogia. Despertados, eles inundam a visão fresca com imagens antigas, e projetam no mundo o que tem reaparecido na memória. Se não existissem uniformidades práticas no ambiente, não haveria economia e somente erro no hábito humano de aceitar previsão por visão. Mas há uniformidades suficientemente exatas, e a necessidade de economizar atenção é assim inevitável, de forma que a renúncia a todos os estereótipos por uma completa inocente aproximação à realidade empobreceria a vida humana.

O que interessa é o caráter dos estereótipos, e a credulidade com a qual nós os empregamos. E estes ao fim dependem dos padrões inclusivos que constituem nossa filosofia de vida. Se naquela filosofia supomos que o mundo é codificado de acordo com o código que possuímos, nós provavelmente faremos nossos relatos do que está ocorrendo descrevendo o mundo comandado pelo nosso código. Mas se nossa filosofia nos diz que cada homem é somente uma pequena parte do mundo, que nossa inteligência captura na melhor das hipóteses somente frases e aspectos numa rudimentar rede de idéias, então, quando utilizamos nossos estereótipos, tendemos a saber que são simplesmente estereótipos, considerando-os brandamente, modificando-os alegremente. Tendemos, também, dar-nos conta mais e mais claramente quando nossas idéias começam, onde elas começaram, como vieram a nós, por que as aceitamos. Toda história útil é anti-séptica desta maneira. Ela nos permite saber que um conto de fadas, que um livro escolar, que a tradição, que uma novela, peça, imagem, frase, plantaram uma preconcepção nesta mente, outra naquela.

Os que desejam censurar a arte não devem ao menos subestimar esta influência. Geralmente eles não compreendem isso, e quase sempre eles são absurdamente inclinados a prevenir outras pessoas de

descobrirem qualquer coisa não sancionada por elas. Mas a qualquer preço, como Platão em seu argumento sobre os poetas, elas sentem vagamente que os protótipos adquiridos através da ficção tendem a ser impostos à realidade. Portanto pode haver pouca dúvida de que os filmes estão construindo firmemente imagens que então são evocadas pelas palavras que as pessoas lêem nos jornais. Na experiência plena da raça não há auxílio à visualização comparável ao do cinema. Se um florentino desejasse visualizar os santos, poderia ir aos afrescos de sua igreja, onde poderia ver a visão dos santos padronizados a seu tempo por Giotto. Se um ateniense desejasse visualizar os deuses iria aos templos.

Mas o número de objetos que deveriam ser figurados não era grande. E no leste, onde o espírito do segundo mandamento era aceito amplamente, a retratação de coisas concretas era ainda mais escassa, e por causa daquilo talvez a faculdade de decisão prática fosse desta forma muito reduzida. No mundo ocidental, no entanto, durante os últimos poucos séculos houve um enorme aumento no volume e amplitude da descrição secular, a palavra imagem, a narrativa, a narrativa ilustrada, e finalmente a cinematografia e, talvez, a imagem falada.

As fotografias têm o tipo de autoridade sobre a imaginação hoje, da mesma forma que a palavra impressa tinha ontem, e a palavra falada tinha antes ainda. Elas parecem completamente reais. Nós acreditamos que elas vieram diretamente a nós sem a intervenção humana, e elas são o alimento imaginável da mente que menos esforço demanda. Qualquer descrição em palavras, ou mesmo em imagem inerte, requer um esforço de memória antes que a imagem possa existir na mente. Mas na tela todo o processo de observar, descrever, reportar, e então imaginar, é feito para você. Sem qualquer outro problema, a não ser o de estar desperto o resultado que sua imaginação está sempre buscando é apresentado na tela.

A idéia mais obscura torna-se vívida; sua idéia nebulosa, digamos da Ku-Klux-Klan, graças ao Sr. Griffith, adquire vívida forma quando você

vê *O nascimento de uma nação*¹⁶. Historicamente pode ser um formato errado, moralmente pode ser um formato pernicioso, mas é um formato, e desconfio que alguém que tenha visto o filme e nada mais saiba da Ku-Klux-Klan do que o Sr. Griffith possa ouvir este nome sem ver aqueles cavaleiros brancos.

5

E então quando falamos da mente de um grupo de pessoas, da mente francesa, da mente militarista, da mente bolchevique, estamos condenados a séria confusão, a menos que concordemos em separar o equipamento instintivo dos estereótipos, os padrões e a fórmula que têm um papel tão decisivo em construir o mundo mental ao qual o caráter nativo é adaptado e responde. Falhar em fazer esta distinção responde por “oceanos de conversa mole” sobre mentes coletivas, espíritos nacionais e psicologia racial. Para não deixar dúvidas, um estereótipo pode ser transmitido de uma forma tão consistente e peremptoriamente em cada geração de pai a filho que parece ser quase um fato biológico. Em alguns aspectos, poderemos nos tornar, como diz o Sr. Wallas¹⁷, biologicamente parasitas de nossa herança social. Mas certamente não há a menor evidência científica que permita uma pessoa argumentar que os homens nascem com hábitos políticos do país no qual eles nascem. Como os hábitos políticos são parecidos na nação, o primeiro lugar que se deve observar para uma explicação é o berçário, a escola, a igreja, e não no lim-

16. O primeiro filme de longa metragem, *O nascimento de uma nação*, foi feito em 1915 e trata das lutas de uma família no sul dos Estados Unidos no período da Guerra Civil e após a reconstrução do país. Dirigido por David Wark Griffith, *O nascimento...* é reconhecido por suas inovações técnicas e a descrição dos estereótipos raciais e violência. Griffith e o cinegrafista G.W. “Billy” Bitzer inovaram com técnicas que revolucionaram a produção cinematográfica. O roteiro foi baseado nas novelas *The Leopard’s Spots* (1902) e *The Clansman* (1905) de Thomas Dixon Jr. Depois da Guerra Civil, o ex-coronel confederado Ben Cameron (Henry B. Walthall) observa as políticas radicais de Austin Stoneman (Ralph Lewis) que permite aventureiros e negros livres tomarem conta da vida política, sua cidade na Carolina do Sul. Um soldado negro (Walter Long) assalta a pequena irmã de Ben (Mae Marsh), e um político mulato (George Seigmann) pede para casar com a amada de Ben (Lilian Gish). Em resposta, Ben organiza a Ku-Klux-Klan, restaurando o controle branco de sua cidade natal. Embora historicamente fiel aos fatos, *O nascimento...* exagera e justifica a opressão branca contra os negros. O filme tornou-se um sucesso, sendo exibido nas salas de cinema por mais de 50 anos, apesar das controvérsias e protestos (N.T.).

17. WALLAS, G. *Our Social Heritage*, p. 17.

bo habitado pelas mentes grupais e os espíritos nacionais. Até que você tenha fracassado completamente em ver a tradição sendo legada por pais, professores, padres e tios, é um solecismo¹⁸ da pior espécie imputar as diferenças políticas ao germoplasma.

É possível tentar generalizar humilde e decentemente sobre as diferenças comparativas dentro de uma mesma categoria de educação e experiência. Mesmo esta é iniciativa complicada. Pois não há duas experiências completamente idênticas, nem mesmo duas crianças num mesmo lar. O filho mais velho nunca tem a experiência de ser o mais jovem. E por decorrência, até que possamos descontar a diferença de criação, precisamos evitar o julgamento sobre as diferenças da natureza. Da mesma forma, julgar a produtividade de duas almas ao se comparar suas produções antes que possamos saber qual está em Labrador e qual em Iowa, se eles têm sido cuidados e estimulados, exauridos, ou permitidos correr livremente.

18. São vícios de linguagem, ou seja, palavras ou construções que deturpam, desvirtuam ou dificultam a manifestação do pensamento, seja pelo desconhecimento, seja pelo descuido do emissor (N.T.).

7 Os estereótipos como defesa

1

Há outra razão, além da economia do esforço, porque tão frequentemente nós sustentamos nossos estereótipos quando perseguimos uma visão mais desinteressada. Os sistemas de estereótipos podem ser os cerne de nossa tradição pessoal, as defesas de nossa posição na sociedade.

Há uma imagem do mundo mais ou menos ordenada e consistente, a qual os nossos hábitos, nossos gostos, nossas capacidades, nossos confortos e nossas esperanças se ajustaram. Elas podem não ser uma imagem completa do mundo, mas são uma imagem de um mundo possível ao qual nós nos adaptamos. Naquele mundo as pessoas e as coisas têm seus lugares bem conhecidos, e fazem certas coisas previsíveis. Sentimo-nos em casa ali. Enquadramo-nos nele. Somos membros. Conhecemos o caminho em volta. Ali encontramos o charme do que é familiar, o normal, o seguro; seus bosques e formas estão aonde nos acostumamos a encontrá-los.

Não surpreende, portanto, que qualquer distúrbio dos estereótipos parece ser um ataque nos fundamentos do universo. É um ataque nos fundamentos do nosso universo, e, onde grandes coisas estão em risco, não admitimos facilmente que haja uma distinção entre nosso universo e o universo. Um mundo que se torna em algo no qual os que prezamos não valem nada, e os que desprezamos são nobres, é extremamente irritante. Há uma anarquia se nossa ordem de precedência não é a única somente possível. Se o manso devesse realmente herdar a terra, se o primeiro devesse ser o último, se só os que não têm pecado devessem atirar uma pedra, se a César devêssemos dar somente as coisas que são de César, então os fundamentos de auto-respeito dos que organizaram suas vidas como se estas máximas não fossem verdadeiras estremeçariam.

Um padrão de estereótipos não é neutro. Não é meramente um jeito de substituir ordem por uma exuberante, ruidosa confusão de realidade. Não é meramente um curto-circuito. São todas estas coisas e algo mais. É a garantia de nosso auto-respeito, é a projeção sobre o mundo de nosso sentido, do nosso próprio valor, nossa própria posição e nossos próprios direitos. Os estereótipos estão, portanto, altamente carregados com os sentimentos que estão presos a eles. São as fortalezas de nossa tradição, e atrás de nossas defesas podemos continuar a sentir-nos seguros na posição que ocupamos.

2

Quando, por exemplo, no quarto século a.C. Aristóteles escreveu sua defesa da escravidão em face do crescente ceticismo¹⁹, os escravos atenienses eram em grande parte indistinguíveis dos cidadãos livres. O Sr. Zimmern cita uma passagem divertida do “velho oligarca” explicando o bom tratamento dos escravos. “Suponha que fosse legal para um escravo ser agredido por um cidadão, aconteceria frequentemente que um ateniense poderia ser confundido por um escravo ou um estrangeiro e receber um golpe; uma vez que o povo ateniense não está mais bem-vestido do que um escravo ou estrangeiro, nem em sua aparência há qualquer superioridade”. Esta falta de distinção tenderia dissolver a instituição. Se os homens livres e os escravos fossem parecidos, qual seria a base para tratá-los tão diferentemente? Foi esta confusão que Aristóteles desejou clarificar em seu primeiro livro de política. Com infalível instinto entendeu que para justificar a escravidão ele precisava ensinar aos gregos um jeito de ver seus escravos compatíveis com a continuidade da escravidão.

Então, disse Aristóteles, há indivíduos que são escravos por natureza²⁰. “Ele então é por natureza feito um escravo, que é feito para tornar-se um bem de outra pessoa, e por causa daquilo assim ele o é”. Tudo

19. ZIMMERN. *Greek Commonwealth*. Nota de rodapé p. 383.

20. *Politics*, Bk. 1, Ch. 5.

isso quer dizer que seja lá o que for que seja escravo é que por natureza ele o é. Logicamente a declaração não tem valor, mas na verdade não é sequer uma proposição, e a lógica não tem nada a ver com isso. É um estereótipo, ou melhor, é parte do estereótipo. O resto é quase imediatamente consequência. Depois de afirmar que os escravos percebem a razão, mas não estão autorizados a utilizá-la, Aristóteles insiste que “é intenção da natureza tornar corpos de escravos e homens livres diferentes uns dos outros, que um deve ser robusto para seus propósitos necessários, enquanto o outro deve ser ereto; inútil na verdade para trabalhos servis, mas ajustado para a vida civil... É claro então que alguns homens são livres por natureza, e outros são escravos...”

Se nos perguntarmos qual é o problema com o argumento de Aristóteles, descobrimos que ele começou a erguer uma grande barreira entre si próprio e os fatos. Quando diz que os que são escravos o são porque por natureza estavam predestinados a serem escravos, ele de uma vez só excluiu a questão fatal se aqueles homens particulares que se tornaram casualmente escravos eram homens que estavam predestinados por natureza a serem escravos. Esta pergunta colocaria em dúvida cada caso de escravidão. E uma vez que o fato de ser escravo não era evidência de que um homem estava destinado a ser um, teste seguro algum restou. Aristóteles, portanto, excluiu inteiramente a dúvida destrutiva. Os que eram escravos estavam destinados a serem escravos. Cada proprietário de escravo deveria ver seus bens como escravos naturais. Uma vez que seu olho tinha sido treinado a vê-los daquela forma, ele observaria como confirmação de seu caráter servil o fato de que eles realizavam trabalho servil, que eram competentes para fazerem trabalho servil, e que tinham músculos para o trabalho servil.

Este é um estereótipo perfeito. Seu selo de qualidade é que precede o uso da razão; é uma forma de percepção, impõe certo caráter nas informações do nosso sentido antes que as informações atinjam a inteligência. O estereótipo é como se fosse a vidraça de lavanda da Rua Beacon, como o porteiro de uma festa de fantasia que julga se o convidado tem um disfarce apropriado. Não há nada tão obstinado à educação ou à crítica como o estereótipo. Ele rotula consigo a evidência no ato mesmo

de buscar a evidência. Por isso que os relatos de viajantes que retornam são freqüentemente histórias do que o viajante carregou consigo na sua viagem. Se ele carregou principalmente seu apetite, um entusiasmo por sanitários azulejados, uma convicção que o carro Pullman é o ápice do conforto humano, e uma crença de que é adequado dar gorjetas a garçons, motoristas de táxi, e barbeiros, mas de jeito algum a agentes das estações e lanterninhas, então sua odisséia será repleta de boas refeições e más refeições, aventuras nos banheiros, escapadas nos compartimentos dos trens, e demanda voraz por dinheiro. Ou se ele for alguém mais sério, enquanto estiver em jornada poderá visitar lugares mais famosos. Ao chegar, e dando uma olhadela furtiva ao monumento, poderá enfiar sua cabeça num Baedeker²¹, ler cada uma das palavras, e mover-se à próxima celebrada atração; e assim retornar com uma impressão compacta e ordenada da Europa, classificada com uma estrela, ou duas.

Em alguma medida, estímulo externo, especialmente quando há palavras impressas ou faladas, evoca alguma parte de um sistema de estereótipos, de forma que a sensação real e o preconceito ocupam a consciência ao mesmo tempo. As duas estão misturadas, como se nós olhássemos o vermelho através de óculos azuis e víssemos o verde. Se o que estamos olhando corresponde bem ao que antecipamos, o estereótipo é reforçado para o futuro, como ocorre com um homem que sabe antecipadamente que os japoneses são espertos e tem a má sorte de cruzar com dois japoneses desonestos.

Se a experiência contradiz o estereótipo, uma das duas coisas acontece. Se o homem não é mais maleável, ou se algum interesse poderoso torna altamente inconveniente reorganizar seus estereótipos, ele despreza a contradição como uma exceção que prova a regra, desacredita a testemunha, encontra uma falha em algum lugar, e trata de esquecê-lo. Mas se for curioso e aberto, a novidade é trazida para dentro do quadro, permitindo-se que o altere. Às vezes, se o incidente é suficientemente sur-

21. Verlag Karl Baedeker é um editor alemão e pioneiro mundial na publicação de guias de viagem. Os guias referidos usualmente como “Baedekers” contêm descrições de edifícios, de coleções de museus e outros textos explicativos, escritos pelos melhores especialistas. Usualmente há dois formatos, um manual e outro em formato menor (N.T.).

preendente, de forma que se sinta desconfortável com seu esquema estabelecido, ele pode ser sacudido ao ponto de não acreditar nas formas usuais de ver a vida, e esperar naturalmente que algo não seja o que geralmente se supõe que seja. No caso extremo, especialmente se for letrado, pode desenvolver uma paixão em inverter o cânone moral fazendo Judas, Benedict Arnold²², ou César Bórgia²³ o herói de sua estória.

3

O papel representado pelo estereótipo pode ser visto nas estórias alemãs sobre os franco-atiradores belgas. Estas estórias muito curiosamente foram inicialmente refutadas por uma organização de padres católicos alemães conhecida como *Pax*²⁴. A existência de estórias de atrocidade não são em si mesmas notáveis, nem o povo alemão acreditava nelas prazerosamente. Mas é notável que uma sociedade altamente conservadora de patriotas alemães tenha se posto ainda em 16 de agosto de 1914 a contradizer a coleção de calúnias do inimigo, ainda que tais calúnias fossem de extremo valor para aliviar a perturbada consciência de seus concidadãos. Por que a Ordem Jesuíta em particular deveria se pôr a destruir uma ficção tão importante para a moral combatente da Alemanha?

Cito o relato de F. van Langenhove:

Com dificuldade tinham os exércitos alemães entrado na Bélgica quando estranhos rumores começaram a circular. Eles se espalharam de lugar a lugar, foram reproduzidos pela imprensa, e logo permearam a Alemanha inteira. Se dizia que o

22. É conhecido como um dos mais célebres traidores da história. Trata-se de um general de sucesso de Connecticut no período da Revolução Americana, que acabaria trocando de lado ajudando os britânicos em 1780 (N.T.).

23. Cesare Borgia (César Bórgia), nascido provavelmente em Roma em 1475/1476 e morto em Viana, Espanha, em 1507. Líder militar, filho ilegítimo do Papa Alexander VI e irmão de Lucrecia Bórgia. Foi arcebispo de Valência em 1492 e cardeal em 1493. Após a morte de seu irmão, assumiu o comando das tropas papais em 1497. Ao casar-se com a irmã do rei de Navarra, se demite das funções eclesiásticas. Foi um ato politicamente calculado para obter o apoio da França em sua campanha para recuperar o controle dos Estados papais. Venceu inúmeras batalhas nos Estados papais entre 1499 e 1503, ganhando reputação de assassino frio. Por isso mesmo é citado inúmeras vezes por Maquiavel em sua obra *O príncipe*. Com a morte de seu pai, o Papa Alexander VI, em 1503, que lhe servia de sócio e inspirador nestas ações, o novo papa, Julius II, lhe exigiu a entrega das possessões. Escapou da prisão na Espanha e morreu lutando em Navarra.

24. LANGENHOVE, F. van. *The Growth of a Legend*. O autor é um sociólogo belga.

povo belga, *instigado pelos clérigos*, interveio de forma perversa nas hostilidades; tinha atacado de surpresa esquadrões isolados; tinha indicado ao inimigo as posições ocupadas pelas tropas; que homens idosos, e até mesmo crianças, eram culpados de atrocidades horríveis contra feridos e indefesos soldados alemães, *arrancando seus olhos e cortando fora os dedos, o nariz e as orelhas; que os padres de seus púlpitos exortavam as pessoas a cometerem estes crimes, prometendo a elas que seriam premiadas no Reino dos Céus, e inclusive assumiram a liderança nesta barbaridade*.

A credulidade pública aceitou estas estórias. Os poderes superiores no estado as saudaram sem hesitação e as endossaram com sua autoridade...

Desta forma a opinião pública na Alemanha foi perturbada e uma viva indignação se manifestou, dirigida especialmente aos padres, que eram os responsáveis pelas barbaridades atribuídas aos belgas... Por um natural desvio, a raiva, de que eram vítimas, foi dirigida pelos alemães contra o clérigo católico em geral. Protestantes foram permitidos atacar os católicos. Uma nova *Kulturkampf* foi solta.

Os católicos não demoraram a agir contra esta atitude hostil (italícos são meus)²⁵.

Pode ter havido algum combate. Seria extraordinário se todo belga furioso corresse até a biblioteca, abrisse um manual de lei internacional, e se informasse se ele tinha o direito de disparar contra o barulho infernal dos andarilhos nas suas ruas. Não seria menos extraordinário se algum exército que nunca esteve sob fogo não considerasse cada bala que vinha em sua direção como desautorizada, porque era inconveniente, e como se fosse de alguma forma uma violação das regras de *Kriegspiel*²⁶, que então constituía sua única experiência de guerra. Pode-se imaginar

25. Op. cit., p. 5-7.

26. *Kriegspiel* (em alemão, jogo de guerra) é uma variação de xadrez inventada por Henry Michael Temple em 1899 baseado no *Kriegspiel* original de Georg von Rassewitz em 1812. Neste jogo cada jogador pode ver somente as suas peças. Por esta razão é necessário que haja uma terceira pessoa (ou computador) que atua como juiz, e que tem todas as informações sobre o andamento do jogo. Quando um jogador tenta uma jogada o juiz declara o movimento "legal" ou "ilegal". Se for ilegal, o jogador tenta novamente. Cada jogador recebe informações sobre *checks* e capturas. Uma vez que a posição do oponente é desconhecida, *Kriegspiel* não é um jogo de informação perfeita. Ele deriva de um jogo de guerra utilizado no século XIX na Alemanha para treinar oficiais militares (N.T.).

que as pessoas tendessem a se convencer de que a quem causavam estas coisas terríveis eram de fato pessoas terríveis. E assim a lenda deve ter surpreendido até que tenha alcançado os censores e propagandistas, que, acreditando ou não, viram seu valor, deixando-a chegar aos civis alemães. Eles também não ficaram plenamente tristes em descobrir que as pessoas as quais ofendiam eram seres subumanos. E acima de tudo, uma vez que a lenda vinha de seus heróis, estavam não só autorizadas a acreditar nela, como não seriam patriotas se não agissem assim.

Mas onde tanto é deixado à imaginação é porque a cena da ação é perdida na névoa da guerra, sem verificação e controle. A lenda dos ferozes padres belgas logo explorou um ódio antigo. Pois na mente dos maiores patriotas alemães protestantes, especialmente os da classe alta, a imagem das vitórias de Bismarck incluía uma longa disputa com os católicos romanos. Por um processo de associação, padres belgas tornaram-se padres, e o ódio aos belgas uma via para todos os seus ódios. Estes protestantes alemães fizeram o que alguns americanos fizeram quando submetidos ao *stress* da guerra, criando um objeto de ódio do inimigo no exterior e a todos os seus oponentes em casa. Contra este inimigo sintético, os hunos, dentro e fora da Alemanha, lançaram toda a animosidade que estava neles.

A resistência católica às histórias de atrocidade era, naturalmente, defensiva. Destinavam-se aquelas ficções particulares que despertavam a animosidade contra todos os católicos, em vez de ser contra somente aos católicos belgas. O *Informations Pax* – diz F. van Langenhove –, tinha somente um brasão eclesiástico e “confinava sua atenção quase exclusivamente aos repreensíveis atos atribuídos aos padres”. E uma pessoa não consegue ajudar sabendo um pouco que seja do que foi colocado em marcha na mente dos alemães católicos por esta revelação do que o império de Bismarck significava para eles; e também se havia alguma conexão obscura entre o conhecimento e o fato de que o proeminente político alemão, que estava disposto no armistício a assinar a pena de morte do império, era Erzberger²⁷, o líder do Partido Católico de Centro.

27. Desde que isso foi escrito, Erzberger foi assassinado.

8

Os pontos fracos e seus valores

1

Tenho falado de estereótipos ao invés de ideais, porque a palavra ideal é usualmente reservada para o que consideramos seja o bom, o verdadeiro e o bonito. Deste modo, carrega a sugestão de que há aqui algo a ser copiado ou alcançado. Mas o nosso repertório de impressões fixas é mais largo do que isso. Contém caloteiros ideais, políticos ideais do tipo Tammany²⁸, chauvinistas ideais, agitadores ideais, inimigos ideais. Nosso mundo estereotipado não é necessariamente o mundo que gostaríamos que fosse. É simplesmente o tipo de mundo que esperávamos que fosse. Se os eventos se encaixam nele há uma sensação de familiaridade, e sentimos que estamos nos movendo com o movimento dos eventos. Nosso escravo precisa ser escravo por natureza, se somos atenienses que não desejam ter remorsos. Se tivéssemos dito aos nossos amigos que conseguimos acertar 18 buracos de golfe em 95 arremessos, nós dizemos a eles após percorrer toda a trilha em 110 tacadas, e que não somos hoje o que sempre somos. Ou seja, nós não nos acostumamos com o pateta que deu 15 tacadas de-sastradas. A maioria de nós trataria dos assuntos através de uma coleção

28. Comitê Executivo do Partido Democrata de Nova York. O grupo foi organizado em 1789 em oposição ao Partido Federalista que reunia os “aristocratas” no poder. A Sociedade de Tammany foi incorporada em 1805, como organização benevolente; seu nome derivou de uma associação pré-revolucionária cujo nome origina-se do chefe indígena benevolente Tammanend. O grupo identificou-se com o Partido Democrata da cidade. A estrutura social da cidade mudou radicalmente em 1817 quando imigrantes irlandeses, protestando o fanatismo de Tammany, forçaram sua entrada na organização e ao usufruto dos benefícios. Este benefício foi depois ampliado aos homens sem propriedades. No entanto, o apelo a grupos étnicos e religiosos, a utilização de presentes aos pobres, e o suborno de líderes políticos rivais tornou o nome Tammany Hall um sinônimo de corrupção política. Ela controlava as disputas eleitorais da cidade de Nova York e ajudava os imigrantes irlandeses ascenderem no cenário político do país. Controlava as indicações do Partido Democrata, tendo patrocinado em Manhattan várias vitórias municipais desde Fernando Wood em 1854 até (mas não inclusive) à eleição de Fiorello LaGuardia em 1934 (N.T.).

casual e variável de estereótipos, se alguns poucos homens em cada geração não se envolvessem constantemente em organizar, padronizar, e melhorá-los em sistemas lógicos, conhecidos como as “leis da economia política”, os “princípios da política” e similares. Geralmente quando escrevemos sobre a cultura, a tradição e a mentalidade do grupo, estamos pensando nestes sistemas aperfeiçoados por pessoas de gênio. Agora não há divergência sobre a necessidade de estudo constante e da crítica de algumas destas versões idealizadas, mas o historiador dos povos, o político e o publicitário não podem parar lá. O que opera na história não é a idéia sistemática formulada por um gênio, mas imitações alteradas, réplicas, falsificações, analogias e distorções nas mentes individuais.

Deste modo o marxismo não é necessariamente o que Karl Marx escreveu em *O capital*, mas seja lá o que for que todas suas seitas antagônicas acreditam, os que afirmam serem os verdadeiros crentes do evangelho, você não pode deduzir a história do cristianismo, nem da Constituição a história política da América. É o capital como concebido, o evangelho como pregado e a pregação como entendida, a Constituição como interpretada e administrada, que você acaba seguindo. Uma vez que há uma influência recíproca entre a versão padronizada e as versões correntes, são estas versões distribuídas entre os homens que afetam seus comportamentos²⁹. “A Teoria da Relatividade”, diz um crítico cujas pálpebras, como as de Lady Lisa, estão um pouco fatigadas, “promete se tornar um princípio tão adequado à aplicação universal como aconteceu com a Teoria da Evolução. Esta teoria tardia, ao invés de ser uma hipótese biológica técnica, tornou-se um guia inspirador aos trabalhadores de pra-

29. Mas infelizmente é bastante difícil conhecer esta cultura verdadeira do que é sumariar e comentar o trabalho do gênio. A cultura verdadeira existe nas pessoas muito ocupadas para tolerar a incomum tarefa de formular suas próprias crenças. Elas as recordam somente incidentalmente, e o estudante raramente sabe quão típicas são suas informações. Talvez o melhor que ele possa fazer é seguir a sugestão de Lord Boyce (*Modern Democracies*, vol. I, p. 156) para que ele se mova livremente “entre todos os tipos e condições humanas”, em busca de pessoas sem preconceitos em todas as vizinhanças que tenham a habilidade de formar conceito. “Há talento que longa prática e ‘toque pessoal’ confere. O observador treinado aprende como desfrutar graças a indicações pequenas, da mesma forma que um marinheiro discerne, antes ainda que um continental, os sinais de uma tempestade aproximando-se”. Há, em suma, um enorme trabalho de suposição envolvido, e não surpreende que acadêmicos, que desfrutam precisão, tão frequentemente confinam suas atenções às formulações mais claras de outros acadêmicos.

ticamente todos os campos de conhecimento: maneiras e costumes, moralidade, religiões, filosofias, artes, motores a vapor, trens elétricos – tudo ‘evoluiu’. ‘Evolução’ tornou-se um termo muito geral; tornou-se também impreciso até que, em muitos casos, o original, o significado definitivo da palavra foi perdido, de forma que a teoria original evocada tornou-se incompreendida. Temos audácia suficiente para profetizar carreira similar e destino à Teoria da Relatividade. A teoria técnica da física, no momento precariamente compreendida, tornar-se-á ainda mais vaga e obscura. A história se repete, e a relatividade, como a evolução, depois de receber um número inteligível de apresentações inexatas de seu aspecto científico, será lançada numa carreira mundial de conquistas. Acreditamos que, então, chamar-se-á provavelmente *Relativismus*. Muitas destas amplas aplicações serão sem dúvida justificáveis; algumas serão absurdas e um número considerável, imaginamos, se reduzirão a truísmos. E a teoria da física, a mera semente desse poderoso crescimento, tornar-se-á uma vez mais uma preocupação puramente técnica de cientistas”³⁰.

Mas para a carreira de conquistador do mundo uma idéia precisa corresponder, ainda que de forma imperfeita, a algo. O Professor Bury mostra por quanto tempo a idéia de progresso permaneceu sendo um brinquedo especulativo. “Não é fácil”, ele escreve³¹, “para uma idéia de ordem especulativa penetrar e informar a consciência geral da comunidade até que ela assuma alguma corporificação externa e concreta, ou seja, recomendada por algum indiscutível material comprovador. No caso do progresso, ambas as condições foram preenchidas (na Inglaterra) no período de 1820-1850”.

A mais notável evidência foi fornecida pela revolução mecânica. “Homens que nasceram no início do século viram, antes que chegassem à idade dos trinta, o rápido desenvolvimento da navegação a vapor, a iluminação das cidades e casas por gás, a inauguração da primeira linha

30. *The Times* (Londres), Literary Supplement, 02/06/1921, p. 352. O Professor Einstein disse, quando esteve na América em 1921, que as pessoas tendiam a superestimar a influência de sua teoria, e subestimar sua exatidão.

31. BURY, J.B. *The Idea of Progress*, p. 324.

férrea”. Na consciência de um proprietário médio, milagres como esses formaram o padrão de sua crença na perfeição da raça humana.

Tennyson, que em questões filosóficas era uma pessoa bastante normal, nos diz que, quando foi no primeiro trem de Liverpool a Manchester (1830), pensou que as rodas corressem em sulcos. Então escreveu esta linha:

Deixemos que o grande mundo gire para sempre sobre os sonoros sulcos da mudança³².

Então uma noção mais ou menos aplicável a uma viagem entre Liverpool e Manchester foi generalizada num padrão do universo “para sempre”. Este padrão, considerado por outros, reforçado por deslumbrantes invenções, impôs um retorno otimista à teoria da evolução. Aquela teoria, naturalmente, é, como afirma o Professor Bury, neutra entre o pessimismo e o otimismo. Mas ela prometeu mudança contínua, e as mudanças visíveis no mundo marcaram tais conquistas extraordinárias da natureza, que a mente popular acabou confundindo uma coisa com a outra. Evolução, primeiro no próprio Darwin, e então mais elaborada em Herbert Spencer, foi um “progresso rumo à perfeição”.

2

O estereótipo representado por tais palavras como “progresso” e “perfeição” foi composto fundamentalmente por invenções mecânicas. E mecânico ele permaneceu, de uma forma geral, até hoje. Na América mais do que qualquer outro lugar, o espetáculo do progresso mecânico produziu profunda impressão, cobrindo todo o código moral. Um americano suportará qualquer insulto, à exceção de que não é progressista. Seja ele um nativo de longa ancestralidade, ou um imigrante recente, o aspecto que sempre impressionou seu olhar é o imenso crescimento físico da civilização americana. Isso constitui um estereótipo fundamental através do qual ele vê o mundo: o vilarejo do interior tornar-se-á uma grande metrópole, o modesto edifício um arranha-céu, o que é pequeno deve se tornar

grande; o que é lento deve se tornar rápido, o que é pobre deve se tornar rico; o que é pouco se tornará muito; seja o que for será mais.

Nem todo americano, naturalmente, vê o mundo desta forma. Henry Adams não via e William Allen White não vê. Mas aqueles homens vêem, são os mesmos que aparecem nas revistas devotadas à religião do sucesso e que aparecem como os criadores da América. Querem dizer que quando pregam a evolução, o progresso e a prosperidade, sendo construtivos, é o jeito americano de fazer as coisas. É fácil sorrir, mas, na verdade, eles estão utilizando um impressionante padrão de esforço humano. Para uma coisa ele adota um critério impessoal; para outro, adota um critério possível; para um terceiro, está habituando os homens a pensar quantitativamente. Para se ter certeza, o ideal confunde excelência com tamanho, alegria com velocidade, e a natureza humana com geringonça. E os mesmos motivos estão sempre em ação para impulsionar qualquer código moral, ou sempre estarão. O desejo pelo maior, o mais rápido, o mais alto, seja você um produtor de relógio de pulso ou microscópios, o amor, em suma, pelo superlativo e o inigualável é em essência uma nobre paixão.

Certamente a versão americana do progresso enquadrou um extraordinário leque de fatos na situação econômica e na natureza humana. Transformou uma quantidade incomum de belicosidade, cobiça e avidez por poder em trabalho produtivo. Não conseguiu, pelo menos até recentemente, frustrar seriamente a natureza ativa dos membros da comunidade. Eles criaram uma civilização que provê as pessoas que a fizeram com a sensação de ampla satisfação no trabalho, no amor e no lazer, e no avanço de suas vitórias sobre as montanhas, mundo selvagem, a distância, e a competição humana tornou ainda num dever aquela parte do sentimento religioso que é uma sensação de comunhão com o propósito do universo. O padrão tem sido um sucesso quase perfeito na seqüência de ideais, prática, e resultados, que qualquer desafio a eles é rotulado como antiamericano.

E, ainda assim, este padrão é uma forma muito parcial e inadequada de representar o mundo. O hábito de pensar sobre o progresso como “desenvolvimento” significou que muitos aspectos do ambiente foram

32. TENNYSON. *Memoir by his Son*. Vol. I, p. 195. Apud BURY, op. cit., p. 326.

simplesmente negligenciados. Com o estereótipo do “progresso” frente a seus olhos, os americanos viram na grandeza pouco que não concorresse com o progresso. Viram a expansão das cidades, mas não o crescimento das favelas; aplaudiram as estatísticas do censo, mas recusaram a considerar a superpopulação; apontaram com orgulho seu crescimento, mas não viram o aluvião da terra, ou a imigração não assimilada. Expandiram furiosamente a indústria, indiferentes aos custos ambientais; construíram corporações gigantescas sem acomodar as relações industriais. Cresceram para ser uma das nações mais poderosas da terra sem preparar suas instituições ou suas mentes para pôr um fim ao seu isolamento. Eles tropeçaram na Guerra Mundial despreparados física e moralmente, e tropeçaram outra vez, muito desiludidos, mas dificilmente mais enriquecidos.

Na Guerra Mundial a influência do bom e do mal no estereótipo do americano era claramente visível. A idéia de que a guerra poderia ser vencida recrutando-se exércitos ilimitados, aumentando créditos ilimitados, construindo ilimitado número de navios, produzindo munição ilimitada, e concentrando-os sem limite, enquadrava-se no estereótipo tradicional, e resultou em algo como um milagre físico³³. Mas entre os mais afetados pelo estereótipo não havia lugar para a consideração sobre quais eram os frutos da vitória, ou de como eles seriam obtidos. Portanto, os objetivos foram ignorados, ou considerados como automáticos, e a vitória foi concebida, porque o estereótipo demandava isso, como nada além da vitória aniquiladora no campo de batalha. Em tempos de paz você não perguntava para que servia o motor de um carro mais veloz, e na guerra você não perguntava para que servia a mais completa das vitórias. Mas em Paris o padrão não se adequou aos fatos. Na paz você pode ir sempre avante suplantando pequenas coisas com grandes, e grandes coisas por maiores ainda; na guerra, quando você venceu com vitória absoluta, você não pode ir avante a uma vitória mais absoluta. E

33. Tenho em mente o transporte e o envio de dois milhões de soldados ao exterior. O Professor Wesley Mitchell assinala que a produção total de bens depois de nossa entrada na guerra não aumentou fortemente em volume ao longo daquele ano de 1916; mas que a produção para os propósitos da guerra cresceu.

se lhe falta este requisito, o fim da guerra é para você o que era para muito boas pessoas um anticlímax num mundo sombrio e insípido.

Isso marca o ponto onde o estereótipo e os fatos que não podem ser ignorados definitivamente partilham companhia. Há sempre um ponto como esse, porque nossas imagens de como as coisas se comportam são mais simples e mais fixas do que a vazante e o fluxo dos assuntos. Vem um tempo, portanto, quando os lugares obscuros vêm do limite do campo de visão ao centro. Então a menos que haja críticos que tenham a coragem de soar um alarme, e líderes capazes de entender a mudança, e um povo tolerante por hábito, o estereótipo, ao invés de economizar esforço, e focar a energia como ocorreu em 1917 e 1918, pode frustrar o esforço e desperdiçar a energia do homem cegando-o, como foi o caso daquelas pessoas que choraram por uma paz cartaginesa em 1919 e deploaram o Tratado de Versalhes em 1921.

3

Sustentado acriticamente, o estereótipo não só censura o muito que precisa ser levado em conta, mas quando o dia da avaliação chegar, e o estereótipo for abalado, provavelmente o que apropriadamente foi levado em conta afunda com ele. Ou seja, a punição estimada pelo Sr. Bernard Shaw³⁴ contra o livre-comércio, o livre contrato, a livre competição, a liberdade natural, o *laissez-faire* e o darwinismo. Cem anos atrás, quando ele poderia certamente ter sido um dos mais mordazes defensores destas doutrinas, ele não as teria visto como as vê hoje, no *Infidel Half Century*³⁵, serem desculpas para “humilhar o outro cidadão com impunidade, para toda a interferência de um governo orientador, para

34. George Bernard Shaw, nascido em 26 de julho de 1856, na Irlanda, e morto em 2 de novembro de 1950, na Inglaterra. Autor e crítico. Depois de se mudar para a Inglaterra em 1876, trabalhou como músico, escreveu livros e crítica teatral, e foi membro ativo da Sociedade Fabiana. Em sua primeira peça, *Widowers' Houses* (1892), ele enfatizou temas sociais e econômicos ao invés de romance. Em suas obras destacou-se o humor e ironia. Recebeu o Prêmio Nobel em 1925. Suas obras incluem *Arms and the Man* (1894), *Candida* (1895), *Caesar and Cleopatra* (1899), *Man and Superman* (1905), *Major Barbara* (1905), *The Doctor's Dilemma* (1911), *Pygmalion* (1913), *Androcles and the Lion* (1912), *Heartbreak House* (1919), e *Saint Joan* (1923) (N.T.).

35. *Back to Methuselah*. Prefácio.

todas as organizações, à exceção da organização policial que protege a fraude legalizada contra os golpes, para toda a tentativa de apresentar o propósito humano e intento e premeditação a respeito do colosso industrial como sendo ‘contrário às leis da economia política’”. Ele teria sido visto, então, como ocorreu com um dos pioneiros da marcha aos prados celestiais³⁶, que o tipo de propósito humano e intenção e premeditação pode ser encontrado num governo como os dos tios da Rainha Vitória. Teria visto não o forte humilhando o fraco, mas o tolo humilhando o forte. Teria visto propósitos, intenções e premeditações em ação, obstruindo a invenção, obstruindo o empreendedorismo, obstruindo o que seria infalivelmente reconhecido como o novo movimento da evolução criativa.

Mesmo agora o Sr. Shaw não está muito ansioso pela direção de qualquer governo orientador que conheça, mas em teoria ele deu um giro completo contra o *laissez-faire*. A mais avançada forma de pensar antes da guerra fez a mesma rota contra a noção estabelecida de que se você libera tudo, a sabedoria crescerá, e estabelecerá harmonia. Desde a guerra, com sua demonstração definitiva de governos orientadores, assistida por censores, propagandistas e espiões, Roebuck Ramsden e o Natural Liberty foram readmitidos à companhia dos pensadores sérios.

Uma coisa é comum nestes círculos. Há em cada conjunto de estereótipos um ponto onde o esforço cessa e as coisas acontecem naturalmente de acordo como você gostaria que acontecesse a eles. O estereótipo progressista, poderoso para incitar o trabalho, quase completamente oblitera a tentativa de decidir que trabalho e por que aquele trabalho. *Laissez-faire*, uma libertação abençoada do oficialismo estúpido, considera que os homens mover-se-ão por combustão espontânea em direção a uma preestabelecida harmonia. Coletivismo, um antídoto ao egoísmo cruel, na mente marxista, supõe um determinismo econômico em direção à eficiência e sabedoria por parte dos funcionários socialistas. Governo forte, imperialismo interno e no exterior, como sua melhor e profunda consciência do preço da desordem, apóia-se por último na noção

de que tudo o que interessa ao governado será conhecido pelos governantes. Em toda teoria há um lugar para o automatismo cego. Aquele lugar esconde algum fato, que se fosse levado em conta colocaria em dúvida o movimento vital que o estereótipo provoca. Se o progressista se perguntasse, como o chinês da anedota, o que desejaria fazer com o tempo poupado ao quebrar um recorde, se o defensor do *laissez-faire* tivesse que contemplar não somente as energias livres e exuberantes, mas o que algumas pessoas chamam de natureza humana, se o coletivista deixasse o centro de sua atenção ser ocupada com o problema de como ele afiançaria seus funcionários, se o imperialista fosse desafiado a duvidar de sua própria inspiração, você encontraria mais Hamlet e menos Henrique V. Pois estes lugares obscuros afastam as imagens que distraem, que com suas emoções conseqüentes podem causar hesitação e debilidade de propósito. Conseqüentemente, o estereótipo não só poupa tempo numa vida ocupada e é uma defesa de nossa posição na sociedade, mas tende a preservar-nos de todo efeito desconcertante de tentar ver firmemente o mundo e vê-lo completamente.

36. *The Quintessence of Ibsenism.*

9 Os códigos e seus inimigos

1

Qualquer pessoa que tenha ficado de pé no fim de uma plataforma ferroviária esperando por um amigo recordará como se enganou tomando-o por todo tipo de pessoa esquisita. O tipo de chapéu, uma leve característica no caminhar, evocava uma imagem viva em sua percepção. No sono, um tilintar pode soar como um repique de um grande sino; a batida distante de um martelo como um trovão. Pois nossas constelações de imagens vibrarão a um estímulo que talvez seja vagamente similar a algum de seus aspectos. Podem, na alucinação, tomar conta de toda a consciência. Eles podem penetrar muito pouco na percepção, embora esteja inclinado a pensar que tal experiência seja extremamente rara e altamente sofisticada, quando olhamos vagamente uma palavra familiar ou objeto, deixando de ser gradualmente familiar. **Certamente para a maior parte, a forma como vemos as coisas é uma combinação do que há lá e o que esperamos encontrar.** Os céus não são os mesmos para um astrônomo e para um par de enamorados; uma página de Kant começará diferente da linha de raciocínio num kantiano e num empirista radical; a bela do Taiti é mais bela a seu pretendente do Taiti do que aos leitores da Revista *National Geographic*.

Especialidade em qualquer tema é, de fato, a multiplicação no número de aspectos que estamos preparados a descobrir, mais o hábito de descontar nossas expectativas. Onde para o ignorante todas as coisas são iguais, e a vida é somente uma coisa após a outra, para o especialista as coisas são altamente individuais. Para o condutor, um epicurista, um *connoisseur*, o membro do gabinete do presidente, a esposa de um professor, há distinções evidentes e qualidades que não são evidentes a qual-

quer pessoa que discute automóveis, vinhos, antigos mestres da pintura, republicanos e professores universitários.

Mas em nossas opiniões públicas poucos podem ser especialistas, já que a vida é, como o Sr. Bernard Shaw já expôs, muito curta. Os que são especialistas o são somente em alguns poucos tópicos. Mesmo entre os soldados especialistas, à medida que aprendemos durante a guerra, cavaleiros especialistas não são necessariamente brilhantes com guerra de trincheira e tanques. **Na verdade, algumas vezes um pouco de especialidade num tema específico pode simplesmente exagerar nosso hábito humano normal de tentar apertar nos nossos estereótipos tudo o que pode ser apertado, e deixar de fora na escuridão o que não se encaixa.** Qualquer coisa que reconhecemos como familiar tendemos, se não formos muito cuidadosos, visualizar com a ajuda de imagens que já estão depositadas em nossa mente. Portanto, na visão americana do progresso e do sucesso existe uma imagem definitiva da natureza humana e de sociedade. É o tipo de natureza humana e de sociedade que logicamente produz o tipo de progresso que é considerado ideal. E então, quando procuramos descrever ou explicar homens reais bem-sucedidos, e os eventos que realmente aconteceram, buscamos outra vez neles as qualidades que são pressupostas nos estereótipos.

Estas qualidades foram padronizadas muito inocentemente por antigos economistas. Eles as estabeleceram para descrever o sistema social sob as quais eles viviam, e descobriram que elas eram muito complicadas para palavras. Então construíram o que sinceramente esperavam ser um diagrama simplificado, não tão diferente em princípio e em veracidade de um paralelogramo com pernas e cabeça no desenho de uma criança de uma complicada vaca.

O esquema consistia de um capitalista que tinha poupado diligentemente capital de seu trabalho, um empreendedor que concebeu uma demanda socialmente útil e organizou uma fábrica, um grupo de trabalhadores que livremente aceitou os termos de seu contrato de trabalho, um proprietário, um grupo de consumidores que comprou no mais barato mercado aqueles produtos que pelo cálculo de custo e benefício do con-

sumo imediato lhes daria o maior prazer. O modelo funcionou. O tipo de gente, que o modelo pressupôs, vivendo o tipo de mundo que o modelo supôs, invariavelmente cooperou harmoniosamente nos livros onde o modelo era descrito.

Com modificação e ornamento, esta ficção pura, utilizada pelos economistas para simplificar seus pensamentos, foi distribuída e popularizada até que prevaleceu, para largas parcelas da população, como a mitologia econômica de hoje. Forneceu uma versão padronizada do capitalista, fomentador, do trabalhador e do consumidor na sociedade que era naturalmente mais propensa a alcançar o sucesso do que a explicá-lo. Os edifícios que cresceram, e as contas bancárias que se acumularam, eram evidências de que o estereótipo de como as coisas tinham sido feitas eram corretas. E os que mais se beneficiaram do sucesso começaram a acreditar que eram o tipo de pessoas que deveriam de fato ser. Não surpreende que amigos sinceros de homens bem-sucedidos, quando lêem a biografia oficial e o obituário, têm que se conter de perguntar se de fato estes eram os seus amigos.

2

Para o dominado e as vítimas, a descrição oficial era, naturalmente, irreconhecível. Os que exemplificavam o progresso não paravam com frequência para perguntar se tinham chegado seguindo a rota traçada pelos economistas, ou por alguma outra via que gozasse de credibilidade, perguntavam as pessoas malsucedidas. “Ninguém”, diz William James³⁷, “vê além até uma generalização do que seu próprio conhecimento dos detalhes permite”. Os capitães da indústria viram nos grandes monopólios monumentos do (seu) sucesso; seus competidores derrotados viram os monumentos do (seu) fracasso. Em decorrência os capitães explicaram as economias e virtudes do *big business*, pediram que os deixassem livres, disseram que eram agentes da prosperidade e os promotores do comércio. Os vencidos insistiam sobre os desperdícios e as brutalida-

37. *The Letters of William James*. Vol. I, p. 65.

des dos monopólios, e pediram intensamente que o Departamento de Justiça liberasse os negócios de conspirações. Na mesma situação um lado viu o progresso, economia, e um desenvolvimento esplêndido; o outro, reação, extravagância, e contenção do comércio. Volume de estatísticas, anedotas sobre a verdade real e a verdade íntima, a verdade maior e mais profunda, foram publicadas para provar ambos os lados do argumento.

Pois quando um sistema de estereótipos é bem fixado, nossa atenção é chamada para aqueles fatos que o apóiam, nos afastando daqueles que o contradizem. Talvez por isso é que os que estão dispostos a descobri-lo, aquelas sinceras pessoas descobrem tantas razões para a delicadeza, as pessoas maliciosas tantas razões para a malícia. Falamos quase apropriadamente em ver através de espetáculos róseos, ou com olhar invejoso. Se, como escreveu certa vez Philip Little de um eminente professor, vemos a vida através de uma categoria sombria, nossos estereótipos de quem são as melhores pessoas e as classes baixas não estariam contaminados pela compreensão. O que é estranho será rejeitado, o que é diferente cairá em olhos cegos. Não vemos o que nossos olhos não estão acostumados a levar em conta. Algumas vezes conscientemente, mais freqüentemente sem saber, nos impressionamos por aqueles fatos que se encaixam em nossa filosofia.

3

Esta filosofia é mais ou menos uma série organizada de imagens para descrever o mundo não visto. Mas não somente para descrevê-lo. Para julgá-lo também. E, portanto, os estereótipos estão carregados de preferência, cobertos de afeto ou aversão, ligados aos temores, avidez, fortes desejos, orgulho, esperança. Seja lá o que invoque, o estereótipo é julgado com o sentimento apropriado. À exceção de onde nós deliberadamente mantemos o prejuízo em suspenso, não estudamos um homem para julgá-lo como sendo mau. Vemos um homem mau. Vemos uma manha de orvalho, uma donzela avermelhada, um santo padre, um inglês mal-humorado, um perigoso vermelho, um despreocupado boêmio, um

hindu preguiçoso, um oriental esperto, um eslavo sonhador, um volátil irlandês, um judeu ganancioso, um americano 100%. No mundo do dia-a-dia que é muitas vezes o verdadeiro juízo, muito antes da evidência, ele contém em si mesmo a conclusão que a evidência quase certamente confirmará. Nem a justiça, nem a piedade, nem a verdade entram em tal julgamento, pois o julgamento precedeu a evidência. Ainda assim, uma pessoa sem preconceitos, uma pessoa com visão completamente neutra, é tão unimaginável numa civilização que seja útil pensar que esquema algum de educação pode se basear naquele ideal. Prejuízos podem ser detectados, reduzidos e refinados, mas como homens finitos que são precisam com uma curta preparação escolar tratar e condensar uma vasta civilização, precisam carregar imagens disso por aí com eles, e ter prejuízos. A qualidade de seu pensamento e realização dependerá se aqueles prejuízos são amigáveis, amigáveis a outras pessoas, a outras idéias, se evocam amor ou o que é sentido como sendo positivamente bom, em vez de ódio ao que não está contido em sua versão do bom.

Moralidade, bom gosto e boa forma primeiro padronizam e então enfatizam alguns destes prejuízos subjacentes. Enquanto nos ajustamos aos nossos códigos, ajustamos os fatos que vemos àquele código. Racionalmente, os fatos são neutros às nossas visões de certo e errado. Na verdade, nossos cânones determinam em grande medida o que devemos perceber e como.

Um código moral é um esquema de conduta aplicado a um número de instâncias típicas. Comportar-se como determina o código é servir a todo e qualquer propósito que o código persegue. Pode ser a vontade de Deus, ou do rei, ou a salvação individual num bom, sólido, paraíso tridimensional, sucesso na terra, ou a serviço da humanidade. Os criadores do código fixam certas situações típicas, e então, através de alguma forma de raciocínio ou intuição, deduzem o tipo de comportamento que pode produzir o objetivo que aspiram conhecer. As regras servem para onde servem.

Mas na vida diária como pode um homem saber se o seu apuro é o que o legislador tinha em mente? Ele é orientado a não matar. Mas se

seus filhos são atacados, pode ele matar para evitar a matança? Os Dez Mandamentos são silenciosos neste ponto. Portanto, em torno de todo código há uma multidão de intérpretes que deduzem os casos mais específicos. Suponha, então, que os doutores da lei decidam que ele possa matar em autodefesa. Para o homem seguinte a dúvida é quase tão imensa; como sabe ele se está definindo autodefesa corretamente, ou que tenha julgado mal os fatos, imaginado o ataque, e seja realmente o agressor? Talvez tenha provocado o ataque. Mas o que é provocação? Exatamente estas confusões infectaram as mentes de muitos alemães em agosto de 1914.

Muito mais séria no mundo moderno do que qualquer diferença de código moral é a diferença nas suposições sobre os fatos aos quais o código é aplicado. Fórmulas religiosas, moral e política não são assim tão diferentes dos fatos supostos por seus devotos. Discussão útil, então, ao invés de comparar ideais, reexaminar as visões dos fatos. Assim, a lei que você deveria fazer para ser aplicada aos demais, assim como as feitas por eles para serem aplicadas sobre você, se apóia na crença de que a natureza humana é uniforme. A declaração do Sr. Bernard Shaw de que você não deveria fazer ao outro o que não gostaria que fizessem a você, porque seus gostos podem ser diferentes, apóia-se na crença de que a natureza humana não é uniforme.

A máxima de que a competição é a vida do comércio consiste de um tomo de suposições sobre motivos econômicos, relações industriais e o funcionamento de um sistema comercial particular. A afirmação de que a América nunca terá uma marinha mercante, a menos que seja propriedade privada e privadamente administrada, supõe certa conexão provada entre certo tipo de realização de lucro e incentivo. A justificativa por um propagandista bolchevique para a ditadura, espionagem e o terror, porque “cada estado é um aparato de violência”³⁸, é um julgamento histórico, verdade esta que não é auto-evidente para um não-comunista.

38. Ver *Two Years of Conflict on the Internal Front*, publicado pela Russian Socialist Federated Soviet Republic, Moscou, 1920. Traduzido ao inglês por Malcolm W. Davis para o *New York Evening Post*, 15/01/1921.

No cerne de todo código moral há a imagem da natureza humana, um mapa do universo, e a versão da história. Para a natureza humana (do tipo concebido), no universo (do tipo imaginado), seguindo uma história (assim entendida), as regras do código se aplicam. Por enquanto os fatos da personalidade, o ambiente e a memória são diferentes, e por enquanto as regras do código são difíceis de serem aplicadas com sucesso. Agora todo código moral tem que conceber a psicologia humana, o mundo material, e a tradição de um jeito ou de outro. Mas nos códigos que estão sob a influência da ciência, a concepção é conhecida por hipótese, enquanto nos códigos que vêm do passado sem serem examinados ou emergem das cavernas da mente, a concepção não é tomada como uma hipótese demandando prova ou contradição, mas como uma ficção aceita sem questionamento. Num caso, o homem é modesto sobre suas crenças, porque sabe que são tentativas e incompletas; em outras palavras ele é dogmático, porque sua crença é um mito completo. O moralista que se submete à disciplina científica sabe que, embora não saiba tudo, ele está a caminho de saber algo; o dogmático, utilizando um mito, acredita que ele próprio partilha do discernimento da onisciência, embora lhe falte o critério através do qual possa afirmar a verdade em vez do erro. Para distinguir a marca de um mito é que a verdade e o erro, o fato e a fábula, o relato e a fantasia, estão todos no mesmo plano de credibilidade.

O mito é, então, não necessariamente falso. Pode acontecer de ser plenamente verdadeiro. Pode acontecer de ser parcialmente verdadeiro. Se tiver afetado a conduta humana por longo tempo, é quase certo que contenha o que é importante e profundamente verdadeiro. O que um mito nunca contém é o poder crítico de separar suas verdades de seus erros. Pois aquele poder surge somente com a consciência de que opinião humana alguma, seja qual for sua suposta origem, é muito exaltada para o teste da evidência, que toda opinião é somente a opinião de alguém. E se você perguntar por que o teste da evidência é preferível a qualquer outro, não há resposta a menos que você deseje utilizar o teste para testá-lo.

4

A declaração é, eu penso, suscetível de prova esmagadora, de que o código moral assume uma visão particular dos casos. Sob o termo códigos morais eu incluo todos os tipos: o pessoal, o familiar, o econômico, o profissional, o legal, o patriótico, o internacional. No centro de cada um há um padrão de estereótipos sobre psicologia, sociologia e história. A mesma visão da natureza humana, instituições ou tradições raramente persistem em todos os nossos códigos. Compare, por exemplo, o código econômico e o patriótico. Há uma guerra que supostamente afeta a todos igualmente. Dois homens são sócios num negócio. Um se alista, o outro pega um contrato de guerra. O soldado sacrifica tudo, talvez até mesmo sua vida. A ele é pago um dólar ao dia, e ninguém diz, ninguém acredita que você possa torná-lo um soldado melhor com qualquer forma de incentivo econômico. Aquele motivo desaparece de sua natureza humana. O contratante sacrifica muito pouco, é pago um vistoso lucro sobre seus custos, e poucos dizem ou acreditam que possa produzir as munições se não fossem os incentivos econômicos. O fato pode ser injusto para ele. O ponto é que o código patriótico aceita supõe um tipo de natureza humana, o código comercial outro. E os códigos são provavelmente fundados em expectativas verdadeiras nesta medida, que quando um homem adota certo código tende a exibir o tipo de natureza humana que o código demanda.

Esta é uma razão por que é tão perigoso generalizar sobre a natureza humana. Um pai amoroso pode ser um patrão rançoso, um reformador municipal sério, e um chauvinista rapinador no exterior. Sua vida familiar, sua carreira profissional, sua política, e sua política externa são versões totalmente diferentes do que outros se parecem e como ele deveria atuar. Estas versões diferem pelos códigos na mesma pessoa, os códigos diferem de alguma forma entre as pessoas de um mesmo nível social, diferem fortemente entre os níveis sociais, e entre duas nações, ou duas bandeiras, podem diferir ao ponto onde não há qualquer suposição comum. Por causa disso é que as pessoas que professam o mesmo estoque de crenças religiosas podem ir à guerra. O elemento de suas crenças que determina a conduta é aquela visão dos fatos que eles supõem.

É aqui onde os códigos entram tão sutilmente e de uma forma tão difundida na formação da opinião pública. A teoria ortodoxa afirma que a opinião pública constitui um julgamento moral ou grupo de fatos. A teoria que estou sugerindo é que, no presente estado da educação, a opinião pública é primariamente uma versão moralizada e codificada dos fatos. Estou argumentando que o padrão dos estereótipos no centro de nossos códigos determina largamente que grupo dos fatos nós veremos, e sob que luz nós os enxergaremos.

Por causa disso, com a melhor boa vontade do mundo, a política noticiosa de um jornal tende a apoiar sua política editorial, porque um capitalista vê um conjunto de fatos, e certos aspectos da natureza humana, literalmente os vê; seu oponente socialista vê outro conjunto e outros aspectos, e porque cada um considera o outro irracional ou perverso, quando a diferença real entre eles é a diferença de percepção. Aquela diferença é imposta pela diferença entre o padrão capitalista e socialista de estereótipos. “Não há classes na América”, escreve um editor americano. “A história de toda a sociedade existente é a história da luta de classes,” diz o Manifesto Comunista. Se você tem o padrão mental do editor, você verá vivamente os fatos que confirmam isso, vaga e ineficazmente os que o contradizem. Se você tem o padrão comunista, você não só olhará para coisas diferentes, mas você verá com uma ênfase totalmente diferente o que você e o editor por acaso vêem em comum.

5

E uma vez que meu sistema moral se apóia em minha versão aceita dos fatos, aquele que nega tanto meus julgamentos morais ou minha versão dos fatos é para mim perverso, estranho, perigoso. Como devo considerá-lo? O oponente tem sempre que ser explicado, e a última explicação que sempre procuramos é que ele vê um conjunto distinto de fatos. Tal explicação evitamos, porque ela enfraquece o fundamento de nossas certezas que temos cultivado firmemente ao longo da vida e cultivado plenamente. É somente quando temos o hábito de reconhecer nossas opiniões como uma experiência parcial vista através de nossos estereótipos que nos tornamos verdadeiramente tolerantes de um oponente. Sem

aquele hábito, acreditamos no absolutismo de nossa visão, e conseqüentemente no caráter traiçoeiro de toda a oposição. Por enquanto os homens estão dispostos a admitir que há dois lados na “questão”, não acreditam que existam dois lados do que consideram seja um “fato”. E eles nunca acreditam nisso até que, após uma longa educação crítica, estão plenamente conscientes de como sua apreensão social dos dados sociais é de segunda mão e subjetiva.

Deste modo, onde duas facções vêem vividamente cada um o seu próprio aspecto, e tramam suas próprias explicações do que vêem, é quase impossível para eles creditarem ao outro a honestidade. Se o padrão se encaixa a suas experiências num ponto crucial, não vê mais isso como uma interpretação. Vê isso como “realidade”. Pode não parecer realidade, exceto de que isso culmina na conclusão do que se ajusta à experiência real. Posso representar minha viagem de Nova York a Boston por uma linha reta no mapa, da mesma forma que um homem pode considerar seu triunfo como o fim de uma rota reta e estreita. A via pela qual eu na verdade fui a Boston pode ter envolvido muitos desvios, muitas voltas e guinadas, assim como sua via pode ter envolvido muito além de puro empreendedorismo, trabalho e economia. Mas considerando que tenha alcançado Boston e ele seja bem-sucedido, a companhia aérea e a rota direta servirão como mapas prontos e disponíveis. Somente quando alguém tenta segui-los, e não chega, devemos responder as objeções. Se insistirmos em nossos mapas, e ele insistir em rejeitá-los, logo tendemos a considerá-lo como um bobo perigoso, e ele em considerar-nos como mentirosos e hipócritas. Assim gradualmente pintaremos uns os retratos dos outros. O oponente apresenta-se como sendo o bem enquanto todos os demais são descritos como a maldade. Por outro lado, nós o consideraremos um aborrecimento que não se encaixa no esquema das coisas. No entanto ele interfere. E uma vez que aquele esquema está baseado em nossas mentes em fato incontroverso fortificado por uma lógica irresistível, alguns lugares têm que ser encontrados para ele no esquema. Raramente na política ou nas disputas industriais é o lugar feito para ele pela simples razão de que ele olhou a mesma realidade e viu outro aspecto dela. Isso teria abalado todo o esquema.

Portanto para os italianos em Paris, Fiume³⁹ era italiano. Não era meramente uma cidade na qual poderia ter sido desejável incluir dentro dela o reino italiano. Era italiano. Eles fixaram toda sua mente na maioria italiana dentro das fronteiras legais da própria cidade. Os delegados americanos, tendo visto mais italianos em Nova York do que há em Fiume, sem considerar Nova York como italiana, fixaram seus olhos em Fiume como um porto de entrada na Europa Central. Viram vividamente os iugoslavos nos subúrbios e não-italianos no interior. Alguns dos italianos em Paris precisavam, portanto, dar uma convincente explicação da perversidade americana. Descobriram um jeito num rumor e começaram a espalhar, ninguém sabe onde, que um influente diplomata americano estava envolvido numa cilada de uma amante iugoslava. Ela tinha sido vista... Ele tinha sido visto... Em Versalhes na avenida... O casarão com enormes árvores.

Este é um jeito bem comum de afastar a oposição. Em sua forma mais difamatória algumas acusações raramente chegam à página impressa, e Roosevelt pode ter de esperar anos, ou meses difíceis, antes que possa forçar um tema, um fim à campanha de fofoca que chegou a todo círculo de conversação. Os homens públicos têm que suportar certo temor dos venenosos salões de clubes, das conversas de mesa de jantar, das injúrias dos vestiários femininos, dos repetidos, elaborados e cacarejados comentários feitos sem parar, e considerados como fofocas deliciosas. Enquanto este tipo de coisa é, creio, menos comum na América do que na Europa, ainda assim é raro um funcionário americano sobre o qual alguém não esteja repetindo um escândalo.

Da oposição fazemos vilões e conspiradores. Se o preço sobe sem misericórdia os aproveitadores conspiraram; se os jornais não reproduzem com fidelidade as notícias, há um golpe capitalista; se o rico é muito

39. Cidade conhecida também como Rijeka, situada na Croácia na costa do Mar Adriático. Foi possessão em várias oportunidades da Áustria, Croácia, França e Hungria, sendo conquistada por forças irregulares de italianos em 1919. O Tratado de Rapallo entre a Itália e a Iugoslávia (1920) garantiu a esta o *status* de independente, embora formalmente anexada à Itália quatro anos mais tarde. Foi transferido à Iugoslávia em 1947, passando em 1991, à Croácia, ano em que esta se tornou independente, após a desagregação da Iugoslávia, que havia sido constituída pelo Marechal Tito. Atualmente tem 143 mil habitantes.

rico, é porque estava roubando; se uma eleição renhida é perdida, o eleitorado é corrupto; se o homem de estado faz algo que você desaprova, foi comprado ou influenciado por alguma pessoa sem credibilidade. Se os trabalhadores estão agitados, são vítimas de agitadores; se estão agitados em amplas áreas, há conspiração em marcha. Se você não produz suficientes aviões, isso é trabalho dos espões; se há problema na Irlanda, é o “ouro” alemão ou bolchevique. E se você se torna um rígido, de aparência aberrante procurando por golpes, você verá ataques, o Plano Plumb⁴⁰, a rebelião irlandesa, a agitação muçulmana, a restauração do Rei Constantino, a Liga das Nações, a desordem mexicana, o movimento para reduzir armamentos, os filmes de domingo, as minissaias, desrespeito às leis contra as bebidas alcoólicas, a auto-afirmação do negro, como subgolpes de algum golpe grandioso concebido seja em Moscou, Roma, os maçons franceses, os japoneses, ou os Sábios de Sião⁴¹.

40. O Plano Plumb foi proposto por Glenn E. Plumb, conselheiro dos empregados ferroviários, e analisado como proposta de lei pelo Congresso dos Estados Unidos em 1919. Ele propunha que o sistema ferroviário se tornasse público. Apelava para que o governo adquirisse as propriedades do sistema a preço justo. Uma corporação quase pública representando o governo, operadores e os empregados iria então administrar a rede. As melhorias seriam financiadas por fundos federais e locais, com os lucros sendo utilizados para reduzir as taxas, comprar os títulos públicos e aumentar os salários. A proposição não foi aprovada, e em dezembro o Presidente Woodrow Wilson determinou o retorno das ferrovias à operação aprovada (N.T.).

41. Protocolos dos Sábios de Zion – trata-se de documento fraudulento que alegava ser a ata de uma reunião secreta de judeus no fim do século XIX e que discutia formas de subverter a cristandade e controlar o mundo. Apareceu na Rússia em 1905 e foram amplamente disseminados desde então pelo mundo, tornando-se um clássico da história do anti-semitismo. Nos Estados Unidos apareceu em 1920 sob a chancela de Henry Ford em seu jornal, *The Dearborn Independent*. Foi referido amplamente na década de 1930 por grupos fascistas e contrários a Roosevelt (N.T.).

10 A descoberta dos estereótipos

1

Diplomatas experimentados, obrigados a falar grosso aos povos em confronto, aprenderam como utilizar um largo repertório de estereótipos. Eles estavam tratando com uma precária aliança de potências, cada uma delas mantendo sua unidade na guerra somente através da mais cuidadosa liderança. O soldado comum e sua esposa, heróicos e abnegados além de qualquer coisa nas crônicas da coragem, não eram heróicos o suficiente para enfrentarem a morte alegremente por todas as idéias que eram ditas serem essenciais ao futuro da civilização pelos ministérios do exterior das potências estrangeiras. Havia portos, e minas, passagens nas montanhas rochosas, e “terras de ninguém” que poucos soldados teriam desejado ter cruzado para conquistar vilarejos para seus aliados.

Ocorre agora que numa nação, na qual o partido da guerra que estava no controle do Ministério do Exterior, do Alto Comando, e da maior parte da imprensa, tinha exigências no território de vários de seus vizinhos. Estas exigências eram chamadas de “A Grande Ruritânia”⁴² pelas

42. Ruritânia é um país ficcional na Europa Central que serve de contexto ao enredo de três livros do autor Anthony Hope. São eles *The Prisoner of Zenda* (1894), *The Heart of Princess Osra* (1896) e *Rupert Hentzaur* (1898). Este reino também serve a passagens de obras de outros autores. Acabou transformando-se num gênero de histórias de aventuras conhecido como Romanes Ruritâneos. Ruritânia é utilizada no meio acadêmico como um país hipotético nas discussões teóricas nas quais os debatedores apresentam idéias e concepções. Também é utilizado na retórica da política internacional. Por exemplo, o Ministro das Relações Exteriores da Austrália, Alexander Downer, citou Ruritânia como um inimigo ficcional para ilustrar um tratado de segurança entre seu país e a Indonésia assinado em 8 de novembro de 2006. Ruritânia é citado também como um país extremamente nacionalista no Cíberspaço Equatorial, um continente ficcional utilizado para a simulação de um programa de resolução de conflitos na Universidade de McGill. Em *Nations and Nationalism*, Ernest Gellner utiliza Ruritânia para descrever de forma estereotipada a ascensão do nacionalismo no século XIX na Europa. Teóricos da economia como Ludwig von Mises, Murray Rohbard, Henry Hazlitt e Walter Block utilizaram Ruritânia para ensinar conceitos econômicos. Isaac Azimov, em suas obras, o fez para contar piadas étnicas que estavam proibidas na sociedade de seu tempo (N.T.).

classes educadas que consideravam Kipling, Treitschke⁴³, e Maurice Barres⁴⁴ como 100% ruritâneos. Mas a grandiosa idéia não despertou entusiasmo no exterior. E assim, mantendo esta fina flor do gênio da Ruritânia, como seu laureado poeta disse, em seus corações, os homens de estado da Ruritânia foram em frente para dividir e conquistar. Eles dividiram a demanda em partes. Para cada pedaço invocaram aquele estereótipo que um ou mais de um de seus aliados consideravam difícil resistir, porque aquele aliado tinha demandas que esperavam encontrar aprovação pelo uso do mesmo estereótipo.

O primeiro setor era uma região montanhosa habitada por camponeses estrangeiros. Ruritânia a exigia para completar sua fronteira geográfica natural. Se você prestou atenção o tempo suficiente no valor inefável do que é natural, aqueles camponeses estrangeiros simplesmente se dissolveram numa névoa, e somente a ladeira das montanhas tornou-se visível. O próximo setor era habitado por ruritâneos, e baseado no princípio de que povo algum deve viver sob o jugo estrangeiro, eles foram reanexados. Então veio uma cidade de considerável importância comercial, não habitada por ruritâneos. Mas até o século XVIII fez parte da Ruritânia, e sob o princípio do direito histórico foi anexada. Mais adiante ainda houve o esplêndido depósito mineral de propriedade de estrangeiros e trabalhado por estrangeiros. Sob o princípio da reparação de prejuízo ele foi anexado. Além disso, havia o território habitado 97% por estrangeiros. Constituindo a fronteira geográfica natural de outra nação, nunca foi historicamente parte da Ruritânia. Mas uma das províncias que tinha se confederado com a Ruritânia tinha no passado negociado nestes mercados, e a classe alta era Ruritânica. Sob o princípio da superioridade cultural e a necessidade de defender a civilização, as terras foram exigidas. Finalmente, havia o porto totalmente desconectado da Ruritânia geográfica, étnica, econômi-

43. Heinrich von Treitschke (1834-1896), historiador alemão e político, foi o mais influente membro da escola prussiana de história no século XIX. Advogava a idéia de uma Alemanha poderosa sob o domínio de uma liderança prussiana.

44. O escritor e político francês Auguste Maurice Barrès (1862-1923) foi o autor de numerosas novelas, ensaios e artigos, e foi membro da Câmara de Deputados e da Academia Francesa.

ca, histórica e tradicionalmente. Foi determinado que era necessário para a defesa nacional.

Nos tratados que concluíram a Grande Guerra você pode multiplicar exemplos como este. Agora eu não quero implicar que penso que fosse possível reacomodar a Europa consistentemente com base em qualquer um destes princípios. Estou certo que não era. O simples fato de se usar estes princípios, tão pretensiosos e tão absolutos, significava que o espírito da acomodação não prevaleceu e que, portanto, a substância da paz não estava lá. No momento em que você começa a discutir fábricas, minas, montanhas, ou até mesmo autoridade política, como exemplos perfeitos de algum princípio eterno ou outro, você não está argumentando, você está brigando. Aquele eterno princípio censura todas as objeções, isola o tema de seu *background* e contexto, e provoca em você uma forte emoção, suficientemente apropriada ao princípio, altamente inapropriada às docas, depósitos e propriedades. E tendo começado com aquele estado de espírito você não pode parar. Um perigo real existe. Para encontrá-lo você tem que invocar mais princípios absolutos a fim de defender o que está disponível para o ataque. Então você tem que defender as defesas, erguer barreiras, e barreiras para as barreiras, até que todo o assunto esteja tão disputado que pareça menos perigoso lutar do que permanecer falando.

Há algumas pistas que freqüentemente ajudam a detectar o falso absolutismo do estereótipo. No caso da propaganda da Ruritânia os princípios esvaziaram um ao outro tão rapidamente que se podia prontamente ver como o argumento tinha sido construído. A série de contradições mostrou que para cada setor no qual aquele estereótipo foi empregado ele poderia obliterar todos os fatos que interferiam com a exigência. Contradição deste tipo é freqüentemente um bom indício.

2

Inabilidade em levar em conta o espaço é outro. Na primavera de 1918, por exemplo, grande número de pessoas, espantadas pelo recuo

da Rússia, demandou o “restabelecimento da Frente Oriental”. A guerra, na forma como tinha sido concebida, era de duas frentes, e quando uma delas desapareceu houve uma imediata demanda para que fosse recriada. O desocupado exército japonês deveria guarnecer a frente, substituindo a Rússia. Mas havia um obstáculo insuperável. Entre Vladivostok⁴⁵ e a linha de frente oriental havia cinco mil milhas de território, atravessada por uma linha férrea destruída. Ainda assim aquelas cinco mil milhas não estariam na mente dos entusiastas. Tão esmagadora era sua convicção de que a frente oriental era necessária, e tão grande sua confiança no valor do exército japonês, que, mentalmente, eles tinham projetado aquele exército de Vladivostok até a Polônia num tapete mágico. Em vão nossas autoridades militares argumentaram que posicionar tropas na margem da Sibéria tinha pouco a ver com alcançar os alemães, da mesma forma que escalar do porão ao telhado do edifício Woolworth pouco tinha a ver com alcançar a lua.

O estereótipo nesta instância era a guerra em duas frentes. Desde então os homens tinham começado a imaginar a Grande Guerra que tinham concebido com a Alemanha presa entre a França e a Rússia. Uma geração de estrategistas, e talvez duas, tinham vivido com aquela imagem visual como o ponto de partida de todos seus cálculos. Por quase quatro anos cada mapa de batalha que viram tinha aprofundada a impressão de que esta era a guerra. Quando os acontecimentos tiveram um novo destino, não foi fácil vê-los como eram então. Eram vistos através do estereótipo, e os fatos que conflitavam com ele, como a distância do Japão à Polônia, eram incapazes de chegar vivamente à consciência.

É interessante observar que as autoridades americanas trataram dos fatos mais realisticamente do que os franceses. Em parte, isso era devido (antes de 1914) ao fato de que eles não tinham pressuposições

45. Vladivostok (“Senhor do Leste” em russo) é uma cidade da Rússia, no Extremo Oriente, no fim da Península Muravyov-Amursky. Localiza-se nas margens do Mar do Japão. A cidade tem hoje cerca de 595 mil habitantes. Foi fundada em 1860, tornando-se capital da região em 1888. A ferrovia transiberiana, de que é *terminus*, chegou aqui em 1903. As maiores indústrias são a da pesca e dos transportes marítimos. É um importante porto para a Marinha Russa (N.T.).

de uma guerra no continente; em parte porque os americanos, engrossando a mobilização de suas forças, tinham a visão da frente ocidental, que era por sua vez um estereótipo que excluía de suas consciências qualquer sentido muito vívido de outros teatros de guerra. Na primavera de 1918, esta visão americana não podia competir com a visão tradicional francesa, porque, enquanto os americanos acreditavam enormemente em seu próprio poder, os franceses a qualquer tempo (antes de Cantigny⁴⁶ e segundo Marne⁴⁷) tinham as mais graves dúvidas. A confiança americana cobriu o estereótipo americano, lhe deu o poder de possuir consciência, aquela vivacidade e sensível pungência, que o efeito estimulante sobre a vontade, aquele interesse emocional como um objeto do desejo, aquela congruência com a atividade que lhe estava à mão, que James observa como sendo característica do que nós consideramos como o “real”⁴⁸. Os franceses em desespero permaneceram fixos em sua imagem formada. E quando os fatos, os fatos geográficos brutos, não se encaixavam com a suposição, foram ou censurados para fora da mente ou esticados até a deformação. Portanto, a dificuldade dos japoneses de alcançarem os alemães distantes cinco mil milhas era, em boa medida, superada, trazendo os alemães mais da metade do caminho para encontrá-los. Entre março e junho de 1918, se supunha que havia um exército alemão operando na Sibéria Oriental. Este exército fantasma consistia de alguns prisioneiros alemães realmente vistos, mais prisioneiros alemães imagina-

46. A Batalha de Cantigny ocorreu em 8 de maio de 1918, o segundo dia da grande ofensiva alemã que abrangia a Terceira Batalha do Aisne. Foi a primeira investida americana neste conflito mundial. Cerca de 4 mil soldados da Primeira Divisão capturaram o vilarejo de Cantigny, tomado pelo Décimo Oitavo Exército alemão. Era um local fortificado e ponto de observação. Os franceses auxiliaram com ataques aéreos, além de ataque de artilharia. Doze tanques franceses contribuíram com as forças de infantaria dos Estados Unidos. Este país perderia 1.067 soldados nos contra-ataques que se seguiram nos dois dias seguintes. Cerca de 100 soldados alemães acabaram prisioneiros (N.T.).

47. A Batalha do Marne é o nome de duas operações bélicas da Primeira Guerra Mundial. Na primeira, em setembro de 1914, foi detido o avanço alemão no nordeste da França. Na segunda, em julho-agosto de 1918, a iniciativa do ataque foi aliada. Ambas ocorreram próximo ao Rio Marne (N.T.).

48. *Principles of Psychology*. Vol. II, p. 300.

dos, e principalmente a ilusão de que aquelas cinco mil milhas intervenientes não existiam de fato⁴⁹.

3

Uma concepção verdadeira de espaço não é uma questão simples. Se eu desenho uma linha reta num mapa entre Bombaim e Hong-Kong e calculo a distância, não aprendo nada que seja sobre a distância que eu devo percorrer na viagem. E mesmo que tire a medida da distância real que preciso percorrer, eu ainda sei muito pouco até que saiba que navios estão em serviço, quando eles viajam, quão rápidos são, se posso assegurar acomodação e pagar por isso. O espaço vital prático é uma questão de transporte disponível, não de planos geométricos, como soube compreender o velho magnata das ferrovias quando ele ameaçou plantar o capim nas ruas de uma cidade que o tinha ofendido. Se estiver dirigindo e pergunto a distância de meu destino, falo mal como um pateta não mitigado do homem que me informa que são três milhas, e que não menciona o desvio de seis milhas. Não me faz bem ser informado que são três milhas se você caminha. Posso também ser informado que é uma milha em linha reta. Não voo como um corvo, e não estou caminhando também. Preciso saber que são nove milhas para um carro a motor, e também, se este for o caso, que seis deles são sulcos e poças. Considero o pedestre um estorvo, que me diz serem três milhas, e abomino o aviador, que me disse que é uma milha. Ambos estavam falando do espaço que eles têm que percorrer, e não o espaço que eu preciso cobrir.

Ao desenhar as linhas fronteiriças, complicações absurdas surgem em decorrência da falha em conceber a geografia prática da região. Sob alguma fórmula geral como autodeterminação, homens de estado têm, em várias épocas, desenhado linhas nos mapas, que, quando observadas

49. No que se refere a isso ver a entrevista do Sr. Charles Grasty com Marshal Foch, *New York Times*, 26/02/1918. “Os alemães estão percorrendo a Rússia. América e Japão, que estão em oposição a isso, deveriam ir à Sibéria encontrá-la”. Ver também a resolução do Senador King, de Utah, 10/06/1918, e a declaração do Sr. Taft no *New York Times*, 11/06/1918, e o apelo à América em 05/05/1918, pelo Sr. A.J. Sack, diretor do Bureau Russo de Informação. “Se a Alemanha estivesse no lado aliado [...] ela deveria ter 3.000.000 de soldados na Frente Oriental naquele ano”.

no local, passam no meio de uma fábrica, no centro de uma rua de um vilarejo, diagonalmente através da nave de uma igreja, ou entre o galinheiro e o quarto de agricultor de algodão. Tem havido fronteiras num país de pastoreio que separou o pasto da água, pasto do mercado, e num país industrial, o pasto da ferrovia. No colorido mapa étnico a linha era etnicamente justa, digamos, somente no mundo daquele mapa étnico.

4

Mas o tempo, não menos que o espaço, sai-se mal. Um exemplo comum é o homem, que, ao fazer um elaborado testamento, tenta controlar seu dinheiro muito após a sua morte. “Era o propósito do primeiro William James”, escreve o neto de Henry James⁵⁰, “precaver-se que seus filhos (muitos dos quais tinham menos de seis anos quando ele morreu) deveriam se qualificar pela indústria e a experiência a fim de desfrutar o grande patrimônio que esperava legar a eles, e com aquilo em vista deixou um volumoso testamento cheio de restrições e instruções. Ele mostrou por seu intermédio quão forte era tanto sua confiança em seu julgamento quanto sua preocupação pelo bem-estar moral de seus descendentes”. As cortes contrariaram o testamento. Pois a lei em sua objeção a perpétuidades reconhece que há limites distintos à utilidade de se permitir a qualquer um que imponha sua estampa moral a um futuro desconhecido. Mas o desejo de impor tal estampa é um traço muito humano, tão humano que a lei a permite operar por um tempo limitado após a morte.

A cláusula retificadora de qualquer constituição é um bom indicador de confiança que os autores possuem sobre o alcance de suas opiniões nas gerações seguintes. Existem, eu creio, constituições de estados americanos que são quase incapazes de retificação. Os homens que as fizeram podiam ter pouco sentido do fluxo do tempo: para eles o “aqui e o agora” eram tão brilhantemente certos, e o “daqui por diante” tão vago ou tão aterrorizador que tiveram a coragem de dizer como a vida deveria se desenrolar depois que partissem. E então, porque as constituições eram difíceis de emendar, pessoas cuidadosas com um gosto para

mão-morta teriam amado escrever neste imperecível bronze todo o tipo de regras e restrições que, dada qualquer humildade decente sobre o futuro, deveria não ser mais permanente do que um estatuto ordinário. Uma suposição sobre o tempo entra largamente em nossas opiniões. Para uma pessoa, uma instituição que existiu durante toda sua vida consciente é parte da mobília permanente do universo; para outra é efêmero. O tempo geológico é muito diferente do tempo biológico. O tempo social é mais complexo. O estadista tem que decidir se calcula para uma emergência ou para o longo prazo. Algumas decisões têm que ser feitas com base no que acontecerá em duas horas, outras no que acontecerá em uma semana, um mês, uma estação, uma década, quando as crianças, ou os filhos de seus filhos, crescerem. Uma importante parte do bom senso é a habilidade de distinguir a concepção do tempo a que pertence apropriadamente o que se tem em mãos. A pessoa que utiliza a concepção de tempo errada varia do sonhador, que ignora o presente, ao filisteu, que não consegue ver nada além. Uma verdadeira escala de valores tem um sentido muito agudo de tempo relativo.

Tempo distante, passado e futuro têm de alguma forma de ser concebido. Mas como James disse, “da longa duração não temos um sentido ‘real’ direto”⁵¹. A maior duração que nós imediatamente sentimos é o que chamamos de “presente especial”. Ele dura, de acordo com Titchner, por cerca de seis segundos⁵². “Todas as impressões dentro deste período de tempo são presente para nós de uma vez só”. Isso torna possível para nós percebermos as mudanças e eventos, assim como os objetos estacionários. O presente perceptivo é suplementado pelo presente idealizado. Através da combinação das percepções com as imagens da memória, dias inteiros, meses, e até anos do passado, são trazidos juntos ao presente. Neste presente idealizado, nítido, como disse James, é proporcional ao número de discriminações do que percebemos dentro dele. Assim, umas férias nas quais nos aborrecemos com nada para fazer passam muito lentamente enquanto estivermos nela, mas parece muito curta na memória. Grande atividade “mata” o tempo rapidamente, mas na memória sua duração é lon-

50. *The Letters of William James*. Vol. I, p. 6.

51. *Principles of Psychology*. Vol. I, p. 638.

52. Apud WARREN. *Human psychology*, p. 255.

ga. Na relação entre a quantidade do que discriminamos e nossa perspectiva de tempo James tem uma passagem interessante⁵³:

Temos muitas razões para pensar que as criaturas possivelmente possam diferir enormemente na quantidade de tempo de duração que elas intuitivamente sentem, e na adequação dos eventos que podem preenchê-lo. Von Baer permitiu nalgumas computações interessantes o efeito de tais diferenças ao mudar o aspecto da natureza. Suponha que somos capazes, ao longo de um segundo, observar 10.000 eventos distintivamente, em vez de somente 10 como agora⁵⁴; se nossa vida fosse então destinada a suportar o mesmo número de impressões, poderia ser 1.000 vezes no mínimo. Poderíamos viver menos de um mês, e pessoalmente não saberíamos da mudança das estações. Se nascidos no inverno, deveríamos acreditar no verão como acreditamos agora nos calorões da era carbonífera. Os movimentos dos seres orgânicos seriam tão lentos aos nossos sentidos para serem inferidos, não vistos. O sol ainda estaria parado no céu, a lua quase livre de mudança, e assim por diante. Mas agora inverta a hipótese e suponha que um ser obtenha somente a milésima parte das sensações que obtemos num tempo determinado, e conseqüentemente vivendo 1.000 vezes mais. Invernos e verões serão para ele quartos de hora. Cogumelos e velozes plantas em crescimento passarão tão rapidamente a existir que parecerão criações instantâneas; arbustos anuais crescerão e desaparecerão da terra como incessantes bolhas de água fervente das fontes; os movimentos dos animais serão tão invisíveis como são para nós os movimentos das balas e dos tiros de canhão; o sol cruzará através do céu como um meteoro, deixando um rastro de fogo atrás de si, etc.

5

Em sua *Descrição da história*, o Sr. Wells fez um galante esforço para visualizar “as verdadeiras proporções do tempo geológico ao histórico”⁵⁵. Numa escala que representa desde o tempo de Colombo até nós

53. Op. cit. Vol. I, p. 639.

54. Na cinematografia este efeito é admiravelmente produzido pela câmera ultra-rápida.

55. Vol. II, p. 605. Ver também ROBINSON, J.H. *The New History*, p. 239.

por três polegadas de espaço, o leitor teria caminhado 55 pés para ver a data dos pintores das cavernas de Altamara, 550 pés para ver os antigos homens de Neanderthal, uma milha ou algo assim até o último dos dinossauros. Uma cronologia mais ou menos precisa não começa até 1000 d.C. e naquele tempo “Sargon I⁵⁶ do Império Acadiano-Sumeriano era uma memória remota... mais remota do que é Constantino o Grande daquele tempo até os dias de hoje... Hamurabi estaria morto a um milhar de anos... Stonehedge na Inglaterra já teria mil anos”⁵⁷.

O Sr. Wells estava escrevendo com um propósito. “No breve período de 10 mil anos estas unidades (em que os homens tinham se associado) tinham crescido de tribos de pequenas famílias do início da cultura neolítica até o vasto reino unificado – vasto, ainda que muito pequeno e parcial – do nosso presente tempo”. O Sr. Wells esperava que, mudando a perspectiva do tempo dos nossos problemas presentes, pudesse mudar a perspectiva moral. Mesmo assim a medida astronômica do tempo, qualquer medida telescópica, geológica e biológica que minimiza o presente não é “mais verdadeira” que a microscópica. O Sr. Simeon Strunsky⁵⁸ está certo quando insiste que “se o Sr. Wells está pensando no seu

56. Sargon de Acad, também conhecido como Sargon o Grande, significando “o verdadeiro rei” ou “o rei é legítimo”, era um famoso monarca acadiano pela conquista das cidades-estados sumerianas nos séculos 23 e 24 a.C. O fundador da Dinastia de Acad, Sargon reinou por 56 anos, entre 2333 e 2279 a.C. Tornou-se membro proeminente da corte real de Kish, derrubando-o por fim antes de começar a conquista da Mesopotâmia. Seu império ampliou-se de Elam ao Mar Mediterrâneo, incluindo a Mesopotâmia, partes do Irã e Síria, e possivelmente partes da Anatólia e Península Arábica. Governou seu império desde Acad, que afirma ter construído (ou possivelmente renovado por ele) na margem esquerda do Eufrates. Sargon foi um dos primeiros personagens da história a criar um império multiétnico centralizado politicamente. Sua dinastia controlou a Mesopotâmia por cerca de um século e meio (N.T.).

57. Stonehedge é um monumento pré-histórico localizado no condado inglês de Wiltshire, 13km ao norte de Salisbury. É um dos mais famosos sítios pré-históricos do mundo. Está constituído por fortificações e grande rochas circulares erguidas em 2200 a.C. É patrimônio da humanidade, conforme a Unesco (N.T.).

58. Simeon Strunsky (23/07/1789-05/02/1948) foi um ensaísta americano nascido em Vitebsk, hoje pertencente à Bielorrússia, então pertencente ao Império Russo. Graduou-se na Universidade de Colúmbia em 1900. Foi um dos editores da *New International Encyclopedia* de 1900 a 1906, editorialista do *New York Evening Post*, de 1906 a 1913, e editor literário deste jornal até 1920. Suas colunas apareceram no *Atlantic Monthly*, *Bookman*, *Colliers's* e *Harper's Weekly*. Escreveu *Through the Outlooking Glass with Theodore Roosevelt* (1912), *The Patient Observer* (1911), *Belshazzar Court, or Village Life in New York City* (1914) e *Post-Impressions* (1914). Passou para o *New York Times* em 1924, onde permaneceu até sua morte em 1924. Sua mais conhecida contribuição no *Times* foram seus ensaios publicados na página editorial, denominada “Topics of the Times” (N.T.).

subtítulo, O Provável Futuro da Humanidade, está autorizado a pedir um número qualquer de séculos para encontrar uma solução. Se está pensando na salvação desta civilização ocidental, vacilante sob os efeitos da Grande Guerra, ele precisa pensar em décadas e num montão de anos⁵⁹. Tudo depende para que propósito prático você adota a medida. Há situações quando a perspectiva do tempo permite ser alargada, e outras quando precisa ser reduzida.

O homem que diz que não importa se 15 milhões de chineses morre de fome, porque em duas gerações a taxa de nascimentos suprirá a perda, usou uma perspectiva de tempo para desculpar sua inércia. Uma pessoa que empobrece um saudável homem jovem porque ele está sentimentalmente muito comovido com uma dificuldade imediata perdeu a perspectiva da duração da vida de um indigente. As pessoas que em nome da paz imediata estão dispostas a subornar um império agressivo satisfazendo seu apetite permitiram um presente ilusório interferir com a paz de seus filhos. As pessoas que não serão pacientes com um vizinho problemático, que querem trazer tudo a uma “confrontação”, não são menos vítimas de um presente ilusório.

6

Em quase todo problema social o cálculo apropriado do tempo é considerado. Suponha, por exemplo, a questão da madeira. Algumas árvores crescem mais rapidamente que outras. Então uma adequada política florestal é aquela na qual a quantidade de cada espécie e de cada idade de corte em cada estação é considerada adequada para o replante. Se o cálculo for correto a economia mais acertada foi alcançada. Cortar menos é prejuízo, e cortar mais é exploração. Mas pode ocorrer uma emergência, digamos, a necessidade de aeroplano de abeto vermelho numa guerra, quando a cota anual precisa ser excedida. Um alerta governamental reconhecerá isso e considerará a restauração da balança como um peso para o futuro.

59. *Salvaging of Civilization* – The Literary Review of the N.Y. Evening Post, 18/06/1921, p. 5.

O carvão envolve uma diferente teoria do tempo, porque o carvão, ao contrário da árvore, é produzido na escala do tempo geológico. A oferta é limitada. Portanto, uma política social correta envolve um intrincado cálculo das reservas disponíveis no mundo, as possibilidades indicadas, a atual taxa de utilização, a atual economia de uso, e os combustíveis alternativos. Mas quando o cálculo é finalizado ele precisa ser elevado ao quadrado com um padrão ideal de tempo envolvido. Suponha, por exemplo, que os engenheiros concluam que os combustíveis atuais estão sendo exauridos numa taxa determinada; que, à exceção das novas descobertas, a indústria terá que entrar numa fase de contração em algum tempo definitivo no futuro. Nós precisamos então determinar quanta economia e abnegação utilizaremos, pois afinal de contas todas as economias possíveis foram feitas a fim de não despojar a posteridade. Mas devemos considerar a posteridade? Nossos netos? Nossos bisnetos? Talvez devamos decidir calcular uma centena de anos, acreditando que seja um tempo amplo para a descoberta de combustíveis alternativos se a necessidade tornar-se clara de uma vez por todas. Os números são, naturalmente, hipotéticos. Mas ao calcularmos daquela forma deveremos estar empregando a razão que possuímos. Devemos dar ao tempo social seu lugar na opinião pública.

Vamos agora imaginar um caso um pouco diferente: um contrato entre uma cidade e uma companhia de ônibus. A companhia diz que não investirá seu capital, a menos que lhe seja concedido o monopólio da principal rodovia por noventa e nove anos. Nas mentes daqueles homens que fizeram aquela demanda noventa e nove anos é um tempo tão longo como se significasse para “sempre”.

Mas suponha que haja razão para pensar que os carros de superfície, transportados desde uma planta central por linha férrea, caiam de moda em 20 anos. Então este é um contrato dos menos prudentes a se fazer, pois você está virtualmente condenando a futura geração a um transporte inferior. Falta aos funcionários da cidade que fazem este contrato a noção de realidade de noventa e nove anos. Seria bem melhor dar à companhia agora um subsídio a fim de atrair capital ao invés de estimular investimento favorecendo um sentido falacioso de eternidade. Nenhum

funcionário da cidade e nenhum funcionário da companhia tem noção de tempo real quando se fala de noventa e nove anos.

História popular é um alegre campo de caça de confusões de tempo. Para o inglês médio, por exemplo, o comportamento de Cromwell, a corrupção da Ata da União, a fome de 1847 são erros sofridos pelas pessoas já há muito mortas e feita por atores há muito falecidos com quem pessoa viva alguma, irlandesa ou inglesa, tem qualquer conexão real. Mas na mente de um irlandês patriota estes mesmos eventos são quase contemporâneos. Sua memória é como uma daquelas pinturas históricas, onde Virgílio e Dante estão sentados lado a lado conversando. Aquelas perspectivas e esboços é uma grande barreira entre as pessoas. É sempre tão difícil para uma pessoa de uma tradição recordar o que é contemporâneo na tradição de outra.

Quase nada que vai pelo nome de direitos históricos ou erros históricos pode ser chamado de visão verdadeiramente objetiva do passado. Veja, por exemplo, o debate franco-alemão sobre a Alsácia e a Lorena. Tudo depende da data original que você seleciona. Se você começa com Rauraci e Sequani, as terras são historicamente territórios alemães; se você volta a 1273, elas pertencem à Casa da Áustria; se retorna a 1648 e à Paz de Vestfália, a maior parte delas era francesa; se você volta a Luís XV e o ano de 1688, elas são quase totalmente francesas. Se você está usando o argumento da história você está quase certo de selecionar aquelas datas no passado que apóiam sua visão ou o que precisa ser feito agora.

Argumentos sobre “raças” e nacionalidades freqüentemente traem a mesma arbitrária visão de tempo. Durante a guerra, sob a influência de poderoso sentimento, a diferença entre “teutões”, de um lado, e “anglo-saxões” e franceses, do outro, era popularmente considerada ser uma diferença eterna. Foram sempre raças opostas. Ainda assim, numa geração atrás, historiadores, como Freeman, enfatizaram a origem teutônica comum dos povos da Europa Ocidental, e etnólogos poderiam certamente insistir que os alemães, ingleses e grande parte dos franceses eram ramificações do que certa vez era uma linhagem comum. A regra geral é: se você gosta de um povo hoje, você desce dos ramos ao tronco; se você o desgosta, você insiste que os ramos separados são troncos separados. Num caso

você fixa sua atenção antes do período no qual eles eram distinguíveis; no outro, no período após o qual se tornaram distintos. E a visão que se encaixa no estado de espírito é considerada como “verdade”.

Uma variação amigável é a árvore familiar. Usualmente um casal é apontado como sendo os ancestrais originais, se possível, o par associado a um evento honorífico como a Conquista de Norman⁶⁰. Aquele par não tem ancestrais. Não eram descendentes. Ainda assim, foram os descendentes dos ancestrais, e a expressão que “este-ou-aquele” era o fundador de sua casa significa não que é o Adão de sua família, mas que ele é o ancestral particular de quem é desejável começar, ou talvez o ancestral mais antigo do qual se tem recordação. Mas as tabelas genealógicas exibem um prejuízo mais profundo. A menos que a linhagem feminina seja especialmente formidável, a descendência é traçada através dos machos. A árvore é machista. Em vários momentos as mulheres resultam nisso como abelhas itinerantes brilhando numa antiga macieira.

7

Mas o futuro é o mais ilusório dos tempos. Nossa tentação aqui é pular degraus necessários na seqüência; e à medida que formos governados pela esperança ou a dúvida, exagerar ou minimizar o tempo requerido para se completar as várias partes de um processo. A discussão do papel a ser exercido pelos assalariados na administração da indústria está permeada por esta dificuldade. Pois administração é uma palavra que cobre muitas funções⁶¹. Algumas delas não requerem treinamento; algumas requerem um pouco de treinamento; outras podem ser aprendidas somente ao longo de uma vida. E o verdadeiro programa discriminador de democratização industrial seria aquele baseado na seqüência apropria-

60. A conquista normanda da Inglaterra começou em 1066 d.C. com a invasão do Reino da Inglaterra por William o Conquistador (Duque da Normandia), e seu sucesso na Batalha de Hastings resultou no controle normando da Inglaterra. Isso propiciou a ligação da Inglaterra mais intensamente com a Europa Continental através da introdução da aristocracia normanda, diminuindo a influência escandinava. Criou uma das mais poderosas monarquias da Europa e criou um sofisticado sistema de governo. A conquista modificou a língua e a cultura inglesa, começando aí a rivalidade com a França, que continuou intermitente até o século XX (N.T.).

61. Cf. GOODRICH, C.L. *The Frontier of Control*.

ada do tempo, de forma que a tomada de responsabilidade corresse paralela a um programa complementar de treinamento industrial. A proposta para uma repentina ditadura do proletariado é uma tentativa de afastar o tempo interveniente de preparação; a resistência de partilha de responsabilidade por todos é uma tentativa de negar a modificação da capacidade humana no curso do tempo. Noções primitivas de democracia, como a rotação no cargo, e o desdém pelo especialista, não é realmente outra coisa que não o velho mito de que a deusa de Wisdom nasceu madura e plenamente armada da fronte de Júpiter. Eles supunham que o que leva anos para ser aprendido não precisa ser enfim aprendido.

Toda vez que a frase “povo retrógrado” é utilizada como base para uma política, a concepção de tempo é um elemento decisivo. A Convenção da Liga das Nações diz⁶², por exemplo, que “o caráter do mandato precisa se alterar de acordo com o estágio de desenvolvimento dos povos”, assim como com base em outros elementos. “Certas comunidades”, afirma, “alcançaram um estágio de desenvolvimento” onde suas independências podem ser provisoriamente reconhecidas, sujeitas ao conselho e à assistência “até quando possam pôr-se de pé sozinhas”. A maneira como os mandatários e os mandatos concebem aquele tempo influenciará profundamente suas relações. Assim, no caso de Cuba o julgamento do governo americano virtualmente coincidiu com o dos patriotas cubanos, e, embora tenha havido problemas, não existe uma página mais brilhante na história de como potências tenham tratado o fraco. Muito freqüentemente naquela história as estimativas não coincidiram. Onde o povo imperial, independentemente de suas expressões públicas, convenceu-se profundamente de que o atraso dos atrasados era tão desesperador que não valia a pena remediar, ou tão lucrativo que não era desejável remediá-lo, o empate inflamou e envenenou a paz do mundo. Tem havido alguns casos, muito poucos, onde o atraso significou ao poder governante a necessidade de um programa de avanço, um programa com padrões definitivos e estimativas definitivas do tempo. Mais freqüentemente, tão freqüentemente na verdade como para parecer uma

62. Art. XIX.

regra, o atraso tem sido concebido como marca de inferioridade intrínseca e eterna. E qualquer tentativa de ser menos atrasado tem sido censurada como sedição, o que, sob certas condições, indubitavelmente o é. Em nossas guerras raciais mesmas podemos ver alguns dos resultados do fracasso de conceber aquele tempo no qual gradualmente se oblitera a mentalidade de escravo do negro, e aquela adequação social nesta moralidade começará a se esfacelar.

É difícil não descrever o futuro como se não obedecesse nossos propósitos presentes, aniquilar todo e qualquer atraso ou desejo, ou imortalizar seja lá o que for que se coloque entre nós e nossos medos.

8

Juntando nossas opiniões públicas, não somente temos que descrever mais espaço do que podemos ver com nossos olhos, e mais tempo do que nós podemos sentir, como temos que descrever e julgar mais pessoas, mais ações, mais coisas do que jamais podemos enumerar, ou vivamente imaginar. Temos que resumir e generalizar. Temos que pegar amostras, e tratá-las como típicas.

Pegar adequadamente uma boa amostra de uma larga classe não é fácil. O problema pertence à ciência da estatística, e é um assunto dos mais difíceis para alguém cuja matemática é primitiva, e a minha continua sendo azóica, apesar da meia dezena de manuais que devotadamente pensei que entendia. Tudo o que fizeram para mim foi me tornar um pouco mais consciente de como é difícil classificar e selecionar, como muito rapidamente espalhamos “um pouco de manteiga” sobre todo o universo.

Algum tempo atrás um grupo de assistentes sociais em Sheffield, Inglaterra, começou a trocar uma correta imagem do equipamento mental dos trabalhadores daquela cidade pela imagem impressionista que eles possuíam⁶³. Eles gostariam de dizer, tendo uma base decente para isso, como os trabalhadores de Sheffield foram equipados. Eles descobriram,

63. *The Equipment of the Worker.*

como todos nós descobrimos, o momento no qual recusamos deixar nossa primeira impressão prevalecer, que estava cercado de problemas. Do teste que utilizaram nada precisa ser dito aqui, exceto que foi um longo questionário. Para os fins de ilustração, suponhamos que as questões fossem um teste para o equipamento mental à vida numa cidade inglesa. Teoricamente, então, aquelas questões deveriam ter sido postas para cada membro da classe trabalhadora. No entanto, suponhamos outra vez que o censo mostre como classificá-los. Eram então aproximadamente 104 mil homens e 107 mil mulheres que deveriam ser questionados. Eles possuíam as respostas que deveriam justificar ou refutar a frase casual sobre os “trabalhadores ignorantes” ou os “trabalhadores inteligentes”. Mas ninguém podia pensar em perguntar todas as 200 mil.

Assim os assistentes sociais consultaram um eminente estatístico, o Professor Bowley. Ele os aconselhou que não menos do que 408 homens e 408 mulheres seriam uma boa amostra. De acordo com os cálculos matemáticos este número não mostraria um desvio maior da média do que 1 em 22⁶⁴. Eles tinham, portanto, que questionar pelo menos 816 pessoas antes que pudessem pretender falar sobre o trabalhador médio. De que forma as 816 pessoas deveriam ser selecionadas? “Devemos reunir detalhes destes trabalhadores a quem um ou outro entre nós tenha tido acesso prévio; devemos trabalhar com a ajuda de homens e mulheres filantropos que estejam em contato com certos grupos de trabalhadores num clube, missão, lugar de culto, uma comunidade. Mas tal método de seleção não seria de maneira alguma representativa do que é a chamada população ‘média dos trabalhadores’; eles poderiam representar tão-somente os pequenos círculos sociais aos quais eles pertenciam”.

“A forma correta de conseguir ‘vítimas’, que com imenso custo de tempo e trabalho nós aderimos rigidamente, é selecionar os seus trabalhadores através de um método casual de seleção ‘neutro’ ou ‘acidental’.” Isso eles fizeram. E depois de todas estas precauções eles não chegaram a uma conclusão mais definitiva do que aquela que aparece em sua classificação e de acordo com seu questionário, ou seja, entre

64. Op. cit., p. 65.

200.000 trabalhadores de Sheffield “cerca de um quarto” eram “bem equipados”, “cerca de três quartos” eram “inadequadamente equipados” e “cerca da décima quinta parte” estava “mal equipada”.

Compare este consciente e quase pedante método de obter uma opinião, com nossos julgamentos usuais sobre massas de pessoas, sobre o volátil irlandês, e o lógico francês, e os disciplinados alemães, e os ignorantes eslavos, e os honestos chineses, e os não-confiáveis japoneses, e por daí em diante. Todas estas generalizações são tiradas de amostras, mas as amostras são selecionadas por um método que estatisticamente é totalmente não confiável. Então um empregador irá julgar o trabalho pelo mais problemático operário ou o mais dócil que ele conhece, e muitos integrantes de um grupo radical imaginaram que ele era uma amostra adequada da classe trabalhadora. Quantas opiniões de mulheres sobre a “questão da empregada doméstica” representam tão-somente um reflexo de seus próprios tratamentos por seus patrões? A tendência da mente casual é pegar ou achar por acaso uma amostra que confirme ou desafie seus preconceitos, e então fazê-la representativa de toda uma classe.

Uma grande confusão surge quando pessoas evitam classificarem a si próprias da mesma forma como nós as classificamos. Profecia seria muito mais fácil se elas ficassem onde nós as colocamos. Mas, na verdade, uma frase como a classe trabalhadora irá cobrir somente parte da verdade por uma parte do tempo. Quando você pega todas as pessoas, acima e abaixo de certa renda, e as chama de classe trabalhadora, você não pode ajudar supondo que as pessoas assim classificadas se comportarão de acordo com seu estereótipo. Quem de fato é você entre aquelas pessoas não está muito certo. Mãos de obreiros e de mineiros se enquadram mais ou menos, mas as mãos dos fazendeiros, pequenos agricultores, pedintes, pequenos comerciantes, secretários, empregados domésticos, soldados, policiais, bombeiros escapam da rede. A tendência, quando você está apelando à “classe trabalhadora”, é fixar sua atenção em dois ou três milhões de mais ou menos sindicalizados confirmados, e tratá-los como trabalhador; os outros dezessete ou dezoito milhões, que poderiam qualificar-se estatisticamente, são tacitamente agraciados com o ponto de vista destinado ao núcleo organizado. Como muito enganoso

foi isso ao imputar à classe trabalhadora inglesa em 1918-1921 o ponto de vista expresso nas resoluções do Congresso das Sindicais Trabalhadoras ou em panfletos escritos por intelectuais.

O estereótipo do trabalhador como emancipador seleciona a evidência que apóia a si mesma e rejeita a outra. E paralelamente ao real movimento dos homens trabalhadores existe a ficção do movimento trabalhador, no qual uma massa idealizada se move rumo a um objetivo ideal. A ficção trata do futuro. No futuro as possibilidades são quase indistinguíveis de probabilidades, e as probabilidades de certezas. Se o futuro é longo o suficiente, o ser humano tornará o que é concebível no que é muito provável, e o que é provável no que é certo ocorrerá. James chamou isso de escada de fé, e disse que “é uma rampa de boa vontade na qual nas questões mais amplas da vida os homens habitualmente vivem”⁶⁵.

- 1) Não há nada de absurdo em certa visão do mundo ser verdadeira, nada contraditória;
- 2) Poderia ter sido verdadeira sob certas condições;
- 3) Pode ser verdade até mesmo agora;
- 4) Se adapta para ser verdade;
- 5) Deveria ser verdade;
- 6) Precisa ser verdade;
- 7) Precisa ser verdade, uma verdade a qualquer custo para mim.

E, como acrescentou noutro lugar⁶⁶, “seu comportamento pode em certos casos especiais ser um meio de tornar isso seguramente uma verdade ao fim”. Não obstante ninguém tenha insistido mais do que ele, que, até onde sabemos como, precisamos evitar substituir o objetivo pelo ponto de partida, precisamos evitar interpretar no presente o que a coragem, o esforço e a destreza podem criar no futuro. Embora seja muito difícil viver por intermédio deste truismo, pois cada um de nós é muito pouco treinado na seleção de nossas amostras.

65. JAMES, W. *Some Problems of Philosophy*, p. 224.

66. *A Pluralistic Universe*, p. 329.

Se acreditarmos que certa coisa tem que ser verdadeira, quase sempre precisamos encontrar ou uma instância onde isso é verdade, ou alguém que acredita que isso tenha que ser verdade. É sempre tão difícil quando um fato concreto ilustra o desejo de considerar o fato adequadamente. Quando as primeiras seis pessoas que encontramos concordam conosco, não é fácil recordar que elas todas podem ter lido o mesmo jornal no café da manhã. E assim mesmo não podemos distribuir o questionário a 816 sujeitos aleatórios toda vez que desejamos estimar uma probabilidade. Ao tratar com uma larga massa de fatos, a pressuposição é contra pegarmos amostras verdadeiras, se estivermos atuando com uma impressão casual.

9

E quando tentamos ir um passo à frente a fim de descobrir as causas e os efeitos de assuntos complicados e não vistos, a opinião casual é muito enganadora. Há alguns grandes temas da vida pública onde a causa e o efeito são óbvios de imediato. Não são óbvios aos acadêmicos que devotaram anos, digamos, para estudar os ciclos dos negócios, ou os movimentos do preço e do salário, ou a migração e a assimilação das pessoas, ou os propósitos diplomáticos de potências estrangeiras. Ainda assim de alguma forma nós supostamente devemos ter opiniões sobre estas questões, e não é surpresa que a mais comum forma de racionalização é a intuitiva, *post hoc ergo propter hoc*⁶⁷.

Quanto menos treinada for a mente, mais rapidamente ela elabora a teoria de que duas coisas que chamam sua atenção ao mesmo tempo estão casualmente conectadas. Já tratamos com certa minúcia da forma como as coisas chegam à nossa atenção. Vimos que nosso acesso à informação é obstruído e incerto, e que nossa apreensão é profundamente

67. *Post hoc ergo propter hoc* (depois disto, logo causado por isto) é o nome de uma falácia lógica, que consiste na idéia de que dois eventos que ocorram em sequência cronológica estão necessariamente interligados através de uma relação de causa e efeito. Sua forma básica é a seguinte: 1) Quando o evento A acontece, em seguida o evento B também ocorre. 2) Portanto, o evento A é causa do evento B. A falácia ocorre porque se chega a uma conclusão somente pela ordem dos eventos, em vez de se levar em consideração outros fatores que possam excluir tal conexão. É o tipo de raciocínio utilizado na superstição e pensamento mágico.

rança porque não temos sido irresistíveis. Entre a onipotência e a impotência, o pêndulo balança.

O espaço real, o tempo real, os números reais, as conexões reais, os pesos reais, estão perdidos. A perspectiva, o contexto e as dimensões da ação estão cerceados e congelados no estereótipo.

“ Parte IV Interesses ”

11 O recrutamento do interesse

1

Mas a mente humana não é um filme que registra uma vez por todas cada uma das impressões que chegam através de seus obturadores e lentes. A mente humana é infinita e persistentemente criativa. As imagens se apagam ou se combinam, são melhoradas aqui, condensadas ali, enquanto as tornamos mais plenamente nossas mesmas. Elas não ficam inertes na superfície da mente, mas são retrabalhadas pela faculdade poética numa expressão pessoal de nós mesmos. Nós distribuímos a ênfase e participamos da ação.

A fim de realizar isso nós tendemos a personalizar quantidades e dramatizar relações. Como nalguma espécie de alegoria, exceto em mentes agudamente sofisticadas, os assuntos do mundo estão representados. Movimentos sociais, forças econômicas, interesses nacionais, opinião pública são tratados como pessoas, ou pessoas como o papa, o presidente, Lênin, Morgan ou o rei tornam-se idéias e instituições. O mais profundo de todos os estereótipos é o estereótipo humano que imputa a natureza humana a coisas inanimadas ou coletivas.

A desconcertante variedade das nossas impressões, depois que elas foram censuradas por todo o tipo de meios, tende a forçar-nos a adotar a maior economia da alegoria. Tão grande é a quantidade de coisas que não podemos guardar vivamente na mente. Usualmente, então, nós as nomeamos e deixamos o nome representar toda a impressão; mas este é poroso. Velhos significados desaparecem e novos aparecem, e a tentativa de reter o significado pleno do nome é quase tão fatigante como tentar recordar as impressões originais. Ainda assim os nomes são uma moeda pobre para o pensamento. Estas impressões são demasiadamente vazias, muito abstratas, muito desumanas. E então começamos a ver o

nome através de algum estereótipo pessoal, a ler nele, finalmente ver nele a encarnação de alguma qualidade humana.

Contudo, as qualidades humanas são elas mesmas vagas e flutuantes. Elas são melhor lembradas por um sinal físico. E, portanto, tendemos a atribuir qualidades humanas aos nomes de nossas impressões, elas mesmas tendem a ser visualizadas em metáforas físicas. O povo da Inglaterra, a história da Inglaterra, condensados na Inglaterra, e a Inglaterra torna-se John Bull¹, que era jovial e gordo, não muito brilhante, mas capaz de tomar conta de si mesmo. A migração das pessoas pode parecer a alguns como os meandros de um rio, e a outros como uma inundação devastadora. A coragem que as pessoas mostram pode ser objetivada como uma rocha; seu propósito como uma estrada, suas dúvidas como as forquilha da estrada, suas dificuldades como sulcos e rochas, seu progresso como um fértil vale. Se eles mobilizam seus destemidos, eles desembainham a espada. Se seu exército se entrega eles são jogados a terra. Se eles são oprimidos, eles são torturados ou são postos em grades.

Quando os assuntos públicos são popularizados em discursos, manchetes, peças, filmes, cartuns, novelas, estátuas ou pinturas, sua transformação em interesse humano requer primeiro abstração de seu original, e então animação do que foi abstraído. Não podemos estar muito interessados, ou muito comovidos, por coisas que não vemos. Dos assuntos públicos cada um de nós vê muito pouco, e, portanto, eles permanecem maçantes e nada apetitosos, até que alguém, com o labor de um artista, os transladam para um filme. Assim a abstração, imposta ao nosso conhecimento da realidade por todas as limitações de nosso acesso e de nossos prejuízos, é compensada. Não sendo onipresente e onisciente não podemos ver muito do que nós precisamos pensar e conversar. Sendo sangue e carne não nos alimentaremos com palavras, nomes e teorias

1. John Bull é uma personificação nacional do Reino da Grã-Bretanha criado pelo Dr. John Arbuthnot em 1712, e popularizado primeiro pelos impressores britânicos e então por ilustradores no exterior e escritores como o cartunista Thomas Nast e o escritor irlandês George Bernard Shaw, autor de *John Bull's Other Island*. Ele às vezes é utilizado para se referir à Grã-Bretanha, mas nato tem sido amplamente bem-vindo na Escócia e País de Gales, pois é visto mais inglês que britânico (N.T.).

cinzentas. Sendo certo tipo de artistas nós pintamos quadros, representamos dramas e desenhamos cartuns de nossas abstrações.

Ou, se possível, encontramos pessoas talentosas que podem visualizar para nós. Pois as pessoas não são todas agraciadas com o mesmo grau da faculdade pictórica. Contudo alguém pode, eu imagino, declarar com Bergson que a inteligência prática é mais proximamente adaptada às qualidades espaciais². Um pensador “claro” é quase sempre um bom visualizador. Mas por aquela mesma razão, porque ele é cinematográfico, ele é freqüentemente mais externo e insensível. Pois as pessoas que têm intuição, o que é provavelmente outro nome para percepção musical ou muscular, freqüentemente desfrutam muito mais da qualidade de um evento e da intimidade que o visualizador. Elas têm mais compreensão de quando o elemento crucial é um desejo que não é nunca cruamente aberto, e aparece na superfície somente através de um gesto velado, ou no ritmo de um discurso. Visualização pode pegar o estímulo e o resultado. Mas o intermediário e o interno é freqüentemente tão mal caricaturado por um visualizador, como é a intenção de um compositor por um enorme soprano que interpreta o papel da donzela doce.

Apesar disso, embora elas tenham freqüentemente uma probidade peculiar, intuições permanecem altamente privadas e largamente incommunicáveis. Mas o relacionamento social depende da comunicação, e enquanto uma pessoa pode freqüentemente dirigir sua vida com a máxima graça pela virtude de suas intuições, ela usualmente tem grande dificuldade em torná-las reais aos outros. Quando ela fala sobre elas soa como uma gavela de névoa. Pois enquanto a intuição dá uma melhor percepção do sentimento humano, a razão com seu prejuízo espacial e tátil pode fazer pouco com aquela percepção.

Portanto, onde a ação depende do número de pessoas que compartilham uma mesma opinião, é provavelmente verdade que em primeira instância nenhuma idéia é lúcida para decisão prática até que tenha valor tátil ou visual. Mas é também verdade que nenhuma idéia visual é significante para nós até que tenha incluída alguma tensão de nossa própria

2. *Creative Evolution*, cap. III e IV.

personalidade. Até que a idéia libere ou resista, deprima ou promova alguma súplica nossa, ela permanece um dos objetos que não interessam.

2

Imagens têm sido a maneira mais segura de transmitir uma idéia, e o próximo na ordem de importância, palavras que acionam as imagens da memória. Mas as idéias transmitidas não são plenamente nossas até que tenhamos identificado a nós mesmos com algum aspecto da imagem. A identificação, ou o que Vernon Lee³ chamou de empatia⁴, pode ser quase infinitamente sutil e simbólica. O mimetismo pode ser representado sem estarmos conscientes disso, e às vezes num jeito que horrorizaria aquelas partes de nossa personalidade que apóiam nosso auto-respeito. Em pessoas sofisticadas a participação pode não ser no destino do herói, mas no destino de toda uma idéia para a qual tanto o herói e o vilão são essenciais. Mas estes são refinamentos.

Na representação popular as pistas para identificação são quase sempre marcadas. Você sabe quem é o herói rapidamente. E obra alguma promete ser facilmente popular onde tal marca não é precisa e a escolha clara⁵. Mas isso não é suficiente. A audiência precisa ter algo para fazer, e a contemplação da verdade, o bom e o belo não bastam. Para não sentar inerte na presença de uma figura, e isso se aplica igualmente a histórias de jornais assim como à ficção e ao cinema, a audiência precisa ser exercitada pela imagem. Agora há duas formas de exercícios que transcendem e muito todas as demais, ambas facilmente despertadas, e a vontade com que seus estímulos são perseguidos. São elas a paixão sexual e o combate, e os dois têm tantas associações um com o outro, colados um no outro tão intimamente, que uma luta sobre sexo supera todo e qualquer outro tema na força de seu apelo. Não há nada tão absorvente ou tão negligente de todas as distinções de cultura e fronteiras.

3. Vernon Lee era o pseudônimo da escritora inglesa Violet Paget (1856-1935). Ela é mais conhecida por sua obra de ficção, ensaios e poesia (N.T.).

4. Beauty and Ugliness.

5. Um fato que pesa muito no caráter das notícias. Cf. Parte VII.

Os motivos sexuais dificilmente figuram nas imagens políticas americanas. Exceto em certas exaltações guerreiras menores, num escândalo ocasional, ou em fases de conflito racial com negros ou asiáticos, falar disso tudo pareceria forçado. Somente nos filmes, novelas e algumas revistas de ficção são as relações trabalhistas, competição comercial, política e diplomática entrelaçadas com uma jovem e uma segunda mulher. Mas o motivo do embate aparece a cada volta. Política é interessante quando há uma luta, ou como dizemos uma questão.

E, a fim de tornar a política popular, questões têm que ser encontradas, mesmo quando na verdade e na justiça elas não existem, nenhuma, no sentido de que as diferenças de julgamento, ou princípio, ou fato, não clamam pelo recrutamento da belicosidade⁶.

Mas onde a belicosidade não é recrutada, aqueles entre nós que não estão diretamente envolvidos acham difícil que isso possa prender nosso interesse. Para aqueles que estão envolvidos a absorção pode ser real o suficiente para prendê-los, mesmo quando nenhuma questão está envolvida. Elas podem ser exercidas pela alegria absoluta na atividade, ou pela sutil rivalidade ou invenção. Mas para aqueles a quem todo o problema é externo e distante, estas outras faculdades não entram facilmente em ação. A fim de que a mancha na imagem do caso signifique algo para eles, eles precisam ser autorizados a exercitar o amor da luta, suspense e vitória.

A Senhorita Patterson⁷ insiste que o “suspense... se constitui na diferença entre as obras-primas no Museu Metropolitano de Arte e as figuras no Rivoli ou Teatro Rialto.” Tivesse ela deixado claro que às obras de arte faltam tanto um meio de identificação como um tema popular para sua geração, ela estaria totalmente certa em dizer que isso “explica por que as pessoas se desgarram no Metropolitano em dois ou três e lutam as centenas para entrar no Rialto e Rivoli. As duplas e os trios olham o quadro no Museu de Arte por menos de 10 minutos – a menos que te-

6. Cf. PATTERSON, F.T. *Cinema Craftsmanship*, p. 31-32. “III. Ao drama falta o suspense: 1) Acrescente um antagonista; 2) Acrescente um obstáculo; 3) Acrescente um problema; 4) Enfatize uma das questões na mente do espectador...”

7. Op. cit., p. 6-7.

nam a chance de ser estudantes de arte, críticos ou *connoisseurs*. As centenas no Rivoli ou Rialto olham o filme por mais de uma hora. No que se refere à beleza não existe comparação entre os méritos das duas imagens. Embora os filmes atraíam mais pessoas e prendam mais a atenção do que as obras de arte, não por um mérito intrínseco seu, mas porque eles apresentam eventos em desenvolvimento, e cujo desenlace a audiência está ansiosamente esperando. Possui o elemento do embate, que nunca falha em despertar o suspense”.

Para que a distante situação não seja uma centelha cinzenta à margem da atenção, deve ser capaz de traduzir em imagens na qual a oportunidade de identificação seja reconhecível. A menos que isso ocorra interessará somente a alguns por certo tempo. Pertencerá às imagens avistadas, mas não sentidas, às sensações que batem nos nossos sentidos orgânicos e que não são reconhecidas. Temos que tomar lados. Temos que ser capazes de tomar partidos. Nos recessos do nosso ser precisamos deixar a audiência no palco, e lutar corporalmente como o herói pela vitória do bem sobre o mal. Precisamos respirar na alegoria a respiração de nossa vida.

3

E assim, apesar dos críticos, um veredicto é pronunciado na velha controvérsia sobre o realismo e o romantismo. Nosso gosto popular é ter o drama originado num ambiente realista o suficiente para tornar a identificação plausível e finalizar com ele num ambiente romântico o suficiente para ser desejável, mas não tão romântico para ser inconcebível. Entre o início e o fim os cânones são liberais, mas o verdadeiro início e o final feliz são pontos de referência. A audiência do cinema rejeita a fantasia logicamente desenvolvida, porque na pura fantasia não há pegada familiar na era das máquinas. Rejeita o realismo perseguido sem descanso porque não contempla a derrota numa luta que se tornou sua própria.

O que for aceito como verdade, como realista, como bom, como mal, como desejável, não é eternamente fixado. Eles são fixados por estereótipos, adquiridos em experiências precoces e carregadas aos julgamentos posteriores. E, portanto, se o investimento financeiro em cada

filme e nas revistas populares não fosse tão exorbitante como para requerer popularidade instantânea e ampla, os homens de espírito e imaginação seriam capazes de utilizar a tela e o periódico, como alguém poderia sonhar de como utilizá-los, para aumentar e refinar, verificar e criticar o repertório de imagens com os quais nossas imaginações funcionam. Mas, dados os custos presentes, os homens que fazem os filmes, como os pintores das igrejas e das cortes de outras épocas, precisam aderir aos estereótipos que encontram, ou pagam o preço de frustrar a expectativa. Os estereótipos podem ser alterados, mas não a tempo de garantir sucesso quando o filme é liberado seis meses a partir de agora.

Os homens que modificam os estereótipos, os artistas pioneiros e críticos, são naturalmente deprimidos e brabos com administradores e editores que protegem seus investimentos. Eles estão arriscando tudo, então por que não os outros? Isso não é muito correto, pois em sua justificável fúria esqueceram suas recompensas, que estavam além do que qualquer de seus empregados pode ter a esperança de sentir. Eles não podiam, e não o fariam se pudessem mudar de lugar. E tinham esquecido de outra coisa na interminável guerra com a Filistéia. Eles esqueceram que estavam medindo seu próprio sucesso com os padrões que artistas e homens doutos do passado nunca teriam sonhado invocar. Eles estavam pedindo por circulações e audiências que não foram nunca considerados por qualquer artista até as últimas poucas gerações. E quando não as conseguem, ficam desapontados.

Aqueles que conseguem, como Sinclair Lewis em *Main Street*, são homens que foram bem-sucedidos em projetar definitivamente o que os grandes números de outras pessoas estavam obscuramente tentando dizer dentro de suas cabeças. “Você disse isso para mim”. Eles estabeleceram uma nova forma que é então copiada interminavelmente até que isso, também, torne-se um estereótipo de percepção. O próximo pioneiro considera difícil fazer o público ver *Main Street* de um jeito diferente. E ele, como os pioneiros de Sinclair Lewis, tem uma rixa com o público.

Esta rixa se deve não somente ao conflito de estereótipos, mas ao pioneirismo da reverência do artista por seu material. Seja qual for o plano que escolha naquele plano ele permanece. Se estiver tratando com a inti-

midade de um evento, ele o segue até sua conclusão, apesar da dor que causa. Ele não identificará sua fantasia para ajudar quem quer que seja, ou clamar por paz onde não há paz. Há a América. Mas grandes audiências não têm estômago para tal severidade. Eles estão mais interessados em si próprios do que qualquer outra coisa no mundo.

Os egos nos quais eles estão interessados são os egos que têm que ser revelados pelas escolas e pela tradição. Eles insistem que um trabalho de arte deve ser um veículo com um degrau para que eles possam subir a bordo, e que possam dirigir, não de acordo com os contornos do país, mas a uma terra onde por uma hora não há relógios para esmurrar nem pratos para lavar. Para satisfazer estas demandas existe uma classe intermediária de artistas que são capazes e desejosos de confundir os planos, unir juntos um composto realístico-romântico de invenções de grandes homens, e, como a Senhorita Patterson aconselhou, “dar o que a vida real raramente dá – a resolução triunfante de uma série de dificuldades; a angústia da virtude e o triunfo do pecado... modificado às glorificações da virtude e a eterna punição do seu inimigo”⁸.

4

As ideologias dos políticos obedecem tais regras. O ponto de apoio do realismo está sempre lá. A imagem de algum mal real, como a ameaça alemã ou o conflito de classe, é reconhecível no argumento. Há uma descrição de algum aspecto do mundo no qual é convincente porque concorda com as idéias familiares. Mas à medida que as ideologias tratam do futuro invisível, assim como o presente tangível, elas logo cruzam imperceptíveis a fronteira da verificação. Ao descrever o presente você é mais ou menos amarrado à experiência comum. Ao descrever o que ninguém experimentou você é compelido a deixar partir. Você está no Armagedon, mais ou menos, mas você batalha pelo Senhor, talvez... Um verdadeiro início, verdadeiro de acordo com os padrões existentes, e um final feliz.

8. Op. cit., p. 46. “Em geral, o herói e heroína precisam possuir juventude, beleza, benevolência, auto-sacrifício exaltado e constância inalterável.”

Todo marxista é frio sobre as brutalidades do presente, e esperançoso sobre o dia seguinte à ditadura. Assim eram os propagandistas da guerra: não havia uma qualidade bestial na natureza humana que eles não encontrassem em todos os lugares a leste do Reno, ou a oeste dele se fossem alemães. A bestialidade estava muito bem lá. Mas depois da vitória, a paz eterna. Muito disso é quase cinicamente deliberado. Pois o hábil propagandista sabe que, enquanto você precisa começar com uma análise plausível, você não precisa ficar analisando, porque o tédio da realização política real logo destruirá o interesse. Em decorrência o propagandista exaure o interesse na realidade por um início plausível tolerável, e então estoca energia para uma larga viagem brandindo um passaporte aos céus.

A fórmula funciona quando a ficção pública se emaranha com a urgência privada. Mas uma vez emaranhada, no calor da batalha, o ego original e o estereótipo original que afeta a junção podem ser totalmente perdidos de vista.

12 O interesse próprio reconsiderado

1

Portanto, a mesma estória não é nunca igual para todos os ouvintes. Cada um entrará nela levemente em diferentes momentos, já que duas experiências não são exatamente iguais; cada pessoa a reapresentará de seu próprio jeito, e a tratará com seus próprios sentimentos. Às vezes um artista de habilidades formidáveis nos forçará a entrar totalmente em vidas distintas da nossa, vidas que parecem num primeiro olhar fracas, repulsivas ou excêntricas.

Mas isso é raro. Em quase toda estória que captura nossa atenção nos tornamos um personagem e atuamos fora do papel como uma pantomima de nós mesmos. A pantomima pode ser sutil ou grosseira, pode ser simpática à estória, ou somente cruelmente análoga; mas ela consistirá daqueles sentimentos que são despertados por nossa concepção do papel. E, assim, o tema original no jeito que circula é enfatizado, é distorcido e adornado por todas as mentes por que passa. É como se uma peça de Shakespeare fosse reescrita cada vez que é interpretada com todas as mudanças de ênfases e significado que os atores e a audiência inspiram.

Algo muito parecido parece ter acontecido às estórias nas sagas antes que fossem definitivamente escritas. No nosso tempo o registro impresso, do jeito que é, examina a exuberância dos atributos de cada indivíduo. Mas contra o rumor há pouco ou nenhum controle e a estória original, verdadeira ou inventada, ganha asas e chifres, patas e bico, graças à transmissão das fofocas. O relato do primeiro narrador não preserva sua forma e proporções. É editado e revisado por todos que brincam com ele como eles o ouviram, o utilizaram para o sonambulismo diurno, e o passaram adiante⁹.

9. Para um exemplo interessante, ver o caso descrito por JUNG, C.G. *Zentralblatt für Psychoanalyse*, 1911. Vol. I, p. 81. Traduzido por Constance Long, in: *Analytical Psychology*, cap. IV.

2

Conseqüentemente, quanto mais mista for a audiência, maior será a variação na resposta. Pois à medida que a audiência torna-se maior, o número de palavras comuns diminui. Então os fatores comuns na estória tornam-se mais abstratos. Esta estória, faltando um caráter seu mais preciso, é ouvida por pessoas de caráter muito distinto. Elas lhe transferem suas próprias marcas.

O caráter que elas lhe dão varia não somente com o sexo e a idade, raça, religião e posição social, mas dentro destas classificações rudes, de acordo com a constituição herdada e adquirida do indivíduo, suas faculdades, sua carreira, o progresso de sua carreira, um aspecto enfatizado de sua carreira, seu estado de espírito e tensões, ou seu lugar no tabuleiro em qualquer dos jogos da vida que esteja jogando. O que lhe alcança dos assuntos públicos, algumas linhas impressas, algumas fotografias, anedotas, e alguma experiência casual sua, ela os concebe através de um conjunto de padrões e recria com suas próprias emoções. Ela não toma seus problemas pessoais como amostras parciais do grande ambiente. Ela pega as estórias do grande ambiente como se fosse o alargamento mimético de sua vida privada.

Mas não necessariamente daquela vida privada como ela a descreveria para si mesmo. Pois em sua vida privada as escolhas são estreitas, e muito de si próprio é espremido para fora da visão de forma que não possa governar diretamente seu comportamento exterior. E assim, além das pessoas medianas que projetam a felicidade de suas próprias vidas na boa vontade geral, ou sua infelicidade na suspeição e ódio, há externamente pessoas alegres que são brutais em todo o lugar, à exceção de seu próprio círculo, da mesma forma que há pessoas que, quanto mais elas detestam suas famílias, seus amigos, seus empregos, mais elas transbordam de amor pela humanidade.

À medida que você desce das generalidades ao detalhe, torna-se mais aparente que o caráter que os homens utilizam em seus assuntos não é fixo. Possivelmente seus distintos egos têm um pé comum e qualidades comuns, mas os ramos e divisões têm muitas formas. Ninguém

confronta toda situação com o mesmo caráter. Seu personagem varia em algum grau através da completa influência do tempo e acumulação da memória, já que ele não é um autômato. Seu caráter varia, não somente no tempo, mas de acordo com a circunstância. A lenda do solitário inglês nos mares do Sul, que invariavelmente faz a barba e coloca um *black tie* para o jantar, sendo testemunha de seu medo intuitivo e civilizado de perder o caráter que assumiu. Assim fazem os diários, os álbuns, os souvenirs, as cartas velhas, as velhas roupas, e o amor de rotinas imutáveis que testemunham, aos nossos sentidos, quão difícil é subir duas vezes o rio de Heráclito.

Não há um único ego em funcionamento sempre. E, portanto, é de grande importância na formação da opinião pública, que ego esteja engajado. Os japoneses pedem o direito de colonizar a Califórnia. Claramente faz muita diferença se você concebe a demanda como um desejo para plantar árvore frutífera ou para casar com a filha de um homem branco. Se duas nações estão disputando um pedaço de território, importa muito se as pessoas consideram as negociações como um negócio imobiliário, uma tentativa de humilhá-los, ou, na linguagem excitada e provocadora que usualmente encoberta estas discussões, como um estupro. Pois o ego que toma conta dos instintos quando estamos pensando sobre limões ou glebas distantes é muito diferente do ego que aparece quando estamos pensando mesmo potencialmente como um ultrajado chefe de família. Num caso o sentimento privado que entra em nossa opinião é tépido, no outro, furioso. E embora seja assim tão verdadeiro como ser mera tautologia de que o “interesse próprio” determina a opinião, a declaração não é iluminadora, até que saibamos que ego entre os inúmeros seleciona e direciona o interesse assim concebido.

O ensinamento religioso e a sabedoria popular têm sempre distinguido várias personalidades em cada ser humano. Elas têm sido chamadas de superior e inferior, o espiritual e o material, o divino e o carnal; e embora possamos não aceitar totalmente esta classificação, não podemos deixar de observar que distinções existem. Ao invés de dois egos antagônicos, um homem moderno provavelmente notaria certo número de personalidades não tão agudamente separadas. Ele diria que a distinção

traçada pelos teólogos era arbitrária e externa, porque muitos diferentes egos foram agrupados juntos como sendo o ego superior desde que se encaixassem nas categorias teológicas, mas ele reconheceria, no entanto, que aqui havia uma autêntica pista à variedade da natureza humana.

Aprendemos a observar muitos egos e a estarmos um pouco menos dispostos a fazer juízos de valor sobre eles. Nós compreendemos que vemos um mesmo corpo, mas freqüentemente um diferente homem, dependendo se ele está tratando com um similar social, um inferior social, ou um socialmente superior, ou se ele está fazendo amor com uma mulher com a qual pode se casar, ou a uma a quem não a considera para tal; ou se está cortejando uma mulher, ou se ele a considera sua propriedade; ou se está tratando com seus filhos, seus sócios, seus mais confiáveis subordinados, o chefe que pode apoiá-lo ou que pode romper com ele; ou se está lutando com dificuldades pelas necessidades da vida, ou se está sendo bem-sucedido; ou se está tratando amigavelmente um estrangeiro, ou com desdém; se está em grande perigo, ou em perfeita segurança, se está só em Paris ou entre seus familiares em Peoria¹⁰.

As pessoas diferem muito, naturalmente, na consistência de seus caracteres, tão amplamente que eles podem cobrir todo o leque de diferenças entre uma alma fragmentada como a do Dr. Jekyll e uma perfeitamente determinada como a de Brand, Parsifal, ou Dom Quixote. Se os egos estão tão pouco relacionados, nós desconfiamos do homem; se eles estão tão inflexíveis numa direção, nós o consideramos árido, pertinaz, ou excêntrico. No repertório das personalidades há uma exígua para o isolado e o auto-suficiente, há outra para a altamente variada para o adaptável, há um amplo leque de egos, desde o que está acima e que gostaríamos que Deus visse até os que estão abaixo e que nós próprios não nos atrevemos a ver. Pode haver um repertório de personalidades na família: pai, Jeová, tirano; marido, proprietário, macho; amante, lascivo; outro para a ocupação: empregador, mestre, explorador; competidor, provocador, e para um inimigo: subordinador, cortesão, esnobe. Algumas personalidades nunca aparecem aos olhos públicos. Outras são chamadas somente em excepcionais circunstâncias. Mas as personalidades

10. Cidade do estado americano de Arizona (N.T.).

assumem sua forma na concepção de um homem dependendo da situação na qual ele se encontra. Se o ambiente ao qual ele é muito sensível ocorre ser um ambiente elegante, ele imitará a personalidade que concebe ser apropriado. Ela tenderá a atuar como um modulador de seu comportamento, sua fala, sua escolha de assuntos, suas preferências. Muito da comédia da vida está aqui, na forma como as pessoas imaginam seus caracteres para as situações que são estranhas a eles: o professor entre os promotores, o diácono num jogo de pôquer, o *cockney*¹¹ no interior do país, o diamante falso entre diamantes verdadeiros.

3

Na produção dos caracteres dos homens entra uma variedade de influências não facilmente separáveis¹². A análise de seus fundamentos é talvez ainda tão duvidosa como era no século V a.C. quando Hipócrates formulou a doutrina dos humores, distinguindo o sangüíneo, o melancólico, o colérico, e as disposições fleumáticas, e atribuindo-os ao sangue, à bÍlis negra, à bÍlis amarela e à letargia. As últimas teorias, como se pode encontrá-las em Cannon¹³, parece seguir o mesmo aroma, desde um comportamento extrovertido e a consciência interna à fisiologia do corpo. Mas, a despeito de uma imensa técnica desenvolvida, ninguém poderia provavelmente exigir que haja conclusões estabelecidas que nos permita separar a natureza do ambiente, e abstrair o caráter nativo do adquirido. É somente no que Joseph Jastrow¹⁴ chamou de “cortiço da

11. Dialeto dos nativos do bairro operário de Londres (N.T.).

12. Para um interessante esboço das mais antigas e valiosas tentativas de explicar um caráter, ver o capítulo “The Antecedents of the Study of Character and Temperament”. In: JASTROW’S, J. *The Psychology of Conviction*.

13. *Bodily Changes in Pleasure – Pain and Anger*. • ADLER. *The Neurotic Constitution*. • KEMPF. *The Autonomic Functions and the Personality – Psychopathology*. Cf. também BERMAN, L. *The Glands Regulating Personality*.

14. Joseph Jastrow (1863-1944). Psicólogo, educador e autor crítico da psicanálise. Nascido em Varsóvia, Polônia, filho de um célebre rabino e *scholar* hebreu, imigrou com sua família aos Estados Unidos. Foi professor da Universidade de Wisconsin e depois passou ao New School for Social Research, onde lecionou até sua aposentadoria. Escreveu vários livros em psicologia, popularizando essa área ao grande público. Escreveu a coluna “Keeping Mentally Fit” de 1929 a 1932. Era um cético da possibilidade de se estabelecer a existência do fenômeno psíquico, especialmente da vida após a morte (N.T.).

psicologia” que a explanação do caráter é considerada como um sistema fixo a ser aplicado por frenólogos, quiromantes, adivinhadores, leitores da mente e alguns professores de política. Ali você ainda encontrará reafirmado que “os chineses gostam de cores, e têm suas pálpebras muito arqueadas” enquanto “as cabeças dos calmucks¹⁵ estão deprimidas acima, mas muito largas lateralmente, sobre o órgão que determina nossa tendência a possuir objetos; sendo conhecida de sobra esta propensão nacional deste povo para roubar, etc.”¹⁶

Os modernos psicólogos estão dispostos a considerar o comportamento exterior de um adulto como uma equação entre um número de variáveis, tais como a resistência do ambiente, desejos reprimidos correspondente a várias idades, e a personalidade manifesta¹⁷. Eles nos permitem supor, embora não tenham visto a noção formulada, que a repressão ou o controle dos desejos sejam fixados não em relação a toda a pessoa durante todo o tempo, mas mais ou menos em relação a vários egos seus. Há coisas que ele não fará como um patriota, que ele fará quando não esteja imaginando-se como um patriota. Não há dúvida que há impulsos, mais ou menos incipientes na infância, que não são nunca exercitados outra vez em toda uma vida de um homem, exceto quando entram obscura e indiretamente em combinação com outros impulsos. Mas mesmo isso não está certo, já que a repressão não é irreversível. Pois assim como a psicanálise pode trazer à superfície um impulso sepultado, também o podem fazer as situações sociais¹⁸. É somente quando nossas vizi-

15. Calmuck (a grafia inclui Kalmyk, kalmuck, kalmuk ou kalmyki) é o nome dado e mais tarde adotado pelos oirats que migraram em massa da Ásia Central no século XVII para se instalarem na Rússia européia. Único entre os povos da Europa, a religião nacional dos calmucks é o budismo vajrayana. Hoje eles são maioria na República da Calmíckia, na margem ocidental do Mar Cáspio. Através da emigração comunidades de calmucks se instalaram nos Estados Unidos, França, Alemanha e República Tcheca (N.T.).

16. JASTROW. Op. cit., p. 156.

17. Formulado em KEMPF. *Psychopathology*, p. 74, da seguinte forma: Desejos manifestos sobre; Desejos reprimidos tardios sobre; Desejos adolescentes reprimidos; Desejos pré-adolescentes reprimidos; Oposto pela resistência de ambiente = comportamento.

18. Cf. o muito interessante livro de Martin, E.D. *The Behavior of Crowds*. • HOBBS. *Leviatã*. Parte II, cap. 25. • “Para as paixões do homem, que à parte são moderadas, como o calor de uma marca, um conjunto é como muitas marcas, que inflamam umas às outras, especialmente quando inflamam uma a outra com orações...” LeBON (*The Crowd*) elabora esta observação de Hobbes.

nhanças permanecem normal e placidamente, quando o que é esperado de nós por aqueles que encontramos é consistente, é que vivemos sem conhecimento de muitas de nossas disposições. Quando o inesperado ocorre, aprendemos muito que não sabíamos sobre nós mesmos.

Os egos, que construímos com a ajuda de todos os que nos influenciam, prescrevem que impulsos, que ênfase, como são dirigidos, são apropriados para certas situações típicas para as quais aprendemos atitudes adequadas. Para um tipo reconhecível de experiência, há um caráter que controla as manifestações externas de todo o nosso ser. Ódio assassino é, por exemplo, controlado na vida civil. Embora você suspire com raiva, você não pode aparentar isso sendo um pai, criança, empregado, político. Você não gostaria de mostrar uma personalidade que transpira ódio mortal. Você faz cara feia para isso, assim como as pessoas em sua volta. Mas se a guerra arrebentar, as chances são de que todo o mundo que você admira começará a sentir justificativa para matar e odiar. No início o escape para estes sentimentos é muito estreito. Os egos que surgem à frente são aqueles que estão afinados com o verdadeiro amor à pátria, o tipo de sentimento que você encontra em Rupert Brooke¹⁹, no discurso de Sir Edward Grey²⁰ de 3 de agosto de 1914 e no discurso do Presidente Wilson ao Congresso em 2 de abril de 1917. A realidade da guerra é ainda execrável, e o que a guerra realmente significa é aprendida, mas gradualmente. As guerras anteriores são memórias transfiguradas. Naquela fase lua-de-mel, os realistas da guerra acertadamente insistem que a nação ainda não está desperta, e reafirmam um ao outro dizendo: “Espere pela lista das fatalidades”. Gradualmente o impulso de matar torna-se o principal negócio, e todos os papéis que podem modificá-lo, desintegram-se. O impulso torna-se central, é santificado, e gradualmente se

19. Rupert Brooke (1887-1915), poeta da Primeira Guerra Mundial, subtenente da Marinha Real. Após concluir os estudos na Rugby and King's College Cambridge, viajou muito, publicando sua primeira coleção de poemas em 1911. Membro da Sociedade Socialista Fabiana, e considerado um intelectual proeminente de sua geração, Brooke foi amigo dos famosos. Foi logo voluntário para a guerra, e seus textos estão cheios de espírito patriótico e vigor da juventude (N.T.).

20. Edward Grey (25/04/1862-07/09/1933) foi um político britânico e ornitologista. Quando os liberais retornaram ao poder em 1905, Grey tornou-se ministro de Relações Exteriores, posição que ocuparia por onze anos. Entre suas realizações está o acordo da Entente com a Rússia em 1907, a pacificação da Crise de Agadir e a mediação para o fim da Guerra dos Bálcãs (N.T.).

torna inadministrável. Procura um escape não só na idéia do inimigo, que é o inimigo que a maior parte das pessoas vê realmente durante a guerra, mas sobre todas as pessoas e objetos e idéias que sempre foram odiosas. O ódio do inimigo é legítimo. Estes outros ódios legitimaram-se pelas mais cruentas analogias, e pelo que, uma vez tudo se acalme, nós reconhecemos como a mais servil analogia. Precisa-se de muito tempo para suprimir tão poderoso impulso uma vez tenha diminuído. E, portanto, quando a guerra termina de fato, precisa-se de tempo e de luta para recuperar o autocontrole, e manejar com problemas da paz em termos civis.

A guerra moderna, como o Sr. Herbert Croly²¹ disse, é inerente à estrutura política da sociedade moderna, mas posta fora da lei por seus ideais. Para a população civil não existe código ideal de conduta na guerra, como o soldado ainda tem e a cavalaria prescrevia no passado. Os civis não têm padrões de referência, exceto aqueles que os melhores entre eles conseguem improvisar. Os únicos padrões que possuem é tornar a guerra uma coisa maldita. Muito embora a guerra possa ser algo necessário, treinamento moral algum os preparou para isso. Somente os egos superiores têm um código e padrões, e quando eles têm que agir no que o superior considera como sendo um caráter inferior, distúrbios profundos ocorrem. A preparação dos caracteres para todas as situações nas quais os homens encontram-se é uma função da educação moral. Claramente, então, ela depende para seu sucesso da sinceridade e do conhecimento com o qual o ambiente foi explorado. Para um mundo falsamente concebido, nossos próprios caracteres são falsamente concebidos, e nós nos comportamos mal. Então o moralista precisa escolher: ou ele precisa oferecer um padrão de comportamento para cada fase da vida, apesar de algumas de suas fases poderem ser repelentes, ou ele precisa garantir que seus alunos nunca sejam confrontados por situações que ele desaprova. Ou ele abole a guerra, ou ensina as pessoas como enfrentá-la com a maior economia psíquica; ou ele abole a vida econômica do homem e o alimenta com encanto e serenidade, ou ele investiga todas as perplexidades da vida econômica e

21. Editor americano e autor, Herbert David Croly (1869-1930) criou a filosofia política conhecida como “novo nacionalismo” e foi fundador da revista *New Republic*.

oferece os padrões de conduta que são aplicáveis num mundo onde homem algum se auto-sustenta. Mas isso é exatamente o que a cultura moral existente tão amplamente recusa fazer. Nos seus melhores aspectos, é tímida nas terríveis complicações do mundo moderno. Na pior das hipóteses, é simplesmente covarde. Agora, se os moralistas estudam economia, política e psicologia, ou se os cientistas sociais educam os moralistas, não é grande coisa. Cada geração irá despreparada ao mundo moderno, a menos que tenha sido ensinada a conceber o tipo de personalidade que deverá ter para enfrentar os temas que estarão a sua frente.

4

A maior parte desta visão inocente de auto-interesse é deixada de fora. Ela esquece que o ego e o interesse são de alguma forma concebidos, e que na maior parte são convencionalmente concebidos. A doutrina ordinária do auto-interesse usualmente omite toda a função cognitiva. Tão insistente ela é no fato de que os seres humanos finalmente referem todas as coisas a si mesmos, que ela não pára para observar que as idéias dos homens de todas as coisas e de si mesmo não são instintivas. São adquiridas.

Assim pode ser verdade suficiente, como James Madison escreveu na décima edição do *Federalista*, que “um interesse fundiário, um interesse manufatureiro, um interesse mercantil, um interesse monetário, com outros interesses menores, surgiram da necessidade em nações civilizadas, e dividi-las em distintas classes, acionadas por diferentes sentimentos e visões”. Mas se você examina o contexto da publicação de Madison, descobre algo que penso ilumina aquela visão do fatalismo instintivo, chamado às vezes de a interpretação econômica da história. Madison estava defendendo a constituição federal, e “entre as inúmeras vantagens da união” que ele apresentou, “sua tendência de quebrar e controlar a violência da facção”. Facção era o que preocupava Madison. E as causas da facção ele localizava “na natureza humana”, onde as disposições latentes são “trazidas em diferentes graus à atividade, de acordo com as diferentes circunstâncias da sociedade civil. Um cuidado pelas diferentes opiniões no que se refere à religião, no que se refere ao governo

e muitos outros pontos, assim como a especulação e a prática; uma ligação a diferentes líderes em luta ambiciosa por proeminência e poder, ou a pessoas distintas cujas fortunas têm interessado às paixões humanas, têm, por sua vez, dividido a humanidade em partidos, os inflamado com animosidade mútua, levando-os muito mais a dispor-se a confundir e oprimir uns aos outros ao invés de cooperarem para o bem comum. Tão forte é esta propensão da humanidade em cair em animosidades mútuas, que as distinções mais frívolas e fantasiosas têm sido suficientes para incendiar suas paixões hostis e excitar seus mais violentos conflitos. Mas a fonte mais comum e durável das facções tem sido a distribuição variada e desigual da propriedade”.

A teoria de Madison, portanto, é que a propensão à facção pode ser incendiada por opiniões religiosas ou políticas, por líderes, mas usualmente pela distribuição da propriedade. Assim observe que Madison afirma somente que os homens são divididos por sua relação com a propriedade. Ele não diz que suas propriedades e suas opiniões são as causas das diferenças de opinião. A palavra-chave no argumento de Madison é “diferença”. Da existência de distintas situações econômicas você pode tentativamente inferir uma provável diferença de opiniões, mas você não pode inferir que opiniões necessariamente serão.

Esta ponderação rompe radicalmente com as afirmações da teoria como a teoria é usualmente afirmada. Que a ponderação seja necessária, a enorme contradição entre dogma e prática entre os socialistas ortodoxos exige provas. Eles argumentam que a próxima etapa da evolução social é o inevitável resultado do estágio atual. Mas a fim de produzir o inevitável próximo estágio, eles organizam e agitam para produzir “consciência de classe.” Por que, pergunta-se, a situação econômica não produz a consciência de classe em todos? Simplesmente não, e pronto. E, portanto, a orgulhosa afirmação não sustentará que a filosofia socialista se apoiará em vislumbre profético sobre o destino. Se apóia numa hipótese sobre a natureza humana²².

22. Cf. VEBLEN, T. “The Socialist Economics of Karl Marx and His Followers. In: *The Place of Science in Modern Civilization*, especialmente p. 413-418.

A prática socialista está baseada na crença de que, se os homens estão situados economicamente em diferentes classes, eles podem então ser induzidos a ter pontos de vista. Sem dúvida eles acabam acreditando, ou podem ser induzidos a acreditar em diferentes coisas, como serem, por exemplo, terratenentes ou arrendatários, empregados ou empregadores, compradores ou vendedores, fazendeiros ou classe média, exportadores ou importadores, credores ou devedores. Diferenças de renda criam a diferença nas possibilidades de contato e oportunidade. Os homens que trabalham nas máquinas tenderão, como o Sr. Thorstein Veblen²³ brilhantemente demonstrou²⁴, a interpretar a experiência diferentemente dos artesãos ou comerciantes. Se isso fosse tudo o que a concepção materialista da política afirmasse, a teoria seria uma hipótese imensamente valiosa que todo intérprete de opinião teria que usar. Mas ele teria freqüentemente que abandonar a teoria, e ele teria sempre que estar alerta. Pois ao tentar explicar certa opinião pública é raramente óbvio qual das muitas relações sociais de um homem está afetando uma opinião particular. A opinião de Smith surge de seus problemas como terratenente, um importador, proprietário de ações da ferrovia, ou como empregador? A opinião de Jone, sendo ele um tecelão numa tecelagem, vem da atitude de seu patrão, da competição de novos imigrantes, das contas das compras de sua esposa, ou do contrato sempre presente com a firma que está lhe vendendo um carro Ford, uma casa e um lote num plano a prestação? Sem uma investigação especial você não pode dizer. O determinista econômico não pode afirmar.

Os inúmeros contatos econômicos de um homem limitam ou alargam o espectro de suas opiniões. Mas qual dos contatos, em que modo, em qual teoria, a concepção materialista da política não pode prever. Ela pode prever, com alto grau de probabilidade, que se um homem é pro-

23. Thorstein Bunde Veblen, nascido em 30/07/1857 e falecido em 03/08/1929 nos Estados Unidos. Economista, doutor em Filosofia. Escreveu em 1899 seu clássico estudo *The Theory of the Leisure Class*, que aplicou o evolucionismo de Darwin ao estudo da vida econômica moderna, em especial ao seu espírito predatório do comércio internacional. Criou o conceito de "consumo conspícuo" para descrever as altas classes sociais. Tornou-se celebridade no período da Grande Depressão por suas críticas ao sistema industrial vigente então.

24. *The Theory of Business Enterprise*.

prietário de uma fábrica, sua propriedade figurará naquelas opiniões que parecem ter alguma relação com aquela fábrica. Mas como a função de ser um proprietário figurará, determinista algum como tal pode lhe dizer. Não há um conjunto fixo de opiniões em qualquer questão que surge por ser proprietário de uma fábrica, visão alguma sobre o trabalhador, sobre propriedade, sobre administração, sem considerar visões em temas menos imediatos. O determinista pode prever que em noventa e nove casos em cada cem o proprietário irá resistir a tentativas de afastá-lo da propriedade, ou que ele favorecerá legislação que pensa aumentará seus lucros. Mas uma vez que não há mágica na propriedade que o permita como homem de negócio saber que leis o tornarão próspero, não há uma cadeia de causa e efeito descrita no materialismo econômico que permita a quem quer que seja profetizar se um proprietário terá uma visão mais profunda ou superficial, uma competitiva ou cooperativa.

Se esta teoria tivesse a validade que tão freqüentemente afirma ter, nos permitiria profetizar. Poderíamos analisar os interesses econômicos de um povo, e deduzir o que estas pessoas estariam dispostas a fazer. Marx tentou isso, e, depois de um bom palpite sobre os monopólios, errou completamente. O primeiro experimento socialista surgiu, não como previsto, do auge do desenvolvimento capitalista no Ocidente, e sim do colapso de um sistema pré-capitalista do Oriente. O que deu errado? Por que o grande discípulo, Lênin, deu-se mal? Porque os marxistas pensaram que a posição econômica dos homens produziria irresistivelmente uma concepção clara de seus interesses econômicos. Eles pensaram que possuíam uma concepção clara, e que o que eles sabiam o resto da humanidade aprenderia. O evento mostrou não só que uma clara concepção de interesse não surge automaticamente em qualquer um, mas que não surge nem mesmo em Marx e Lênin. Depois de tudo o que Marx e Lênin escreveram, o comportamento social da humanidade é ainda obscuro. Não precisaria ser, se somente a posição econômica determinasse a opinião pública. Posição social deveria, se sua teoria não fosse correta, não somente dividir a humanidade em classes, mas suprir cada classe com uma visão de seus interesses e uma política coerente de como obter isso.

Nada é mais certo do que todas as classes de pessoas estarem em constante perplexidade sobre quais são seus interesses²⁵.

Isso dissolve o impacto do determinismo econômico. Se nossos interesses são feitos de nossos conceitos variáveis sobre aqueles interesses, então como chave mestra para os processos sociais a teoria falha. Que a teoria supõe que os homens são capazes de adotar somente uma única versão de seus interesses, e que a tendo adotado põem-se em ação fatalmente para realizá-la. Ela supõe a existência de um interesse de classe específico. Aquela suposição é falsa. O interesse de classe pode ser concebido amplamente ou de forma estreita, egoisticamente ou não, à luz dos fatos, alguns fatos, muitos fatos, verdade e erro. E assim colapsa o remédio marxista para os conflitos de classe. Aquele remédio supõe que, se toda propriedade pudesse ser comum, as diferenças de classes desapareceriam. A suposição é falsa. A propriedade pode muito bem ser comum, e ainda assim não ser concebida como um todo. O momento em que qualquer grupo de pessoa fracassar em ver o comunismo numa forma comunista, terá que se dividir em classes com base no que viu.

Com respeito à ordem social vigente, o socialismo marxista enfatiza o conflito de propriedade como o formador de opinião, com respeito ao frágil conceito de classe trabalhadora ele ignora o conflito de propriedade como base para agitação, com respeito ao futuro ele imagina uma sociedade sem conflito de propriedade e, portanto, sem conflito de opinião. Agora, na existente ordem social, podem ocorrer mais instâncias onde um homem precisa perder se o outro ganhar, do que ocorreria sob

25. Na verdade, quando testado, Lênin abandonou completamente a interpretação política da política. Se fosse sincero à fórmula marxista quando tomou o poder em 1917, teria dito a si mesmo: "De acordo com os ensinamentos de Marx, o socialismo irá se desenvolver do capitalismo maduro [...], aqui estou eu, em controle de uma nação que só está entrando no desenvolvimento capitalista [...]. Segue que para o presente toda idéia de uma república socialista está fora de questão [...]. Precisamos avançar o capitalismo para que a evolução que Marx previu ocorra". Mas Lênin não fez nada parecido. Ao invés de esperar que a evolução evolua, ele tentou, pela vontade, forçar, e, pela educação, desafiar o processo histórico que a filosofia supôs. Desde que isso foi escrito Lênin abandonou o comunismo, afirmando que a Rússia não possui a base necessária para um capitalismo maduro. Ele agora afirma que a Rússia precisa criar o capitalismo, que criará o proletariado, que um dia criará o comunismo. Isso pelo menos é consistente com o dogma marxista. Mas isso mostra quão pouco determinismo existe nas opiniões de um determinista.

o socialismo, mas para cada caso, onde um precisa perder para outro ganhar, há casos sem fim onde os homens simplesmente imaginam o conflito porque são incultos. E sob o socialismo, embora você remova toda e qualquer instância de conflito absoluto, o acesso parcial de cada homem a todo o leque de fatos criaria assim mesmo conflito. Um estado socialista não será capaz de dar educação, moralidade, ou ciência liberal, mesmo que a base estritamente materialista da propriedade comunal das propriedades torne-os supérfluos. Os comunistas na Rússia não propagariam sua fé com tal infatigável cuidado se o determinismo econômico não fosse o único a determinar a opinião do povo russo.

5

A teoria socialista da natureza humana é, como o cálculo hedonista, um exemplo de falso determinismo. Ambos supõem que as disposições não aprendidas não só fatal como inteligentemente produzem certo tipo de comportamento. Os socialistas acreditam que as disposições perseguem o interesse econômico de uma classe; os hedonistas acreditam que eles perseguem prazer e evitam a dor. Ambas as teorias acreditam na visão inocente de instinto, uma visão, definida por James²⁶, embora radicalmente qualificada por ele como "a faculdade de agir de uma forma determinada visando produzir certos fins, sem a previsão dos fins e sem educação prévia na *performance*".

É duvidoso se a ação instintiva para este tipo figure afinal na vida social da humanidade. Como James afirmou²⁷: "cada ato instintivo num animal com memória precisa cessar de ser 'cego' depois de ser repetido uma vez". Sejam quais forem os equipamentos ao nascer, as disposições inatas são desde a mais tenra infância imersas na experiência que determina o que pode excitá-las como estímulo. "Elas tornam-se capazes", como o Sr. McDougall diz²⁸, "de serem iniciadas, não somente pela percepção dos objetos do tipo que diretamente excita a disposi-

26. *Principles of Psychology*. Vol. II, p. 383.

27. Op. cit. Vol. II, p. 390.

28. *Introduction to Social Psychology*. 4. ed., p. 31-32.

ção inata, os excitantes natural ou nativo do instinto, mas também pelas idéias de tais objetos, pelas percepções e pelas idéias dos objetos de outros tipos”²⁹. É somente “a parte central da disposição”³⁰, diz o Sr. McDougal mais adiante, “que retém seu caráter específico e permanece comum a todos os indivíduos e a todas as situações nas quais o instinto é excitado”. Os processos cognitivos e os movimentos reais do corpo, através dos quais o instinto alcança seu fim, podem ser extremamente complexos. Em outras palavras, o homem tem um instinto do medo, mas o que ele temerá e como tentará escapar é determinado não pelo nascimento, mas pela experiência.

Se não fosse por isso, seria difícil conceber a extrema variedade da natureza humana. Mas quando você considera que todas as importantes tendências da criatura, seus apetites, seus amores, seus ódios, sua curiosidade, seu desejo sexual, seus temores, e agressividade, são livremente ligados a todo o tipo de objetos como estímulos, e a todos os tipos de objetos como gratificação, a complexidade da natureza humana não é por decorrência inconcebível. E quando você pensa que cada nova geração é a vítima casual da forma como a geração anterior estava condicionada, assim como o herdeiro do ambiente resultante, as possíveis combinações e modificações são enormes.

Portanto, à primeira vista carecemos de razões para supor, por muito que imploremos por determinadas coisas ou nos comportemos de uma forma concreta, que estamos fatalmente predeterminados a ansiar por tais coisas e atuar de forma distinta. O apelo e a ação são ambos aprendidos, e outra geração pode aprender diferentemente. Psicologia analítica e história social estão unidas em apoio a esta conclusão. Psicologia indica quão essencialmente casual é o nexos entre o estímulo particular e a resposta particular. Antropologia no seu sentido mais amplo reforça o ponto de vista ao demonstrar que as coisas que excitaram as pai-

29. “A maioria das definições de instintos e ações instintivas leva em conta somente os seus aspectos impulsivos [...] e é um erro comum ignorar os aspectos cognitivos e afetivos do processo mental instintivo” (*Introduction to Social Psychology*, p. 29 – nota de rodapé).

30. Op. cit., p. 34.

xões dos homens, e os meios que eles utilizaram para realizá-los, diferem constantemente de idade a idade e de lugar para lugar.

Os homens buscam seus interesses. Mas como eles devem buscá-los não é fatalmente determinado, e, portanto, dentro de determinados limites de tempo este planeta continuará a suportar a vida humana e o homem não pode colocar fim às forças criativas dos homens. Ele não pode apelar para o destino do automatismo. Ele pode dizer, se precisar, que em sua vida não haverá modificações que ele reconheça como boas. Mas ao afirmar que estará confinando sua vida ao que ele pode ver com seus olhos, rejeitando o que pode ver com sua mente, ele estará tomando como medida do bem uma medida que é somente uma que lhe ocorre de possuir. Ele pode não encontrar base para abandonar seus mais altos desejos e relaxando seus conscientes esforços, a menos que escolha considerar o desconhecido como o desconhecível, a menos que ele eleja acreditar que uma vez que ninguém sabe ninguém saberá, e o que alguém que ainda não tenha aprendido ninguém conseguirá jamais ser capaz de ensinar.

“ Parte V
A criação do
interesse comum ”

13 A transferência do interesse

1

Isso vem para mostrar que há muitas variáveis nas impressões de cada homem do mundo invisível. Os pontos de contato variam, as expectativas estereotipadas variam, o interesse considerado varia na forma mais sutil de todas. As impressões vivas de um grande número de pessoas são em infinita medida pessoais em cada uma delas, e extremamente complexas nas massas. Como então há qualquer relação prática estabelecida entre o que está na cabeça das pessoas e o que está fora, além de seu horizonte, no ambiente? Como na linguagem da teoria democrática um grande número de pessoas, que sentem tão privadamente sobre figura tão abstrata, desenvolve qualquer desejo comum? Como uma idéia simples e constante emerge deste complexo de variáveis? Como aquelas coisas conhecidas como o desejo do povo, ou o propósito nacional, ou opinião pública cristalizam-se a partir destas imagens casuais e tão passageiras?

Que há uma dificuldade real aqui foi mostrado por uma enfurecida contenda na primavera de 1921 entre o embaixador americano na Inglaterra e um grande número de outros americanos. O Sr. Harley, falando num jantar inglês, assegurou ao mundo sem qualquer sinal de hesitação quais eram os motivos dos americanos em 1917¹. Como ele os descreveu, não eram os motivos que o Presidente Wilson havia referido com insistência quando *ele* elaborou sobre a mente americana. Agora, naturalmente, nem o Sr. Harvey nem o Sr. Wilson, nem os críticos e amigos dos dois, nem quem quer que seja, pode saber quantitativa e qualitativamente o que havia se passado em 30 ou 40 milhões de mentes adultas. Mas o que todo mundo sabe é que a guerra foi lutada e vencida por uma

1. *New York Times*, 20/05/1921.

multidão de esforços, estimulada, ninguém sabe em que proporção, pelos motivos de Wilson e os motivos de Harvey e todos os tipos híbridos dos dois. As pessoas se alistaram e lutaram, trabalharam, pagaram impostos, se sacrificaram a um fim comum, e ninguém pode dizer exatamente o que movia cada pessoa a fazer cada coisa que fez. Não serve a qualquer propósito, então, o Sr. Harvey dizer a um soldado que pensava que esta era a guerra para pôr fim à guerra; na verdade, o soldado não pensava tal coisa. O soldado que pensava que *pensava que*. E o Sr. Harvey, que pensava outra coisa, pensava *algo diferente*.

No mesmo discurso o Sr. Harvey formulou com idêntica clareza o que os eleitores de 1920 tinham em suas mentes. Isso é algo imprudente a se fazer, e, se você simplesmente supõe que todos os que votaram nos seus candidatos votaram da mesma forma que você, então isso é algo vil para se contemplar. A contagem mostra que dezesseis milhões votaram republicano, e nove milhões democrata. Eles votaram, diz o Sr. Harvey, a favor e contra a Liga das Nações, e, em apoio desta demanda, ele pode referir a solicitação do Sr. Wilson para a um referendo, e ao fato inegável de que o Partido Democrata e o Sr. Cox insistiam para que a liga fosse o tema. Mas então, dizendo que a liga fosse o tema, não fez ela ser o tema, e ao contar os votos no dia da eleição você não sabe a real divisão da opinião sobre a liga. Havia, por exemplo, nove milhões democratas. Você está autorizado a acreditar que todos eles são leais apoiadores da liga? Certamente que você não está. Pois o seu conhecimento da política americana diz a você que muitos dos milhões de votantes, como sempre fazem, para manter a ordem social existente no sul, e seja lá quais sejam suas visões sobre a liga, não votaram para expressar suas visões. Os que queriam a liga estavam, sem dúvida, satisfeitos que o Partido Democrata também o desejava. Os que não queriam a liga podem ter fechado suas narinas quando votaram. Mas ambos os grupos de sulistas votaram na mesma lista de candidatos.

Foram os republicanos mais unânimes? Qualquer um pode pegar suficientes eleitores republicanos fora de seu círculo de amizade para cobrir toda uma gama de opinião desde a irreconciliabilidade dos senadores Johnson e Knox à advocacia do Secretário Hoover e do Juiz do Su-

premo Taft. Ninguém pode afirmar definitivamente o que quantas pessoas sentiram de alguma forma particular sobre a liga, nem como muitas pessoas deixaram seus sentimentos naquele tema determinar seus votos. Quando há somente duas formas de expressar uma centena de variedades de sentimentos, não há uma forma certa de saber qual foi a decisiva combinação. O Senador Borah encontrou na lista republicana razão para votar republicano, mas esse foi também o caso do Presidente Lowell. A maioria republicana foi composta de homens e mulheres que pensaram que uma vitória republicana mataria a liga, mais aqueles que pensaram que esta era a forma mais prática de assegurá-la, mais aqueles que pensaram que esta era a forma mais prática oferecida para se obter uma liga modificada. Todos estes eleitores estavam inextricavelmente envolvidos com seus próprios desejos, ou o desejo de outros eleitores de melhorar seus negócios, ou de colocar o trabalhador em seu lugar, ou de punir os democratas por terem ido à guerra, ou de puni-los por não terem ido ainda mais cedo, ou de se livrar do Sr. Birleson, ou de melhorar o preço do trigo, ou de baixar os impostos, ou de parar o Sr. Daniels de anexar o mundo, ou de ajudar o Sr. Harding a fazer a mesma coisa.

E ainda assim certo tipo de decisão emergiu; o Sr. Harding mudou-se para a Casa Branca. Pelo menor denominador comum de todos os votos eram os democratas que deveriam ter ido e os republicanos é que vieram. Aquele foi o único fator que sobrou depois que todas as contradições anularam umas às outras. Mas aquele fator foi suficiente para alterar a política de quatro anos. As razões precisas de por que a mudança era o desejo daquele dia de novembro de 1920 não foram registradas, nem mesmo as memórias dos eleitores individuais. As razões não são fixas. Elas crescem e se modificam e derretem umas razões nas outras, de forma que as opiniões públicas que o Sr. Harding terá que enfrentar não são as opiniões que o elegeram. Pois não há conexão inevitável entre uma miscelânea de opiniões e uma linha particular de ação que todos viram em 1916. Aparentemente eleito graças ao anseio de nos manter fora da guerra, o Sr. Wilson em cinco meses levou o país à guerra.

A dinâmica da vontade popular, portanto, sempre demandou uma explicação. Os que ficaram mais impressionados por esta dinâmica errá-

tica encontraram um profeta em G. LeBon², e saudaram generalizações sobre o que Sir Robert Peel³ chamou “aquele grande conjunto de tontos, fracos, preconceituosos, de sentimentos equivocados, de sentimentos corretos, obstinados e parágrafos jornalísticos que nós chamamos de opinião pública”. Outros concluíram que a despeito daquele impulso e incoerência, objetivos estabelecidos aparecem, precisando entrar em ação uma misteriosa capacidade em algum lugar sobre e sob os habitantes de uma nação. Eles invocam a alma nacional, a mente nacional, o espírito do tempo que impõem ordem sobre a opinião casual. Uma superalma parece ser necessária, para as emoções e idéias nos membros de um grupo não revelarem qualquer coisa tão simples e tão cristalina como sendo a fórmula que aqueles mesmos indivíduos aceitarão como a manifestação verdadeira de sua opinião pública.

2

Mas os fatos podem, eu penso, ser explicados mais convincentemente sem a ajuda da superalma em qualquer de seus disfarces. Acima de tudo, a arte de induzir todo o tipo de pessoas que pensam diferentemente a votar de forma parecida é praticada em toda campanha política. Em 1916, por exemplo, o candidato republicano teve que produzir eleitores republicanos entre muitos tipos diferentes de republicanos. Vejamos o primeiro discurso do Sr. Hughes após ter aceito a indicação⁴. O contexto ainda está claro em nossas mentes para resistir uma explicação; por ora os temas não são mais polêmicos. O candidato era um homem de um discurso excepcionalmente claro, que esteve fora da política por vários anos e não estava pessoalmente comprometido com questões do passado

2. Gustave Le Bon, nascido em 07/05/1841 e falecido em 13/12/1931 na França. Psicólogo social, com doutorado em medicina, especializado em antropologia. Sua obra mais famosa é *A multidão*, de 1895. Nela ele argumenta que a personalidade do indivíduo numa multidão submerge e a mente coletiva da massa predomina.

3. Robert Peel nasceu em 05/02/1788 e faleceu em 02/07/1850 na Inglaterra. Foi primeiro-ministro de 1834 a 1835 e depois de 1841 a 1846. Foi um dos principais fundadores do Partido Conservador. Membro do Parlamento desde 1809. Exerceu outras inúmeras funções públicas. Organizou o código criminal do país, a primeira força policial, impôs o Imposto de Renda, reorganizou o Banco da Inglaterra e iniciou as reformas favorecendo a Irlanda.

4. Apresentado no Carnegie Hall, New York City, 31/07/1916.

recente. Ele tinha, além disso, nenhuma das genialidades que líderes populares como Roosevelt, Wilson ou Lloyd George possuíam, nenhuma das habilidades histriônicas através das quais tais homens fingiam os sentimentos de seus seguidores. Daquele aspecto da política ele o era por temperamento e por vago treinamento. Mas assim mesmo ele sabia por cálculo qual é a técnica do político. Ele era uma daquelas pessoas que sabem como fazer algo, mas que não conseguem fazê-lo por si próprios. São frequentemente melhores como professores que o virtuoso para quem a arte é uma segunda natureza que ele mesmo não sabe como consegue fazer o que faz. A afirmação de que quem pode faz; os que não podem, ensinam não se aproxima a uma reflexão sobre o professor como parece.

O Sr. Hughes sabia que a ocasião era grave, e ele tinha preparado seu manuscrito cuidadosamente. Num cubículo sentou-se Theodore Roosevelt recém-chegado de Missouri. Na platéia sentaram-se os veteranos do Armagedon em vários estágios de dúvida e espanto. No palanque e noutros cubículos os antigos branqueiros e antigos protagonistas do Cisma de 1912 podiam ser vistos, obviamente com a melhor das saúdes e com humor comovedor. Fora além do saguão havia poderosos aliados pró-alemães e pró-aliados; uma guerra de partidos no Leste e nas grandes cidades; um partido da paz no meio e no distante Oeste. Havia forte sentimento sobre o México. O Sr. Hughes tinha que formar uma maioria contra os democratas entre as pessoas divididas em todo o tipo de combinações em Taft *versus* Roosevelt, pró-alemães *versus* pró-aliados, guerra *versus* neutralidade, intervenção mexicana *versus* não-intervenção.

Sobre a moralidade ou a adequação do evento nós não estamos, naturalmente, preocupados aqui. Nosso único interesse é no método através do qual um líder de opiniões heterogêneas consegue assegurar um voto homogêneo.

Esta reunião *representativa* é um evento feliz. Significa o fortalecimento da *reunião*. Significa que o partido de *Lincoln* está restaurado...

As palavras em itálico são ligamentos: *Lincoln* neste discurso não tem, naturalmente, nenhuma relação com Abraham Lincoln. É simplesmente um estereótipo através do qual a devoção que envolve aquele

nome pode ser transferida ao candidato republicano que agora está “em seus sapatos”. Lincoln recorda os republicanos, Bull Moose e a “Velha Guarda”, que antes do rompimento tinham uma história comum. Sobre o rompimento ninguém pode se dar ao luxo de falar. Mas ele está lá, embora inaudível.

O orador tem que remediar isso. Agora que o Cisma de 1912 reaparecia nas questões domésticas, a reunião de 1916 era como o Sr. Roosevelt tinha declarado que deveria ser, para estar baseada numa indignação comum contra a conduta do Sr. Wilson nos assuntos internacionais. Era necessário encontrar um tema de abertura que não só ignorasse 1912, mas que evitasse também os explosivos conflitos de 1916. O orador habilmente selecionou o sistema de pilhagem nas designações diplomáticas. “Os dignos democratas” era uma frase desabonadora, e o Sr. Hughes a utilizou num momento. A história sendo indefensável, não há hesitação no vigor do ataque. Logicamente era uma introdução ideal a um estado de espírito comum.

O Sr. Hughes então se voltou ao México, começando com uma revisão histórica. Ele tinha considerado o sentimento geral de que os eventos iam indo mal no México; também, um sentimento não menos geral de que a guerra deveria ser evitada; e duas poderosas correntes de opinião, uma das quais dizia que o Presidente Wilson estava certo em não reconhecer Huerta, a outra que preferia Huerta a Carranza, e a intervenção nos dois casos. Huerta era o primeiro registro doloroso...

Ele era certamente e de fato o chefe de governo do México.

Mas os moralistas que consideravam Huerta um bêbado assassino tinham que ser acalmados.

Se deveria ou não ser reconhecido era uma questão a ser determinada de uma forma discreta, somente de acordo com princípios corretos.

Assim, ao invés de dizer que Huerta deveria ter sido reconhecido, o candidato diz que os princípios corretos deveriam ser aplicados. Todo o mundo acredita em princípios corretos, e, naturalmente, acredita que os possui. Para confundir a questão ainda mais, a política do Presidente Wilson é descrita como “intervenção”. Estava na lei, talvez, mas não no

sentido então designado pela palavra. Ao alongar a palavra para cobrir o que o Sr. Wilson tinha feito, assim como as reais intervenções desejadas, a polêmica entre as duas facções tinha que ser reprimida.

Ao assinalar dois pontos explosivos, “Huerta” e “intervenção”, e ao deixar as palavras significar todas as coisas a todos os homens, o discurso passa num momento a campo mais seguro. O candidato conta a estória de Tampico, Vera Cruz, Villa, Santa Isabel, Colombo e Carrizal. O Sr. Hughes é específico, seja porque os fatos como os conhecemos dos jornais são irritantes, ou porque a verdadeira explicação é, como por exemplo é o caso de Tampico, muito complicada. Paixões contrárias não podiam ser despertadas por tal recordação. Mas ao fim o candidato tinha que tomar uma posição. Sua audiência esperava por isso. O indiciamento cabia ao Sr. Roosevelt. O Sr. Hughes adotaria seu remédio, a intervenção?

A nação não tem uma política de agressão ao México. Nós não temos desejo de qualquer parte de seu território. Quêremos ter paz com ele, estabilidade e prosperidade. Devemos estar prontos para ajudá-lo a curar suas feridas, aliviar sua fome e desgaste, dando-lhe em toda forma possível o benefício de nossa desinteressada amizade. O comportamento desta administração criou dificuldades que devemos vencer... *Devemos adotar uma nova política*, uma política firme e consistente somente através da qual possamos promover uma *amizade duradoura*.

O tema da amizade é, para os não-intervencionistas, o mesmo que “nova política” e “firmeza” são para os intervencionistas. Na retórica prévia dos não-belicosos, o detalhe é esmagador; no que se refere à controvérsia, tudo é nebuloso.

No que se refere à guerra européia o Sr. Hughes empregou uma fórmula engenhosa:

Eu defendo a firme manutenção de *todos* os direitos americanos em terra e no mar.

Para se entender a força desta declaração no tempo em que foi pronunciada, precisamos lembrar como cada facção durante o período da neutralidade acreditava que as nações às quais se opunham na Europa estavam só elas violando os direitos americanos. O Sr. Hughes parecia

dizer aos pró-aliados: Eu teria coagido a Alemanha. Mas os pró-alemães estavam insistindo que o poder naval britânico estava violando a maioria dos nossos direitos. A fórmula cobre dois propósitos diametralmente opostos pela frase simbólica “direitos americanos”.

Mas veio o caso Lusitânia. Como no rompimento de 1912, constituiu-se num obstáculo invencível à harmonia.

[...] Estou certo que não teria havido destruição de vidas americanas pelo afundamento do Lusitânia.

Então, o que não pode ser acordado tem que ser obliterado, quando há uma questão em relação a qual não podemos esperar nos unir, vamos fazer de conta que não existe. Sobre o futuro das relações americanas com a Europa, o Sr. Hughes silenciou. Nada do que pudesse dizer poderia agradar as duas irreconciliáveis facções por cujos apoios ele estava buscando.

É desnecessário dizer que o Sr. Hughes não inventou esta técnica e não a empregou com o máximo sucesso. Mas ele ilustrou como a opinião pública constituída de opiniões divergentes é nebulosa; como seu significado aproxima-se do matiz neutro formado pela mistura de muitas cores. Onde a harmonia superficial é o objetivo e o conflito o fato, obscurantismo num apelo público é o resultado usual. Quase sempre vagueza num ponto crucial num debate público é um sintoma de propósitos cruzados.

3

Mas como é que uma idéia vaga tão freqüentemente tem o poder de unificar profundamente opiniões sentidas? Estas opiniões, nós lembramos, apesar de poderem ser sentidas profundamente, não estão em contato contínuo e pungente com os fatos que elas afirmam tratar. Sobre o ambiente não visto do México, a guerra européia, nossa compreensão é tênue, embora nosso sentimento possa ser intenso. As imagens originais e as palavras que as produziram não têm a força do sentimento propriamente dito. O relato do que aconteceu fora de nossa visão e audição num lugar onde nunca estivemos não pode e nunca poderá ter, exceto brevemente como num sonho ou fantasia, todas as dimensões da realidade.

Mas ele pode despertar todas, e algumas vezes ainda mais emoções do que a realidade. O gatilho pode ser disparado por mais de um estímulo.

O estímulo que originalmente acionou o gatilho pode ter sido uma série de imagens mentais despertadas por palavras impressas ou faladas. Estas imagens desaparecem e são difíceis de serem mantidas firmes; seus contornos e seu pulso flutuam. Gradualmente o processo se acomoda ao saber o que você sente sem saber de forma inteiramente segura por que você o sente. As imagens que se apagam são substituídas por outras figuras, e então por nomes ou símbolos. Mas a emoção continua, capaz agora de ser acionada pelas imagens substitutas e os nomes. Mesmo em pensamento severo estas substituições ocorrem, pois um homem, tratando de comparar duas complicadas situações, logo percebe que é exaustiva a tentativa de sustentar a ambas plenamente em todos os detalhes. Ele emprega abreviatura de nomes, sinais e exemplos. Ele tem que fazer isso se quiser avançar, pois não pode carregar toda a bagagem em cada fase através dos degraus em que anda. Mas se ele esquecer que substituiu e simplificou, logo cairá no verbalismo, e começará a falar sobre nomes apesar dos objetos. E então ele não tem jeito de conhecer quando o nome que se divorciou de seu primeiro objeto está ligado a alguma outra coisa. É mais difícil ainda se salvaguardar contra a imbecilidade na política casual.

Além disso, o que é conhecido aos psicólogos como resposta condicionada, uma emoção não está ligada somente a uma só idéia. Não há fim às coisas que causam a emoção, e não há fim às coisas que podem satisfazê-la. Isso é particularmente verdadeiro se o estímulo é somente pávida e indiretamente percebido, e onde o objetivo é igualmente indireto. Você pode associar uma emoção, digamos o medo, primeiro com alguma coisa imediatamente perigosa, e então com a idéia daquela coisa, e então com algo similar àquela idéia, e assim por diante. Toda a estrutura da cultura humana é num aspecto uma elaboração do estímulo e as respostas às quais as capacidades emocionais originais permanecem centralmente bem fixadas. Sem dúvida, a qualidade da emoção modificou-se ao longo da história, mas nada como a velocidade, ou a elaboração, que caracterizou o condicionamento dela.

As pessoas diferem amplamente em suas suscetibilidades às idéias. Há algumas para quem a idéia de uma criança faminta na Rússia é praticamente tão vívida como uma criança faminta no seu raio de visão. Há outras que são quase incapazes de se excitarem por uma idéia distante. Há muitas gradações no meio. E há pessoas que são insensíveis aos fatos, e são mobilizadas somente por idéias. Mas embora a emoção seja despertada pela idéia, somos incapazes de satisfazer a emoção agindo nós mesmos sobre a cena. A idéia de crianças russas famintas evoca um desejo de alimentar a criança. Mas as pessoas assim mobilizadas não podem alimentá-la. Elas podem somente dar dinheiro a uma organização impessoal, ou a uma personificação que ele chama o Sr. Hoover. Seu dinheiro não chega à criança. Vai para um bolo do qual uma massa de crianças são alimentadas. E assim como a idéia é de segunda mão, assim o são de segunda mão os efeitos da ação. A cognição é indireta, só o efeito é imediato. Das três partes do processo, o estímulo vem de algum lugar fora do campo de visão, a resposta atinge algum ponto fora do campo de visão, somente a emoção existe inteiramente dentro da pessoa. Da fome de uma criança ele tem somente idéia, do socorro à criança ele tem somente uma idéia, mas de seu desejo de ajudar ele tem experiência real. É um fato central deste assunto, a emoção dentro dele próprio, que é de primeira mão.

Dentro de limites que variam, a emoção é transferível tanto no que se refere ao estímulo como à resposta. Portanto, se num número de pessoas, possuindo várias tendências para responder, você pode encontrar um estímulo que despertará a mesma emoção em muitos deles, você pode substituí-la pelo estímulo original. Se, por exemplo, um homem tem aversão à liga, outro odeia o Sr. Wilson, e um terceiro teme os trabalhadores, você pode unir a todos se você encontrar qual é a antítese do que eles todos odeiam. Suponha que o símbolo seja o americanismo. O primeiro homem o entende como a preservação do isolamento americano, ou como ele pode denominá-lo, independência; o segundo como a rejeição de um político que se choca com sua idéia do que um presidente americano deveria ser; o terceiro como um chamado para resistir à revolução. O símbolo em si mesmo significa literalmente uma coisa em particular, mas não pode estar associado com quase nada. E por causa disso ele pode tornar-se uma li-

gação comum dos sentimentos comuns, muito embora aqueles sentimentos fossem originalmente ligados a idéias disparatadas.

Quando partidos políticos ou jornais apóiam o americanismo, progressivismo, lei e a ordem, justiça, humanidade, eles esperam amalgamar a emoção das facções em conflito que estariam divididas certamente se, ao invés destes símbolos, fossem convidados a discutir um programa específico. Quando uma coalizão em torno do símbolo foi efetivada, os sentimentos fluem em direção à conformidade sob o símbolo ao invés de irem à direção de um exame crítico das medidas. É, penso, conveniente e tecnicamente correto denominar múltiplas frases como estas simbólicas. Elas não se referem a idéias específicas, mas a uma espécie de cessar fogo ou junção entre idéias. Elas são como centros ferroviários estratégicos para onde muitas estradas convergem a despeito de seus pontos de partida originais ou de seus pontos de destino finais. Mas aquele que capturar os símbolos que contêm o sentimento público no momento, controla por seu intermédio as formulações da política pública. Um líder ou um interesse que pode se tornar mestre dos símbolos correntes é o mestre da situação corrente. Há limites, naturalmente. O abuso muito violento dos fatos correntes que grupos de pessoas pensam estar o símbolo representando, ou grande resistência a utilizar aquele símbolo a novos propósitos, será, por assim dizer, para acabar com o símbolo. Desta maneira, durante o ano de 1917, o imponente símbolo da "Sagrada Rússia" e o "Pequeno Pai" desapareceram com o impacto do sofrimento e derrota.

4

As tremendas conseqüências do colapso da Rússia foram sentidas em todas as frentes e entre todas as pessoas. Elas levaram diretamente a um surpreendente experimento na cristalização de uma opinião comum entre uma variedade de opiniões abaladas pela guerra. Os Catorze Pontos foram remetidos a todos os governos, aliados, inimigos, neutros, e a todos os povos. Eram tentativas de amarrar juntos os principais imponderáveis da guerra mundial. Necessariamente este era um reinício, porque esta era a primeira grande guerra em que todos os elementos decisivos da humanidade podiam ser levados a pensar sobre as mesmas idéias,

ou ao menos sobre os mesmos nomes das idéias, simultaneamente. Sem cabodifusão, rádio, telégrafo, e a imprensa diária, o experimento dos Catorze Pontos teria sido impossível. Foi uma tentativa de explorar a moderna maquinaria de comunicação para começar o retorno a “uma consciência comum” através do mundo.

Mas em primeiro lugar precisamos examinar algumas das circunstâncias como elas se apresentaram no fim de 1917. Na forma como o documento finalmente se apresentou, todas estas considerações estão de alguma forma contempladas. Durante o verão e o outono ocorreu uma série de eventos que profundamente afetou o ânimo do povo e o curso da guerra. Em julho os russos tinham feito uma última ofensiva, tinham sido desastrosamente batidos, e o processo de desmoralização que levou à revolução bolchevique de novembro tinha começado. Um pouco antes os franceses tinham sofrido uma severa e quase desastrosa derrota em Champagne, que produziu rebeliões no exército e uma agitação derrotista entre os civis. A Inglaterra estava sofrendo os efeitos dos ataques de submarinos, das terríveis perdas nas batalhas de Flanders, e em novembro, em Cambrai, os exércitos britânicos tiveram um revés que horrorizou as tropas na *front* e os líderes na retaguarda. Uma extrema fadiga da guerra se espalhou por toda a Europa Ocidental.

Na verdade, a agonia e o desapontamento tinham abalado a concentração dos homens libertos da versão aceita da guerra. Seus interesses não eram mais defendidos pelos pronunciamentos oficiais ordinários, e sua atenção começou a perambular, fixando-se agora em seu próprio sofrimento, agora sobre os propósitos de seu partido e classe, agora sobre ressentimentos gerais contra os governos. Aquela mais ou menos perfeita organização da percepção pela propaganda oficial, do interesse e atenção pelo estímulo da esperança, medo, e ódio, que é chamado de moral, estava em vias de desmoronar. As mentes dos homens em todos os lugares começaram a buscar novos elos que promettessem alívio.

Repentinamente eles observavam um drama tremendo. No *front* oriental havia o cessar fogo de natal, um fim ao morticínio, um fim ao ruído, uma promessa de paz. Em Brest-Litovsk o drama de todo homem simples tinha vindo à tona: era possível negociar, havia uma outra ma-

neira para pôr fim à provação do que disputando vidas com o inimigo. Timidamente, mas com atenção absorta, as pessoas começaram a voltar-se para o Leste. Por que não, perguntavam-se? Para que tudo isso? Os políticos sabem o que estão fazendo? Estamos lutando realmente pelo que estão afirmando? É possível, talvez, obter isso sem embates? Sob o banimento da censura, pouco disso foi permitido ser revelado na imprensa, mas Lord Lansdowne⁵ falou, havia uma resposta em seu coração. Os primeiros símbolos da guerra tinham se tornado banais, e tinham perdido seu poder de unificar. Sob a superfície, um amplo cisma estava se abrindo em cada país aliado.

Algo similar estava acontecendo na Europa Central. Lá também o impulso original da guerra estava enfraquecido; a união sagrada estava rompida. As rachaduras verticais ao longo da frente de batalha estavam entrecortadas por divisões horizontais que corriam em todos os tipos de formas invisíveis. A crise moral da guerra tinha chegado antes que a decisão militar estivesse à vista. Tudo isso o Presidente Wilson e seus conselheiros deram-se conta. Eles não tinham naturalmente um conhecimento perfeito da situação, mas o que descrevi eles sabiam.

Eles sabiam também que os governos aliados estavam unidos por uma série de compromissos que em letra e espírito iam contra a concepção popular do que esta guerra significava. As resoluções da Conferência Econômica de Paris eram, naturalmente, uma propriedade pública, e a rede de tratados secretos tinha sido publicada pelos bolcheviques em novembro de 1917⁶. Seus termos eram só vagamente conhecidos às pessoas, mas acreditava-se definitivamente que eles não comportavam o *slogan* idealista de autodeterminação, contrários à anexação e a indenizações. O questionamento popular tomou a forma de perguntar quantos milhares de vidas inglesas a Alsácia-Lorena ou Dalmatia valiam a pena,

5. George Granville, Primeiro Barão de Lansdowne (09/03/1666-29/01/1735). Poeta inglês, autor e político. Serviu como conselheiro real a partir de 1712 (N.T.).

6. O Presidente Wilson declarou nesta conferência com os senadores que nunca tinha ouvido falar destes tratados até ele chegar a Paris. A declaração é desconcertante. Os Catorze Pontos, como o texto mostra, não podiam ser formulados sem o conhecimento dos tratados secretos. A substância daqueles tratados era anterior ao presidente quando ele e o Coronel House prepararam o texto final publicado nos Catorze Pontos.

quantas vidas francesas a Polônia ou a Mesopotâmia valiam a pena. Tal questionamento também não era inteiramente desconhecido na América. Toda a causa aliada tinha sido posta na defensiva pela recusa de participar em Brest-Litovsk.

Aqui havia um estado de espírito altamente sensível que líder competente algum poderia deixar de considerar. A resposta ideal teria sido ação conjunta pelos aliados. Isso não foi considerado impossível quando foi aventado pela Conferência Interaliada de Outubro. Mas em dezembro a pressão tinha se tornado tão grande que o Sr. George e o Sr. Wilson se sensibilizaram de forma independente para dar alguma resposta. A forma selecionada pelo presidente foi uma declaração dos termos da paz de acordo com os catorze tópicos. O número deles era um artifício para assegurar precisão, e para criar de uma vez por todas a impressão de que havia aqui um documento do tipo comercial. A idéia de afirmar os “termos da paz” ao invés dos “objetivos da guerra” surgiu da necessidade de estabelecer uma alternativa genuína para as negociações de Brest-Litovsk. Tinham a intenção de competir pela atenção, substituindo as negociações russo-alemãs pelo espetáculo ainda maior do debate público mundial.

Tendo atraído o interesse do mundo, era necessário conquistar o interesse unificado e inflexível de todas as diferentes possibilidades que a situação demandava. Os termos tinham que ser tais que a maioria entre os aliados os consideraria valendo a pena. Eles tinham que ir ao encontro das aspirações nacionais de cada povo, e ainda assim limitar aquelas aspirações de forma que nação alguma se considerasse como ludibriada por outra. Os termos tinham que satisfazer os interesses oficiais de forma a não provocar desunião oficial, e ainda tinham que ir ao encontro das concepções populares de forma a prevenir a difusão da desmoralização. Eles tinham, em suma, que preservar e confirmar a unidade aliada no caso da guerra continuar.

Mas eles tinham também que ser os termos de uma paz possível, de forma que, no caso do centro alemão e a esquerda estivessem maduros para agitação, eles teriam um texto com o qual atacar a classe governante. Os termos tinham, portanto, que empurrar os governantes aliados mais próximos de seus povos, empurrar os governadores alemães para longe de

seus povos, e estabelecer uma linha de compreensão mútua entre os aliados, os alemães de fora do governo e os povos subjugados da Áustria-Hungria. Os Catorze Pontos eram uma tentativa audaciosa de propor um padrão que quase todos desejariam melhorar. Se um número suficiente do povo inimigo estivesse disposto haveria paz; se não, então os aliados estariam melhor preparados para sustentar o choque da guerra.

Todas estas considerações foram contempladas na realização dos Catorze Pontos. Um só homem não as teria tido todas em sua mente, mas todos os homens preocupados tinham algumas em sua mente. Sob este contexto podemos examinar certos aspectos do documento. Os primeiros cinco pontos e o décimo quarto tratam de “diplomacia aberta”, “liberdade dos mares”, “igualdade de oportunidades comerciais”, “redução de armamentos”, não anexação imperialista de colônias, e a Liga das Nações. Precisam ser descritas como uma declaração das generalizações populares nas quais todos num certo momento afirmaram acreditar. Mas o número três é o mais específico. Destinava-se consciente e diretamente às resoluções da Conferência Econômica de Paris, e destinava-se a aliviar o povo alemão de seu medo de asfixia.

O número seis é o primeiro ponto tratando de uma nação particular. Destinava-se a ser uma resposta à suspeita russa dos aliados, e a eloquência destas promessas estava em sintonia com o drama de Brest-Litovsk. O número sete trata da Bélgica, e é tão desqualificado na forma e no propósito como era a convicção de praticamente todo o mundo, incluindo grandes regiões da Europa Central. Sobre o número oito devemos pausar. Começa com a demanda absoluta pela evacuação e a restauração do território francês, e então passa adiante à questão da Alsácia-Lorena. A formulação desta cláusula ilustra mais perfeitamente o caráter da declaração pública que precisa condensar um vasto complexo de interesses em poucas palavras. “E o erro cometido com a França pela Prússia em 1871, na questão da Alsácia-Lorena, que tinha impedido a paz do mundo por quase cinquenta anos, deveria ser consertado...” Cada palavra aqui foi escolhida com cuidado meticuloso. O erro tinha que ser corrigido; por que não dizer que a Alsácia-Lorena deveria ser restaurada? Não foi dito, porque não era certo que todos os franceses *naquele tempo* con-

tinuariam a lutar indefinidamente pela reanexação se lhes fosse oferecido um plebiscito; e porque era ainda menos certo se os ingleses e os italianos lutariam. A fórmula tinha, portanto, que cobrir ambas as contingências. A palavra “corrigir” garantia satisfação à França, mas não era lida como um comprometimento à simples anexação. Mas por que falar do malfeito pela Prússia em 1871? A palavra Prússia era, naturalmente, destinada a recordar aos alemães do sul que a Alsácia-Lorena pertencia não a eles, mas à Prússia. Por que falar de paz não estabelecida por “cinquenta anos”, e por que o uso de “1871”? Em primeiro lugar, o que os franceses e o resto do mundo recordavam era 1871. Aquele era o ponto nodal da queixa. Mas os formuladores dos Catorze Pontos sabiam que os funcionários franceses planejavam por mais do que a Alsácia-Lorena de 1871. O memorando secreto, que tinha passado entre os ministros do czar e os funcionários franceses em 1916, cobria a anexação do Vale do Saar e alguma espécie de desmembramento da Renânia. Foi planejado para incluir o Vale do Saar sob o termo “Alsácia-Lorena” porque tinha sido parte da Alsácia-Lorena em 1814, embora tenha se separado em 1815, e não era parte do território no encerramento da guerra franco-prussiana. A fórmula oficial francesa para anexar o Saar era incluí-la sob “Alsácia-Lorena”, significando a Alsácia-Lorena de 1814-1815. Ao insistir em “1871” o presidente estava realmente definindo a fronteira final entre Alemanha e França, estava se referindo ao tratado secreto, e o rejeitava.

O número nove, pouco menos sutil, fez a mesma coisa no que diz respeito à Itália. “Linhas claramente reconhecidas de nacionalidade” são exatamente o que as linhas do Tratado de Londres não eram. Aquelas linhas eram parcialmente estratégicas, econômicas, imperialistas e étnicas. A única parte delas que poderia possivelmente procurar aliados simpáticos era a que recuperaria a genuína Itália Irredenta. Todo o resto, como todo mundo que estava informado sabia, meramente postergou a iminente revolta iugoslava.

5

Seria um erro supor que a unanimidade do aparente entusiasmo que saudou os Catorze Pontos representava um acordo sobre o programa.

Cada um parecia encontrar algo que gostava e acentuava este aspecto e aquele detalhe. Mas ninguém arriscava uma discussão. As frases, tão plenas de conflitos subjacentes do mundo civilizado, foram aceitas. Elas defendiam idéias opostas, mas eram evocadas com uma emoção comum. E naquela medida interpretavam um papel ao reunir os povos ocidentais pelos desesperados dez meses de guerra que ainda demoraria.

Enquanto os Catorze Pontos tratavam do nebuloso e feliz futuro de quando a agonia tivesse sido superada, os conflitos reais de interpretação não eram tornados manifestos. Eram planos para a acomodação de todo um ambiente invisível, e, porque estes planos inspiravam todos os grupos possuidores, cada um deles, de sua esperança particular, todas as esperanças andavam juntas como uma esperança pública. Para harmonizar, como vimos no discurso do Sr. Hughes, utiliza-se de uma hierarquia de símbolos. À medida que você ascende na hierarquia a fim de incluir mais e mais facções, você pode por um tempo preservar a conexão emocional, embora perca a intelectual. Mas mesmo a emoção torna-se tênue. Assim que você se distancia da experiência, sobe rumo à generalização ou sutileza. À medida que sobe no balão, você joga fora mais e mais objetos concretos descartados, e quando você alcançou o cume com alguma frase como “Direitos da humanidade” ou “O mundo tornou-se seguro para a democracia”, você vê longe e amplamente, mas você vê pouco. Ainda assim as pessoas cujas emoções estão envolvidas não permanecem passivas. À medida que o apelo público torna-se mais e mais coisas para todos os homens, à medida que a emoção é estimulada, enquanto o significado é disperso, a seus significados muito privados é dada uma aplicação universal. Seja o que for que você ansiosamente deseje, são os “direitos da humanidade”. Pois a frase, cada vez mais vazia, capaz de significar quase tudo, logo passa a significar praticamente tudo. As frases do Sr. Wilson foram entendidas num número sem fim de maneiras em todo o canto do mundo. Nenhum documento negociado e tornado um registro público corrigiu a confusão⁷. E assim, quando o dia do acordo chegou,

7. A interpretação americana dos catorze pontos foi explicada aos homens de estado aliados antes do armistício.

todos esperavam algo. Os autores europeus do tratado tinham uma ampla possibilidade, e eles escolheram realizar aquelas expectativas que foram defendidas por seus concidadãos que mantinham o maior poder na retaguarda.

Eles desceram a hierarquia dos direitos da humanidade aos direitos da França, Inglaterra e Itália. Eles não abandonaram o uso dos símbolos. Eles abandonaram somente os que depois da guerra não tinham raízes permanentes na imaginação de seus constituintes. Eles preservaram a unidade da França pelo uso do simbolismo, mas eles não arriscariam qualquer coisa pela unidade da Europa. O símbolo França era profundamente sentido, o símbolo Europa tinha somente uma história recente. No entanto, a distinção entre um compêndio como a Europa e um símbolo como a França não é agudo.

A história dos estados e impérios revela tempos em que o escopo da idéia unificadora cresce e também tempos nos quais encolhe. Não se pode dizer que os homens moveram-se constantemente de lealdades menores a maiores, porque os fatos não corroboram a afirmativa. O Império Romano e o Sagrado Império Romano incharam além das unificações nacionais do século XIX e com base nas quais os crentes de um estado mundial argumentam por analogia. No entanto, é provável que a real integração tenha aumentado, apesar da temporária inflação e deflação dos impérios.

6

Tal integração real ocorreu indiscutivelmente na história americana. Na década anterior a 1789, a maioria dos homens, parece, sentiu que seus estados e suas comunidades eram reais, mas que a confederação dos estados era irreal. A idéia de seus estados, suas bandeiras, seus mais destacados líderes, ou seja lá o que representou Massachusetts ou Virgínia, foram símbolos genuínos. Isso quer dizer, eles foram alimentados por experiências reais desde a infância, ocupação, residência e similares. O lapso da experiência do homem tinha raramente atravessado as fronteiras imaginárias de seus estados. A palavra virginiano estava relacionada a quase tudo que

a maioria dos virginianos tinha conhecido ou sentido. Era a mais extensiva idéia política que tinha contato genuíno com suas experiências.

Suas experiências, não suas necessidades. Pois suas necessidades surgiram do ambiente real, que naqueles dias eram ao menos tão largas como as treze colônias. Eles precisavam de uma defesa comum. Eles precisavam de um regime financeiro e econômico tão extensivo como a confederação. Mas enquanto o pseudo-ambiente do estado envolvia a todos, os símbolos do estado exauriram seus interesses políticos. Uma idéia interestadual, como a confederação, representava uma abstração sem poder. Era uma coletânea, mais do que um símbolo, e a harmonia entre os divergentes grupos, que a coletânea criara, é transitória.

Disse que a idéia da confederação era uma abstração desprovida de poder. Ainda assim, a necessidade da unidade existia na década antes que a constituição fosse adotada. A necessidade existia no sentido de que os assuntos eram distorcidos, a menos que a necessidade da unidade fosse levada em conta. Gradualmente certas classes em cada colônia começaram a abrir caminho na experiência do estado. Seus interesses pessoais fizeram com que cruzassem as linhas do estado para experiências interestaduais, e gradualmente foi construída em suas mentes uma imagem do ambiente americano que era verdadeiramente nacional em dimensão. Para eles a idéia da federação tornou-se um símbolo verdadeiro, e deixou de ser um compêndio. O mais imaginativo destes homens foi Alexander Hamilton. Ocorreu que ele não tinha ligação original com qualquer estado, já que tinha nascido nas Índias Ocidentais, e tinha, desde o início de sua ativa vida, estado associado com os interesses comuns de todos os estados. Assim, para a maioria dos homens daquele tempo, a questão de se a capital deveria ser em Virgínia ou na Filadélfia era de enorme importância, porque eles eram mentalmente paroquiais.

Para Hamilton esta questão não tinha conseqüência emocional; o que ele queria era a apropriação dos débitos estaduais porque eles nacionalizariam ainda mais a união proposta. Assim ele alegremente negociou o lugar da capital por dois votos necessários de homens que representavam o distrito de Potomac. Para Hamilton a união era o símbolo que re-

presentava todos seus interesses e toda sua experiência; para White e Lee de Potomac, o símbolo de suas províncias era a mais alta entidade política que eles serviam, e eles a serviam, embora odiassem a pagar o preço. Eles concordaram, diz Jefferson, mudar seus votos: "Pálido com a revulsão estomacal quase convulsiva"⁸.

Na cristalização do interesse comum, há sempre um Alexander Hamilton em ação.

8. Works. Vol. IX, p. 87. Apud BEARD. *Economic Origins of Jeffersonian Democracy*, p. 172.

14 Sim ou não

1

Os símbolos são freqüentemente tão úteis e tão misteriosamente poderosos que a palavra exala um *glamour* mágico. Ao se pensar sobre os símbolos é tentador tratá-los como se possuíssem energia independente. Mesmo os símbolos que pereceram e tenham provocado êxtase cessaram de afetar completamente a qualquer pessoa. Os museus e os livros de folclore estão cheios de emblemas mortos e encantamentos, já que não há poder no símbolo, exceto o que ele adquire por associação na mente humana. Os símbolos que tinham perdido seu poder, e os símbolos que incessantemente sugerem que falharam em fincar raízes, nos fazem recordar que, se nós fossemos pacientes o suficiente para estudar em detalhe a circulação do símbolo, deveríamos observar toda a história secular.

No discurso de campanha de Hughes, nos Catorze Pontos, no projeto de Hamilton, símbolos são empregados. Mas eles são empregados por alguém num momento particular. As palavras não cristalizam sentimentos aleatoriamente. Elas precisam ser faladas por pessoas que estão estrategicamente posicionadas, e precisam ser expressas no momento oportuno. Caso contrário elas são meramente brisa. Os símbolos precisam estar marcados. Pois eles mesmos nada significam, e a escolha de símbolos possíveis é sempre tão grande que nós devemos, como o jumento que se posicionou equidistante entre dois fardos de feno, perecer de indecisão absoluta entre os símbolos que competem por nossa atenção.

Aqui, por exemplo, estão as razões pelos votos como afirmados por certos cidadãos privados a um jornal pouco antes da eleição de 1920.

Para Harding:

Os homens patriotas e as mulheres de hoje, que votaram por Harding e Coolidge, serão considerados pela posterida-

de terem assinado a nossa Segunda Declaração de Independência (Sr. Wilmot, inventor).

Ele verá nisso que os Estados Unidos não entram em "alianças embaraçosas". Washington como cidade se beneficiará da mudança de controle do governo dos democratas aos republicanos (Sr. Clarence, vendedor).

Para Cox:

O povo dos Estados Unidos sabe que é nosso dever, prometido nos campos da França, integrar a Liga das Nações. Precisamos suportar nossa parcela do peso de impor a paz em todo o mundo (Senhorita Marie, estenógrafa).

Deveríamos perder nosso próprio respeito e o respeito de outras nações se fôssemos recusar entrar na Liga das Nações para obter a paz internacional (Sr. Spencer, estatístico).

Dois conjuntos de frases são igualmente nobres, igualmente verdadeiras, e quase reversíveis. Clarence e Wilmot teriam admitido por um instante que pretendiam se omitir de nosso dever prometido nos campos da França; ou que eles não desejavam a paz internacional? Certamente que não. Marie e Spencer teriam admitido que estavam a favor de alianças embaraçosas ou da rendição da independência americana? Eles teriam argumentado a você que a liga era, como o presidente a chamou, uma aliança desembaraçada, assim como uma declaração de independência para todo o mundo, mais uma Doutrina Monroe para o planeta.

2

Uma vez que a oferta de símbolos é tão generosa, e o significado do que pode ser imputado é tão elástico, como um símbolo particular se enraíza na mente de uma pessoa qualquer? É plantado lá por outro ser humano que nós reconhecemos como peremptório. Se for plantado profundo o suficiente, pode ser que mais tarde possamos chamar aquele que abana aquele símbolo a nós de peremptório. Mas no início os símbolos são feitos congênitos e importantes porque são apresentados a nós por pessoas congênitamente importantes.

Não nascemos para fora do ovo com a idade de 18 com uma imaginação realista; ainda estamos, como recorda o Sr. Shaw, na era de Burge e Lubin, onde na infância estamos dependentes de seres mais velhos para nossos contatos. E então fazemos nossas conexões com o mundo externo através de certas pessoas peremptórias e amadas. Elas são a primeira ponte ao invisível mundo. E embora possamos gradualmente nos administrar em muitas fases do ambiente mais amplo, sempre permanece um vasto que é desconhecido. A este nós nos relacionamos através das autoridades. Onde todos os fatos estão fora de nosso campo de visão, um verdadeiro relato e um erro plausível se parecem, soam parecidos, são sentidos de forma similar. À exceção de alguns temas onde nosso conhecimento é grande, nós podemos escolher entre a verdade e os relatos falsos. Então nós escolhemos entre repórteres verossímeis e inconfiáveis⁹.

Teoricamente precisamos escolher o maior especialista em cada assunto. Mas a escolha do especialista, embora muito mais fácil do que a escolha da verdade, é ainda assim muito difícil e freqüentemente impraticável. Os especialistas não estão certos sobre quem entre eles é o maior especialista. E nisso o especialista, quando conseguimos identificá-lo, está, provavelmente ou não, muito ocupado para ser consultado, ou inacessível. Mas há pessoas a quem podemos identificar bem facilmente porque são pessoas que estão à frente dos assuntos. Pais, professores e amigos peritos são as primeiras pessoas deste tipo que nós encontramos. Sobre esta difícil questão de por que as crianças acreditam mais num pai do que noutro, no professor de História mais do que no professor da escola dominical, não precisamos tentar entrar. Nem como a confiança se espalha gradualmente através de um jornal ou conhecido que está interessado em assuntos correntes a personagens públicos. A literatura da psicanálise é rica em hipóteses sugestivas.

De qualquer forma nos vemos acreditando em certas pessoas, que constituem nossos meios de ligação com quase toda uma série de coisas desconhecidas. De forma bem estranha, este fato é por vezes considera-

9. Ver um livro interessante, embora antigo: LEWIS, G.C. *An Essay on the Influence of Authority in Matters of Opinion*.

do como naturalmente indigno, como evidência de nosso instinto de “manada”, uma natureza de “macaquice”. Mas completa independência no universo é simplesmente impensável. Se pudéssemos não considerar tudo praticamente como dado, deveríamos gastar nossas vidas em pronunciar trivialidades. A coisa mais próxima a um adulto completamente independente é o eremita, e o leque da ação de um eremita é muito curto. Agindo totalmente por si próprio, ele pode agir somente dentro de um raio pequeno e para fins simplórios. Se ele tem tempo para pensar grandes pensamentos nós podemos estar certos de que ele aceitou sem questionar, antes de se tornar um eremita, todo o repertório de informação duramente adquirido sobre como se manter morno e como evitar ser um faminto, e também sobre quais são as grandes questões.

A mais radical independência que podemos exercitar em alguns assuntos entre todos e por períodos curtos de nossas vidas é multiplicar as autoridades a quem nós damos uma atenção amistosa. Como amadores congênitos nossa procura por verdade consiste em agitar os especialistas, e forçá-los a responder qualquer heresia que tenha o traço da convicção. Em tal debate nós podemos freqüentemente julgar quem ganhou a vitória dialética, mas nós estamos virtualmente sem defesas contra uma premissa falsa que nenhum dos debatedores tenha desafiado, ou aspecto negligenciado que nenhum deles tenha trazido ao debate. Precisamos ver a seguir como a teoria democrática avança na suposição oposta, e aceita para os propósitos da governança um fornecimento ilimitado de indivíduos auto-suficientes.

As pessoas às quais nós dependemos para contato com o mundo exterior são aquelas que parecem estar governando-o¹⁰. Elas podem estar governando somente uma pequena parte do mundo. A enfermeira alimenta o bebê, o banha e o coloca na cama. Isso não torna a enfermeira numa autoridade em física, zoologia, e na crítica superior. O Sr. Smith dirige, ou pelo menos contrata, o homem que governa a fábrica. Isso não o torna uma autoridade na Constituição dos Estados Unidos, nem nos efeitos da tarifa Fordney. O Sr. Smoot dirige o Partido Democrata no

10. Cf. BRYCE. *Modern Democracies*. Vol. II, p. 544-545.

Estado de Utah. Mas isso não prova que seja a melhor pessoa para ser consultada sobre taxaço. Mas a enfermeira pode, apesar de tudo, determinar por enquanto que zoologia a criança pode aprender, o Sr. Smith terá muito que dizer sobre o que a Constituição pode significar para sua esposa, seu secretário, e talvez até mesmo para o seu pároco, e quem deve definir os limites da autoridade do Senador Smoot?

O padre, o proprietário do arrendamento, os capitães e os reis, os líderes partidários, o mercador, o patrão, seja lá como for que estes homens foram escolhidos, seja por nascimento, herança, conquista ou eleição, eles e seus organizados seguidores administram os assuntos humanos. São eles os funcionários, e embora os mesmos homens possam ser xerifes em casa, segundo-tenentes no escritório, pequenos “mirrados” em política, embora em muitas instituições a hierarquia dos postos seja vaga e discreta, mesmo em toda instituição que requeira a cooperação de muitas pessoas, alguma destas hierarquias existe¹¹. Na política americana nós a chamamos de máquina, ou “a organização”.

3

Há um número importante de distinções entre os membros da máquina e os soldados rasos. Os líderes, os dirigentes de comitês e os círculos internos, são um contato indireto com seu ambiente. Eles podem, certamente, ter uma noção muito limitada do que precisam definir como ambiente, mas eles não estão tratando quase totalmente com abstrações. Há homens privados que eles gostariam de ver eleitos, determinados resultados de balanço que gostariam de ver melhorados, objetivos concretos que precisam ser perseguidos. Não quero dizer que eles escapam à propensão humana da visão estereotipada. Seus estereótipos freqüentemente os tornam rotineiros absurdos. Mas sejam lá quais forem suas limitações, os chefes estão em contato real com alguma parte crucial do ambiente mais amplo. Eles decidem. Eles dão ordens. Eles barganham. E

11. Cf. OSTROGORSKI, M. *Democracy and the Organization of Political Parties*, passim. • MICHELS, R. *Political Parties*, passim. • BRYCE. *Modern Democracies*, particularmente cap. LXXV. • ROSS. *Principles of Sociology*, caps. XXII-XXIV.

alguma coisa definitiva, talvez nem sempre o que eles imaginam, realmente acontece.

Os subordinados não estão amarrados a eles por uma convicção comum. Isso quer dizer que os membros menores de uma máquina não dispõem suas lealdades de acordo a um julgamento independente sobre a sapiência dos líderes. Na hierarquia cada um é dependente de um superior e é por sua vez superior a alguma classe de seus dependentes. O que segura a máquina junta é um sistema de privilégios. Isso pode variar de acordo com as oportunidades e os gostos dos que os procuram, do nepotismo e a patronagem em todos os seus aspectos até o espírito de casta, culto ao herói ou idéia fixa. Elas variam da posição militar nos exércitos, através de glebas e serviços no sistema feudal, a trabalhos e publicidade na moderna democracia. É por causa disso que você pode quebrar uma máquina particular abolindo seus privilégios. Mas a máquina em todo grupo coerente, eu creio, certamente reaparece. Pois o privilégio é inteiramente relativo, e a uniformidade é impossível. Imagine o mais absoluto comunismo que sua mente for capaz, onde ninguém possuía qualquer objeto que todos os demais não possuíam, e ainda, se o grupo comunista tivesse que tomar seja lá qual for a ação, o mero prazer de ser amigo do homem que estava prestes a fazer o discurso que asseguraria o máximo de votos, seria, estou certo, suficiente para cristalizar uma organização de pessoas bem informadas em torno dele.

Não é necessário, então, inventar uma inteligência coletiva a fim de explicar por que os julgamentos do grupo são usualmente mais coerentes, e freqüentemente mais adequados de serem feitos do que as considerações do homem na rua. Uma mente ou algumas podem perseguir uma linha de raciocínio, mas um grupo tentando pensar em conjunto pode como grupo fazer pouco mais do que concordar ou dissentir. Os membros de uma hierarquia podem ter uma tradição corporativa. Como aprendizes eles aprendem o negócio de seus mestres, que por sua vez o aprenderam quando foram aprendizes, e em todas as sociedades mais duradouras a mudança de pessoal dentro das hierarquias governantes é lenta o suficiente para permitir a transmissão de certos grandes estereótipos e padrões de comportamento. De pai para filho, de prelado a noviço, de veterano a cadete,

certas formas de ver e fazer são ensinadas. Estas formas tornam-se familiares, e são reconhecidas como tais pela massa de estranhos.

4

Distância somente empresta encantamento à visão de que as massas dos seres humanos jamais cooperam em qualquer assunto complexo sem uma máquina central administrada por pouquíssimas pessoas. “Ninguém”, diz Bryce¹², “pode ter tido alguns anos de experiência na condução dos assuntos numa legislatura ou na administração sem observar quão extremamente pequeno é o número de pessoas por quem o mundo é governado”. Ele está se referindo, naturalmente, aos assuntos de estado. Com certeza, se você considera todos os assuntos da humanidade, o número de pessoas que governa o mundo é considerável, mas se você pega uma instituição particular, seja a legislatura, seja um partido, um sindicato, um movimento nacionalista, uma fábrica, ou um clube, o número dos que governam é um percentual muito pequeno daqueles que supostamente deveriam governar.

Vitórias podem pôr uma máquina fora e outra dentro; revoluções às vezes abolem completamente uma determinada máquina. A revolução democrática estabeleceu duas máquinas alternativas, cada uma delas no curso de alguns anos colhe a vantagem dos erros da outra. Mas em lugar nenhum as máquinas desaparecem. Em lugar nenhum é a idílica teoria da democracia realizada. Certamente não nos sindicatos, nem nos partidos socialistas, nem nos governos comunistas. Há um círculo interno, cercado por círculos concêntricos que desaparecem gradualmente em membros desinteressados e não interessados.

Democratas nunca aceitaram este lugar comum da vida grupal. Eles a consideraram invariavelmente perversa. Há duas visões de democracia. Uma pressupõe a auto-suficiência individual, a outra a superalma regulando tudo. Das duas, a superalma tem alguma vantagem porque ela pelo menos reconhece que as massas fazem decisões que não nascem espontaneamente no peito de cada membro. Mas a superalma como gênio

12. Op. cit. Vol. II, p. 542.

presidindo o comportamento corporativo é um mistério supérfluo se fixarmos nossa atenção na máquina. A máquina é uma realidade bem prosaica. Ela consiste de seres humanos que vestem roupas e vivem em residências, que podem ser nominadas e descritas. Eles realizam todos os deveres usualmente apontados à superalma.

5

A razão para a máquina não é a perversidade da natureza humana. Uma idéia comum não emerge por si só das noções privadas de qualquer grupo. Pois o número de meios com os quais uma multidão de pessoas pode atuar diretamente numa situação fora de seu alcance é limitado. Algumas delas podem migrar, de outra maneira podem manifestar-se ou boicotar, podem aplaudir ou beijar. Elas podem por estes meios ocasionalmente resistir ao que elas não gostam, ou coagir os que obstruem o que elas desejam. Mas pela ação de massa nada pode ser construído, concebido, negociado ou administrado. O público como tal, sem uma hierarquia organizada em torno da qual possa se reunir, pode recusar comprar se os preços forem muito altos, ou recusar a trabalhar se for muito baixo. Um sindicato pode, pela ação da massa numa greve, superar uma oposição, de forma que os funcionários sindicais podem negociar um acordo. Eles podem ganhar, por exemplo, o *direito* de controle conjunto. Mas ele não pode exercitar o direito, exceto através de uma organização. Uma nação pode clamar por guerra, mas quando ela vai à guerra ela precisa se colocar sob as ordens de um alto comando.

O limite da ação direta é para todos os fins práticos o poder de dizer sim ou não a um assunto apresentado às massas¹³. Somente nos casos mais simples pode um assunto se apresentar na mesma forma espontânea e aproximadamente ao mesmo tempo a todos os membros do público. Há greves desorganizadas e boicotes não meramente industriais, onde a mágoa é tão grande que virtualmente sem liderança a mesma rea-

13. Cf. JAMES. *Some Problems of Philosophy*, p. 227. • "Na maioria de nossas emergências, soluções parciais são impossíveis. Frequentemente nós podemos agir parcialmente" (LOWELL. *Public Opinion and Popular Government*, p. 91-92).

ção ocorre em muitos povos. Mas mesmo nestes casos rudimentares há pessoas que sabem que eles querem agir mais rapidamente do que o resto, e que se tornam repentinamente líderes dos bandos. Onde eles não aparecem, uma multidão andarà sem rumo vagamente atacada por todos seus objetivos privados, ou estará a postos fatalisticamente, como fez uma multidão de cinquenta pessoas outro dia, olhando um homem cometer suicídio.

O que cria a maioria das impressões que nos chegam do mundo invisível é um tipo de pantomima apresentado à exaustão como devaneio. O número de vezes que nós conscientemente decidimos qualquer coisa sobre eventos além de nossa visão é pequeno, e cada opinião de um homem do que ele poderia realizar, se tentasse, é tênue. Há raramente um assunto prático, e, portanto, um hábito pequeno de decisão. Isso seria mais evidente não fosse o fato de que a maioria da informação quando nos chega carrega consigo uma aura de sugestão de como devemos sentir as notícias. Aquela sugestão nós precisamos, e se nós não a encontramos nas notícias nos voltamos aos editoriais ou a um conselheiro confiável. O devaneio, se nos sentimos implicados, é inconfortável até que nós saibamos onde estamos, ou seja, até que os fatos tenham sido formulados de forma que sintamos o sim ou não com relação a eles.

Quando num número de pessoas todas dizem sim, elas podem ter todo o tipo de razões para dizê-lo. Elas geralmente o fazem. Pois as imagens em nossas cabeças são, como já assinalamos, variadas em modos sutis e íntimos. Mas esta sutileza permanece dentro de suas mentes; ela se torna representada publicamente por um número de frases simbólicas que carregam a emoção individual depois de expressar a maior parte da intenção. A hierarquia, ou, se for uma competição, então as duas hierarquias, associam os símbolos com uma ação definitiva, um voto de sim ou não, uma atitude pró ou contra. Então Smith que era contra o Sr. Wilson e todos seus trabalhos, cada um por suas razões próprias, todas em nome de mais ou menos a mesma frase simbólica, registra um voto *contra* os democratas votando nos republicanos. Uma vontade comum foi expressa.

Uma escolha concreta tinha que ser apresentada, a escolha tinha que ser conectada, pela transferência do interesse através de símbolos, com a

opinião individual. Os políticos profissionais aprenderam isso muito antes dos filósofos democráticos. E assim organizaram a reunião partidária, a convenção de nomeação, os comitês de líderes, como meios de formular uma escolha definitiva. Cada um que deseje realizar qualquer coisa que exija a cooperação de um largo número de pessoas segue aquele exemplo. Às vezes é feito muito brutalmente como quando a Conferência de Paz reduziu a si mesma para um Conselho dos Dez, e o Conselho dos Dez aos três grandes ou quatro; e escreveram um tratado que os aliados menores, seus próprios constituintes, e os inimigos foram autorizados a pegar ou a largar. Mais consulta do que é geralmente possível e desejável. Mas o fato essencial permanece e um pequeno número de chefes apresenta uma escolha a um largo grupo.

6

Os abusos dos comitês de líderes levaram a várias propostas, tais como a iniciativa, o referendo e as primárias. Mas estas meramente postergaram ou obscureceram a necessidade da máquina complicar as eleições, ou, como H.G. Wells disse certa vez com escrupuloso rigor, as seleções. Quantidade de votos alguma pode obviar a necessidade de se criar um assunto, seja uma medida ou um candidato, sobre o qual os eleitores podem dizer sim ou não. Não há de fato algo como “legislação direta”. O que acontece onde supostamente deveria existir? O cidadão vai às eleições, recebe uma cédula na qual o número de medidas está impresso, quase sempre em forma abreviada, e, se diz qualquer coisa, ele diz sim ou não. A emenda mais brilhante no mundo pode ocorrer com ele. Ele vota sim ou não naquela cédula e em nenhuma outra. Você tem que cometer violência contra a língua inglesa para denominar isso de legislação. Eu não discuto, naturalmente, que não há benefícios, seja como for que você denomine o processo. Penso que por certos tipos de qualquer decisão de massa é um fato muito importante em vista da complexidade inevitável do mundo em que aquelas decisões operam. A mais complicada forma de votar que qualquer um proponha é, eu suponho, a cédula preferencial. Entre os inúmeros candidatos apresentados aos eleitores este sistema, ao invés de dizer sim a um candidato e não a todos os outros, so-

licita ordenar sua escolha. Mas mesmo aqui, sendo imensamente mais flexível, a ação da massa depende da qualidade das escolhas apresentadas¹⁴. E aquelas escolhas são apresentadas por círculos vibrantes que agitam com suas petições e cercam os delegados. Os “muitos” podem eleger depois que os “poucos” foram nomeados.

14. Cf. LASKI, H.J. *Foundations of Sovereignty*, p. 224. “[...] representação proporcional [...] por liderança, que parece estar à frente, ao sistema de grupo [...] pode impedir eleitores de sua escolha dos líderes.” O sistema de grupo tende sem dúvida, como Sr. Laski diz, tornar a seleção ao executivo menos direta, mas não há dúvida de que tende também a produzir assembleias legislativas nas quais as correntes de opinião são mais plenamente representadas. Se isso é bom ou mau não se pode determinar *a priori*... Mas pode se dizer que a cooperação bem-sucedida e a responsabilidade numa assembleia representativa mais rigorosa requerem uma organização, inteligência e hábito políticos do que uma rígida casa de dois partidos. É uma forma política mais complexa e pode, portanto, trabalhar pior.

15 Os líderes e os liderados

1

Devido a sua transcendental importância prática, nenhum líder bem-sucedido jamais esteve tão ocupado em cultivar os símbolos que organizam seus seguidores. O que o privilégio faz dentro da hierarquia, os símbolos fazem aos liderados. Eles conservam a unidade. Do totem à bandeira nacional, do ídolo de madeira ao Deus, o Invisível Rei, da palavra mágica a alguma versão adulterada de Adam Smith ou Bentham, símbolos têm sido apreciados pelos líderes, muitos dos quais foram eles próprios descrentes, porque eram pontos focais onde as diferenças se fundiam. O observador menos atento pode desdenhar o ritual de “celebridade” que cerca o símbolo, talvez tanto quanto o rei que disse a si próprio que Paris valia algumas massas. Mas o líder sabe por experiência que somente quando os símbolos tiverem feito seu trabalho haverá lá uma pista que ele poderá utilizar para mover a multidão. No símbolo a emoção é descarregada através de um alvo comum, e a idiossincrasia das idéias reais desaparece. Não é de estranhar que ele odeie o que chama de crítica destrutiva, às vezes chamada pelos espíritos livres de eliminação de bobagens. “Acima de todas as coisas”, diz Bagehot, “nossa realeza tem que ser reverenciada, e se você começa a questioná-la sobre isso, você não pode reverenciá-la”¹⁵. Questionar sobre definições claras e cândidas serve aos altos propósitos conhecidos do homem, exceto a conservação fácil de um desejo comum. O questionamento, como todo líder responsável suspeita, tende a quebrar a transferência da emoção de uma mente individual ao símbolo institucional. E o primeiro resultado daquilo é, como se diz com razão, um caos de individualismo e seitas em conflito. A desinte-

gração de um símbolo, como o da “Sagrada Rússia”, ou o “Dia de Ferro”, é sempre o início de uma grande revolta.

Estes grandes símbolos possuem por transferência todas as minúcias e detalhadas lealdades de uma sociedade antiga e estereotipada. Eles evocam o sentimento que cada indivíduo tem pelo cenário, a mobília, as faces, as memórias que são as suas primeiras; numa sociedade estática, sua única realidade. Aquele conjunto de imagens e devoções sem a qual a nacionalidade é impensável. Os grandes símbolos tomam conta destas devoções e podem despertá-las sem invocar as imagens primitivas. Quanto menos símbolos de debate público, mais casual será o diz-que-diz político, que é sempre referido a estes proto-símbolos, e se possível associados a eles. A questão de um preço justo num metrô municipal é simbolizada como uma questão entre o povo e os interesses, e então o povo é inserido no símbolo americano, de forma que, finalmente no fervor de uma campanha, uns oito centavos do preço da passagem tornam-se anti-americanos. Os pais revolucionários morreram para evitar isso. Lincoln sofreu temendo que isso pudesse vir a passar, resistência a isso estava implícita na morte daqueles que pereceram na França.

Devido ao seu poder de remover a emoção de idéias distintas, o símbolo é ao mesmo tempo um mecanismo de solidariedade e de exploração. Ele permite às pessoas trabalharem por um fim comum, mas somente porque os poucos que estão estrategicamente posicionados precisam escolher os objetivos concretos, o símbolo é também um instrumento através do qual uns poucos podem modificar os muitos, impedir a crítica, e seduzir os homens a enfrentarem a agonia por objetos que eles não compreendem.

Muitos aspectos de nossa sujeição aos símbolos não são lisonjeiros se nós escolhermos pensar de nós mesmos como realistas, auto-suficientes e personalidades autogovernantes. Ainda assim é impossível concluir que os símbolos são totalmente instrumentos do diabo. Na esfera da ciência e da contemplação eles são indiscutivelmente a têmpera propriamente dita. Mas no mundo da ação eles podem ser benevolentes, e são às vezes uma necessidade. A necessidade é freqüentemente imaginada, o perigo manufaturado. Mas quando resultados rápidos são imperativos, a

15. *The English Constitution*, p. 127. D. Appleton & Company, 1914.

manipulação das massas através dos símbolos pode ser somente a única forma rápida de ter uma coisa urgente feita. É frequentemente mais importante agir do que entender. E às vezes é verdade que a ação falhará se todos a compreenderem. Há muitos assuntos que não podem esperar por um referendo ou aturar publicidade prolongada, e há momentos, durante a guerra, por exemplo, quando uma nação, um exército, e mesmo seus comandantes, precisam confiar na estratégia a pouquíssimas mentes; quando duas opiniões são conflitantes, embora uma pareça ser a correta, elas são mais perigosas que uma opinião que é errada. A opinião errada pode ter maus resultados, mas as duas opiniões podem provocar desastre ao dissolver a unidade¹⁶.

Assim Foch e Sir Henry Wilson, que previram o iminente desastre ao exército de Cough, como uma consequência das divididas e desorganizadas forças de reserva, apesar disso mantiveram suas opiniões dentro de um pequeno círculo, sabendo que mesmo o risco de uma derrota estupenda era certamente menos destrutiva do que teria sido um debate excitante nos jornais. Para o que mais interessa sob o tipo de tensão que predominou em março de 1918, é menos a retidão de uma ação particular do que a plena expectativa no que se refere à origem do comando. Tivesse Foch “ido ao povo” ele poderia ter vencido o debate, mas, muito antes dele poder tê-lo vencido, os exércitos que ele deveria comandar teriam sido dissolvidos. Pois o espetáculo de um embate no Olimpo é ao mesmo tempo divertido e destrutivo.

Mas assim também é uma conspiração do silêncio. Diz o Capitão Wright: “É no Alto Comando e não na linha, que a arte da camuflagem é mais praticada, e chega a altos vãos. Todos os chefes em todos os lugares estão agora mantidos sob disfarce pelo intenso trabalho de um sem fim de publicistas, para assim serem tomados por engano por Napoleões à distância [...] torna-se quase impossível deslocar estes Napoleões, sejam quais forem suas incompetências, porque do enorme apoio público criado escondendo ou encobrindo a derrota, e exagerando ou inventando

16. Capitão Peter S. Wright, secretário-assistente do Conselho Supremo de Guerra. Vale a pena ler cuidadosamente em segredo e unidade de comando, muito embora, no que diz respeito aos líderes aliados, ele envolve uma polêmica apaixonada.

sucesso [...]. Mas o mais insidioso e pior efeito desta tão bem organizada falsidade está nos próprios generais: modestos e patriotas como a maioria é, e como a maioria dos homens precisa ser para pegar e seguir a nobre profissão das armas, eles próprios são em última instância afetados por estas ilusões universais, e ao lerem sobre as mesmas todas as manhãs no jornal, eles ficam persuadidos de que são meteoros da guerra e infalíveis, apesar de todas as suas falhas, e que sua permanência no comando é um fim tão sagrado que justifica o uso de qualquer meio [...]. Estas variadas condições, entre as quais a mentira é a maior, ao menos emancipam todos os altos comandos de seu controle. Eles não mais agem pela nação: a nação vive, ou melhor, morre, por eles. Vitória ou defesa cessa de ser o primeiro interesse. O que interessa a estas corporações semi-soberanas é se o querido velho Willie ou pobre velho Harry estarão a sua frente, ou o Partido Chantilly supera o Partido Boulevard des Invalides¹⁷.

Mesmo o Capitão Wright, que pode ser tão eloquente ao discernir sobre os perigos do silêncio é forçado, no entanto, a aprovar o silêncio de Foch em não destruir publicamente as ilusões. Há aqui um paradoxo complicado surgindo, como veremos plenamente adiante, porque a visão democrática tradicional da vida é concebida, não para emergências e perigos, mas para a tranquilidade e a harmonia. E assim, onde as massas de pessoas precisam cooperar num ambiente incerto e erúptivo, é usualmente necessário assegurar a unidade e a flexibilidade sem consentimento real. O símbolo faz isso. Ele obscurece a intenção pessoal, neutraliza a discriminação, e ofusca o propósito individual. Ele imobiliza a personalidade, enquanto ao mesmo tempo focaliza enormemente a intenção do grupo e unifica aquele grupo, como nenhuma outra coisa numa crise que pode unificá-lo, à ação com propósito. Ele torna a massa móvel, muito embora imobilize a personalidade. O símbolo é um instrumento através do qual no curto prazo a massa escapa de sua própria inércia, a inércia da indecisão, ou a inércia do movimento precipitado, e é tornada capaz de ser carregada ao longo do ziguezague de uma situação complexa.

17. Op. cit., p. 98, 101-105.

2

Mas no longo prazo, o dar e o receber aumentam entre os líderes e os liderados. A palavra mais freqüentemente utilizada para descrever o estado de espírito dos liderados sobre seus líderes é moral. Isso significa ser bom quando os indivíduos fazem com toda a energia a parte que lhes é reservada; quando toda a força de cada homem é evocada pelo comando de cima. Disso segue que todo líder precisa planejar sua política tendo isso em mente. Ele precisa considerar sua decisão não somente “nos méritos”, mas também com seus efeitos em qualquer parte de seus seguidores de cujo continuado apoio ele precisa. Se ele é um general planejando um ataque, ele sabe que suas unidades militares organizadas se dispersarão em turbas se a percentagem de vítimas aumentar muito.

Nas grandes guerras cálculos prévios foram frustrados em grande medida, pois “em cada nove homens que foram para a França, cinco tornaram-se vítimas”¹⁸. O limite da resistência foi maior do que qualquer um supôs. Mas havia um limite nalgum lugar. E assim, parcialmente devido ao seu efeito no inimigo, mas também em grande medida devido ao seu efeito nas tropas e em suas famílias, nenhum comando nesta guerra interessou-se em publicar uma declaração cândida de suas perdas. Na França as listas das vítimas nunca foram publicadas. Na Inglaterra, América e Alemanha a publicação das perdas de uma grande batalha foi distribuída por longos períodos, de forma a destruir a impressão unificada do total. Somente os bem-informados souberam muito tempo depois o que Somme tinha custado, ou as batalhas de Flanders¹⁹; e Ludendorff indiscutivelmente tinha uma idéia muito mais exata destas vítimas do que uma pessoa privada em Londres, Paris ou Chicago. Todos os líderes em todos os campos fizeram o melhor que puderam para limitar o total da guerra real que qualquer soldado ou civil poderia vivamente conceber. Mas, naturalmente, entre os antigos veteranos como as tropas francesas

18. Op. cit., p. 37. Dados coletados pelo Capitão Wright do compêndio estatístico de guerra nos arquivos do Departamento de Guerra (*Archives of the War Office*). Os números referem-se aparentemente somente às perdas inglesas, possivelmente aos ingleses e franceses.

19. Op. cit. p. 34. O custo de Somme foi de aproximadamente 500.000 vítimas. As ofensivas de Arras e Flanders de 1917 custaram 650.000 vítimas inglesas.

de 1917, muito mais é conhecido sobre a guerra do que jamais chega ao público. Tal exército começa a julgar seus comandantes em termos de seus próprios sofrimentos. E então, quando outra promessa extravagante de vitória torna-se a costumeira derrota sangrenta, você pode saber que um motim irrompe motivado por algum equívoco comparativamente menor²⁰, como foi o caso da ofensiva de Nivelles de 1917, já que é um erro cumulativo. Revoluções e motins geralmente seguem uma pequena amostra de uma grande série de perigos²¹.

A incidência de uma política determina a relação entre o líder e os seguidores. Se aqueles de quem ele precisa em seu plano estão distantes do lugar onde a ação acontece, se os resultados são escondidos ou postergados, se as obrigações individuais são indiretas e ainda não devidas, e acima de tudo se a aprovação é um exercício de alguma emoção prazerosa, é provável que o líder tenha liberdade de ação. Aqueles programas são imediatamente os mais populares, como a proibição de beber entre os abstêmios, que nem uma vez sequer infringem os hábitos privados de seus seguidores. Esta é uma das grandes razões por que os governos têm tal liberdade de ação nos assuntos estrangeiros. A maioria das fricções entre dois estados envolve uma série de conflitos obscuros e embates tediosos, ocasionalmente na fronteira, mas mais freqüentemente em regiões sobre as quais escolas geográficas não forneceram idéias precisas. Na Tchecoslováquia a América é considerada libertadora, nos parágrafos de jornais e comédias musicais americanas, na conversação americana de uma forma geral, nunca se chegou a uma conclusão se o país que nós liberamos é a Tchecoslováquia ou a Iugoslávia.

Nos assuntos estrangeiros a incidência da política está por um longo período de tempo confinada a um ambiente invisível. Nada do que lá acontece é sentido como sendo totalmente real. E assim, em decorrência do período antibélico, ninguém tem que lutar e ninguém tem que pagar, governos seguem adiante de acordo com seus brios sem muita referência a seus povos. Nos assuntos locais o custo de uma política é mais facil-

20. Os aliados sofreram muito mais derrotas sangrentas do que aquela em Chemin des Dames.

21. Cf. o relato de Pierrefeu (op. cit.) sobre as causas dos motins de Soissons, e o método adotado por Pétain para tratar com eles. Vol. I, parte IIIss.

mente visível. E, portanto, todos, à exceção dos líderes mais excepcionais, preferem políticas nas quais os custos são, tanto quanto possível, indiretos. Eles não gostam da taxa direta, de pagar à medida que andam. Eles gostam de débitos de longo prazo, de ter os eleitores acreditando que os estrangeiros pagarão. Eles têm sempre sido compelidos a calcular prosperidade nos termos do produtor ao invés de nos termos do consumidor, porque a incidência no consumidor é distribuída sobre tantos itens triviais. Líderes trabalhistas têm sempre preferido um aumento de salários a um decréscimo nos preços. Tem havido sempre mais interesse popular nos lucros dos milionários, que são mais visíveis, mas comparativamente sem importância, do que nos desperdícios do sistema industrial, que têm sido imensos, mas elusivos. Uma legislatura tratando de uma escassez de residências, como a que existe no momento em que isso está sendo escrito, ilustra esta regra, primeiro em nada fazendo para aumentar o número de residências, segundo por golpear o locador ganancioso no quadril, terceiro por investigar os construtores exploradores e os trabalhadores. Uma política construtiva trata com fatores distantes e desinteressantes enquanto um proprietário ganancioso, ou um encanador explorador, é visível de imediato.

Mas enquanto as pessoas acreditam de imediato que num futuro inimaginável e em lugares não vistos certa política as beneficiará, a real dinâmica da política segue uma lógica diferente de suas opiniões. Uma nação pode ser induzida a crer que, aumentando as taxas dos fretes, isso tornará as estradas mais prósperas. Mas aquela crença não fará a estrada mais próspera, se o impacto daquelas taxas nos fazendeiros e transportadores for tal como para produzir um preço de mercadoria além do que o consumidor pode pagar. Se o consumidor pagará o preço depende não do fato de se ele sacudiu sua cabeça nove meses antes concordando com a proposta de aumentar as taxas e salvar o negócio, mas se ele deseja agora um novo chapéu ou um novo automóvel e se ganhará o suficiente para pagá-los.

3

Líderes freqüentemente fingem que eles simplesmente revelaram um programa que já existia nas mentes de seus públicos. Quando eles

acreditam nisso, estão enganando-se a si próprios. Os programas não inventam a si próprios sincronicamente numa multiplicidade de mentes. Isso não é porque uma multiplicidade de mentes é necessariamente inferior à dos líderes, mas porque o pensamento é uma função do organismo, e uma massa não é um organismo.

Este fato é obscurecido porque a massa é constantemente exposta à sugestão. Ela lê não as notícias, mas as notícias com a aura da sugestão sobre elas, indicando a linha de ação a ser tomada. Ela ouve relatórios, não objetivos como os fatos são, mas já estereotipados a certo padrão de comportamento. Assim o líder ostensivo freqüentemente descobre que o líder real é um poderoso proprietário de jornal. Mas se, como num laboratório, alguém pudesse remover toda a sugestão e direção da experiência de uma multidão, alguém poderia, eu penso, encontrar algo como isso: uma massa exposta ao mesmo estímulo desenvolveria respostas que podiam teoricamente ser apresentadas como um polígono do erro. Haverá certos grupos que se sentiriam suficientemente parecidos para serem classificados juntos. Haveria variantes de sentimentos em ambas as extremidades. Estas classificações tenderiam a se fortalecer à medida que os indivíduos em cada uma das classificações expressassem suas reações. Isso quer dizer que, quando os vagos sentimentos dos que sentiram vagamente forem colocados em palavras, eles saberiam mais definitivamente o que sentiram, e sentiriam então isso mais definitivamente.

Líderes em sintonia com o sentimento popular ficam rapidamente conscientes destas reações. Eles sabem que os altos preços estão pressionando as massas, ou que certas classes de indivíduos estão se tornando impopulares, ou que o sentimento sobre outra nação é fraterno ou hostil. Mas, sempre barrando o efeito da sugestão que é meramente a suposição da liderança pelo repórter, não haveria nada no sentimento da massa que fatalmente determinasse a escolha de qualquer política particular. Tudo o que o sentimento da massa demanda é que a política, como ela é desenvolvida e apresentada, deve ser, se não logicamente, então por analogia e associação, conectada a um sentimento original.

Então, quando uma nova política está prestes a ser inaugurada, há uma oferta preliminar para uma comunidade de sentimento, como o dis-

curso de Marco Antônio aos seguidores de Brutus²². Na primeira frase, o líder vocaliza a opinião freqüente da massa. Ele identifica a si próprio com as atitudes familiares de sua audiência, algumas vezes contando uma boa estória, algumas vezes brandindo seu patriotismo, freqüentemente afligindo uma mágoa. Ao descobrir que ele é digno de confiança, o pulular para lá e para cá da multidão pode se voltar para ele. Espera-se dele então que apresente um plano de campanha. Mas ele não descobrirá aquele plano nos *slogans* que expressam os sentimentos da massa. O plano nem mesmo será sempre indicado por eles. Onde a incidência da política é distante, tudo o que é essencial é que o programa seja verbal e emocionalmente conectado no início com o que foi expresso na multidão. Homens de confiança num papel familiar subscrevendo os símbolos aceitos podem percorrer um muito longo caminho em suas iniciativas sem explicar a substância de seus programas.

Mas líderes sábios não estão satisfeitos em fazer aquilo. Desde que eles pensem que a publicidade não vá fortalecer a oposição em demasia, e que o debate não atrase muito a ação, eles procuram certa medida de consenso. Eles pegam se não a massa em sua totalidade, pelo menos os subordinados da hierarquia de sua confiança para lhes preparar para o que poderá acontecer, e fazê-los sentir que eles desejaram livremente o resultado. Mas por mais sincero que o líder possa ser, há sempre, quando os fatos são muito complicados, certa quantidade de ilusão nestas consultas. É impossível que todas as contingências devam ser tão vívidas a todo o público como elas o são para os mais experientes e os mais imaginativos. Uma larga porcentagem está disposta a concordar sem ter gasto o tempo, ou sem considerar o contexto, para apreciar as escolhas que o líder lhes apresenta. Ninguém, no entanto, pode pedir por mais. E somente os teóricos o fazem. Se nós tivéssemos tido nosso dia no tribunal, se o que tivéssemos que dizer fosse ouvido, e então se o que é feito resultasse em algo bom, a maioria de nós não pararia para considerar o quanto nossa opinião afetou o assunto em mãos.

22. Excelentemente analisado em Martin, *The Behavior of Crowds*, p. 130-132.

E, portanto, se os poderes estabelecidos são sensíveis e bem informados, se eles estão visivelmente tentando ir ao encontro do sentimento popular, e realmente removendo algumas das causas da insatisfação, não interessando quão lentamente eles o fazem, desde que eles sejam vistos avançando, têm pouco a temer. É necessário um estupendo e persistente erro, mais quase infinita falta de tato, para começar uma revolução desde baixo. Revoluções palacianas, revoluções interdepartamentais, é um assunto diferente. Assim, também, é a demagogia. Isso cessa ao se aliviar a tensão pela expressão do sentimento. Mas os homens de Estado sabem que tal alívio é temporário, e, se tolerado com freqüência, não é saudável. Ele, portanto, vê que isso não desperta sentimento que não possa fazer fluir num programa que trata com os fatos aos quais os sentimentos se referem.

Mas nem todos os líderes são homens de Estado, todos os líderes odeiam demitir-se, e a maioria dos líderes consideram difícil acreditar que ruins como as coisas estão, o outro companheiro não as tornará piores. Eles não esperaram passivamente pelo público para sentir a incidência da política, porque a incidência daquela descoberta está geralmente sobre suas cabeças. Eles estão, portanto, intermitentemente engajados em remendar suas cercas e em consolidar suas posições.

O remendo das cercas consiste em oferecer um bode expiatório ocasional, em redirecionar uma queixa menor afetando um indivíduo poderoso ou facção, rearranjando certos trabalhos, acalmando um grupo de pessoas que deseja um arsenal em suas cidades, ou uma lei para parar os vices de alguém. Estude a atividade diária de qualquer funcionário público que dependa da eleição e você pode alargar esta lista. Há congressistas eleitos anos após anos que nunca pensaram em dissipar sua energia nos assuntos públicos. Eles preferem fazer um pequeno serviço a um monte de pessoas num monte de pequenos assuntos ao invés de se engajar em tentar fazer um grande serviço lá fora, no vazio. Mas o número de pessoas a quem qualquer organização pode ser um servo bem-sucedido é limitado, e políticos astutos tomam o cuidado de prestar atenção seja num influente como em alguém tão ostensivamente pouco influente, que prestar qualquer atenção nele é uma marca de magnanimidade sen-

sacional. Quanto maior for o número que não pode ser atendido por favores, a multidão anônima receberá propaganda.

Os líderes estabelecidos de qualquer organização têm grandes vantagens naturais. Acredita-se que possuam melhores fontes de informação. Os livros e os documentos estão em seus escritórios. Eles tomam parte em congressos importantes. Eles encontram gente importante. Eles têm responsabilidade. É, portanto, mais fácil a eles conquistar a atenção e falar num tom convincente. Mas eles também têm grande cuidado de controle sobre o acesso aos fatos. Cada funcionário é em algum grau um censor.

E uma vez que ninguém pode suprimir informação, seja escondendo-a ou esquecendo de mencioná-la, sem alguma noção do que ele deseja que o público saiba, cada líder é em algum grau um propagandista. Estrategicamente posicionado, e compelido freqüentemente a escolher até mesmo o melhor entre os igualmente convincentes, embora conflituosos ideais de segurança para a instituição, e candor por seu público, o funcionário descobre a si próprio mais e mais conscientemente que fatos, em que lugar, de que maneira ele pode permitir o público saber.

4

Que a manufatura do consenso seja capaz de grandes refinamentos ninguém, eu penso, nega. O processo em que as opiniões públicas surgem é certamente não menos intrincado do que ele apareceu nestas páginas, e as oportunidades para a manipulação estão abertas a qualquer um que entende o processo plenamente.

A criação do consenso não é uma arte nova. É uma arte muito velha que supostamente deveria ter morrido com o aparecimento da democracia. Mas não morreu. Ela, na verdade, melhorou enormemente em técnica, porque está agora baseada em análise ao invés de uma regra prática. E assim sendo, como resultado da pesquisa psicológica, ligada aos modernos meios de comunicação, a prática da democracia foi empurrada a um canto. Uma revolução está acontecendo, infinitamente mais significativa do que a mudança no poder político.

Na vida da geração agora em controle dos assuntos, persuasão tornou-se uma arte autoconsciente e um órgão regular do governo popular. Nenhum de nós começa a entender as conseqüências, mas é uma profecia audaciosa dizer que o conhecimento de como criar consenso alterará todo cálculo político e modificará toda premissa política. Sob o impacto da propaganda, não necessariamente num significado sinistro da palavra somente, as velhas constâncias de nosso pensamento tornaram-se variáveis.

Não é mais possível, por exemplo, acreditar no dogma original da democracia, de que o conhecimento necessário para a administração dos assuntos humanos surge espontaneamente do coração humano. Onde nós agimos com base naquela teoria nós nos expomos ao auto-engano, e a formas de persuasão que não podemos verificar. Foi demonstrado que não podemos nos apoiar em intuição, consciência, ou nos acidentes da opinião casual, se nós temos que tratar com o mundo que está além do nosso alcance.

“ Parte VI A imagem da democracia ”

*Confesso que na América eu vi mais do que a
América; busquei a imagem da própria
democracia.*

Alexis de Tocqueville

16 O homem egocêntrico

1

Uma vez que a opinião pública deve supostamente ser a primeira mobilizadora nas democracias, uma pessoa pode razoavelmente esperar encontrar uma vasta literatura a respeito. Ela não a encontra. Há excelentes livros sobre governos e partidos, ou seja, sobre a maquinaria que em teoria registra as opiniões públicas depois que elas estão constituídas. Mas as fontes de onde estas opiniões públicas surgem, dos processos através dos quais eles se constituem, há relativamente pouco. A existência da força denominada opinião pública é na média considerada como um fato consumado, e os escritores políticos americanos têm sido os mais interessados seja em descobrir como fazer o governo expressar o interesse comum, ou em como prevenir o desejo comum de subverter os propósitos pelos quais elas acreditam que o governo existe. De acordo com suas tradições, eles desejaram seja amansar a opinião ou obedecê-la. Em decorrência, o editor de uma série de livros-texto escreve que “o mais difícil e a mais momentosa questão de governo (é) como transmitir a força individual à ação pública”¹.

Mas certamente há uma questão ainda mais momentosa, a questão de como validar nossas versões privadas na cena política. Há, como tentarei indicar adiante, o prospecto da melhoria radical pelo desenvolvimento dos princípios já em operação. Mas este desenvolvimento dependerá em quão adequadamente nós aprendemos a usar o conhecimento sobre a forma como as opiniões são reunidas para observar sobre nossas opiniões quando elas estão sendo juntadas. Pois uma opinião casual, ser-

1. Albert Bushnell Hart na nota introdutória do livro *Public Opinion and Popular Government*, de A. Lawrence Lowell.

do o produto do contato parcial, da tradição, dos interesses pessoais, não pode na natureza das coisas pegar serenamente um método do pensamento político que é baseado em relato exato, medida, análise e comparação. Somente aquelas qualidades da mente que determinam o que parece ser interessante, importante, familiar, pessoal e dramático, são as qualidades que em primeira instância a opinião realista frustra. Portanto, a menos que exista na comunidade em geral uma convicção crescente de que o preconceito e a intuição não são suficientes, o que leva tempo, dinheiro, trabalho, esforço consciente, paciência e equanimidade, não encontrará apoio suficiente. Aquela convicção cresce à medida que a autocrítica aumenta, e nos torna conscientes da conversa mole, desdenhosa de nós mesmos quando a utilizamos, e atentos para detectá-la. Sem um hábito enraizado de analisar a opinião quando nós lemos, falamos, decidimos, a maioria de nós dificilmente poderia suspeitar da necessidade de melhores idéias, nem ser interessado nelas quando elas aparecem, nem ser capazes de prevenir a nova técnica da inteligência política de ser manipulada.

Mesmo as democracias, se fôssemos julgar pelas mais antigas e as mais poderosas entre elas, fizeram mistério da opinião pública. Tem havido organizadores de opinião competentes que entendem muito bem o mistério de criar maiorias no dia de eleição. Mas estes organizadores têm sido considerados pela ciência política como personagens menores ou como “problemas”, não como possuidores do mais efetivo conhecimento existente de como criar e operar a opinião pública. A tendência das pessoas que expressaram as idéias da democracia, mesmo quando elas não foram postas em ação, a tendência dos estudantes, oradores, editores, têm sido ver a opinião pública como homens em outras sociedades observaram respeitosamente as forças estranhas às quais eles atribuíram a última palavra na direção dos eventos.

Em quase toda a teoria política há um elemento impenetrável que, no auge daquela teoria, permanece sem ser examinado. Atrás das aparências há o destino, existem os espíritos guardiões, ou os mandatos a um povo escolhido, a monarquia divina, o vice-regente dos céus, ou a classe dos melhores nascidos. Os mais óbvios anjos, demônios e reis deixaram o pensamento democrático, mas a necessidade de acreditar que

existam reservas de poder de direção persiste. Isso persistiu para aqueles pensadores do século XVIII que conceberam a matriz da democracia. Eles tinham um deus pálido, mas corações acolhedores, e na doutrina da soberania popular eles encontraram a resposta que precisavam para a origem infalível da nova ordem social. Havia um mistério, e somente inimigos do povo tocaram nele com mãos profanas e curiosas.

2

Eles não removeram o véu porque eram políticos práticos numa luta amarga e incerta. Eles próprios sentiram a aspiração da democracia, que nunca esteve tão intensa, mais íntima e mais importante do que qualquer outra teoria de governo. Eles se envolveram, como contra o preconceito das idades, na afirmação da dignidade humana. O que os irritou não foi se John Smith tinha boas visões sobre qualquer assunto público, mas se John Smith, descendente de uma linhagem que tinha sido considerada inferior, não dobraria agora seus joelhos a quem quer que seja. Era um espetáculo que o tornou feliz “de estar vivo naquele crepúsculo”. Mas todo analista parece degradar aquela dignidade, negar que todos os homens são razoáveis todo o tempo, ou educados, ou informados, para observar que os povos são enganados, que eles nem sempre sabem seus próprios interesses, e que todos os homens não são igualmente adequados para governar.

Os críticos eram quase bem-vindos como um pequenino com um tambor. Cada uma destas observações sobre a falibilidade do homem estava sendo explorada *ad nauseam*. Tivessem os democratas admitido que havia uma verdade em qualquer um dos argumentos, eles teriam aberto uma fresta nas suas defesas. E assim como Aristóteles tinha insistido que o escravo era um escravo por natureza, os democratas tinham que insistir que o homem livre era um legislador e administrador por natureza. Eles não podiam parar para explicar que a alma humana poderia ainda não ter, ou até mesmo nunca poderia ter, este equipamento técnico, e que, no entanto, ele tinha um direito inalienável de não ser usado como um instrumento não desejado por outros homens. O povo superior seguia ainda tão forte e tão inescrupuloso para ter se contido de capitalizar declaração tão sincera.

Em decorrência, os primeiros democratas insistiram que uma razoável retidão brotou espontaneamente de uma massa de homens. Todos eles esperavam que isso acontecesse, muitos deles acreditaram que isso aconteceu, embora os mais brilhantes, como Thomas Jefferson, tinham toda a sorte de reservas particulares. Mas uma coisa era certa: se a opinião pública não surgia espontaneamente, ninguém naquela época acreditava que ela surgiria afinal. Num aspecto fundamental a ciência política, na qual a democracia estava baseada, era a mesma ciência que Aristóteles formulou. Ela era a mesma ciência para o democrata e o aristocrata, monarquista e republicano, naquilo que sua maior premissa supunha ser a arte de governar um atributo natural. Homens diferiam radicalmente quando tentavam nomear os homens assim dotados; mas eles concordavam ao pensar que a maior questão de todas era encontrar aqueles em que a sabedoria política era inata. Monarquistas estavam certos de que os reis tinham nascido para governar. Alexander Hamilton pensava que enquanto “há mentes fortes em todas as ocupações... o corpo representativo, com pouquíssimas exceções para ter influência no espírito do governo, será composto de proprietários, mercadores, e homens das profissões aprendidas”². Jefferson pensava que as faculdades políticas estavam depositadas por Deus em fazendeiros e plantadores, e às vezes falava como se elas fossem encontradas em todas as pessoas. A principal premissa era a mesma: governar era um instinto que aparecia, de acordo com suas preferências sociais, em um homem ou em alguns poucos escolhidos, em todos os machos, ou em somente alguns machos que eram brancos e com vinte e um anos, talvez mesmo em todos os homens e mulheres.

Ao decidir quem estava mais apto para governar, o conhecimento do mundo era considerado como um fato dado. O aristocrata acreditava

2. *The Federalist*, n. 35-36. Cf. comentário de Henry Jones Ford em sua obra *Rise and Growth of American Politics*, cap. V. • As profissões aprendidas referem-se à teologia, medicina e direito. Ao longo dos anos o termo “profissão” referia-se a qualquer vocação, de caráter religioso ou não. Um profissional era alguém que seguia sua vocação. Alguém que se distinguia por seus conhecimentos. O termo evoluiu e passou-se a distinguir entre “profissões aprendidas” – teologia e outras áreas universitárias derivadas como medicina e direito, e a seguir as demais – e as demais que resultavam somente de treinamento como mercadores, ferreiros, etc. (N.T.).

que aqueles que tratavam com amplas questões possuíam o instinto, os democratas asseguravam que todos os homens possuíam o instinto e poderiam, portanto, tratar com amplas questões. Não era parte da ciência política em nenhum dos casos pensar como o conhecimento do mundo poderia ser trazido ao governante. Se você fosse pelo povo você não tentaria elaborar a questão de como manter o eleitor informado. Com a idade de vinte e um anos ele tinha suas faculdades políticas. O que contava era um bom coração, uma mente que raciocinasse, um julgamento equilibrado. Estes todos amadureciam com a idade, mas não era necessário considerar como informar o coração e alimentar a razão. Os homens absorviam seus fatos da mesma forma como aspiravam.

3

Mas os fatos que os homens podiam vir a possuir neste jeito fácil eram limitados. Eles podiam conhecer os costumes e mais obviamente o caráter do lugar onde eles viviam e trabalhavam. Mas o mundo externo eles tinham que conceber, e eles não o concebiam instintivamente, nem absorviam conhecimento confiável somente vivendo. Portanto, o único ambiente no qual a política espontânea era possível era o que ficava confinado no âmbito do conhecimento direto e certo do governante. Não há como escapar desta conclusão, seja lá onde você encontrar governo no âmbito natural das faculdades humanas. “Se”, como afirmou Aristóteles³, “os cidadãos do estado julgam e distribuem cargos de acordo com mérito, então eles precisam conhecer o caráter um do outro; onde eles não possuem este conhecimento, tanto a eleição para os cargos e a decisão de ações judiciais irão errar”.

Obviamente esta máxima estava unindo todas as escolas de pensamento político. Mas ela apresentou dificuldades peculiares aos democratas. Os que acreditavam em governo de classe podiam muito bem exigir que a corte do rei, ou nas residências de campo da pequena nobreza, os homens conhecessem o caráter um do outro, e, enquanto o resto da

3. *Politics*, livro VII, cap. 4.

humanidade permanecia passivo, os únicos papéis que alguém precisava saber eram os papéis dos homens da classe dirigente. Mas os democratas, que desejavam aperfeiçoar a dignidade de todos os homens, foram imediatamente envolvidos pelo imenso tamanho e confusão de sua classe dirigente – o eleitorado masculino. Sua ciência lhes disse que a política era um instinto, e que o instinto funcionava num ambiente limitado. Suas esperanças os determinava a insistir que todos os homens num amplo ambiente podiam governar. Neste conflito mortal entre os seus ideais e sua ciência, a única saída era assumir sem muita discussão que a voz do povo era a voz de Deus.

O paradoxo era enorme, a aposta muito grande, seus ideais muito preciosos para um exame crítico. Eles não podiam mostrar como um cidadão de Boston que ficando em Boston podia conceber as visões de um habitante da Virgínia, como um habitante da Virgínia na Virgínia poderia ter opiniões verdadeiras sobre o governo em Washington, como os congressistas em Washington podiam ter opiniões sobre a China ou o México. Pois naqueles dias não era possível trazer o ambiente invisível ao campo de julgamento de muitos homens. Houve alguns avanços, sem dúvida, desde Aristóteles. Havia alguns jornais, e havia livros, melhores estradas talvez, e melhores navios. Mas não houve grande avanço, e as suposições políticas do século XVIII eram essencialmente aquelas que persistiam na ciência política por dois mil anos. Os democratas pioneiros não possuíam o material para resolver o conflito entre o âmbito da atenção de um homem e sua ilimitada fé em sua dignidade.

Suas suposições antecederam não somente o jornal moderno, os serviços mundiais de imprensa, a fotografia e o cinema, mas o que é mais significativo. Eles antecederam a medição e a gravação, as análises comparativa e quantitativa, os cânones da evidência, e a habilidade da análise psicológica para corrigir e descontar os preconceitos do julgamento. Não quero dizer que nossos registros são satisfatórios, que nossa análise não possuía viés, que nossas medidas sejam adequadas. Quero dizer que as invenções-chave foram feitas para trazer o mundo invisível ao campo do julgamento. Não foram feitas ao tempo de Aristóteles, e não eram

ainda importantes o suficiente para serem visíveis para a teoria política na era de Rousseau, Montesquieu, ou Thomas Jefferson. Num outro capítulo veremos que, mesmo na teoria mais recente da reconstrução humana, aquela da Associação Socialista Inglesa, todas as premissas mais profundas foram obtidas deste velho sistema de pensamento político. Aquele sistema, quando quer que tenha sido competente e honesto, tinha que admitir que homem algum podia ter mais do que uma experiência parcial dos assuntos públicos. No sentido de que ele pode dar somente um pouco do tempo a eles, aquela admissão é ainda verdadeira, e com a mais grave consequência. Mas a teoria antiga foi compelida a admitir não somente que os homens podiam dar pouca atenção às questões públicas, mas que a atenção disponível teria que estar confinada a questões próximas. Seria visionário supor que um tempo viria quando eventos distantes e complicados poderiam ser relatados de forma concebível, analisada, e apresentada de tal forma que uma escolha realmente valiosa poderia ser feita por um amador. Este tempo está agora à vista. Não há mais dúvida que o reportar contínuo de um ambiente invisível é possível. É frequentemente malfeito, mas o fato de que é feito mostra que pode ser feito, e o fato que nós começamos a conhecer quão mal é frequentemente feito, mostra que pode ser feito melhor. Com graus variados de habilidade e honestidade distantes complexidades são reportadas todos os dias por engenheiros e contadores a homens de negócio, por secretários e empregados civis a funcionários públicos, por oficiais de inteligência ao Comando Central, e por jornalistas a alguns leitores. Estes são inícios cruéis, mas radicais, muito mais radical no sentido literal da palavra que a repetição das guerras, revoluções, abdições e restaurações; tão radical como a mudança na escala da vida humana que tornou possível ao Sr. Lloyd George discutir a mineração de carvão do País de Gales depois do café da manhã em Londres, e o destino dos árabes antes do jantar em Paris.

Pois a possibilidade de trazer qualquer aspecto dos assuntos públicos dentro do âmbito do julgamento quebra o feitiço que caiu sobre as idéias políticas. Tem havido, naturalmente, quantidade de homens que não se dão conta de que o âmbito da atenção era a principal premissa da

ciência política. Eles construíram na areia. Eles demonstraram em suas próprias pessoas os efeitos de um conhecimento muito limitado e egocêntrico do mundo. Mas para os pensadores políticos que contam, de Platão e Aristóteles até Maquiavel e Hobbes e os teóricos democráticos, especulação tem girado em torno do homem egocêntrico que tinha que ver o mundo todo por meio de algumas imagens em sua cabeça.

17 A comunidade autocontida

1

Que grupos de pessoas egocêntricas acabam se envolvendo numa luta pela existência no caso em que ocorre a provocação mútua tem sido sempre evidente. Esta verdade indiscutível é afirmada na famosa passagem do *Leviatã*, onde Hobbes diz que “embora nunca tenha havido tempo algum em que homens particulares estivessem em condições de guerrear um ao outro, o fato é que em todos os tempos reis e *pessoas* dotadas de *autoridade soberana, devido a sua independência*, estão em ciúme contínuo e em estado e postura de gladiadores, tendo suas armas apontadas, e seus olhos fixados um no outro...”⁴

2

Para evitar esta conclusão um grande ramo do pensamento humano, que tinha e tem muitas escolas, procedeu desta forma: ele concebeu um padrão idealmente justo de relações humanas no qual cada pessoa tinha bem-definidos funções e direitos. Se ela conscientemente cumprisse o papel que lhe cabia, não importaria se suas opiniões estavam certas ou erradas. Ela cumpriu com seu dever, o próximo homem também assim se comportou, e todas as pessoas cumpridoras de seus deveres juntas criariam um mundo harmonioso. Todo sistema de casta ilustra este princípio; você encontra em *A república* de Platão e em Aristóteles, no ideal feudal, nos círculos de *O paraíso de Dante*, no tipo burocrático de socialismo, e no *laissez-faire*, um grau surpreendente no sindicalismo, no socialismo associativo, anarquismo e no sistema da lei internacional idealiza-

4. *Leviathan*, cap. XIII. Of the Natural Condition of Mankind as concerning their Felicity and Misery.

da pelo Sr. Robert Lansing⁵. Todos eles supuseram uma harmonia preestabelecida, inspirada, imposta, ou inata, pela qual a pessoa auto-opinativa, classe ou comunidade, é orquestrada com o resto da humanidade. Quanto mais autoritário você imaginar o condutor de uma sinfonia, ele cuidará que nela cada homem toque a sua parte; os anarquistas estão inclinados a pensar que a concórdia divina será ouvida se cada músico improvisar à medida que ele for em frente.

Mas tem havido igualmente filósofos que se cansaram destes esquemas de direitos e deveres, consideraram os conflitos como um fato consumado, e tentaram ver como seus lados podem chegar ao topo. Eles sempre pareceram mais realistas, mesmo quando pareceram alarmados, porque tudo que tiveram que fazer era generalizar a experiência da qual ninguém poderia escapar. Maquiavel é o clássico desta escola, um dos homens mais impiedosamente malignos, porque casualmente foi um dos primeiros naturalistas que utilizou linguagem plena no campo até aqui apropriado por supernaturalistas⁶. Ele tem um nome pior e mais discípulos do que qualquer outro político que jamais viveu. Ele descreveu verdadeiramente a técnica da existência para o estado autocontido. É por causa disso que ele tem discípulos. Ele tem o mau nome principalmente porque levantou seus olhos para a família Médici, sonhou em seu estudo à noite vestido com seu “nobre roupão da corte” no qual Maquiavel imaginou que fosse ele próprio o príncipe, e tornou uma pungente descrição de como as coisas eram feitas num elogio daquela forma de fazer as coisas.

Em seu mais famoso capítulo⁷ ele escreveu que “um príncipe precisa tomar cuidado para que nunca deixe qualquer coisa que não esteja reple-

5. Robert Lansing, 1864-1928. Secretário de Estado americano (1915-1920). Uma autoridade no campo da lei internacional. Fundou o *American Journal of International Law* em 1907, permanecendo como seu editor até sua morte. Serviu como conselheiro dos Estados Unidos em várias disputas. Apoiou a entrada do país na Primeira Guerra Mundial ao lado dos aliados. Liderou a delegação americana às negociações de paz em Paris. Escreveu *The Big Four and Others at the Peace Conference* (1921), *The Peace Negotiations* (1921), e *Notes on Sovereignty* (1921). *The War Memoirs of Robert Lansing* (1935) foi publicado após a sua morte (N.T.).

6. F.S. Oliver em *Alexander Hamilton* (p. 174) diz o seguinte sobre Maquiavel: “Supondo que as condições existentes – a natureza do homem e das coisas – sejam imutáveis, ele avança com calma, numa forma imoral, como um orador de sapos, para mostrar como um bravo e sagaz governante pode melhor tornar os eventos em sua vantagem e segurança de sua dinastia”.

7. *The Prince*, cap. XVIII: “Concerning the way in which Princes should keep faith”.

to das cinco qualidades acima descritas escaparem de seus lábios, que ele possa aparecer ao que o ouve e o vê completamente misericordioso, crente, humano, justo e religioso. Não há nada mais necessário para aparentar do que esta última qualidade, uma vez que os homens julgam geralmente mais pelo olhar do que pelas mãos, porque a imagem acaba pertencendo a todos que o vêem, e poucos são os que entram em contato com ele. Todos vêem o que você aparenta ser, poucos realmente sabem quem você é, e os poucos que se importam não se opõem à opinião dos muitos, que têm a majestade do Estado para defendê-lo; e as ações de todos os homens, e especialmente a dos príncipes, não é prudente desafiar, pois se julga pelo resultado... Um príncipe do tempo presente, que não vale a pena citar, nunca prega qualquer outra adicional a não ser a paz e a boa-fé, e a ambos ele é um dos mais hostis, e ambos, se os tivesse sustentado, o teriam privado da reputação e do reino há muito tempo”.

Isso é cínico. Mas é um cinismo de um homem que viu verdadeiramente sem conhecer muito bem por que ele viu o que viu. Maquiavel está pensando no reino dos homens e dos príncipes “que julgam geralmente mais pelo olho do que pela mão”, que é uma forma de dizer que seus julgamentos são subjetivos. Ele estava muito próximo à terra para desejar que os italianos de seu dia vissem o mundo firmemente e o vissem totalmente. Ele não se satisfaria com as fantasias, e ele não tinha os materiais para imaginar uma raça de homens que tinha aprendido como corrigir suas visões.

O mundo, como ele o encontrou, estava composto de pessoas cujas visões podiam ser raramente corrigidas, e Maquiavel sabia que tais pessoas, uma vez que elas vêem todas as relações públicas de uma forma particular, estão envolvidas numa contenda perpétua. O que elas vêem é sua opinião, classe, dinastia, ou versão municipal dos assuntos que na realidade se estendem bem além das fronteiras de sua visão. Elas vêem sua aparência. Elas vêem isso como correto. Mas elas cruzam com outras pessoas que são similarmente egocêntricas. Então suas próprias existências estão em perigo, ou ao menos o que elas, por razões privadas insuspeitas, consideram como suas existências e a tomam como um perigo. O fim, que está inexpugnavelmente baseado numa experiência real, mas

privada, justifica os meios. Elas sacrificarão qualquer um destes ideais para salvá-los... “julga-se pelo resultado...”

3

Estas verdades elementares confrontaram os filósofos democráticos. Conscientemente ou não, eles sabiam que o alcance de conhecimento político era limitado, que a área de autogoverno teria que ser limitada, e que os estados autocontidos quando em disputa uns com os outros tinham a postura dos gladiadores. Mas eles sabiam tão certamente que havia nos homens um desejo de decidir seus próprios destinos e encontrar a paz que não fosse imposta pela força. Como eles poderiam reconciliar o desejo e o fato?

Eles a procuraram. Em cidades-estados da Grécia e da Itália eles encontraram uma crônica de corrupção, intriga e guerra⁸. Em suas próprias cidades eles viram a dissensão, artificialidade, fervor. Este não era um ambiente no qual o ideal democrático poderia prosperar, era um lugar inadequado para que um grupo de pessoas independentes e igualmente competentes pudesse tratar de seus próprios assuntos espontaneamente.

Eles olharam além, guiados de alguma forma talvez por Jean-Jacques Rousseau, a vilarejos interioranos intactos e remotos. Eles viram o suficiente para se convencer de que o modelo ideal estava na própria vizinhança. Jefferson em particular sentiu isso, e ele mais do que qualquer outro homem formulou a imagem americana de democracia. Dos vilarejos veio o poder que levou a Revolução Americana à vitória. Das cidades vieram os votos que levaram o partido de Jefferson ao poder. Lá fora, nas comunidades rurais de Massachusetts e Virgínia, se você usasse um tipo de óculos que encobrisse os escravos, poderia encontrar a imagem do que a democracia deveria ser.

“A Revolução Americana começou”, diz Tocqueville⁹, “e a doutrina da soberania do povo, que foi alimentada nos vilarejos, tomou conta do

8. “Democracias têm sido sempre espetáculos de turbulência e contenção [...] e tem em geral sido tão curto em suas vidas como tem sido violento em suas mortes” (MADISON. *Federalist*, n. 10).

9. *Democracy in America*. 3. ed. Vol. I, p. 51.

Estado”. Ela certamente tomou conta das mentes daqueles homens que formularam e popularizaram os estereótipos da democracia. “O encorajamento das pessoas era o nosso princípio”, escreveu Jefferson¹⁰. Mas as pessoas que ele mais estimava eram os pequenos proprietários rurais: “Aqueles que trabalham a terra são o povo escolhido de Deus, se alguma vez Ele teve um povo escolhido, cujo tórax Ele fez de depósito de uma virtude substancial e genuína. É o foco no qual Ele guarda vivo o fogo sagrado, que caso contrário poderia escapar da face da terra. Corrupção da moral na massa dos agricultores é um fenômeno que tempo algum e nação nenhuma forneceu um exemplo”.

Embora muito do romântico retorno à natureza possa ter entrado nesta exclamação, havia nela também um elemento de sólido sentido. Jefferson estava certo em pensar que um grupo de fazendeiros independentes chegou mais perto de preencher os requisitos de uma democracia espontânea do que qualquer outra sociedade humana. Mas se você é de preservar o ideal, você precisa proteger estas comunidades ideais das abominações do mundo. Se os fazendeiros são de administrar seus próprios assuntos, eles precisam confinar os assuntos àqueles aos quais eles estão acostumados. Jefferson tirou todas estas conclusões lógicas. Ele desaprovou a manufatura, o comércio internacional, e a marinha das intangíveis formas de propriedade, e em teoria a qualquer forma de governo que não estivesse centrada em grupos pequenos autogovernados. Ele tinha críticos em seus dias: um deles assinalou que “para se agasalhar na plenitude da autoconsequência e suficiente robustez, na realidade, defender a nós próprios contra todo invasor, nós precisamos desfrutar de uma eterna rusticidade e viver, para sempre, então vulgar e apaticamente sob a proteção da indiferença egoísta e satisfeita”¹¹.

4

O ideal democrático, como Jefferson o moldou, consistindo de um ambiente ideal e uma classe selecionada, não conflitou com a ciência po-

10. Apud BEARD, C. *Economic Origins of Jeffersonian Democracy*, cap. XIV.

11. Op. cit., p. 426.

lítica de seu tempo. Conflitou com as realidades. E quando o ideal foi declarado em termos absolutos, parcialmente através da exuberância e parcialmente por campanhas de propósitos, logo foi esquecido que a teoria tinha sido originalmente concebida em condições muito especiais. Tornou-se o evangelho político, e forneceu os estereótipos através dos quais os americanos de todos os partidos contemplaram a política.

Aquele evangelho estava fixado por necessidade, já que no tempo de Jefferson ninguém poderia ter concebido que as opiniões públicas não fossem espontâneas e subjetivas. A tradição democrática está, portanto, sempre tentando ver um mundo onde as pessoas estão exclusivamente preocupadas com assuntos com os quais todas as causas e os efeitos operam dentro da região na qual habitam. Nunca a teoria democrática foi capaz de conceber a si própria no contexto de um ambiente amplo e imprevisível. O espelho é côncavo. E embora os democratas reconheçam que eles estão em contato com assuntos externos, eles vêem certamente que todo contato fora do grupo autocontido é uma ameaça à democracia como originalmente concebida. Este é um medo sensato. Se a democracia fosse espontânea, os interesses dela precisariam permanecer simples, inteligíveis e facilmente administrados. As condições precisam se aproximar aos do vilarejo rural isolado se o fornecimento da informação for para ser deixada à experiência isolada. O ambiente precisa ser confinado dentro do alcance de todo o homem e a certo conhecimento.

Os democratas entenderam que uma análise da opinião pública parece demonstrar que, ao tratar com um ambiente invisível, as decisões "são manifestamente resolvidas a esmo, o que claramente não deveria ser"¹². Assim o democrata tem tentado sempre de uma forma ou outra minimizar a importância do ambiente invisível. Ele temia o comércio internacional porque o comércio envolvia conexões estrangeiras; ele desconfiava dos manufatureiros porque eles produziam grandes cidades e reuniam multidões; se ele assim mesmo tivesse que ter manufaturas, ele queria proteção no interesse da auto-suficiência. Quando ele podia não encontrar estas condições no mundo real, ele ia apaixonadamente a lu-

12. ARISTÓTELES. *Politics*, livro VII, cap. IV.

gar ermo, e fundava comunidades utópicas distantes de contatos estrangeiros. Seus *slogans* revelam seu preconceito. Ele é por autogoverno, autodeterminação, independência. Nenhuma destas idéias carrega com ela qualquer noção de consenso ou de comunidade além das fronteiras dos grupos autogovernados. O campo da ação democrática é uma área circunscrita. Dentro de fronteiras protegidas o objetivo tem sido alcançar auto-suficiência e evitar o enredamento.

A regra não está confinada à política externa, mas é plenamente evidente aqui, já que a vida fora das fronteiras nacionais é mais distintivamente estrangeira do que a vida dentro delas. E como a história mostra, democracias em suas políticas exteriores têm tido geralmente que escolher entre o isolamento esplêndido e a diplomacia que violou seus ideais. As mais bem-sucedidas democracias, na verdade, Suíça, Dinamarca, Austrália, Nova Zelândia, e América até recentemente, não têm tido política exterior no sentido europeu daquele conceito. Mesmo uma regra como a Doutrina Monroe surgiu do desejo de suplementar os dois oceanos com uma fortificação de estados que fossem suficientemente republicanos para não terem política externa.

Enquanto o perigo for grande, talvez uma indispensável condição da autocracia¹³, a segurança era vista como uma necessidade para que a democracia tivesse que funcionar. Precisa haver tão pouco distúrbio quanto possível das premissas da comunidade autocontida. Insegurança envolve surpresas. Isso significa que há pessoas atuando sobre sua vida, sobre quem você não tem controle, com quem você não pode consultar. Isso significa que forças que perturbam a rotina familiar estão soltas, e apresentam problemas novos sobre os quais decisões rápidas e pouco comuns são requeridas. Todo democrata sente em seus ossos que as crises perigosas são incompatíveis com a democracia, porque ele sabe que a inércia das massas é tal que, para atuar rapidamente, pouquíssimos têm que decidir e o resto seguir mesmo que cegamente. Isso não tornou não-re-

13. Fisher Ames, amedrontado pela revolução de 1800, escreveu para Rufus King em 1802: "Nós precisamos, como todas as nações fazem, a compressão de um formidável vizinho que está fora do nosso círculo, cuja presença pode sempre excitar mais os medos do que os demagogos podem fazer inspirando as pessoas na direção a seus governos" (apud FORD. *Rise and Growth of American Politics*, p. 69).

sistentes em democratas, mas resultou em todas as guerras democráticas sendo lutadas para fins pacifistas. Mesmo quando as guerras são de fato como que guerras de conquista, elas são sinceramente acreditadas serem guerras de defesa da civilização.

Estas várias tentativas de enclausurar uma parte da superfície da terra não foram inspiradas por covardice, apatia, ou o que um dos críticos de Jefferson chamou de o desejo de viver sob a disciplina fradesca. Os democratas tinham percebido uma possibilidade deslumbrante, que todo ser humano deveria ascender a sua plena estatura, liberta das limitações estabelecidas pelo próprio homem. Com o que eles sabiam da arte de governo, eles podiam, não mais do que Aristóteles antes deles, conceber uma sociedade de indivíduos autônomos, exceto numa enclausurada e simples comunidade. Eles podiam, então, selecionar esta e não outra premissa se desejassem chegar à conclusão de que todos os povos podiam espontaneamente administrar os assuntos públicos.

5

Tendo adotado a premissa porque ela era necessária ao seu desejo mais agudo, eles tiraram outras conclusões igualmente. Uma vez que, para ter governo autocontido, você deveria ter uma comunidade simples autocontida, eles consideraram como dado indiscutível o fato de que todo e qualquer indivíduo era tão competente como o próximo para administrar estes assuntos simples e autocontidos. Onde o desejo é o pai do pensamento, tal lógica é convincente. Além disso, a doutrina do cidadão ultracompetente é por razões muito práticas verdadeira nos vilarejos rurais. Todas as pessoas num vilarejo cedo ou tarde tentam pôr suas mãos em tudo o que o vilarejo faz. Há rotação nas funções por homens que são “fazem-de-tudo”. Não há sérios problemas com a doutrina do supercompetente cidadão, uma vez que o estereótipo democrático foi universalmente aplicado, de forma que os homens observaram uma civilização complicada e o que viram na verdade era um vilarejo enclausurado.

Não somente o cidadão individual era capaz de tratar de todos os assuntos públicos, mas ele era consistentemente dotado de espírito público e interesse incansável. Ele era dotado de espírito público suficiente no vi-

larejo, onde ele conhecia todo o mundo e estava interessado nos assuntos de todos. A idéia de suficiência no vilarejo transformou-se facilmente numa idéia de suficiência para qualquer propósito, e, como observamos, pensamento quantitativo não é adequado a um estereótipo. Mas havia outra alteração. Uma vez que se supunha que todos estavam suficientemente interessados em assuntos importantes, somente aqueles assuntos nos quais todos estavam interessados acabaram parecendo importantes.

Isso significou que os homens formaram suas imagens do mundo exterior a partir de imagens indiscutíveis em suas cabeças. Estas imagens lhes chegaram bem estereotipadas por seus pais e professores, e foram pouco corrigidas por suas próprias experiências. Somente alguns poucos homens as levaram além das fronteiras estaduais. Menos indivíduos ainda tinham razões para irem ao exterior. A maioria dos eleitores vivia suas inteiras vidas num único ambiente, e com nada mais que poucos frágeis jornais, alguns panfletos, discursos políticos, seus treinamentos religiosos, e rumor para seguir em frente, tendo que imaginar o ambiente mais amplo do comércio e das finanças, da guerra e da paz. O número das opiniões públicas baseadas em algum relato objetivo era muito pequeno em proporção aos baseados em fantasia casual.

E assim, por muitas diferentes razões, a auto-suficiência era um ideal espiritual no período formativo da nação americana. O isolamento físico do vilarejo, a solidão do pioneiro, a teoria da democracia, a tradição protestante e as limitações da ciência política todos convergiam para fazer os homens acreditarem que de suas consciências eles precisavam extrair sabedoria política. Não é estranho que a dedução das leis de princípios absolutos deveria ter exigido tanto de sua energia livre. A mente política americana tinha que viver de seu capital. No legalismo ela encontrou um corpo testado de regras das quais novas regras poderiam ser tecidas sem o trabalho de alcançar novas verdades obtidas da experiência. A fórmula tornou-se tão curiosamente sagrada que todo bom observador estrangeiro ficava impressionado com o contraste entre a energia dinâmica prática do povo americano e o teorismo estático de sua vida pública. O amor constante por princípios fixos foi simplesmente a única forma conhecida de alcançar a auto-suficiência. Mas isso significou que as opiniões públicas de qualquer uma das comunidades sobre o mundo

exterior consistia principalmente de algumas imagens estereotipadas arranjadas num padrão deduzido de seus códigos morais e legais, e animados pelos sentimentos despertados pelas experiências locais.

Assim a teoria democrática, começando de sua fina visão da derradeira dignidade humana, foi forçada por falta de instrumentos de conhecimento a reportar seu ambiente, voltar atrás à sabedoria e à experiência que se acumulou no eleitor. Deus tinha, nas palavras de Jefferson, feito o tórax dos homens “Seu peculiar depósito de virtude genuína e substancial”. Estes povos escolhidos em seus autocontidos ambientes tinham todos os fatos à sua disposição. O ambiente era tão familiar que alguém poderia considerar indiscutível o fato de que os homens estavam falando sobre substancialmente as mesmas coisas. Os únicos desacordos reais, portanto, seriam os julgamentos sobre os mesmos fatos. Não havia a necessidade de garantir as fontes de informação. Elas eram óbvias, e igualmente acessíveis a todos os homens. Nem havia a necessidade de se incomodar sobre o critério último. Na comunidade autocontida poder-se-ia supor, ou pelo menos se supunha, um código moral homogêneo. O único lugar, portanto, para diferenças de opinião era na aplicação lógica de padrões aceitos a fatos aceitos. E uma vez que a faculdade da razão era também bem standardizada, um erro de raciocínio seria rapidamente exposto à livre discussão. Deriva daí que a verdade poderia ser obtida em liberdade dentro destes limites. A comunidade poderia considerar seu suprimento de informação como fato indiscutível; seus códigos eram passados através da escola, Igreja e família, e o poder de tirar conclusões de uma premissa, ao invés da habilidade de encontrá-la, era considerado como o objetivo principal do treinamento intelectual.

18 O papel da força, patronagem e privilégio

1

“Aconteceu como tinha sido previsto,” escreveu Hamilton¹⁴, “as medidas da União não foram executadas; as delinquências dos Estados foram, passo a passo, amadurecendo a um extremo que num certo tempo paralisaram todos os mecanismos do governo nacional, levando-os a uma terrível paralisia...” Pois “em nosso caso a concorrência de treze distintos desejos é requisito, sob a confederação, à completa execução de toda importante medida que se origina da União”. Como poderia ter sido diferente, ele perguntou: “Os governantes dos respectivos membros [...] ocupar-se-ão em julgar a adequação das medidas. Eles considerarão a conformidade do que é proposto ou requerido para seus imediatos interesses ou objetivos; as conveniências momentâneas ou inconveniências que poderiam atender sua adoção. Tudo isso seria feito, e em espírito do escrutínio interessado e suspeito, sem o conhecimento das circunstâncias nacionais e razões de estado que é essencial ao direito de julgamento, e com aquela predileção a favor dos objetos locais que podem facilmente falhar e enganar a decisão. O mesmo processo precisa ser repetido por todo membro do qual o corpo é constituído; e a execução dos planos estabelecidos pelos conselhos do todo sempre flutuará de acordo com a vontade do mal-informado e da opinião preconceituosa de toda a parte. Os que têm estado dialogando nas sessões das assembleias populares, que têm visto quão difícil ela freqüentemente é, quando não há pressão exterior das circunstâncias, trazê-las a resoluções harmo-

14. *Federalist*, n. 15.

niosas em pontos importantes, conceberá rapidamente quão impossível é induzir um número de tais assembléias, deliberando à distância uma da outra, em diferentes períodos, e sob impressões diferentes, a cooperar longamente com as mesmas visões e objetivos”.

Após dez anos de tempestade e desgaste com um congresso que era, como John Adams disse¹⁵, “somente uma assembléia diplomática”, forneceu aos líderes da revolução “com uma lição instrutiva, mas aflitiva”¹⁶ do que acontece quando um número de comunidades autocentradas estão enredadas num mesmo ambiente. E assim, quando eles foram à Filadélfia, em maio de 1787, ostensivamente para revisar os artigos da Confederação, eles estavam realmente reagindo plenamente à premissa fundamental da democracia do século XVIII. Não somente estavam os líderes conscientemente opostos ao espírito da democracia daquele tempo, sentindo, como Madison disse, que “as democracias jamais têm sido espetáculos de turbulência e contenção”, mas dentro das fronteiras nacionais foram determinados a produzir, à medida do possível, o ideal de comunidades autogovernadas em ambientes autocontidos. As colisões e falhas da democracia cônica, onde homens espontaneamente administravam todos os seus assuntos, estavam diante de seus olhos. O problema, como eles o viam, era restaurar o governo como se fosse contra a democracia. Eles entendiam o governo ser o poder de tomar decisões nacionais e impô-las a toda a nação; eles acreditavam que a democracia era o imperativo das localidades e classes sobre a autodeterminação de acordo com seus interesses imediatos e objetivos.

Eles podiam não considerar em seus cálculos a possibilidade de tal organização do conhecimento que separa comunidades que poderiam atuar simultaneamente na mesma versão dos fatos. Nós só começamos a conceber esta possibilidade para certas partes do mundo onde há livre circulação de notícias e linguagem comum, e então somente para certos aspectos da vida. Toda a idéia de federalismo voluntário na indústria e na política mundial ainda é tão rudimentar, que, como vemos em nossa

15. FORD. Op. cit., p. 36.

16. *Federalist*, n. 15.

experiência, entra somente um pouco, e somente muito modestamente, na prática política. O que nós, mais de um século depois, podemos somente conceber como um incentivo a gerações de esforço intelectual, os autores da Constituição não tinham qualquer razão para conceber. A fim de estabelecer um governo nacional, Hamilton e seus colegas tinham que fazer planos, não na teoria que os homens iriam cooperar porque eles tinham um sentido de interesse comum, mas na teoria de que os homens podiam ser governados, se interesses especiais tinham que estar em equilíbrio por uma balança de poder. “Ambição”, disse Madison¹⁷, “precisa ser feita para se contrapor à ambição”. Eles não desejavam, como alguns escritores supuseram, equilibrar todos os interesses de forma que o governo ficasse em perpétua paralisia. Eles pretenderam paralisar os interesses locais e de classe para prevenir estes de obstruir o governo. “Ao constituir um governo que é ser administrado homens por homens”, escreveu Madison¹⁸, “a grande dificuldade está nisso: *você precisa primeiro capacitar o governo a controlar os governados*, e, em seguida, obrigar a controlar a si próprio”. Num sentido muito importante, então, a doutrina do equilíbrio dos poderes foi o remédio dos líderes federalistas para o problema da opinião pública. Eles não viram outra maneira de substituir “a pequena influência da magistratura” sobre a “sanguinária ação da espada”¹⁹, exceto ao conceberem uma máquina engenhosa de neutralizar a opinião local. Eles não entendiam como manipular o amplo eleitorado, mais do que eles viam a possibilidade do consenso comum sobre a base da informação comum. É certo que Aaron Burr²⁰ ensinou a Hamilton uma lição que o impressionou muito quando ele tomou o poder de Nova York em 1800 com a ajuda de Tammany Hall. Mas Hamilton foi morto

17. *Federalist*, n. 51, apud FORD. Op. cit., p. 60.

18. Ibid.

19. *Federalist*, n. 15.

20. Depois de participar da Guerra de independência americana, Aaron Burr envolveu-se com o direito e a política em Nova York. Candidatou-se à presidência em 1800, perdendo para Thomas Jefferson. Acabou sendo o vice-presidente. Em 1804, desafiou a um duelo Alexander Hamilton, matando-o por fim. Tentou organizar uma nova república na região oeste do país, sendo por isso julgado por traição em 1807. Foi absolvido, embarcou para a Europa, onde ficou alguns anos. No seu retorno a Nova York atuou como advogado (N.T.).

antes que fosse capaz de dar conta desta nova descoberta, e, como o Sr. Ford disse²¹, a pistola de Burr explodiu os miolos do Partido Federalista.

2

Quando a constituição foi escrita, “a política podia ainda ser administrada através de reuniões e acordos entre companheiros”²² e foi à pequena nobreza que Hamilton se voltou para a governança. Desejava-se que eles deveriam administrar os assuntos nacionais no momento em que as inclinações locais fossem colocadas em equilíbrio pelo balanceamento constitucional dos poderes. Sem dúvida Hamilton, que pertenceu a esta classe por adoção, tinha uma simpatia por ela. Mas aquilo em si mesmo é uma débil explicação de sua ação de estadista. Certamente não pode haver dúvida de sua intensa paixão pela União, e, eu penso, é uma inversão da verdade argumentar que criou a União para proteger privilégios de classe, ao invés de se dizer que ele utilizou os privilégios de classe para criar a União. “Nós precisamos pegar a pessoa na forma como a encontramos”, disse Hamilton, “e se esperamos que ela sirva ao público, precisamos interessar suas paixões para que o faça”²³. Ele precisava de homens para governar, cujas paixões ele poderia mais rapidamente ligá-las com o interesse nacional. Eles eram a pequena nobreza, os credores públicos, os manufatureiros, os transportadores e os comerciantes²⁴, e talvez não haja melhor instância na história da adaptação de meios astutos de se definir os fins do que na série de medidas fiscais, através das quais Hamilton ligou os notáveis provinciais ao novo governo.

Embora a convenção constitucional trabalhasse a portas fechadas, e embora retificações tenham sido concebidas pelo “voto de provavelmente não mais do que um sexto dos adultos masculinos”²⁵, havia pouca ou nenhuma pretensão. Os federalistas argumentavam em favor da União, não por democracia, e até mesmo a palavra república tinha uma sonoridade

21. FORD. Op. cit., p. 119.

22. Op. cit., p. 144.

23. Op. cit., p. 47.

24. BEARD. *Economic Interpretation of the Constitution*, passim.

25. Ibid., p. 325.

desconfortável a George Washington quando ele tinha sido por mais de dois anos um presidente republicano. A constituição era uma tentativa cândida de limitar a esfera da lei popular; o único órgão democrático que se tencionava dotar o governo era a Câmara dos Deputados, baseado no sufrágio altamente limitado pelas qualificações de propriedade. E mesmo nela, a Câmara dos Deputados, se acreditava, seria tão licencioso como parte do governo, que seria vigiado cuidadosamente pelo Senado, o colégio eleitoral, o veto presidencial, e a interpretação judicial.

Então, no momento no qual a Revolução Francesa estava despertando o sentimento popular em todo o mundo, os revolucionários americanos de 1776 puseram-se sob uma constituição que dava marcha a ré, tão longe quando conveniente, à monarquia britânica em busca de um modelo. Esta reação conservadora não poderia perdurar. Os homens que a fizeram eram uma minoria, seus motivos estavam sob suspeição, e, quando Washington se aposentou, a posição da pequena nobreza não era forte o suficiente para sobreviver à inevitável batalha da sucessão. A anomalia entre o plano original dos “Pais [da Nação]” e o sentimento moral da época era tão amplo para não ser capitalizado por um bom político.

3

Jefferson referiu-se a esta eleição como “a grande revolução de 1800”, mas, mais do que qualquer outra coisa, foi uma revolução mental. Nenhuma política de porte foi alterada, mas uma nova tradição foi estabelecida. Pois foi Jefferson quem primeiro ensinou o povo americano a considerar a Constituição como um instrumento da democracia, e ele estereotipou as imagens, as idéias, e até mesmo as frases, nas quais os americanos desde então têm descrito a política uns aos outros. Tão completa foi a vitória mental, que, vinte anos após Tocqueville, que tinha sido recebido em lares federalistas, observou que mesmo entre os que “ficaram amargurados por sua permanência”, ouviu-se com freqüência, por parte deles, “louvor aos deleites do governo republicano e a enumeração das vantagens das instituições democráticas em público”²⁶.

26. *Democracy in America*. 3. ed. Vol. I, 1838, cap. X, p. 216.

Os “Pais Constitucionais” com toda sua sagacidade tinham falhado em ver que uma constituição francamente não democrática não seria mais tolerada. A negativa atrevida ao poder popular estava obrigada a oferecer um ponto fácil de ataque a um homem, como Jefferson, que até então, de acordo com suas opiniões constitucionais, não estava nem um pouco mais disposto que Hamilton de entregar o governo ao desejo “não refinado” do povo²⁷. Os líderes federalistas tinham sido homens de convicções definidas que as pronunciavam francamente. Havia pouca discrepância entre suas visões públicas e privadas. Mas a mente de Jefferson era uma massa de ambigüidades, não somente por causa de seus feitos, como Hamilton e seus biógrafos tinham pensado, mas porque ele acreditava numa união e em democracias espontâneas, e na ciência política de seu tempo não havia um meio satisfatório de reconciliar os dois. Jefferson estava confuso em seus pensamentos e ação porque teve uma visão de uma nova e tremenda idéia que ninguém tinha pensado em todas as suas conseqüências. Mas embora a soberania popular não fosse perfeitamente compreendida por ninguém, parecia implicar em avanço tão formidável à vida humana, que constituição alguma poderia se posicionar negando-a. As negativas francas foram, portanto, extirpadas da consciência, e o documento, que é aparentemente um exemplo honesto de democracia constitucional limitada, era comentado e ensinado como um instrumento de poder popular direto. Jefferson na verdade chegou ao ponto de acreditar que os federalistas tinham pervertido a Constituição, da qual em sua fantasia eles não eram mais os autores. E assim a constituição foi, em espírito, reescrita. Parcialmente por emenda efetiva, parcialmente, na prática, como no caso do colégio eleitoral, mas principalmente por vê-la através de outro conjunto de estereótipos, que a fachada não era mais permitida parecer oligárquica.

O povo americano veio a acreditar que sua Constituição era um instrumento democrático, e a tratou como tal. Eles devem aquela ficção à vitória de Thomas Jefferson, tornando-se uma grande peça de ficção conservadora. É uma suspeita aceitável que, se todos sempre consideras-

27. Cf. seus planos para a constituição da Virgínia, suas idéias para um senado de proprietários e suas visões do veto judicial. BEARD. *Economic Origins of Jeffersonian Democracy*, p. 450ss.

sem a Constituição como os autores a consideraram, ela teria sido violentamente destituída, porque a lealdade à Constituição é à democracia teriam parecido incompatíveis. Jefferson resolveu aquele paradoxo ensinando o povo americano a ler a Constituição como uma expressão da democracia. Ele próprio parou ali. Mas ao longo de mais ou menos vinte anos as condições sociais tinham mudado tão radicalmente que Andrew Jackson levou a cabo a revolução política para a qual Jefferson tinha preparado a tradição²⁸.

4

O centro político daquela revolução foi a questão da patronagem. De acordo com os homens que fundaram o governo, os cargos públicos eram considerados como uma espécie de propriedade, que não deveriam ser perturbados, e era indiscutivelmente sua esperança de que os cargos permaneceriam nas mãos de sua classe social. Mas a teoria democrática tinha entre seus princípios-chave a doutrina do cidadão onipresente. Portanto, quando as pessoas começaram a ver a Constituição como um instrumento democrático, era certo de que a permanência no cargo pareceria ser não-democrático. A ambição natural dos homens coincidiu aqui com o grande impulso moral de sua época. Jefferson tinha popularizado a idéia sem levá-la rudemente à prática, e modificações por interesses partidários foram comparativamente poucas sob os “presidentes da Virgínia”. Foi Jackson quem estabeleceu a prática de tornar o cargo público numa patronagem.

Curiosamente como parece, o princípio da rotação no cargo por períodos curtos foi considerado uma grande reforma. Não somente isso concedeu nova dignidade ao cidadão médio, tratando-o como preparado a preencher qualquer função, não somente isso destruiu o monopólio de uma classe social pequena e pareceu abrir carreiras ao talento, mas “isso foi defendido por séculos como um remédio soberano à corrupção

28. O leitor que tenha qualquer dúvida sobre que medida a revolução separou as opiniões de Hamilton da prática de Jackson deve procurar a obra do Sr. Henry Jones Ford *Rise and Growth of American Politics*.

política”, e como um meio de prevenir a criação da burocracia²⁹. A prática da mudança rápida no cargo público era a aplicação num grande território da imagem da democracia derivada de um vilarejo autocontido.

Naturalmente isso não teve na nação os mesmos resultados que teve na comunidade ideal na qual a teoria democrática se baseou. Produziu resultados bem inesperados, pois criou uma nova classe governante para ocupar o lugar dos federalistas em declínio. Casualmente, a patronagem fez por um amplo eleitorado o que as medidas fiscais de Hamilton tinham feito para as classes altas. Nós falhamos com frequência em nos darmos conta de quanto da estabilidade o nosso governo deve à patronagem. Foi esta que “desmamou” os líderes naturais da ligação excessiva à comunidade autocentrada, foi ela que enfraqueceu o espírito local e trouxe junto uma espécie de cooperação pacífica, os mesmos homens que, como celebridades provinciais, teriam, na ausência de um senso de interesse comum, dividido a união.

Mas, naturalmente, a teoria democrática não deveria produzir uma nova classe governante, e nunca se acomodou ao fato. Quando o democrata desejou abolir o monopólio dos cargos, ter uma rotação e curtos períodos, ele estava pensando no vilarejo onde qualquer um podia prestar um serviço público e retornar humildemente a sua fazendola. A idéia de uma classe especial de políticos era exatamente do que o democrata não gostava. Mas ele não pode ter do que gostava, porque sua teoria derivava de um ambiente ideal, e ele estava vivendo num real. Quanto mais profundamente ele sentiu o impulso moral da democracia, menos disposto estava para ver a profunda verdade da declaração de Hamilton de que as comunidades que deliberavam a uma distância e sob diferentes impressões não podiam cooperar nas mesmas visões e objetivos. Pois aquela verdade adia qualquer coisa como a consciência plena da democracia nos assuntos públicos até que a arte de obter o consenso comum tenha sido radicalmente melhorada. E assim, enquanto a revolução sob Jefferson e Jackson produziu a patronagem que criou o sistema de dois partidos, que criou um substituto para a lei da pequena nobreza, e uma

29. FORD. Op. cit., p. 169.

disciplina para governar o impasse do equilíbrio dos poderes, tudo aquilo aconteceu, como que, invisivelmente.

Então, a rotatividade nos cargos podia ser a teoria ostensiva, na prática os cargos oscilavam entre os puxa-sacos. A estabilidade podia não ser um monopólio permanente, mas o político profissional era permanente. O governo podia ser, como o Presidente Harding disse certa vez, uma coisa simples, mas vencer eleições era uma *performance* sofisticada. Os salários no cargo podiam ser ostensivamente frugais como o do caseiro de Jefferson, mas as despesas da organização partidária e os frutos da vitória eram volumosos. O estereótipo da democracia controlava o governo visível; as correções, as exceções e adaptações do povo americano aos fatos reais de seus ambientes têm tido que ser invisíveis, mesmo quando todo o mundo sabia sobre os mesmos. Eram somente as palavras da lei, os discursos dos políticos, as plataformas e a maquinaria formal da administração que tinham que se conformar à imagem imaculada da democracia.

5

Se alguém perguntasse a um filósofo democrata como estas autocontidas comunidades iriam cooperar, quando suas opiniões públicas ficariam tão autocentradas, ele teria apontado ao governo representativo corporificado no Congresso. E nada o surpreenderia mais do que a descoberta de quão fortemente o prestígio do governo representativo tem declinado, enquanto o poder do presidente tem crescido.

Alguns críticos têm explicado isso ao costume de enviar somente celebridades locais a Washington. Eles têm ensinado que se o Congresso podia consistir de homens nacionalmente eminentes, a vida da capital seria mais brilhante. Seria, naturalmente, e seria uma coisa muito boa se presidentes aposentados e funcionários do gabinete seguissem o exemplo de John Quincy Adams. Mas a falta destes homens não explica o suplício do Congresso, pois seu declínio começou quando ele era relativamente o mais eminente braço do governo. Na verdade, é mais provável que o inverso seja verdadeiro, e que o Congresso cessou de atrair a eminência como perdeu influência direta na formatação da política nacional.

A principal razão para o descrédito, que é mundial, deve, eu penso, ser encontrada, no fato de que um congresso de deputados é essencialmente um grupo de homens cegos num vasto, desconhecido mundo. Com algumas exceções, o único método reconhecido na Constituição ou na teoria de governo representativo, pelo qual o Congresso pode informar a si mesmo, é trocar opiniões com os distritos. Não há forma sistemática, adequada e autorizada pelo Congresso de saber o que está acontecendo no mundo. A teoria é de que os melhores homens de cada distrito trazem a melhor sabedoria de seus constituintes a um lugar central, e que todas estas sabedorias combinadas são todas as que o Congresso precisa. Agora não há necessidade de se questionar qual o valor de expressar opiniões locais e intercambiá-las. Congresso tem grande valor como um mercado a uma nação continental. Nos vestiários, nos saguões de hotel, nas pensões de Capitol Hill, nas festas de chá das matronas congressistas, e nas entradas ocasionais nas salas de visitas da Washington cosmopolita, novas vistas são abertas, e mais largos horizontes. Mas mesmo se a teoria fosse aplicada, e os distritos sempre mandassem seus mais razoáveis homens, a soma ou a combinação das impressões locais não é base ampla o suficiente para uma política nacional, e não é base alguma para a política exterior. Uma vez que os efeitos reais da maioria das leis são sutis e escondidas, elas não podem ser entendidas através de experiências de filtragem local e de estados mentais locais. Elas podem ser conhecidas somente por relatos controlados e análise objetiva. E assim como o dirigente de uma grande fábrica não pode conhecer quão eficiente se é ao falar ao capataz, pois precisa examinar a planilha de custos e as informações que somente um contador pode explicitar para ele, assim o legislador não pode alcançar a verdadeira imagem do estado da união colocando junto um mosaico de figuras locais. Ele precisa conhecer as imagens locais, mas, a menos que possua instrumentos para calibrá-las, uma imagem é tão boa como qualquer outra, e muito melhor. O presidente vem em auxílio do Congresso, transmitindo mensagens do estado da União. Ele está numa posição de fazer isso porque ele preside sobre uma vasta coleção de departamentos e seus agentes, que reportam assim como agem. Mas ele diz ao Congresso o que escolhe dizer. Ele não pode ser incomodado, e a cen-

sura ao que é compatível com o interesse público está em suas mãos. É uma relação completamente unidirecional e capciosa, que às vezes alcança tal nível de ridículo, que o Congresso, a fim de assegurar um documento importante, tem que agradecer ao esforço de um jornal de Chicago, ou a uma calculada indiscrição de um funcionário subordinado. Tão ruim é o contato dos legisladores com os fatos necessários que eles são forçados a se apoiar ou nas dicas privadas ou naquelas atrocidades legalizadas, que a investigação do Congresso, onde os congressistas, esfomeados por alimento legítimo ao pensamento, saem loucos e selvagememente em busca, e não param no canibalismo.

Exceto nas pequenas coisas nas quais estas investigações resultam, as comunicações ocasionais dos departamentos executivos, informação interessada e desinteressada coletada por pessoas privadas, tais como jornais, periódicos e livros à medida que os congressistas lêem, e uma nova e excelente prática de pedir ajuda aos corpos de especialistas da Comissão Inter-estadual de Comércio, da Comissão Federal de Comércio e da Comissão de Tarifas, a criação da opinião do Congresso é incestuosa. Disso se segue ou que a legislação de um caráter nacional é preparada por alguns poucos bem-informados, e implementada por uma força partidária, ou que a legislação é quebrada numa coleção de itens locais, cada um deles emitido por razão local. As tarifas de cada horário, estaleiros de navios, postos do exército, rios e portos, postos do correio e edifícios federais, pensões e patronagem: estas informações alimentam as comunidades côncavas como evidência tangível dos benefícios da vida nacional. Sendo côncavas, elas podem ver o edifício de mármore branco que cresce dos fundos federais, aumentando o valor das propriedades locais e empregando os construtores locais mais rapidamente do que eles podem julgar o custo cumulativo de um tonel de carne de porco. É adequado dizer que, numa grande reunião de homens, cada um deles com somente um conhecimento prático do seu distrito, leis tratando com assuntos translocais são rejeitadas ou aceitas pela massa de congressistas sem a participação criativa de qualquer ordem. Eles participam somente em fazer aquelas leis que podem ser consideradas como um lote de assuntos locais. Um legislativo sem os efetivos meios de informação e análise precisa oscilar entre a regularidade cega,

temperada pela insurgência ocasional, e jogo de favores. E é o jogo de favores que torna esta regularidade palatável, já que por meio deste é que um congressista prova a seus mais ativos constituintes que ele está olhando seus interesses como os concebe.

Não é uma falha individual do congressista, exceto quando ele é complacente sobre o assunto. O mais criativo e inteligente deputado não pode esperar entender uma fração das leis sobre as quais ele vota. O melhor que ele pode fazer é se especializar em algumas leis, e considerar a opinião de alguém sobre o resto. Tenho conhecido congressistas, quando eles estavam “desossando” um assunto, estudando como nunca estudaram desde que eles passaram seus exames finais, com muitos copos de café preto, toalhas molhadas e tudo o mais. Tinham que escavar em busca de informação, suar organizando e verificando os fatos, que, em qualquer governo conscientemente organizado, deveria ter sido facilmente disponibilizado numa forma adequada para a decisão. E mesmo quando eles realmente conheciam um assunto, suas ansiedades tinham somente começado. Já em casa, enquanto isso, os editores locais, as diretorias de comércio, as centrais sindicais federais e os clubes femininos tinham evitado fazer este árduo trabalho e estavam preparados a ver o desempenho dos congressistas através de uma perspectiva puramente local.

6

O que a patronagem fez para ligar os chefões políticos ao governo nacional, à infinita variedade de subsídios e privilégios locais fazem as comunidades autocentradas. Patronagem e fundos estatais amalgamam e estabilizam milhares de opiniões especiais, descontentes locais, ambições privadas. Há somente duas alternativas. Uma é a governança pelo terror e obediência, a outra é a governança baseada neste altamente desenvolvido sistema de informação, análise e autoconsciência que “o conhecimento das circunstâncias nacionais e as razões de estado” são evidentes a todos os homens.

O sistema autocrático está em decadência, o sistema voluntário está em seus primeiros momentos de desenvolvimento; e assim, ao cal-

cular a perspectiva da associação entre grandes grupos de pessoas, uma Liga das Nações, governo industrial, ou a união federal de estados, à medida que o material para uma consciência nacional existe, determina quanto uma cooperação dependerá da força, ou da alternativa mediana à força, que é a patronagem e o privilégio. O segredo dos grandes construtores de estados, como Alexander Hamilton, é que eles sabem como calcular estes princípios.

19 A velha imagem numa nova forma: o socialismo corporativo

1

Sempre que os embates dos grupos autocentrados tornam-se insuportáveis, reformadores no passado viram-se forçados a escolher entre duas grandes alternativas. Eles podiam tomar o caminho de Roma e impor uma paz romana sobre as tribos em conflito. Ou eles podiam tomar o caminho do isolamento, autonomia e auto-suficiência. Quase sempre eles escolheram o caminho que menos tinham freqüentado recentemente. Se eles tivessem tentado a mortal monotonia do império, teriam estimado acima de todas as coisas a simples liberdade de sua própria comunidade. Mas se eles tivessem visto esta simples liberdade se dissipar em brigas paroquiais, eles teriam ambicionado pela ordem espacial dos grandes e poderosos estados.

Seja qual for a escolha que fizeram, a dificuldade essencial era a mesma. Se as decisões fossem descentralizadas eles logo tropeçavam num caos de opiniões locais. Se fossem centralizadas, a política do estado estava baseada nas opiniões de um pequeno grupo social da capital. Em qualquer caso a força era necessária para defender um direito local contra o outro, ou para impor a lei e a ordem nas localidades, ou para resistir à classe governamental no centro, ou para defender toda a sociedade, centralizada ou descentralizada, contra a barbárie externa.

A democracia moderna e o sistema industrial nasceram ambos num tempo de reação contra os reis, governos monárquicos, e a um regime de regulação econômica detalhada. Na esfera industrial esta reação tomou a forma de delegação extrema de poder, conhecido com individualismo *laissez-faire*. Cada decisão econômica era para ser feita por um homem

que tivesse um título de propriedade envolvido. Uma vez que quase tudo era propriedade de alguém, haveria alguém para administrar tudo. Esta era uma soberania plural com vingança.

Era um governo econômico por intermédio de uma filosofia econômica de alguém, embora isso devesse supostamente ser controlado por leis imutáveis de economia política que precisam no final produzir harmonia. Produziu muitas coisas esplêndidas, mas suficientemente sórdidas e terríveis para começar as contracorrentes. Uma delas era o truste, que estabeleceu uma espécie de *pax* romana dentro da indústria, e um imperialismo romano predatório fora. As pessoas se voltaram à legislação para alívio. Eles invocaram o governo representativo, fundado na imagem do fazendeiro do vilarejo, para regular as corporações semi-soberanas. A classe dos trabalhadores se transformou na organização trabalhista. Disso derivou um período de centralização crescente e uma espécie de corrida armamentista. Os trustes entrelaçados, os sindicatos de artesãos federados e combinados com o movimento trabalhista, o sistema político cresceu em Washington e fracamente nos estados, enquanto os reformadores tentavam equilibrar seu poder contra o *big business*.

Neste período praticamente todas as escolas do pensamento socialista, desde a esquerda marxista até os “novos nacionalistas” em torno de Theodore Roosevelt, focaram a centralização como o primeiro estágio de uma evolução que terminaria na absorção de todos os poderes semi-soberanos dos empresários pelo estado político. A evolução nunca ocorreu, exceto por alguns meses durante a guerra. Isso foi o suficiente, e houve uma volta na roda contra o estado onívoro em favor das várias novas formas de pluralismo. Mas nesta oportunidade a sociedade estava prestes a oscilar de volta não ao individualismo atômico do homem econômico de Adam Smith e ao fazendeiro de Thomas Jefferson, mas a uma espécie de individualismo molecular de grupos de voluntários.

Uma das coisas interessantes sobre todas estas oscilações da teoria é que cada uma delas por sua vez prometeu um mundo no qual ninguém deveria seguir Maquiavel para sobreviver. Elas todas foram estabelecidas por alguma forma de coerção, todas elas exercitavam coerção a fim de se manter e foram abandonadas como resultado da coerção. Ainda as-

sim eles não aceitaram a coerção, seja o poder físico ou a posição especial, patronagem, ou privilégio, como parte de seu ideal. O individualista disse que o auto-interesse esclarecido traria a paz interna e externa. O socialista está certo de que os motivos à agressão desapareceriam. O novo pluralista espera que eles consigam³⁰. Coerção é surda em quase toda teoria social, exceto na maquiavélica. A tentação de ignorá-la, porque é absurda, inexpressiva e inimaginável, torna-se irresistível em qualquer homem que está tentando racionalizar a vida humana.

2

As distâncias que um homem inteligente percorrerá às vezes a fim de escapar de um reconhecimento pleno do papel da força são mostradas pelo livro do Sr. G.D.H. Cole sobre o socialismo corporativo³¹. O presente estado, diz ele, “é primariamente um instrumento da coerção”³²; numa sociedade socialista associativa não haverá poder soberano, embora haja um corpo coordenador. Ele chama este corpo de Comuna.

Ele então começa a enumerar os poderes da Comuna, que, recordemos, não devem ser primariamente um instrumento de coerção³³. Ele regula as disputas de preço. Às vezes ele fixa os preços, aloca o lucro ou distribui a perda. Aloca os recursos naturais e controla o tema do crédito. Também “aloca o poder-do-trabalho comunal”. Ratifica os orçamentos das associações e dos serviços sociais. Coleta os impostos. “Todas as questões de renda” caem dentro de sua jurisdição. Ele “aloca” renda aos membros não-produtivos da comunidade. É o árbitro final em todas as

30. Ver COLE, G.D.H. *Social Theory*, p. 142.

31. George Douglas Howard Cole (1889-1959) tornou-se conhecido por seus escritos sobre socialismo corporativo ou associativista, derivado do sindicalismo. Segundo sua visão libertária, os trabalhadores controlariam seu lugar de trabalho. Nele o estado teria um papel muito menor do que o proposto noutras formulações teóricas socialistas. Escreveu sobre política, filosofia, economia, história social e ficção em colaboração com sua esposa Margaret, especialmente histórias de detetives. Contribuiu marcadamente para os estudos sobre cooperativismo. Aderiu na Primeira Guerra Mundial à campanha contra a mobilização de tropas e o alistamento. Atuou na Sociedade Fabiana antes de se mudar para Oxford, onde começou a escrever para o jornal *Manchester Guardian*. Em 1925, tornou-se professor de Economia na University College, de Oxford. Assumiu a cátedra de Teoria Social e Política, sendo substituído em 1957 por Isaiah Berlin (N.T.).

32. COLE. *Guild Socialism*, p. 107.

33. Op. cit., cap. VIII.

questões de política e jurisdição entre os sindicatos. Passa leis constitucionais fixando os corpos funcionais. Ele aponta os juízes. Confere poderes coercitivos sobre as associações e ratifica suas leis do comércio em todo lugar que estas demandem coerção. Declara a guerra e faz a paz. Controla as forças armadas. É o representante supremo da nação no exterior. Resolve disputas fronteiriças dentro do estado nacional. Autoriza a existência de novos órgãos funcionais, ou distribui novas funções aos velhos. Controla a polícia. Faz a lei que for necessária para regulamentar o comportamento pessoal e a propriedade pessoal.

Estes poderes são exercidos não por uma comuna, mas por uma estrutura federal de comunas local e provincial com a comuna nacional acima. O Sr. Cole é, naturalmente, saudado ao insistir que isso não é um Estado soberano, mas se existe algum poder coercitivo agora desfrutado por qualquer governo moderno que ele tenha esquecido de abrir espaço, não posso imaginar de um.

Ele nos diz, no entanto, que a sociedade comunal será não-coercitiva: “nós queremos construir uma nova sociedade que será concebida no espírito, não na coerção, mas no serviço livre”³⁴. Todo o mundo que partilha desta esperança, como é a maioria dos homens e mulheres, olhará, portanto, muito de perto para ver o que há no plano de uma associação socialista que promete reduzir a coerção a seus limites mais baixos, muito embora os associados de hoje já reservaram para suas comunas o mais amplo tipo de poder coercitivo. É reconhecido que a nova sociedade não pode existir por consenso universal. O Sr. Cole é muito honesto para esquivar-se do elemento de força requerido para fazer a transição³⁵. E enquanto obviamente ele não pode prever quanta guerra civil deverá haver, ele é bem claro que deverá ser um período de ação direta pelos sindicatos.

3

Mas deixando de lado os problemas da transição, e qualquer consideração sobre que tipo de efeito em sua futura ação, quando os homens

34. Op. cit., p. 141.

35. Op. cit., cap. X.

talharam seu caminho através da terra prometida, vamos imaginar a sociedade corporativa que surge. O que a faz funcionando como uma sociedade não-coercitiva?

O Sr. Cole tem duas respostas a esta questão. Uma é a resposta do marxismo ortodoxo de que a abolição da propriedade capitalista removerá o motivo da agressão. Na verdade ele não acredita realmente nisso, porque, se acreditasse, ele se preocuparia tão pouco como o marxista médio de como a classe trabalhadora deve dirigir o governo, logo que tenha o controle dele. Se o seu diagnóstico for correto, o marxista estará muito certo: se a doença fosse a classe capitalista e somente esta, a salvação automaticamente seguiria sua extinção. Mas o Sr. Cole está enormemente preocupado sobre se a sociedade que surgirá da revolução será governada pelo estado coletivista, por associações ou sociedades de cooperativas, por um parlamento democrático ou por representação funcional. Na verdade, é como se uma nova teoria de governo representativo que o socialismo corporativo desperta a atenção.

Os associativistas não esperam que um milagre resulte do desaparecimento dos direitos da propriedade capitalista. Eles não esperam, e naturalmente de forma acertada, que, se a igualdade de renda fosse a regra, as relações sociais seriam profundamente alteradas. Mas eles diferem, tanto quanto é possível entender, do comunismo ortodoxo russo neste particular. As propostas comunistas de estabelecer a igualdade pela força da ditadura do proletariado, acreditando que uma vez igualando as pessoas tanto em renda e no serviço, então elas perderiam o incentivo à agressão. Os associativistas também propõem estabelecer a igualdade pela força, mas são sagazes o suficiente para ver que se um equilíbrio deve ser mantido eles têm que prover instituições para mantê-la. Os associativistas, portanto, colocam sua fé no que acreditam ser uma nova teoria da democracia.

O objetivo deles, diz o Sr. Cole, é “ter o mecanismo certo, e ajustá-lo tanto quanto possível para exprimir os desejos sociais do homem”³⁶. É necessário dar oportunidade de auto-expressão a estas necessidades “em

36. Op. cit., p. 16.

qualquer e em toda forma de ação social”. Atrás destas palavras está o verdadeiro impulso democrático, o desejo de promover a dignidade humana, assim como a suposição tradicional de que esta dignidade humana é impugnada, a menos que o desejo de cada pessoa entre na administração de tudo que o afeta. O associativista, como o antigo democrata, portanto, olha em torno de si por um ambiente no qual este ideal de autogoverno possa ser realizado. Uma centena de anos e mais passaram desde Rousseau e Jefferson, e o centro de interesse modificou-se do interior à cidade. O novo democrata não pode mais voltar-se ao idealizado vilarejo por uma imagem da democracia. Ele se volta agora para a fábrica. “O espírito da associação precisa ter liberdade no ambiente no qual ele é capaz de encontrar expressão. E isso sem dúvida é a fábrica, na qual os homens têm o hábito e a tradição de trabalharem juntos. A fábrica é a unidade natural e fundamental da democracia industrial. Isso envolve, não somente que a fábrica precisa ser livre, tanto quanto possível, para administrar seus próprios assuntos, mas também que a unidade democrática da fábrica precisa se tornar a base de uma democracia mais ampla da associação, e que os amplos órgãos da administração da associação e do governo precisam estar baseados amplamente no princípio da representação da fábrica”³⁷.

A fábrica é, naturalmente, uma palavra muito frouxa, e o Sr. Cole nos pede para que a consideremos como significando minas, estaleiros, portos, estações, e todo lugar que é “um centro natural de produção”³⁸. Mas uma fábrica neste sentido é uma coisa bem diferente de uma indústria. A fábrica, como o Sr. Cole a concebe, é um lugar de trabalho onde os homens estão realmente em contato pessoal, um ambiente suficientemente pequeno para ser conhecido diretamente por todos os trabalhadores. “Para esta democracia tornar-se real, precisa tornar-se um lar para todo o indivíduo membro da associação e ser por ele administrado”³⁹. A única unidade natural é um perfeito ambiente familiar. Agora uma grande planta, um sistema ferroviário, uma grande jazida de carvão, não

37. Op. cit., p. 40.

38. Op. cit., p. 41.

39. Op. cit., p. 40.

é uma unidade natural neste sentido. A menos que seja uma pequena fábrica mesmo, o que o Sr. Cole está realmente pensando é numa oficina. Lá é que os homens podem supostamente ter “o hábito e a tradição de trabalharem juntos”. O resto da planta, o resto da indústria, é um ambiente inferido.

4

Qualquer um pode ver, e quase todos irão admitir, que o autogoverno no assunto puramente interno da oficina é a governança de assuntos que “podem ser vistos numa olhadela”⁴⁰. Mas disputas surgirão no que consiste aos assuntos internos da oficina. Obviamente os maiores interesses, como salários, padrões de produção, a aquisição dos estoques, o *marketing* do produto, o amplo planejamento do trabalho, são sem dúvida puramente internos.

A democracia das oficinas tem liberdade, está sujeita às tremendas condições limitadoras desde fora. Pode tratar em certa medida do arranjo do trabalho estabelecido para a oficina, pode tratar do humor e do temperamento dos indivíduos, pode administrar uma insignificante justiça industrial, e agir como um tribunal de primeira instância em disputas individuais um pouco maiores. Acima de tudo ela pode agir como uma unidade ao tratar com outras oficinas, e talvez com a planta como um todo. Mas isolamento é impossível. A unidade da democracia industrial está completamente envolvida em assuntos internacionais. E é a administração destas relações externas que constitui o teste da teoria socialista corporativista.

Elas têm que ser administradas por um governo representativo organizado numa ordem federal desde a oficina até à planta, da planta à indústria, da indústria à nação, com a intervenção de grupamentos regionais de representantes. Mas toda esta estrutura deriva da oficina, e todas suas virtudes peculiares estão referidas a esta fonte. “Os representantes que escolhem os representantes, que por sua vez escolhem os representantes que finalmente “coordenam” e “regulam” as oficinas são eleitos –

40. ARISTÓTELES. *Politics*, livro VII, cap. IV.

o Sr. Cole afirma – por uma verdadeira democracia.” Porque eles se originam de uma unidade de autogoverno, todo o organismo federal será inspirado pelo espírito e a realidade do autogoverno. Os representantes desejaram mobilizar “a vontade real dos trabalhadores como entendida por eles próprios”⁴¹, ou seja, como entendida pelos indivíduos nas oficinas. Um governo funcionando literalmente neste princípio seria, se a história for um bom guia, ou um logro perpétuo, ou um caos de oficinas em choque. Por enquanto, o trabalhador na oficina pode ter uma opinião real sobre questões totalmente internas da oficina, seu “desejo” sobre a relação da oficina à planta, à indústria e à nação está sujeito a todas as limitações de acesso, estereótipo e ao auto-interesse que cerca qualquer outra opinião autocentrada. Sua experiência na oficina no melhor dos casos traz somente aspectos do todo a sua atenção. Sua opinião sobre o que é correto dentro da oficina pode ser obtida por ele por conhecimento direto dos fatos essenciais. Sua opinião do que é correto no grande e complicado ambiente distante do olhar pode ser mais provavelmente errado do que certo se for uma generalização da experiência da oficina individual. Como uma questão de experiência, os representantes da sociedade corporativa descobririam, assim como os altos funcionários sindicais descobrem hoje, que num grande número de questões que eles têm que decidir não existe “uma vontade real como entendida” pelas oficinas.

5

Os associativistas insistem, no entanto, que tal crítica é cega porque ela ignora uma grande descoberta política. Você pode estar muito certo, eles diriam, em pensar que os representantes das oficinas teriam que tirar conclusões sobre muitas questões sobre as quais as oficinas não têm opinião. Mas você simplesmente está enredado com uma antiga falácia: você está procurando por alguém para representar um grupo de pessoas. Ele não pode ser encontrado. O único representante possível é o que age “nalguma função particular”⁴², e portanto cada pessoa precisa ajudar a

41. Op. cit., p. 42.

42. Op. cit., p. 23-24.

escolher tantos representantes “quantos distintos e essenciais grupos de funções a serem executados existirem”.

Supunha então que os representantes falem, não pelos homens nas oficinas, mas para certas funções nas quais os homens estão interessados. Eles são desleais se não levarem a cabo o desejo do grupo funcional, como entendido pelo grupo⁴³. Estes representantes funcionais se encontram. Sua missão é coordenar e regular. Em que padrões cada um julga as propostas do outro, supondo, como devemos, de que exista conflito de opinião entre as oficinas, uma vez que, se não houvesse, não haveria necessidade de coordenar e regular?

Agora a virtude peculiar da democracia funcional deve supostamente ser a de que os homens votam candidamente em seus próprios interesses, e que supostamente eles saibam da experiência diária. Eles podem fazer aquilo dentro do grupo autocontido. Mas em suas relações externas o grupo como um todo, ou a de seus representantes, está tratando com questões que transcendem imediatamente a experiência. A oficina não chega espontaneamente a ter uma visão de toda a situação. Portanto, as opiniões públicas de uma oficina sobre seus direitos e deveres na indústria e na sociedade são questões de educação ou propaganda, e não produtos automáticos de falta de consciência da oficina. Se os associativistas elegem um delegado, ou um representante, eles não escapam do problema do democrata ortodoxo. Seja o grupo como um todo, ou o porta-voz eleito, precisa ampliar sua mente além dos limites da experiência direta. Precisa votar em questões que surgem em outras oficinas, e em questões além das fronteiras de toda a indústria. O interesse primário da oficina nem mesmo cobre a função de toda a vocação industrial. A função de uma vocação, uma grande indústria, um distrito, uma nação é um conceito, não uma experiência, e tem que ser imaginada, inventada, ensinada e acreditada. E muito embora você defina a função tão cuidadosamente quanto possível, uma vez que você admite que a visão de cada oficina naquela função não coincidirá necessariamente com a visão de outras oficinas, você está dizendo que o representante de um interes-

43. Cf. Parte V: “The Making of a Common Will”.

se está preocupado com as propostas feitas por outros interesses. Você está dizendo que ele precisa conceber um interesse comum. E ao votar por ele você está escolhendo um homem que não simplesmente representará sua visão de sua função, que é tudo o que você sabe de “primeira mão”, mas um homem que representará suas visões sobre outras visões de pessoas naquela função. Você está votando tão indefinidamente quanto um democrata ortodoxo.

6

Os associativistas acreditam que resolveram a questão de como conceber um interesse comum brincando com a palavra função. Eles imaginam uma sociedade em que todas as atividades do mundo foram analisadas em funções, e estas funções por sua vez foram sintetizadas harmoniosamente⁴⁴. Eles supõem um acordo essencial sobre os propósitos da sociedade como um todo, e um acordo essencial sobre o papel de todo o grupo organizado em levar a cabo aqueles propósitos. Foi um belo sentimento, portanto, que os levou a pegar o nome de sua teoria de uma instituição que surgiu de uma sociedade católica feudal. Mas eles deveriam lembrar que o esquema da função que os homens sábios daquela era supunham não foi posto em prática pelos homens mortais. Não está claro como os associativistas pensam que o esquema será levado a cabo e tornado aceitável no mundo moderno. Às vezes eles parecem argumentar que o esquema se desenvolverá da organização sindical, noutras oportunidades que as comunas definirão a função constitucional dos grupos. Mas faz uma considerável diferença prática se eles acreditam que os homens definam suas próprias funções ou não.

Em qualquer dos casos, o Sr. Cole supõe que a sociedade pode ser levada avante por intermédio de um contrato social baseado numa idéia aceita de “essência distinta de grupos de funções”. Como se reconhece estes grupos essencialmente distintos? Até onde posso compreender, o Sr. Cole pensa que a função é no que o grupo de pessoas está interessado. “A essência da democracia funcional é que um homem

44. Op. cit., cap. XIX.

precisa ser contado tantas vezes quantas necessárias nas funções nas quais ele está interessado”⁴⁵.

Agora existem pelo menos dois significados à palavra interessado. Você pode utilizá-la para significar que um homem está envolvido, ou que sua mente está ocupada. John Smith, por exemplo, pode ter ficado tremendamente interessado no caso de divórcio de Stillman. Ele pode ter lido todas as palavras das notícias em toda e qualquer edição. Por outro lado, o jovem Guy Stillman, cuja legitimidade estava em risco, provavelmente não se preocupou. John Smith estava interessado numa ação judicial que não afetasse seus “interesses”, e Guy não estava interessado num que determinaria o pleno curso de sua vida. Temo que o Sr. Cole incline-se na direção de John Smith. Ele está respondendo a uma “muito tola objeção” de que o voto por funções deve ser votado muito frequentemente. “Se um homem não está interessado o suficiente em votar, e não pode ser provocado a se interessar o suficiente para fazê-lo votar, em, digamos, numa dezena de assuntos distintos, ele abre mão de seu direito de votar e o resultado não é menos democrático do que se ele votasse cegamente e sem interesse”.

O Sr. Cole pensa que o eleitor não instruído “abre mão de seu direito de votar”. Disso segue que os votos do instruído revelam seus interesses, e seus interesses definem a função⁴⁶. “Brown, Jones e Robinson precisam, portanto, ter não um voto cada, mas tantos votos funcionais quanto as diferentes questões clamando por ação associativa nos quais eles estão interessados”⁴⁷. Estou em considerável dúvida se o Sr. Cole pensa que Brown, Jones e Robinson deveriam se qualificar em qualquer eleição onde eles afirmem estar interessados, ou que alguma outra pessoa, não nominada, pegue as funções nas quais eles estão capacitados a se interessarem. Se eu fosse perguntado a dizer no que acredito que o Sr. Cole pensa, seria de que ele se acomodou frente à dificuldade devido a

45. *Social Theory*, p. 102ss.

46. Cf. cap. XVIII de seu livro. “Uma vez que todos supostamente estariam interessados o suficiente em assuntos importantes, somente aqueles assuntos que pareceram ser importantes foram os que todos estavam interessados.”

47. *Guild Socialism*, p. 24.

imensamente estranha suposição de que é o eleitor não instruído que abre mão de seu direito de votar; e conclui que se a eleição funcional é organizada por um poder superior, ou “desde baixo” sob o princípio de que um homem pode votar quando lhe interessa votar, somente o instruído estará de qualquer forma votando, e portanto a instituição funcionará. Mas há duas formas de eleitor não instruído. Há o homem que não sabe e sabe que não sabe. Ele é geralmente uma pessoa culta. É o homem que abre mão de seu direito de votar. Mas há também o homem que não é instruído e não sabe que é, ou se importa. Ele pode sempre ser levado às enquetes, se a maquinaria do partido funcionar bem. Seu voto é a base da máquina. E uma vez que as comunas da sociedade associativista têm grandes poderes sobre impostos, salários, preços, crédito, e recursos naturais, seria ilógico supor que as eleições não serão disputadas pelo menos tão apaixonadamente como sendo verdadeiramente nossa.

A maneira como as pessoas exibem seus interesses não delimitará então as funções de uma sociedade funcional. Há duas outras formas em que uma função pode ser definida. Uma poderia ser os sindicatos trabalhistas que lutam a batalha que trouxe o socialismo associativista à existência. Tal luta robusteceria grupos de homens juntos em algum tipo de relação funcional, e estes grupos se tornariam então os interesses velados da sociedade socialista associativista. Alguns deles, como os mineiros e os ferroviários, seriam muito fortes, e provavelmente profundamente ligados à visão de sua função que eles aprenderam de sua batalha com o capitalismo. Não é improvável que certos sindicatos de trabalhadores bem posicionados se tornariam num estado socialista no centro de coerência e governo. Mas uma sociedade corporativa encontraria inevitavelmente um grave problema para enfrentar, pois a ação direta teria revelado seu estratégico poder, e alguns de seus líderes pelo menos não ofereceriam este poder rapidamente no altar da liberdade. A fim de “coordená-los”, a sociedade corporativa teria que reunir sua força, e muito cedo descobriria, eu penso, que os radicais sob o socialismo associativista estariam demandando por comunas suficientemente fortes para definir as funções das corporações.

Mas se o governo (comuna) definir suas funções, a premissa da teoria desaparece. Teria que supor que um esquema de funções era óbvio a

fim de que as oficinas côncavas fossem voluntariamente relacionar-se com a sociedade. Se não há um esquema de funções estabelecido na cabeça de todo eleitor, ele não tem um melhor jeito sob o socialismo corporativo do que sob a democracia ortodoxa de tornar uma opinião auto-centrada num julgamento social. E, naturalmente, não pode haver um esquema estabelecido, porque, mesmo se o Sr. Cole e seus amigos imaginarem um bom, as democracias corporativas das quais todo o poder emana, julgariam o esquema em operação do que eles aprendem dele e pelo que podem imaginar.

As associações veriam o mesmo esquema diferentemente. E assim, ao invés de o esquema ser o esqueleto que mantém a sociedade corporativa junta, a tentativa de definir o que o esquema precisa ser seria, sob o socialismo corporativista como em todo o lugar, o principal negócio da política. Se nós pudéssemos autorizar ao Sr. Cole o seu esquema de funções nós poderíamos permitir-lhe quase tudo. Infelizmente ele inseriu em sua premissa o que ele quis que a sociedade associativista deduzisse⁴⁸.

48. Tenho me ocupado com a teoria do Sr. Cole ao invés da experiência da Rússia soviética porque, embora o testemunho seja fragmentário, todos os observadores competentes parecem concordar que a Rússia em 1921 não ilustra o estado comunista em seu caráter operacional. A Rússia está em revolução, e o que você pode aprender da Rússia é com o que uma revolução se parece. Você pode aprender muito pouco do que uma sociedade comunista se parecerá. É, no entanto, imensamente significativo que, primeiro como revolucionários práticos e então como funcionários públicos, os comunistas russos buscaram apoio não na democracia espontânea do povo russo, mas na disciplina, interesse especial e *noblesse oblige* de uma classe especializada de membros leais e doutrinada do Partido Comunista. Na "transição" na qual não foi estabelecido tempo limite, a cura para a classe governamental e o estado coercitivo é estritamente homeopática. Há também a questão de por que eu selecionei os livros do Sr. Cole ao invés do muito melhor justificado *Constitution for the Socialist Commonwealth of Great Britain*, de autoria de Sidney e Beatrice Webb. Eu admiro muito aquele livro; mas eu não fui capaz de me convencer de que ele não é um *tour de force* intelectual. O Sr. Cole parece a mim muito mais autêntico no espírito do movimento socialista, e, portanto, uma melhor testemunha.

20 · Uma nova imagem

1

A lição é, eu penso, uma muito clara. Na ausência de instituições e educação através das quais o ambiente seja tão bem reportado que as realidades da vida pública se coloquem agudamente contra a opinião auto-centrada, os interesses comuns muito amplamente escondem a opinião pública inteiramente, e podem ser administradas somente por uma classe especializada cujos principais interesses pessoais chegam além da localidade. Esta classe é irresponsável, já que ela age sobre a informação que não é propriedade comum, em situações de que o amplo público não concebe, e que pode ser responsabilizada somente sobre o fato consumado.

A teoria democrática ao falhar em admitir que as opiniões autocentradas não são suficientes para prover boa governança, está envolvida em conflito perpétuo entre a teoria e a prática. De acordo com a teoria, a plena dignidade do homem requer que sua vontade seja, como o Sr. Cole diz, expressa "em qualquer e toda forma de ação social". Supõe-se que a expressão de sua vontade seja a paixão que consome os homens, pois eles supostamente possuem por instinto a arte de governar. Mas como uma questão de experiência plena, autodeterminação é somente um dos muitos interesses da personalidade humana. O desejo de ser o mestre de seu próprio destino é um desejo forte, mas tem que se ajustar a outros desejos igualmente fortes, tais como o desejo por uma boa vida, por paz, por alívio dos encargos. Nas suposições originais da democracia foi defendido que a expressão de cada homem satisfaria espontaneamente não só o seu desejo por auto-expressão, mas seu desejo por uma boa vida, porque o instinto para expressar o seu próprio ser numa boa vida era inato.

A ênfase, portanto, tem sido sempre no mecanismo para expressar a vontade. O democrático Eldorado tem sido sempre algum ambiente per-

feito, e algum sistema perfeito de cotação e representação, onde a boa vontade e a ação de estadista inatas de todo homem podiam ser traduzidos em ação. Em áreas limitadas e por breves períodos o ambiente tem sido tão favorável, ou seja, tão isolado, e tão rico em oportunidade, que a teoria funcionou suficientemente bem para confirmar aos homens que o pensamento era adequado para todos os tempos e lugares. Então, quando o isolamento terminou, e a sociedade tornou-se complexa, e os homens tiveram que se ajustar intensamente uns aos outros, o democrata gastou seu tempo tentando perceber unidades mais perfeitas de votação, na esperança de que de alguma forma ele poderia, como disse o Sr. Cole, “ter o mecanismo certo, e ajustá-lo tanto quanto possível aos desejos sociais do homem”. Mas enquanto o teórico democrático estava ocupado com isso, ele estava distante dos interesses verdadeiros da natureza humana. Ele ficou absorvido por um interesse: autogoverno. A humanidade estava interessada em todos os tipos de outras coisas, em ordem, em seus direitos, em prosperidade, em paisagens e sons e em não ser atormentada. Nesta medida tão espontânea democracia não satisfaz seus outros interesses, parece à maioria dos homens a maior parte do tempo ser uma coisa vazia. Pois a arte do autogoverno bem-sucedido não é instintiva, os homens não ambicionam o desejo de autogoverno por sua boa vontade. Eles desejam isso por seus resultados. É por causa disso que o impulso de autogoverno é sempre o mais forte como um protesto contra as más condições.

A falácia democrática tem sido sua preocupação com a origem do governo ao invés dos processos e resultados. O democrata sempre pressupõe que, se o poder político pudesse se originar na forma correta, seria benéfico. Toda sua atenção tem sido na fonte do poder, uma vez que está hipnotizado pela crença de que a grande coisa é expressar a vontade do povo, primeiro porque expressão é o mais alto interesse do homem, e segundo porque a vontade é instintivamente boa. Mas quantidade alguma de regulação na fonte de um rio controlará seu comportamento, e enquanto os democratas ficam absorvidos tentando encontrar um bom mecanismo para originar o poder social, ou seja, um bom mecanismo de votação e representação, eles negligenciaram quase todos os outros interesses dos ho-

mens. Não interessa como o poder se origina, o interesse crucial está em como o poder é exercitado. O que determina a qualidade da civilização é o uso feito do poder. E o uso não pode ser controlado na fonte.

Se você tentar controlar totalmente o governo na fonte, você inevitavelmente torna todas suas decisões vitais invisíveis. Já que não há instinto que automaticamente torne as decisões políticas que produzem uma boa vida, os homens que realmente exercitam o poder não somente falham em expressar o desejo das pessoas, porque na maior parte das questões o desejo não existe, mas eles exercitam o poder de acordo com as opiniões que estão escondidas do eleitorado.

Se, então, você retira da filosofia democrática todo o pressuposto em todas suas ramificações de que o governo é instintivo, e que, portanto, ele pode ser administrado por opiniões autocentradas, no que se torna a fé democrática na dignidade do homem? Isso demanda uma nova vida associando-a com toda a personalidade ao invés de um escasso aspecto dela. Para o democrata tradicional arriscar a dignidade do homem com uma suposição precária, a de que ele exibiria aquela dignidade instintivamente em leis sábias e boa governança. Eleitores não fazem isso, e assim o democrata foi manipulado para parecer-se sempre como um pequeno tolo por homens calculistas. Mas se, ao invés de pendurar a dignidade humana numa suposição sobre autogoverno, você insistir que a dignidade do homem requer um padrão de vida, no qual suas capacidades são propriamente exercidas, todo o problema muda. O critério que você então aplica ao governo é se ele está produzindo um mínimo de saúde, de prazeres, de beleza, e não se simplesmente com o sacrifício de todas estas coisas ele vibra com opiniões autocentradas que ocorrem estar flutuando em torno das mentes dos homens. No grau em que estes critérios podem se tornar exatos e objetivos, a decisão política, que é inevitavelmente a preocupação de poucas pessoas comparativamente, é posta em prática em relação aos interesses dos homens.

Não há perspectiva, em tempo algum que possamos imaginar, de que todo o ambiente invisível seja tão claro, de forma que todos os homens chegarão espontaneamente a opiniões públicas adequadas sobre toda a temática de governo. E, mesmo se houvesse perspectiva, é muito

duvidoso se muitos de nós gostaríamos de ser incomodados, ou tomaríamos o tempo para formar uma opinião em “qualquer e toda a forma de ação social” que nos afeta. A única perspectiva que não é visionária é que cada um de nós em sua própria esfera agirá mais e mais numa imagem realista do mundo invisível, e que desenvolveremos mais e mais homens que são especialistas e manterão estas imagens realistas.

Fora de um âmbito estreito de nossa possível atenção, o controle social depende de nós imaginarmos padrões de vida e métodos de auditoria pelos quais os atos dos funcionários públicos e diretores industriais são medidos. Nós não podemos inspirar ou guiar todos estes atos, como o mítico democrata sempre imaginou. Mas nós podemos aumentar fortemente nosso controle real sobre estes atos ao insistir que todos eles precisam ser plenamente registrados, e seus resultados objetivamente medidos. Posso dizer, talvez, que nós podemos progressivamente desejar insistir. O estabelecimento de tais padrões e de tais auditorias somente começou.

“ Parte VII Jornais ”

21 O público consumidor

1

A idéia de que os homens têm que ir em frente e estudar o mundo a fim de governá-lo teve um papel muito pequeno no pensamento político. Poderia figurar pouquíssimo, porque a maquinaria de reportar o mundo em qualquer forma útil ao governo fez comparativamente pouco progresso desde o tempo de Aristóteles até a era em que as premissas da democracia foram estabelecidas.

Portanto, se você perguntar a um democrata pioneiro de onde deveria vir a informação na qual a vontade do povo deveria se basear, ele ficaria perplexo pela questão. Teria parecido um pouco como se você perguntasse a ele de onde sua vida e sua alma vieram. O desejo dos povos, ele quase sempre pressupôs, existiu em todos os tempos; o dever da ciência política deveria ser produzir as invenções do voto e o governo representativo. Se eles fossem adequadamente concebidos e aplicados sob as condições corretas, tal como existe no vilarejo autocontido ou na oficina autocontida, o mecanismo de alguma forma teria superado a brevidade da atenção que Aristóteles tinha observado, e a estreiteza de seu alcance, que a teoria de uma comunidade autocontida tacitamente reconheceu. Temos visto como mesmo nesta data tardia os socialistas associativistas estão paralisados pela noção de que se somente você pode construir uma unidade correta de votação e representação, uma intrincada cooperativa comunitária é possível.

Convencidos de que a sabedoria lá estava se somente você pudesse encontrá-la, os democratas trataram do problema da formação das opiniões públicas como um problema das liberdades civis¹. “Dito da pior

1. O melhor estudo é *Freedom of Speech*, do Prof. Zechariah Chafee.

forma, quem já conheceu a verdade num encontro livre e aberto?”² Supondo que ninguém tenha visto isso ser dito numa forma pior que essa, nós deveríamos acreditar então que a verdade é gerada pelo encontro, como o fogo pela fricção de duas varetas? Atrás desta clássica doutrina de liberdade, que os democratas americanos corporificaram em sua Declaração dos Direitos, existem, de fato, várias teorias distintas sobre a origem da verdade. Uma é a fé de que na competição das opiniões a mais verdadeira vencerá porque há uma força peculiar na verdade. Isso é provavelmente correto se você permitir que a competição se prolongue por período suficiente de tempo. Quando os homens debatem nesta veia eles têm em mente o veredicto da história, e pensam especificamente nos heres perseguidos enquanto vivos e canonizados depois que foram mortos. A pergunta de Milton se apóia também na crença de que a capacidade de reconhecer a verdade é inerente a todos os homens, e que a verdade livremente posta em circulação ganhará aceitação. Isso deriva não só da experiência, que tem mostrado que os homens provavelmente não descobrirão a verdade se eles não puderem expressá-la, exceto quando sob os olhos de um policial incompreensivo.

Possivelmente ninguém pode superestimar o valor prático destas liberdades civis, nem a importância de mantê-las. Quando elas estão ameaçadas, o espírito humano está ameaçado, e quando surge um tempo no qual elas têm que ser restringidas, como nos tempos de guerra, a supressão do pensamento torna-se um risco à civilização, o que pode impedir sua recuperação dos efeitos da guerra, se os históricos, que exploram as necessidades, forem numerosos o suficiente para levarem à paz os tabus da guerra. Afortunadamente, a massa de homens é suficientemente tolerante para desfrutar dos inquisidores profissionais, assim como gradualmente, sob a crítica de homens não desejosos de serem aterrorizados, são descritos como criaturas meio-espirituais que nove décimos do tempo não sabem do que estão falando³.

2. Milton, *Areopagítica*, citado na abertura do livro de Chafee. Para comentários sobre este clássico da liberdade como proposto por Milton, John Stuart Mill e Bertrand Russel, veja meu *Liberty and the News*, cap. II.

3. Cf., por exemplo, as publicações do Comitê Lusk em New York, e as declarações públicas e profecias do Sr. Mitchell Palmer, que foi procurador-geral dos Estados Unidos durante o período da doença do Presidente Wilson.

Mas, apesar de sua importância fundamental, a liberdade civil neste sentido não garante a opinião pública no mundo moderno. Ela sempre supõe que a verdade ou é espontânea, ou que os meios de assegurar-na existem quando não ocorrem interferências externas. Mas quando você está tratando com um ambiente invisível, a suposição é falsa. A verdade sobre questões distantes ou complexas não é auto-evidente, e a maquinaria para reunir informação é técnica e cara. Pois a ciência política, e especialmente a ciência política democrática, nunca se libertou suficientemente de sua suposição original da política de Aristóteles para reafirmar as premissas, de forma que o pensamento político possa se engalfinhar com o problema de como fazer o mundo invisível visível aos cidadãos do estado moderno.

Tão profunda é a tradição, que até recentemente, por exemplo, a ciência política era ensinada em nossas universidades como se os jornais não existissem. Não estou me referindo às escolas de jornalismo, já que elas são escolas de comércio, cujo objetivo é preparar homens e mulheres para uma carreira. Estou me referindo à ciência política como explicado a futuros homens de negócio, advogados, funcionários públicos, e cidadãos comuns. Naquela ciência um estudo da imprensa e das fontes da informação popular não encontrou lugar. É um fato curioso. A qualquer um que não esteja imerso nos interesses rotineiros da ciência política, é quase inexplicável que nenhum estudante americano do governo, nenhum sociólogo americano, tenha jamais escrito um livro sobre coleta de informação. Há referências ocasionais à imprensa, e as declarações do que ela não é, e do que deveria ser, “livre” e “verdadeira”. Mas eu não consigo encontrar quase nada mais. Este desdém dos profissionais encontra sua contrapartida nas opiniões públicas. Universalmente é admitido que a imprensa é o principal meio de contato com o ambiente invisível. E praticamente em todos os lugares se supõe que a imprensa deveria fazer espontaneamente por nós o que a democracia primitiva imaginava que cada um de nós faria espontaneamente para si próprio, e que cada dia e duas vezes ao dia apresentaria a nós uma imagem verdadeira do mundo exterior na qual estamos interessados.

2

Esta insistente e antiga crença de que a verdade não é obtida, mas inspirada, revelada, fornecida gratuitamente, aparece plenamente em nossos preconceitos econômicos como leitores de jornais. Esperamos que o jornal nos forneça a verdade, mesmo que ela nos seja desvantajosa. Pois a este serviço difícil e freqüentemente perigoso, que nós reconhecemos como fundamental, esperávamos pagar até recentemente com o menor dos dinheiros produzidos pela Casa da Moeda. Acostumamo-nos a pagar agora dois ou três centavos nos dias de semana, e aos domingos, por uma enciclopédia ilustrada e de espetáculo de variedades incluída, damos piruetas para pagar um níquel ou mesmo dez centavos. Ninguém pensa por um momento que ele deveria pagar por seu jornal. Ele espera que as fontes da verdade borbulhem, mas não faz contrato, legal ou moral, envolvendo qualquer risco, custo ou problema para si próprio. Ele pagará um preço nominal quando bem entender, parará de pagar quando bem entender. Alguém já disse bem adequadamente que um editor de jornal tem que ser reeleito todo o dia.

Esta relação casual e unidirecional entre leitores e a imprensa é uma anomalia de nossa civilização. Não há nada equivalente, e é, portanto, difícil comparar a imprensa com qualquer outro negócio ou instituição. Não é um negócio puro e simples, parcialmente porque o produto é regularmente vendido abaixo do custo, mas principalmente porque a comunidade utiliza uma medida ética para a imprensa e outra para o comércio e a manufatura. Eticamente um jornal é julgado como se fosse uma igreja ou uma escola.

Mas se você tentar compará-la com estes você fracassará; o contribuinte paga pela escola pública, a escola privada é patrocinada ou financiada por mensalidades, há subsídios e cobranças para a igreja. Você não pode comparar com o direito, a medicina ou a engenharia, pois em cada uma destas profissões o consumidor paga pelo serviço. Uma imprensa livre, se você julgar pela atitude dos leitores, significa que os jornais virtualmente se entregaram.

Ainda assim os críticos da imprensa estão meramente expressando o padrão moral da comunidade, quando eles esperam que tal instituição

viva no mesmo plano daquele supostamente vivido pela escola, a igreja, e as profissões desinteressadas. Isso ilustra outra vez o caráter côncavo da democracia. Não há necessidade de se adquirir artificialmente informação que é percebida existir. A informação precisa vir naturalmente, ou seja, grátis, se não a partir do coração do cidadão, então desde o jornal. O cidadão pagará por seu telefone, suas viagens por trem. Por seu carro, sua diversão. Mas ele não paga facilmente por suas notícias.

Ele pagará, no entanto, generosamente pelo privilégio de ter alguém lendo sobre ele. Pagará diretamente para divulgar. Ele pagará indiretamente pelos anúncios de outras pessoas, porque aquele pagamento, sendo ocultado no preço das mercadorias, é parte de um ambiente invisível, que ele efetivamente não compreende. Seria considerado como uma ofensa ter que pagar abertamente o preço de um bom sorvete por todas as notícias do mundo, contudo o público pagará esta soma e mais ainda quando comprar as mercadorias anunciadas. O público paga pela imprensa, mas somente quando o preço está escondido.

3

Circulação é, portanto, um meio para um fim. Torna-se um recurso somente quando pode ser vendido a um anunciante, que compra com seus lucros assegurados através da taxação indireta do leitor⁴. O tipo de circulação que o publicitário comprará depende do que ele tem para vender. Pode ser de "qualidade" ou de "massa". Ao todo não há uma linha divisória rígida, pois, para a maior parte das mercadorias vendidas pela publicidade, os consumidores não são nem a pequena classe dos muito ricos nem a dos muito pobres. Há pessoas com sobras suficientes além de suas necessidades básicas que usam discernimento em seu consumo. O jornal, portanto, que vai ao lar dos muito prósperos é em grande medida o que oferece o máximo ao anunciante. Pode ir também à

4. "Um jornal consolidado está autorizado a fixar suas taxas de publicidade de forma que seus rendimentos líquidos da circulação possam permanecer no lado do crédito da conta de lucros e prejuízos. Para alcançar a receita líquida, eu diminuo do custo bruto de promoção, distribuição e outras despesas que incidem na circulação." De um discurso feito por Adolph S. Ochs, *publisher* do *New York Times*, numa Convenção dos Clubes Associados de Publicidade The World, em 26/06/1916. Apud DAVIS, E. *History of The New York Times, 1851-1921*, p. 397-398.

casa do pobre, mas, com exceção de certos tipos de produtos, um agente publicitário analítico não classifica aquela circulação como um grande ativo, a não ser, como parece ser o caso com algumas das propriedades do Sr. Hearst⁵, quando a circulação é enorme.

Um jornal que desagrade os que melhor pagam para se chegar através dos anúncios é um veículo ruim para um anunciante. E uma vez que ninguém afirmou que a publicidade era filantropia, os anunciantes compram espaço naquelas publicações que eles estão certos de que chegarão a seus futuros consumidores. Uma pessoa não precisa gastar muito tempo preocupando-se com escândalos não reportados de mercadores de tecidos. Eles não representam nada realmente significativo, e incidentes deste tipo são menos comuns do que muitos críticos da imprensa supõem. O problema real é que os leitores de um jornal, não acostumados a pagar o custo da coleta de notícias, podem ser capitalizados somente quando são transformados em circulação que pode ser vendida a manufatureiros e mercadores. E aqueles que são os mais importantes de serem capitalizados são os que têm mais dinheiro para gastar. Tal imprensa está compelida a respeitar o ponto de vista do público consumidor. É para este público que os jornais são editados e publicados, pois sem aquele apoio o jornal não pode viver. Um jornal pode insultar um anunciante, atacar um banco poderoso ou o interesse de um transportador, mas se alienar o interesse do público consumidor ele perde um recurso indispensável a sua existência.

O Sr. John L. Given⁶, ex-funcionário do *New York Evening Sun*, disse em 1914 que de dois mil e trezentos diários publicados nos Estados Unidos, havia cento e setenta e cinco impressos em cidades com mais de cem mil habitantes. Estes veículos constituem a imprensa de “notícias gerais”. Eles são jornais-chave que coletam as notícias que tratam de grandes eventos, e mesmo as pessoas que não lêem nenhum dos cento e setenta

5. Trata-se de William Randolph Hearst, um dos maiores magnatas da imprensa norte-americana até a primeira metade do século XX (N.T.).

6. *Making a Newspaper*, p. 13. Este é o melhor livro técnico que eu conheço, e deveria ser lido por todos que debatem a imprensa. O Sr. G.B. Diblee, que escreveu o volume *The Newspaper da Home University Library*, diz (p. 253) que “sobre a imprensa para homens da imprensa eu conheço somente um livro bom do Sr. Given”.

e cinco dependem em última instância deles para as notícias do mundo exterior. Eles formam as grandes associações de imprensa que cooperam na troca de notícias⁷. Cada um é, portanto, não somente o informante de seus próprios leitores, mas é o repórter local dos jornais de outras cidades. A imprensa rural e a imprensa especial em sua maioria pegam suas notícias gerais destes jornais-chave. E entre eles há alguns muito mais ricos que outros, de forma que as notícias internacionais, geralmente, toda a imprensa da nação pode depender de relatos das associações de imprensa e dos serviços especiais de alguns diários metropolitanos.

Dizendo por aproximação, o apoio econômico para a coleta de notícias gerais é o preço pago para os bens anunciados pelas bem prósperas seções das cidades com mais de cem mil habitantes. Estes públicos consumidores estão compostos de membros das famílias, que dependem para suas rendas principalmente do comércio, *merchandising*, a direção da manufatura e finanças. Eles são a clientela que melhor paga para anunciar num jornal. Lidam com um poder concentrado de compra, que pode ser menos em volume do que o agregado dos fazendeiros e trabalhadores; mas no raio coberto por um jornal diário eles são o ativo mais disponível.

4

Eles têm, além disso, um duplo fator de atração da atenção. Não só são os melhores consumidores para o anunciante, como eles incluem os anunciantes. Portanto a impressão dada pelos jornais a seu público interessa profundamente. Afortunadamente este público não é unânime. Pode ser “capitalista”, mas contém visões divergentes sobre o que o capitalismo é, e como deve ser gerido. Exceto em tempos de perigo, esta opinião respeitável é suficientemente dividida para permitir diferenças consideráveis de política. Elas poderiam ser ainda maiores se não fosse pelo fato de que os proprietários de jornais não fossem eles próprios usualmente membros destas comunidades urbanas, e vissem honestamente o mundo através das lentes de seus associados e amigos.

7. O autor refere-se às agências de notícias que resultaram de associações de jornais (N.T.).

Eles estão engajados em comércio especulativo⁸ que depende da condição geral do comércio, e mais peculiarmente na circulação baseada não no contrato de casamento com seus leitores, mas no amor livre. O objeto de todo proprietário de jornal é, portanto, tornar esta circulação de uma miscelânea de leitores de banca de jornais numa devotada banda de leitores permanentes. Um jornal que pode realmente depender da lealdade de seus leitores é tão independente quanto um jornal poder ser, dadas as condições econômicas do moderno jornalismo⁹. Um corpo fiel de leitores é o maior poder que um anunciante individual pode lidar, e um poder suficientemente grande para se impor a uma combinação de anunciantes. Portanto, onde for que você encontre um jornal traindo seus leitores em nome de um anunciante, você pode estar razoavelmente certo de que ou o proprietário de jornal sinceramente partilha as visões do anunciante, ou que ele pensa, talvez de forma equivocada, que não pode contar com o apoio de seus leitores se abertamente resistir a uma imposição. É uma questão de se os leitores, que não pagam em dinheiro pelas notícias, pagarão a ele em lealdade.

8. Às vezes é tão especulativo que para assegurar crédito o *publisher* tem que ir à dependência de seus credores. Informação neste ponto é muito difícil de obter, e por aquela razão sua importância geral é freqüentemente muito exagerada.

9. É um axioma da indústria jornalística: "mais leitores, mais independência da influência dos anunciantes; menos leitores e mais dependência do anunciante". Pode parecer como que uma contradição (embora seja verdade) afirmar: quanto maior o número de anunciantes, menos influência eles individualmente são capazes de exercer com o *publisher*" (OCHS, A.S., supra).

22 O leitor habitual

1

A fidelidade do público consumidor a um jornal não é estipulada em qualquer apólice. Em quase todo outro negócio a pessoa que espera ser servida entra num acordo que controla seus caprichos passageiros. Ele paga ao menos pelo que obtém. Na publicação de periódicos a maior aproximação a um acordo por um tempo definido é a assinatura paga, e isso não é, eu creio, um grande fator na economia de um diário metropolitano. O leitor é o único juiz diário de sua lealdade, e não pode haver ação contra ele pelo rompimento da promessa ou falta de apoio.

Muito embora tudo objetive a constância do leitor, não existe nem mesmo a vaga tradição de chamar a atenção dele àquele fato. Sua constância depende de como ele se sente, em seus hábitos. E isso depende não simplesmente da qualidade das notícias, mas mais freqüentemente no número de elementos obscuros que em nossa relação casual com a imprensa, nós não nos preocupamos em tomar consciência. O mais importante deles é que cada um de nós tende a julgar um jornal, se nós o julgarmos verdadeiramente, por seu tratamento daquela parte das notícias com a qual nos sentimos envolvidos. O jornal trata com uma multiplicidade de eventos que estão além de nossa experiência. Mas ele trata também com alguns eventos dentro de nossa experiência. E pelo manuseio daqueles eventos nós mais freqüentemente decidimos que gostamos ou não gostamos dele, confiamos ou recusamos ter aquela folha em casa. Se o jornal nos dá um relato satisfatório do que pensamos que sabemos, nosso negócio, nossa igreja, nosso partido, é quase certo que estará imune de uma crítica violenta nossa. Que melhor critério um homem possui do que na mesa do café da manhã examinar a versão do jornal com sua própria opinião? Portanto, a maioria dos homens demanda do jornal o

maior rigor, não como leitores comuns, mas de litigantes em questões de sua própria experiência.

Raramente alguém, à exceção da parte interessada, é capaz de testar a exatidão de um relato. Se a notícia é local, e se há competição, o editor sabe que ele provavelmente ouvirá queixa do homem que pensa que sua descrição foi injusta e incorreta. Mas se as notícias não forem locais, a correção diminui à medida que o assunto recua na distância. As únicas pessoas que podem corrigir o que eles pensam seja uma falsa imagem deles impressa noutra cidade são os membros dos grupos que estão bem organizados para contratar profissionais da publicidade.

É interessante agora observar que o leitor comum de um jornal não tem fé na lei se ele pensa que está sendo enganado pelas notícias. É somente a parte ofendida que pode processar por injúria ou difamação, e tem que provar que o material lido é ofensivo. A lei corporifica a tradição de que as notícias gerais não são um assunto de preocupação comum¹⁰, exceto as questões que estão vagamente descritas como imoral ou sediciosa.

Mas o corpo das notícias, embora não verificado como um todo pelo leitor desinteressado, consiste de itens sobre os quais alguns leitores têm preconceções muito definidas. Aqueles itens são as informações utilizadas em seu julgamento, e as notícias que os homens leram sem este critério pessoal, eles julgam por algum outro padrão que não o seu padrão de exatidão. Eles estão tratando aqui com uma questão subjetiva que para eles é indistinta da ficção. O cânone da verdade não pode ser aplicado. Eles não hesitam sobre tais notícias se elas se conformam a seus estereótipos, e eles continuam a lê-las se elas o interessam¹¹.

2

Há jornais, mesmo em cidades grandes, editados sob o princípio de que os leitores desejam ler sobre si mesmos. A teoria é de que se um nú-

10. O leitor não errará nisso como um apelo à censura. Seria algo positivo se existissem tribunais positivos, preferivelmente não oficiais, onde acusações de inverdades e ilegalidades no noticiário geral pudessem ser examinadas. Cf. *Liberty and the News*, p. 73-76.

11. Observe, por favor, qual ausente é a indignação do Sr. Upton Sinclair contra os jornais socialistas, mesmo aqueles que são tão malignamente injustos aos empregadores como certos jornais citados por eles são injustos com os radicais.

mero suficiente de pessoas vê seus próprios nomes no jornal com frequência suficiente, se podem ler sobre seus casamentos, funerais, eventos sociais, viagens internacionais, encontros de lazer, prêmios escolares, seus quinze anos, seus sexagésimos aniversários, suas bodas de prata, suas excursões e piqueniques, os jornais terão uma circulação confiável.

A fórmula clássica para tal jornal está contida numa carta escrita por Horace Greeley em 3 de abril de 1860 ao "Amigo Fletcher" que estava para começar um jornal de interior¹².

1. Começo com uma clara concepção de que o assunto que mais profundamente interessa ao ser humano médio é ele próprio; depois disso ele está mais preocupado com seus vizinhos. Ásia e o Tongo estão muito longe destes neste aspecto... Não deixe uma nova igreja se organizar, ou novos membros se juntarem a uma já existente, uma fazenda ser vendida, uma casa ser construída, um moinho ser posto em funcionamento, uma loja ser inaugurada, nem que ocorra qualquer coisa de interesse a uma dezena de famílias, sem ter devidamente feito uma crônica dos fatos, mesmo que brevemente, em suas colunas. Se um fazendeiro corta uma grande árvore, ou cultiva beterraba, ou colhe uma abundante safra de trigo ou milho, apresente os fatos de forma tão concisa e ordinariamente quanto possível.

A função de se tornar, como o Sr. Lee apresenta, "no diário impresso de uma cidade" é uma que todo jornal, não importando onde ele esteja sendo publicado, precisa em alguma medida preencher. E onde, como numa grande cidade como Nova York, os jornais gerais circularam e a radiodifusão não conseguiu fazer isso, há pequenos jornais publicados no padrão de Greeley¹³ para bairros da cidade. Nas cidadelas de Manhattan e do Bronx existem talvez tantos jornais locais como há jornais

12. Apud LEE, J.M. *The History of American Journalism*, p. 405.

13. O editor e reformador Horace Greeley (1811-1872) modificou a direção do jornalismo americano e jogou importante papel nos movimentos sociais e políticos no período da Guerra Civil. Horace Greeley nasceu em 03/02/1811 em Amherst, N.H. Com 14 anos tornou-se aprendiz de jornal em Vermont, onde aprendeu a arte gráfica e jornalística. Mudou-se em 1831 para Nova York. Trabalhou em inúmeras publicações antes de fundar uma revista literária e de notícias, o *The New Yorker*, em 1834. Embora não fosse empreendimento lucrativo, tornou-o um dos mais jovens editores do jornalismo popular. Era reformista e disposto a experimentações radicais (N.T.).

gerais¹⁴. E eles são suplementados por todo o tipo de publicações especiais de negócios, religiões, nacionalidades.

Estes diários são publicados para pessoas que consideram suas próprias vidas interessantes. Mas há também grande número de pessoas que consideram suas próprias vidas estúpidas, e gostariam, como Hedda Gabler¹⁵, viver uma vida mais excitante. Para eles há alguns poucos jornais inteiramente publicados, assim como seções de outros, devotados à vida pessoal de um elenco de pessoas imaginárias, com cujos imensos vícios o leitor pode em sua fantasia identificar-se com segurança. O interesse incansável do Sr. Hearst na alta sociedade¹⁶ interessa as pessoas que nunca esperam estar na alta sociedade, e ainda assim tratam de tirar algum encantamento de seu sentimento cego de que eles são parte das vidas sobre as quais eles lêem. Nas grandes cidades “o diário impresso da cidade” tende a ser um diário impresso deste círculo espiritual.

Como já observamos, cabe aos jornais das cidades carregarem o peso de trazer notícias distantes ao cidadão privado. Mas não são as notícias políticas e sociais que sustentam em primeiro lugar a circulação. O interesse nisso é intermitente, e alguns proprietários de jornais podem se virar sozinhos. O jornal, portanto, trata de uma variedade de outros temas, todos destinados em primeiro lugar a manter um corpo de leitores juntos, que, no que diz respeito às grandes notícias, são incapazes de serem críticos. Além disso, em torno das grandes notícias em qualquer comunidade a competição não é muito séria. Os serviços de imprensa pa-

14. Cf. GIVEN, J.L. *Making a Newspaper*, p. 13.

15. A peça *Hedda Gabler*, de Ibsen, publicada em 1890, teve estréia em Munique em 31/01/1891, e nas semanas seguintes foi apresentada numa variedade de cidades européias, incluindo Berlim, Estocolmo, Copenhague, e Christiania (Oslo). Sua estréia em inglês ocorreu em Londres, em 20 de abril daquele ano. Muitos comentaristas relacionam a obra com o breve relacionamento do autor com a jovem vienense Emilie Bardach, que ele encontrou na cidade alpina de Gossensass em setembro de 1889, descrito por ele como o evento mais feliz de sua vida. A peça foi escrita por este autor, então com 62 anos, após parar de se corresponder com Emilie. O texto foi rotulado de imoral por críticos conservadores. Mas a obra resistiu graças à nova mentalidade de seus admiradores, entre eles George Bernard Shaw. No século XX a personagem ganhou popularidade, sendo considerada uma das mais intrigantes personagens femininas do drama moderno (N.T.).

16. As festas a fantasia com a alta sociedade de São Francisco e as recepções oferecidas aos atores e atrizes de Hollywood por William R. Hearst em seu castelo a meio caminho entre Los Angeles e São Francisco despertavam intensa curiosidade popular. As edições de revistas populares como *Life* dedicavam a estes encontros inúmeras páginas (N.T.).

dronizaram os principais eventos; somente de vez em quando um grande furo jornalístico é produzido; aparentemente não há um grande público leitor para tal reportagem massiva como a que tornou o *New York Times* em anos recentes indispensável a todos os homens de todas as tendências de opinião. Para se diferenciarem e reunirem um público fiel a maioria dos jornais tiveram que ir além do campo das notícias gerais.

Eles vão aos níveis mais fascinantes da sociedade, ao escândalo e ao crime, aos esportes, cinema, atrizes, aconselhamento afetivo, notas escolares, páginas femininas, páginas de consumo, receitas culinárias, xadrez, uíste, jardinagem, tiras cômicas, militância atordoante, não porque os proprietários de jornais e editores estejam interessados em qualquer coisa que se torne notícia, mas porque eles têm que encontrar um caminho para manter aquele conjunto de leitores apaixonadamente interessados, e que de acordo com algum crítico da imprensa estariam supostamente clamando pela verdade nada mais que a verdade.

O editor de jornal ocupa uma posição estranha. Seu labor depende da taxa indireta arrecadada por seus anunciantes de seus leitores; a patronagem de seus anunciantes depende da habilidade de seus editores em manter junto um grupo efetivo de clientes. Estes clientes julgam de acordo com suas experiências privadas e suas expectativas estereotipadas, pois na natureza das coisas eles não têm conhecimento independente da maior parte das notícias que lêem. Se o julgamento não for favorável, o editor está ao menos dentro do raio de ação da circulação que paga. Mas a fim de assegurar circulação, ele não pode se apoiar totalmente em notícias do grande ambiente. Ele manuseia aquilo tão interessantemente quanto possível, naturalmente, mas a qualidade das notícias gerais, especialmente sobre os assuntos públicos, não é por si só suficiente para permitir que um grande número de leitores seja capaz de distinguir entre os diários.

Esta relação de alguma forma ambígua entre os jornais e a informação pública é refletida nos salários dos jornalistas. A reportagem, que teoricamente constitui a fundação de toda a instituição, é a atividade pior remunerada do trabalho jornalístico, e a menos valorizada. De uma forma geral, homens capazes vão trabalhar nela somente por necessidade ou em busca de experiência, e com a intenção definitiva de se graduar o mais rapidamente possível. O trabalho de reportagem não é uma carrei-

ra que oferece muitas recompensas. As recompensas no jornalismo vão ao trabalho especializado, a matérias assinadas que têm qualidade editorial, aos executivos, aos homens que têm aptidão e gosto. Isso se deve, sem dúvida, ao que os economistas chamam de “aluguel de habilidade”. Mas este princípio econômico opera com tal peculiar violência no jornalismo que a coleta de informação não atrai para si um número similar ao dos homens treinados e hábeis que por sua importância pública pareceria demandar. O fato de que homens hábeis assumem “o trabalho de reportagem” com a intenção de abandoná-lo tão rapidamente quanto possível, é, eu penso, a principal razão de por que em boa medida o jornalismo nunca desenvolveu aquelas tradições corporativas que dão à profissão prestígio e zeloso auto-respeito. São estas tradições corporativas que engendram o orgulho da atividade, pune a quebra do código e dá aos homens a força para insistir em seu *status* na sociedade.

3

Mas tudo isso não vai à raiz da questão. Por enquanto a economia do jornalismo é tal que deprimir o valor da reportagem é, estou certo, um falso determinismo que abandonaria a análise naquele ponto. O poder intrínseco do repórter aparenta ser tão grande, o número dos muitos hábeis homens que passam pela reportagem é tão grande, que deve haver alguma razão mais profunda de por que, falando comparativamente, tão pouco esforço sério tem sido feito para levantar a vocação ao nível, digamos, da medicina, engenharia ou direito.

O Sr. Upton Sinclair fala para um grupo de “formadores de opinião” na América¹⁷, quando afirma que no que chama de *O Cheque Dourado*¹⁸ ele encontrou sua razão mais profunda:

O Cheque Dourado é encontrado em seu envelope de salário toda a semana – você que escreve e imprime e distribui nossos jornais e revistas. O Cheque Dourado é o preço de

17. O Sr. Hilaire Belloc faz praticamente a mesma análise dos jornais ingleses. Cf. *The Free Press*.

18. *The Brass Check (O Cheque Dourado)* é uma obra de denúncia sobre o jornalismo americano escrito por Upton Sinclair publicado em 1919. Foca em especial os jornais e a agência de notícias Associated Press e algumas revistas. É um polemista clássico que adquiriu fama com seu estilo pessoal, vivo e provocativo (N.T.).

sua vergonha – você que pega um bom volume de verdade e o vende ao mercado, que trai as esperanças angelicais da humanidade para algum repugnante prostíbulo do *Big Business*¹⁹.

Poderia parecer disso que existe um corpo de verdade conhecido, e um conjunto de bem fundadas esperanças, que são prostituídas por uma conspiração mais ou menos consciente de proprietários ricos de jornais. Se esta história é correta, então certa conclusão segue. É que o bom corpo de verdade seja violado por uma imprensa que não esteja conectada com o *Big Business*. Como ocorreu que a imprensa não controlada, nem amiga do *Big Business* de alguma forma fracassou em reunir o bom corpo de verdade, algo estaria errado com a teoria do Sr. Sinclair.

Há tal imprensa. É estranho dizer isso, ao propor um remédio o Sr. Sinclair não aconselha seus leitores a subscreverem o mais próximo jornal radical. Por que não? Se os problemas do jornalismo americano retrocedem ao Cheque Dourado e ao *Big Business* por que o remédio não estaria em ler os jornais que em hipótese alguma aceitam o Cheque Dourado? Por que subsidiar o *National News* com um largo corpo de diretores “de todos os credos e causas” e imprimir um jornal cheio de fatos “a despeito de quem seja ferido, o Truste de Aço ou o IWW²⁰, a Standard Oil Company ou o Partido Socialista?” Se o problema é o *Big Business*, ou seja, o Truste de Aço, Standard Oil, e similares, por que não solicitar a todos que leiam as publicações do IWW ou os jornais socialistas? O Sr. Sinclair não diz por que não. Mas a razão é simples. Ele não pode vencer ninguém, nem mesmo a si próprio, de que a imprensa anticapitalista é o remédio para a imprensa capitalista. Ele ignora a imprensa anticapitalista tanto em sua teoria do Cheque Dourado e em sua proposta

19. SINCLAIR, U. *The Brass Check – A Study of American Journalism*, p. 116.

20. A IWW (Industrial Workers of the World), Trabalhadores da Indústria do Mundo, foi uma organização fundada em Chicago em 1905 que se opôs às políticas moderadas da central sindical AFL, incluindo a de William Haywood, da Western Federation of Miners, a Daniel de Leon do Partido Trabalhista Socialista e Eugene V. Debs. Em 1908, o IWW se dividiu, e o grupo militante liderado por Haywood prevaleceu. Para que os trabalhadores alcançassem o controle dos meios de produção ele propunha greves gerais, boicotes e sabotagem. Suas táticas provocaram prisões e publicidade negativa. Foi contra a participação americana na Primeira Guerra Mundial. A partir de 1920 o número de seus membros diminuiu fortemente (N.T.).

construtiva. Mas se você está diagnosticando o jornalismo americano você não pode ignorá-lo. Se você se interessa sobre “este corpo de verdade”, não cometa o grosseiro erro lógico de juntar todas as instâncias de desrespeito e mentira que você pode encontrar num conjunto de jornais, ignorar todas as instâncias que você pode facilmente encontrar noutro conjunto, e então apontar como sendo a causa da mentira, a suposta característica comum da imprensa à qual você limitou sua investigação. Se você está acusando o “capitalismo” pelas falhas da imprensa, você é obrigado a provar que aquelas faltas não existem, exceto onde o capitalismo controla. Que isso o Sr. Sinclair não pode fazer é mostrado pelo fato de que enquanto em seu diagnóstico ele refere tudo ao capitalismo, em seu remédio ele ignora tanto o capitalismo como o anticapitalismo.

Poder-se-ia supor que a inabilidade de considerar qualquer jornal anticapitalista como um modelo de verdade e competência teria causado ao Sr. Sinclair, e aos que com ele concordam, parecer algo mais criticamente em suas suposições. Eles teriam perguntado a si mesmos, por exemplo, onde está o bom corpo de verdade que o *Big Business* prostitui, mas que o anti-*Big Business* não consegue obter? Esta questão nos leva, eu acredito, ao coração da questão, a questão do que seja a notícia.

23 A natureza das notícias

1

Todos os repórteres do mundo trabalhando todas as horas do dia não poderiam testemunhar todos os acontecimentos no mundo. Não existem assim tantos repórteres, e nenhum deles tem o poder de estar em mais de um lugar ao mesmo tempo. Repórteres não são clarividentes, eles não olham para uma bola de cristal e vêem o mundo como bem entendem, eles não são socorridos por transferência de pensamentos. Mesmo assim o alcance de assuntos que estes comparativamente poucos homens conseguem cobrir seria realmente um milagre, se não fosse por causa de uma rotina padronizada.

Os jornais não tentam manter o olho em toda a humanidade²¹. Eles têm observadores estacionados em certos lugares, como o Quartel-General da Polícia, Promotoria Pública, Câmara Municipal, Prefeitura, a Casa Branca, o Senado, Câmara dos Deputados, e assim por diante. Eles observam, ou ainda, na maioria dos casos, pertencem a associações que empregam homens que observam “um comparativamente pequeno número de lugares onde se fica sabendo quando a vida de qualquer pessoa... sai do caminho usual, ou quando eventos que valem a pena serem relatados ocorrem. Por exemplo, John Smith, suponhamos, torna-se corretor. Por dez anos ele segue a tendência geral e, exceto nos casos de seus clientes e seus amigos, ninguém lhe presta atenção. Para os jornais é como se ele não existisse. Mas no décimo primeiro ano ele sofre pesadas perdas e, finalmente, todos seus recursos desaparecem, chama seu advogado e solicita a entrada de uma ação. O advogado entra com uma petição, e o funcionário legal faz os procedimentos necessários para incluí-lo

21. Veja o inspirador capítulo do livro *Uncovering the News* do Sr. John L. Given já referido, cap. V.

no rol das causas. Aqui entram os jornais. Enquanto o funcionário está escrevendo o obituário do negócio de Smith o repórter dá uma olhadela sobre seu ombro e alguns minutos mais tarde os repórteres conhecem os problemas de Smith e estão tão bem informados sobre o *status* de seu negócio como se tivessem posto um repórter em frente a sua porta todos os dias durante dez anos”²².

Quando o Sr. Given diz que os jornais sabem dos “problemas do Sr. Smith” e do “*status* do seu negócio”, ele não quer dizer que eles os conhece tão bem como Smith os conhece, ou como o Sr. Arnold Bennett os teria conhecido se tivessem feito Smith o herói de uma novela de três volumes. Os jornais sabem somente “em alguns minutos” os fatos triviais que foram registrados na vara judicial do condado. Aquele ato aberto “revela” as notícias sobre Smith. Se as notícias continuarão ou não é outra questão. **O ponto é que antes que uma série de eventos torne-se notícia eles têm que se fazer noticiáveis num ato mais ou menos aberto. Geralmente também, num ato cruelmente aberto.** Os amigos de Smith podem estar sabendo há anos que ele estava assumindo riscos, rumores podem até mesmo ter chegado ao editor financeiro se os amigos de Smith fossem uns tagarelas. Mas apesar do fato de que nada disso podia ser publicável porque poderia tornar-se difamação, não há nada definitivo nestes rumores que justificasse uma matéria. Algo definitivo que tenha uma forma indiscutível precisa ocorrer. Pode ser o ato de ir à bancarrota, pode ser um incêndio, uma colisão, um assalto, um distúrbio, uma prisão, uma denúncia, a introdução de uma legislação, um discurso, uma votação, um encontro, a expressão da opinião de um cidadão bem conhecido, um editorial num jornal, uma venda, uma escala de pagamentos, uma mudança de preço, a proposta de se construir uma ponte... Tem que haver uma manifestação. O curso dos eventos precisa assumir certa forma definitiva, e até que esteja numa fase onde algum aspecto é um fato realizado as notícias não se separam do oceano da verdade possível.

22. Op. cit., p. 57.

2

Naturalmente não há lugar para uma ampla diferença de opinião de quando os eventos têm uma forma que possam ser reportados. Um bom jornalista encontrará notícias mais freqüentemente que um charlatão. Se ele vê um prédio com uma perigosa inclinação, ele não precisa esperar que ele desmorone na rua a fim de reconhecer no fato uma notícia. Foi um grande repórter que adivinhou o nome do vice-rei da Índia quando ele ouviu o Lorde Tal-e-Tal perguntando sobre o clima. Há tiradas de sorte, mas o número de homens que podem realizá-las é pequeno. Usualmente é a forma estereotipada assumida por um evento num lugar óbvio que revela o percurso das notícias. O lugar mais óbvio é onde os assuntos públicos tocam a autoridade pública. *De minimis non curat lex*²³. São nestes lugares que os casamentos, os nascimentos, as mortes, os contratos, as falhas, chegadas, partidas, ações judiciais, desordens, epidemias e calamidades são tornados públicos.

Numa primeira instância, portanto, as notícias não são um espelho das condições sociais, mas o relato de um aspecto que se impôs. As notícias não lhe dizem como a semente está germinando do solo, mas pode lhe informar quando seu primeiro broto atravessa até a superfície. Poderá até mesmo lhe dizer o que alguém diz sobre o que está ocorrendo com a semente sob o solo. Poderá lhe dizer que o broto não apareceu no tempo que se esperava. Quanto maior o número de aspectos, então, que cada ocorrência pode ser capturada, objetivada, medida, nomeada, mais pontos existem nas quais as notícias podem acontecer.

Então, se algum dia uma legislatura, tendo exaurido todos os outros meios de aprimorar a humanidade, proibisse a pontuação dos jogos de *basebol*, ainda assim seria possível jogar algum tipo de jogo no qual o árbitro decidisse de acordo com seu próprio senso de *fair play* no tempo que o jogo durasse, decidindo quando cada time deveria ir ao bastão de *basebol*, e quem deveria ser considerado o vencedor. Se aquele jogo fosse reportado nos jornais consistiria de um registro das decisões do juiz,

23. Forma abreviada do latim *Maxim de minimis non curat lex*, “a lei não se importa por pequenas coisas”. Doutrina legal com base na qual os tribunais se recusam a tratar de questões de pouco valor (N.T.).

mais a impressão dos repórteres sobre as vaia e os aplausos da multidão, mais um vago relato de como certos homens, que não tinham uma posição específica no campo, moviam-se em volta por algumas horas num pedaço não marcado do gramado. Quanto mais você tenta imaginar a lógica de tão absurdo apuro, mais claro se torna para os propósitos da coleta de informação (considerando os propósitos do jogo) que é impossível fazer muito sem o aparato e regras de nomeação, pontuação, registro. Porque aquela maquinaria está longe de ser perfeita, e a vida do árbitro é freqüentemente uma jornada distraída. Muitas jogadas cruciais ele tem que julgar pelo olhar. O último vestígio da disputa poderia ser retirado do jogo, como ocorre no xadrez quando pessoas obedecem as regras, se alguém pensasse que valeria a pena fotografar cada jogada. Foram os filmes que finalmente estabeleceram uma dúvida real em muitas mentes dos repórteres, devido a lentidão do olho humano, de como um golpe de Dempsey derrotou a Carpentier²⁴.

Onde for que exista uma boa maquinaria de registro, o moderno serviço de notícias trabalhará com grande precisão. Há um na bolsa de valores, e as notícias sobre o movimento dos preços lampejam no registro das cotações com absoluta exatidão. Há uma maquinaria para o resultado das eleições, e quando a contagem e a tabulação são bem-feitas, o resultado da eleição nacional é usualmente conhecido na mesma noite. Em comunidades civilizadas as mortes, nascimentos, casamentos e divórcios são registrados e conhecidos com exatidão, exceto onde há enganação ou negligência. A maquinaria existe para alguns, e somente alguns, aspectos da indústria e governo, em variados graus de precisão para ações, dinheiro e matéria-prima, acerto de contas interbancário, transações imobiliárias, escalas salariais. Existe para importação e exportação porque eles passam através da alfândega e podem ser registra-

24. Um dos maiores boxeadores peso-pesados, William Harrison "Jack" Dempsey (1895-1983) era tão popular que atraiu à época uma audiência que renderia mais de um milhão de dólares a mais que qualquer outro campeão da história. De origem humilde, começou sua carreira de boxeador em pequenos vilarejos fronteiriços sob o nome Kid Blackie. Logo o valor de sua lutas aumentou. Ganhou mais de 3,5 milhões de dólares do ringue. O título mundial foi alcançado em 04/07/1919. Dois anos depois atraiu uma audiência que renderia mais de um milhão de dólares em sua luta contra George Carpentier, da França, em Jersey City, vencendo-o no quarto round. Outro milhão foi ganho em 1923 contra o argentino Luis Angel Firpo (N.T.).

dos diretamente. Nada similar existe neste mesmo grau para o comércio interno, e especialmente para o comércio de varejo.

Será visto, eu penso, de que existe uma relação direta entre certa quantidade de notícias e o sistema de registro. Se você recorda os tópicos que formam a principal peça de acusação dos reformadores contra a imprensa, descobrirá que são os temas sobre os quais o jornal ocupa a posição de juiz de jogo de *basebol* sem pontuação. Todas as notícias sobre estados de espírito são deste tipo: também são as descrições de personalidades, de sinceridade, aspiração, motivo, intenção, de sentimento de massa, de sentimento nacional, de opinião pública, das políticas de governos estrangeiros.

E assim é com a maioria das notícias sobre o que irá acontecer. Assim são as questões que dizem respeito ao lucro pessoal, renda pessoal, salários, condições de trabalho, a eficiência do trabalhador, oportunidade educacional, desemprego²⁵, monotonia, saúde, discriminação, injustiça, restrição ao comércio, liberdade, honra, probidade. Todas envolvem informação, que são no melhor dos casos espasmodicamente registradas. As informações podem estar escondidas porque ninguém pensa que o registro é importante, porque ele pensa que é um procedimento burocrático, ou porque ninguém ainda inventou um sistema objetivo de medição. Então as notícias nestes assuntos estão compelidas a serem discutíveis, quando não são totalmente negligenciadas. Os eventos que não são pontuados são reportados ou como assunto pessoal e opiniões convencionais, ou então elas não são notícias. Não tomam a forma até que alguém proteste, investigue, ou alguém publicamente, no sentido etimológico da palavra, faça uma *polêmica* deles.

Esta é a razão subjacente para a existência do assessor da imprensa. A enorme prudência em que fatos e impressões precisam ser reportados é muito convincente a todo grupo organizado de pessoas caso desejem assegurar a publicidade ou evitá-la, não podendo tal liberdade de escolha ser deixada ao repórter. É mais seguro contratar um assessor de imprensa que se posiciona entre o grupo e os jornais. Tendo contratado tal

25. Pense no trabalho de adivinhação que entrou nos relatórios sobre o desemprego em 1921.

agente, a tentação de explorar sua posição estratégica é muito grande. “Pouco antes da guerra”, diz o Sr. Frank Cobb, “os jornais de Nova York realizaram um censo de assessores que estavam regularmente empregados e inscritos e descobriram que havia cerca de mil e duzentos deles. Quantos existem agora (1919) não finjo saber, mas o que sei é que muitos dos canais diretos às notícias foram fechados e a informação para o público é primeiro filtrada através de agentes de publicidade. As grandes corporações os têm, os bancos os têm, as estradas de ferro os têm, todas as organizações de comércio e da atividade social e política os têm, e eles são a mídia através da qual as notícias chegam. Mesmo os homens de estado os têm”²⁶.

Se a reportagem fosse a simples recuperação de fatos óbvios, o assessor de imprensa seria nada mais que um secretário. Mas uma vez que, no que diz respeito aos grandes tópicos das notícias, os fatos não são simples, e nem tão óbvios, mas objeto de escolha e opinião, é natural que todos gostariam de fazer sua própria escolha dos fatos para os jornais imprimirem. O homem do publicismo faz isso. E fazendo isso ele certamente evita muitos problemas ao repórter, apresentando-lhe uma imagem clara da situação sem a qual ele não poderia produzir nem o início nem o fim. Mas disso decorre que a imagem que o publicista faz para o repórter é a que ele deseja que o público veja. Ele é o censor e o propagandista, responsável somente perante seus empregadores, e a toda verdade responsável somente na medida em que concorda com a concepção do empregador de seus próprios interesses.

O desenvolvimento do publicista é um sinal claro de que os fatos da vida moderna não tomam a forma espontaneamente na qual eles podem ser conhecidos. Alguém precisa lhes dar uma forma, e uma vez que na rotina diária os repórteres não podem dar forma aos fatos, e que existe pouca organização desinteressada da inteligência, a necessidade por alguma formulação está sendo feita pelas partes interessadas.

26. Discurso proferido no Women's City Club of New York, 11/12/1919. Republicado em *New Republic*, 31/12/1919, p. 44.

3

O bom assessor de imprensa entende que as virtudes de sua causa não são as notícias, a menos que sejam virtudes tão estranhas que elas se destaquem na rotina da vida. Isso não é porque os jornais não gostem da virtude, mas porque não vale a pena dizer que algo aconteceu quando ninguém esperava que algo de fato acontecesse. Então, se o publicista desejar divulgação gratuita ele tem, falando com precisão, que começar algo. Ele arranja um bloqueio: obstrui o tráfego, provoca a polícia, de alguma forma envolve seu cliente ou sua causa com um evento que já é notícia.

Os sufragistas sabiam disso, não gostavam particularmente do conhecimento, mas agiam sobre ele, mantendo o sufrágio no noticiário muito depois que os argumentos pró e contra foram apresentados, e as pessoas se acostumassem a pensar no movimento pelo sufrágio como uma das instituições estabelecidas da vida americana²⁷.

Afortunadamente os sufragistas, diferentemente das feministas, tinham um objetivo perfeitamente concreto, e muito simples. O que o voto simboliza não é simples, como os mais prontos à ação advogavam e os seus oponentes sabiam. Mas o direito ao voto é um direito simples e familiar. Nas disputas trabalhistas, que são provavelmente o item central nas acusações contra os jornais, o direito à greve, como o direito ao voto, é muito simples. Mas as causas e objetos de uma greve particular são como as causas e objetos do movimento da mulher, extremamente sutis.

Vamos supor que as condições que levam à greve são más. Qual é a medida da maldade? Certa concepção de um adequado padrão de vida, higiene, segurança econômica e dignidade humana. A indústria pode estar bem abaixo do padrão da comunidade, e os trabalhadores podem estar muito miseráveis para protestar. Condições podem estar acima do padrão, e os trabalhadores podem protestar violentamente. O padrão é, na melhor das hipóteses, uma medida vaga. No entanto, devemos presumir que as condições estão abaixo do padrão, do jeito que ele é entendi-

27. Cf. IRWIN, I.H. *The Story of the Woman's Party*. Este não é só um bom relato de uma boa parcela de uma grande agitação, mas uma reserva de material sobre uma agitação bem-sucedida, não revolucionária, não conspiradora sob as modernas condições da atenção pública, interesse público e hábito político.

do pelo editor. Ocasionalmente, sem esperar pelos trabalhadores ameaçarem, mas incitados, digamos, por um assistente social, ele mandará os repórteres investigar e chamará a atenção para as más condições. Necessariamente ele não pode fazer aquilo freqüentemente. Pois estas investigações custam tempo, dinheiro, talento especial, e muito espaço. Para tornar plausível um relato de que as condições são ruins, você precisa de um bom número de matérias publicadas. A fim de dizer a verdade sobre o trabalhador das usinas de aço num distrito de Pittsburgh, havia necessidade de uma equipe de investigadores, uma boa quantidade de tempo, e muitos volumes grossos de impressos. É impossível supor que qualquer jornal diário pudesse normalmente considerar a realização das “Pesquisas de Pittsburgh”, ou até mesmo os “Relatórios das Igrejas sobre o aço” como uma de suas funções. A notícia que exija descobrir tantos problemas está além dos recursos da imprensa diária²⁸.

As más condições em si mesmas não são notícias, porque, à exceção de alguns casos excepcionais, o jornalismo não é um relato em primeira mão do material bruto. É um relato do material após ter sido estilizado. Assim, más condições podem se tornar notícia se a Comissão de Saúde relatar uma incomum alta taxa de mortalidade numa área industrial. Numa ocorrência problemática deste tipo, os fatos não se tornam notícias até que os trabalhadores organizem e façam uma demanda a seus empregadores. Mesmo então, se uma fácil acomodação é certa o valor de noticiabilidade é baixo, mesmo que as condições sejam ou não remediadas na acomodação. Mas se as relações trabalhistas colapsarem numa greve ou bloqueio, o valor de noticiabilidade aumenta. Se a paralisação envolve um serviço do qual os leitores dos jornais dependem imediatamente,

28. Não muito tempo atrás Babe Ruth foi preso por dirigir velozmente. Ao ser solto pouco antes que o jogo vespertino começasse, ele correu ao seu automóvel, e recuperou o tempo passado na prisão ultrapassando a velocidade legal em seu caminho rumo ao campo de *basebol*. Nenhum policial o deteve, mas um repórter cronometrou, e publicou sua velocidade na manhã seguinte. Babe Ruth é um homem excepcional. Os jornais não podem monitorar todos os motoristas. Eles têm que obter suas notícias sobre velocidade da polícia. • Babe Ruth é o mais celebrado jogador americano de *basebol*. É o primeiro de uma lista de astros do *New York Yankee*. Começou sua carreira na posição de lançador, mas passou ao campo externo, onde ganhou fama como golpeador. Depois que o Boston Red Sox o vendeu em 1920, tornou-se o atleta mais famoso do país. Aposentou-se em 1935. Ruth foi apelidado de “Babe”, embora fosse chamado também de “The Bambino”, “The Sultan of Swat” (N.T.).

ou se isso envolver a quebra da ordem, o valor de noticiabilidade é ainda maior.

O problema subjacente aparece nas notícias através de certos sintomas facilmente reconhecidos, uma demanda, uma greve, desordem. Do ponto de vista do trabalhador, ou do justiceiro desinteressado, a demanda, a greve e a desordem são meramente incidentes num processo que para eles é ricamente complicado. Mas uma vez que todas as realidades imediatas estão fora da experiência direta tanto do repórter e do público especial que financia a maioria dos jornais, eles têm normalmente que esperar por um sinal na forma de um ato aberto. Quando o sinal chega, digamos, através de um protesto ou a convocação da polícia, põe em ação os estereótipos que as pessoas têm sobre greves e desordens. A luta invisível não tem nenhum de seus próprios sabores. É observado abstratamente, e aquela abstração é então animada por uma experiência imediata do leitor e do repórter. Obviamente esta é uma experiência muito diferente daquela que os grevistas têm. Eles sentem, digamos, a ténpera do capataz, a monotonia enervante da máquina, a deprimente falta de ar, a enfadonha lida de suas esposas, o atraso de seus filhos, a imundície de seus blocos residenciais. Os *slogans* da greve estão tomados por estes sentimentos. Mas o repórter e o leitor primeiro vêem somente uma greve e algumas palavras-código. Eles as municiam com seus sentimentos. Estes podem ser que seus empregos estão inseguros porque os grevistas estão bloqueando os bens que eles precisam em seus trabalhos, que haverá escassez e altos preços, que tudo isso é infernalmente inconveniente. Estas também são realidades.

E quando eles dão cor às notícias abstratas de que a greve foi declarada, é da natureza das coisas que os trabalhadores fiquem em desvantagem. É da natureza, digamos, do sistema existente das relações industriais que as notícias que surgem das lamentações ou esperanças dos trabalhadores devam invariavelmente ser revelados por um ataque aberto à produção.

Você tem, portanto, as circunstâncias em toda sua vasta complexidade, a ação aberta que as sinaliza, o boletim estereotipado que publica o sinal, e o significado que o leitor injeta, depois que ele derivou aquele significado da experiência que diretamente o afeta. Agora a experiência

do leitor de uma greve pode ser verdadeiramente muito importante, mas, do ponto de vista do problema central que causa a greve, é excêntrica. Ainda assim este significado excêntrico é automaticamente o mais interessante²⁹. Para poder entrar imaginativamente nos temas centrais o leitor necessita sair de si próprio, e ir em direção a muitas diferentes vidas. Disso deriva que, na reportagem de greves, o caminho mais fácil é deixar as notícias serem expostas pelo comportamento transparente e descrever o evento como uma estória de interferência na vida do leitor. É ali onde sua atenção é primeiro despertada, e seu interesse mais facilmente alistado. Em grande parte, penso que a parte crucial, do que parece ao trabalhador e ao reformador como distorção deliberada por parte dos jornais, é resultado direto da dificuldade prática em expor as notícias, e a dificuldade emocional de tornar distantes fatos interessantes a menos que, como diz Emerson, nós possamos “perceber serem somente uma nova versão de nossa experiência familiar” e possamos “iniciar traduzindo(os) de uma vez só em nossos fatos paralelos”³⁰.

Se você estuda as muitas formas em que uma greve é reportada na imprensa, você descobre, muito freqüentemente, que os temas estão raramente nas manchetes, nos parágrafos iniciais, e algumas vezes não estão sequer mencionados em qualquer lugar. Uma disputa trabalhista noutra cidade tem que ser muito importante antes que os relatos noticiosos contenham qualquer informação definitiva sobre o que está em disputa. A rotina das notícias funciona daquele jeito, com modificações ela funciona daquele jeito no que se refere a temas políticos e a notícias internacionais igualmente. As notícias são um relato das fases manifestas que são interessantes, e a pressão sobre o jornal para aderir a esta rotina vem de muitos lados. Vem da economia proporcionada de se observar somente a fase estereotipada de uma situação, da dificuldade de descobrir jornalistas que podem ver o que não aprenderam a ver, da quase inevitável dificuldade de descobrir espaço suficiente no qual mesmo o melhor jornalista possa tornar plausível uma visão não convencional, da ne-

29. Cf. cap. XI: “The Enlisting of Interest”.

30. De seu ensaio *Art and Criticism*. A citação ocorre na passagem citada à p. 87 do Professor R.W. Brown em seu livro *The Writer's Art*.

cessidade econômica de interessar o leitor rapidamente, e do risco econômico envolvido em não interessá-lo sequer, ou em ofendê-lo por notícias inesperadas insuficiente ou toscamente descritas. Todas estas dificuldades combinadas criam a incerteza para o editor, quando temas delicados estão em pauta e provocam-lhe naturalmente preferir o fato indiscutível mais prontamente adaptado ao interesse do leitor. O fato indiscutível e o interesse fácil estão na greve e na inconveniência do leitor.

Todas estas verdades sutis e profundas são na organização presente da indústria verdades muito pouco confiáveis. Elas envolvem julgamentos sobre padrões de vida, produtividade, direitos humanos que são infinitamente discutíveis na ausência do registro exato e análise quantitativa. Enquanto elas não existirem na indústria, o percurso das notícias sobre isso tenderá, como diz Emerson, citando de Isócrates, “fazer de diques montanhas, e de montanhas diques”³¹. Onde não existe procedimento constitucional na indústria, e qualquer resquício de evidência e das queixas, o fato que é sensacional ao leitor é o fato que quase todo jornalista procurará.

Considerando que as relações industriais que tão amplamente prevalecem, mesmo onde há deliberação ou arbitragem, mas não filtragem independente dos fatos para uma decisão, a questão para um jornal público tenderá não ser a mesma para a indústria. E, por consequência, provocar as disputas através de apelo nos jornais coloca um peso nos jornais e leitores que eles não podem e não querem carregar. Enquanto a lei real e a ordem não existirem, o foco das notícias será, a menos que seja corrigido legal e corajosamente, o trabalho contra os que não têm um método legal e ordenado de se afirmarem. Os boletins da cena da ação não observarão o problema que surge deste tipo de ação, e menos as razões que o levaram até lá. As razões são intangíveis.

4

O editor se ocupa com esses boletins. Ele senta em seu escritório, os lê, raramente vê qualquer porção maior dos eventos. Ele precisa, como

31. Id., supra.

já assinalamos, cortejar pelo menos uma parte de seus leitores todo o dia, porque eles o deixam sem desculpas se um jornal rival conseguir chamuscar suas fantasias. Ele trabalha sob enorme pressão, pois a competição dos jornais é freqüentemente uma questão de minutos. Todo boletim requer um julgamento veloz, mas complicado. Precisa ser entendido, posto em relação com outros boletins também compreendidos, esquentado ou esfriado de acordo com o provável interesse do público, de acordo com o que editor percebe. Sem a padronização, sem os estereótipos, sem a rotina dos julgamentos, sem a razoável rudeza na desconsideração da sutileza, o editor morreria de excitação. A página final é de um tamanho definitivo, precisa ser lido num momento preciso; pode haver somente certo número de legendas, e em cada legenda precisa haver um número definido de letras. Sempre há a urgência precária do público consumidor, a lei da injúria e a possibilidade de problemas sem fim. Isso tudo não poderia ser administrado sem toda uma sistematização, pois um produto sistematizado é economia de tempo e esforço, assim como uma garantia parcial contra o fracasso.

É aqui que os jornais influenciam mais profundamente um ao outro. Assim, quando a guerra começou, os jornais americanos se confrontaram com um assunto em relação ao qual não tinham experiência prévia. Certos diários, ricos o suficiente para pagar a tarifa telegráfica, assumiram a liderança em assegurar as notícias, e a maneira que elas foram apresentadas tornou-se um modelo para toda a imprensa. Mas de onde aquele modelo se originou? Veio da imprensa inglesa, não porque Northcliffe³² fosse o proprietário de jornais americanos, mas porque em primeiro lugar era mais fácil comprar matérias de correspondentes ingleses do que era para eles lerem de quaisquer outros. Londres era um centro teleográfico e noticioso, e foi lá que certa técnica de reportagem de

32. Alfred Charles William Harmsworth Viscount Northcliffe of Saint Peter, nascido em 15/07/1865. Morreu em 14/08/1922. *Publisher* britânico. De origem pobre, seguiu os passos do irmão ao publicar priódicos populares que formaram a base da Amalgamated Press, à época o maior conglomerado de imprensa do país. Em 1896, começou o *Daily Mail*, um dos poucos jornais ingleses a popularizarem a cobertura, cobrindo temas de apelo das massas. Fundou também o *Daily Mirror* (1903) e o *The Times* (1908) (N.T.).

guerra se desenvolveu. Algo similar ocorreu na cobertura da Revolução Russa. Naquela ocasião, o acesso à Rússia estava fechado pela censura militar, tanto russa quanto aliada, e ainda mais efetivamente fechado pelas dificuldades da língua russa. Mas acima de tudo estava fechado ao efetivo trabalho noticioso pelo fato de que a coisa mais difícil de reportar era o caos, muito embora fosse um caos dinâmico. Isso pôs a formulação das notícias russas desde sua origem em Helsingfors, Estocolmo, Gênova, Paris e Londres, nas mãos dos censores e propagandistas. Eles não sofreram verificação de qualquer espécie por um longo período. Até o momento em que se tornaram ridículos eles criaram, vamos admitir, de alguns aspectos genuínos da enorme confusão russa, um conjunto de estereótipos tão evocativos do ódio e medo, que o melhor instinto do jornalismo, seu desejo de ir e ver e contar, foi por um longo período esmagado³³.

5

Todo jornal quando alcança o leitor é o resultado de uma série completa de seleções sobre que itens e em que posição devem ser publicados, quanto espaço cada estória deve ocupar, que ênfase deve ter. Não há padrões objetivos aqui. Existem convenções. Pegue dois jornais publicados numa mesma cidade numa mesma manhã. Um título diz: "Inglaterra promete ajuda a Berlim contra a agressão francesa; França apóia abertamente os poloneses". O título do segundo é: "O outro amor da Sra. Stillman". O que você prefere é uma questão de gosto, mas não inteiramente uma questão de gosto dos editores. É uma questão de seu julgamento de qual conjunto de leitores dará "a meia hora" de atenção a seu jornal. Agora o problema de assegurar atenção é em hipótese alguma equivalente a de apresentar as notícias na perspectiva estabelecida pelos ensinamentos religiosos ou por alguma forma de cultura ética. É um problema de provocar o sentimento do leitor, de induzi-lo a sentir uma sensação de identificação pessoal com as estórias que ele está lendo. As notícias

33. Cf. *A Test of the News*, por Walter Lippmann e Charles Merz, com apoio de Faye Lippmann. *New Republic*, 04/08/1920.

que não oferecem esta oportunidade para que alguém se apresente na luta que elas representam não podem apelar a uma ampla audiência. A audiência precisa participar nas notícias, da mesma forma como participa no drama, por identificação pessoal. Assim como todo o mundo fica sem ar quando a heroína está em perigo, quando Babe Ruth balanceia seu bastão de *basebol*, da mesma forma o leitor entra notícia adentro. Para conseguir entrar ele precisa encontrar um gancho familiar na estória, e isso lhe é fornecido pelo uso de estereótipos. Eles lhe dizem que se uma associação de encanadores é chamada de “combinado” é apropriado desenvolver sua hostilidade; se é chamado de um “grupo líder de homens de negócio” a pista é por uma reação favorável.

É na combinação destes elementos que o poder de criar opinião reside. Os editoriais reforçam. Algumas vezes uma situação que nas páginas noticiosas é tão confusa para permitir a identificação, eles dão ao leitor uma pista através da qual ele se engaja. Uma pista ele precisa ter, como a maioria de nós precisa, para capturar as notícias apressadamente. Algum tipo de sugestão ele precisa, que lhe diga, por assim dizer, onde ele, um homem que concebe a si mesmo ser tal e tal pessoa, precisa integrar seus sentimentos com as notícias que ele lê.

“Tem sido dito”, escreve Walter Bagehot³⁴, “que se você conseguir fazer com que um inglês de classe média pense se há ‘caracóis em Sirius’³⁵, ele logo terá uma opinião sobre isso. Será difícil fazê-lo pensar, mas se pensar, ele não pode descansar com a negativa, ele chegará a alguma decisão. E num tópico ordinário, naturalmente, assim ocorre. Um merceiro tem um credo completo sobre política exterior, uma jovem moça uma completa teoria dos sacramentos, e sobre estes assuntos nenhum dos dois têm qualquer dúvida”.

Não obstante o mesmo merceiro tenha muitas dúvidas sobre sua mercearia, e aquela jovem moça, maravilhosamente certa sobre os sacramentos, possa ter todo o tipo de dúvidas sobre se deve casar com o mer-

ceiro, e, caso negativo, se é adequado aceitar o seu cortejo. A habilidade de descansar com a negativa implica ou na falta de interesse no resultado, ou na vívida sensação de alternativas competitivas. No caso da política exterior ou dos sacramentos, o interesse no resultado é intenso, enquanto os meios de avaliar a opinião são pobres. Esta é a má condição do leitor das notícias gerais. Se ele é de ler plenamente, precisa estar interessado, isso quer dizer, ele precisa entrar numa situação e preocupar-se com o resultado. Mas se ele se interessar não pode descansar com a negativa, e a menos que um meio independente de observação do cabeçalho que lhe é fornecido por seu jornal exista, o fato de que está interessado pode tornar difícil chegar a um equilíbrio de opiniões capaz de aproximá-lo o máximo possível da verdade. Quanto mais apaixonado ele se torna, mais ele tenderá a ressentir-se não só de uma visão distinta, mas de notícias minimamente perturbadoras. É por causa disso que um jornal descobre que, tendo honestamente evocado a militância de seus leitores, isso não pode facilmente, mesmo supondo que o editor acredite que os fatos o permitam, modificar a posição. Se uma mudança for necessária, a transição tem que ser administrada com o máximo de habilidade e delicadeza. Usualmente um jornal não tenta tão arriscadamente uma proeza. É mais fácil e seguro que as notícias sobre aquele assunto apareçam e desapareçam, apagando a fogueira por inanição.

34. On the “Emotion of Conviction”. *Literary Studies*. Vol. III, p. 172. • O crítico literário, economista e teórico social Walter Bagehot (1826-1877) foi virtualmente o fundador da psicologia política e sociologia política na Inglaterra (N.T.).

35. Sirius é a estrela mais brilhante do céu.

24 Notícias, verdade e uma conclusão

1

À medida que começamos a fazer mais e mais estudos exatos da imprensa, muito dependerá da hipótese que temos. Se pressupusermos com o Sr. Sinclair, e a maioria de seus oponentes, que as notícias e a verdade são duas palavras para a mesma coisa, nós devemos, eu creio, chegar a lugar nenhum. Devemos provar que neste ponto os jornais mentiram. Devemos provar que naquele ponto o relato do Sr. Sinclair é mentiroso. Precisamos demonstrar que o Sr. Sinclair mentiu quando ele disse que alguém mentiu, e que alguém mentiu quando disse que o Sr. Sinclair mentiu. Devemos ventilar nossos sentimentos, mas devemos ventilá-los com ar.

A hipótese, que me parece a mais fértil, é que as notícias e a verdade não são a mesma coisa, e precisam ser claramente distinguidas³⁶. A função das notícias é sinalizar um evento, a função da verdade é trazer luz aos fatos escondidos, pô-los em relação um com o outro e fazer uma imagem da realidade com base na qual os homens possam atuar. Somente naqueles pontos, onde as condições sociais tomam uma forma reconhecível e mensurável, o corpo da verdade e o noticioso coincidem. Aquela é comparativamente uma pequena parte de todo o campo de interesse humano. Neste setor, e somente neste setor, os testes das notícias são suficientemente exatos para fazer as cargas de perversão ou supressão mais do que um julgamento partidário. Não há defesa, nem atenuação, nem desculpas quaisquer, para declarar seis vezes que Lênin morreu, quando somente a informação que o jornal possui é um relato de que morreu de uma fonte repetida e comprovadamente inconfiável. As

36. Quando escrevi *Liberty and the News* não entendi esta distinção suficientemente para declará-la, mas, cf. p. 89ss.

notícias, naquela oportunidade, não é que “Lênin morreu”, mas “Helsingfors³⁷ diz que Lênin morreu”. E um jornal pode ser solicitado a assumir a responsabilidade por não ter feito Lênin mais morto do que a fonte das notícias tem fé; se há um assunto em que os editores são mais responsáveis é seu julgamento na confiabilidade da fonte. Mas quando se tem que tratar, por exemplo, com estórias sobre o que o povo russo deseja, tal teste não existe.

A ausência destes testes exatos contribui, eu penso, para o caráter da profissão, de uma forma que nenhuma outra explanação faz. Há um corpo pequeno de conhecimento exato, que requer nenhuma habilidade excepcional ou treinamento. O resto está à discrição do próprio jornalista. Uma vez que ele inicie na região onde está definitivamente registrado no Escritório Municipal do Condado que John Smith faliu, todos os padrões estabelecidos desaparecem. A estória de por que John Smith fracassou, suas fragilidades humanas, a análise das condições econômicas nas quais tinha naufragado, tudo isso pode ser contado numa centena de diferentes formas. Não há disciplina em psicologia aplicada, como há uma disciplina na medicina, engenharia, ou até mesmo no direito, que tem a autoridade de dirigir a mente do jornalista quando ele passa das notícias ao vago campo da verdade. Não há cânones para dirigir sua mente, nem cânones que coajam o julgamento do leitor ou do proprietário de jornal. Sua versão da verdade é somente sua versão. Como ele pode demonstrar a verdade quando ele a vê? Ele não pode demonstrá-la nem um pouco mais do que o Sr. Sinclair Lewis pode demonstrar que ele nos relatou toda a verdade sobre Main Street. E quanto mais ele entender suas próprias fragilidades, mais disponível ele estará para admitir que, quando não existe um teste objetivo, sua própria opinião é em alguma medida vital construída de seus próprios estereótipos, de acordo com seu próprio código e pela urgência de seu próprio interesse. Ele sabe que está vendo o mundo através de lentes subjetivas. Ele não pode negar que também é, como Shelley assinalou, um domo de vidro multicolorido que pinta a radiância branca da eternidade.

37. É o nome sueco para Helsinque, Finlândia.

E por este conhecimento sua segurança é temperada. Ele pode ter todos os tipos de coragem moral, e às vezes tem, mas lhe falta a convicção sustentadora de certa técnica que finalmente libera as ciências físicas do controle teológico. Foi um desenvolvimento gradual de um método incontestável que deu aos físicos sua liberdade intelectual como que contra todos os poderes do mundo. Suas provas foram tão claras, sua evidência tão agudamente superior à tradição, que ele rompeu finalmente com todo o controle. Mas o jornalista não tem tal apoio de sua própria consciência ou no fato. O controle exercido sobre ele pelas opiniões de seus empregadores e de seus leitores não é o controle da verdade pelo preconceito, mas de uma opinião por outra opinião que não é demonstravelmente menos verdadeira. Entre a afirmativa do Juiz Gary de que os sindicatos destruirão as instituições americanas, e a afirmativa do Sr. Gomper de que eles são um instrumento dos direitos humanos, a escolha tem, em boa medida, que ser governada pelo desejo de acreditar.

A tarefa de deflacionar estas controvérsias, reduzindo-as a um ponto que elas podem ser reportadas como notícias, não é uma tarefa que o repórter pode realizar. É possível e necessário aos jornalistas trazer às pessoas o caráter incerto da verdade no qual suas opiniões são fundamentadas, e pela crítica e agitação provocar a ciência social a fazer formulações mais utilizáveis aos fatos sociais, e provocar os homens de estado a estabelecerem instituições mais visíveis. A imprensa, em outras palavras, pode lutar pela extensão de verdades reportáveis. Mas na maneira como a verdade social é organizada hoje em dia, a imprensa não é estabelecida para fornecer de uma edição à próxima a quantidade de conhecimento que a teoria democrática da opinião pública demanda. Isso não se deve devido ao Cheque Dourado, como a qualidade das notícias dos jornais radicais mostra, mas ao fato de que a imprensa trata com uma sociedade em que as forças governantes são tão imperfeitamente registradas. A teoria de que a imprensa pode registrar aquelas forças é falsa. Ela pode registrar normalmente somente o que tem sido registrado por ela através das instituições em funcionamento. Todo o resto é argumento e opinião, flutua com vicissitudes a autoconsciência e a coragem da mente humana.

Se a imprensa não é tão universalmente perversa, nem tão profundamente conspiradora, como o Sr. Sinclair nos teria feito acreditar, ela é

muito mais frágil do que a teoria democrática já admitiu. É demasiadamente frágil para carregar todo o peso da soberania popular fornecer espontaneamente a verdade que os democratas gostariam que fosse inata. E quando esperamos que ela forneça tal corpo de conhecimento, empregamos um padrão equivocado de julgamento. Nós interpretamos mal a limitada natureza das notícias, a ilimitada complexidade da sociedade, superestimamos nossa própria persistência, espírito público e competência plena. Nós supomos um apetite para verdades desinteressantes que não é descoberta por qualquer análise honesta de nossos próprios gostos.

Se os jornais, então, devem ser encarregados do dever de traduzir toda a vida pública da humanidade, de forma que todo homem adulto alcance a ter uma opinião em todo debate, eles falham, estão prestes a falhar, em qualquer futuro que possamos conceber eles continuarão a falhar. Não é possível supor que um mundo, marcado pela divisão do trabalho e distribuição da autoridade, possa ser governado por opiniões universais em toda a população. Inconscientemente a teoria propõe um leitor solitário como um ser teoricamente supercompetente, e coloca sobre a imprensa o peso de conseguir realizar o que qualquer governo representativo, organização industrial e diplomacia têm falhado em realizar. Agindo sobre todo o mundo por 30 minutos em 24 horas, a imprensa é solicitada a criar uma força mística denominada opinião pública que tomará medidas para que a atividade e a produção se desenvolvam em instituições públicas. A imprensa freqüentemente fingiu que poderia fazer exatamente isso. Tem sido à imprensa um grande custo moral, ao encorajar a democracia, ainda ligada a suas promessas originais, esperar que os jornais forneçam espontaneamente a cada órgão do governo, em todo problema social, à maquinaria, a informação que eles próprios geralmente não fornecem a si mesmos. Instituições, tendo falhado em fornecer a si próprias com instrumentos de conhecimento, tornam-se um fardo de "problemas", que a população em geral, lendo a imprensa como um todo, deve supostamente resolver.

A imprensa, em outras palavras, veio a ser considerada como um órgão de democracia direta, encarregada numa escala muito mais ampla, e dia a dia, com a função freqüentemente atribuída de iniciativa, referen-

do e recordação. O Tribunal da Opinião Pública, aberto dia e noite, deve baixar uma lei para tudo o tempo todo. Isso não é realizável. E quando você considera a natureza das notícias, isso não é nem mesmo pensável. Pois a notícia, como vimos, é precisa na proporção à exatidão com que o evento é registrado. A menos que o evento seja capaz de ser nomeado, medido, formatado, tornado específico, ele ou falhará em adquirir o caráter de notícia, ou é sujeito aos acidentes e preconceitos da observação. Portanto, ao todo, a qualidade das notícias sobre a sociedade moderna é um *index* de sua organização social. Quanto melhor forem as instituições, quanto mais todos os interesses envolvidos forem formalmente representados, mais as questões estão desembaraçadas, mais critérios objetivos são introduzidos, mais perfeitamente um assunto pode ser apresentado como notícia. E no melhor dos casos a imprensa é serva e guardiã das instituições; e no pior, um meio pelo qual alguns exploram a desorganização social para seus próprios fins. Na medida em que as instituições deixam de funcionar, o jornalista inescrupuloso pode “pescar nas águas revoltas”, e o consciencioso precisa jogar com as incertezas.

A imprensa não é substituta para as instituições. É como um raio de holofote que se move sem descanso, trazendo um episódio e depois o outro fora da escuridão à visão. Os homens não podem fazer o trabalho do mundo através desta luz somente. Eles não podem governar a sociedade por episódios, incidentes e erupções. Só quando eles trabalham com a ajuda de uma luz firme, que a imprensa, quando foca sobre eles, revela uma situação inteligível o suficiente para uma decisão popular. O problema é mais profundo do que a imprensa, e assim também o é o remédio. Ele fica na organização social baseada num sistema de análise e registro, e em todas as conseqüências daquele princípio; no abandono da teoria do cidadão todo-poderoso, na descentralização da decisão, na coordenação da decisão por registro comparável e análise. Se no centro administrativo há uma auditoria dinâmica, que torna o trabalho inteligível para os que o realizam, e aos que o supervisionam, quando os assuntos surgem não são meras colisões de cegos. Então, também, as notícias são reveladas para a imprensa por um sistema de inteligência que é também uma vigilância sobre a imprensa.

Este é o jeito radical. Para os problemas da imprensa, como aos problemas do governo representativo, seja ele territorial ou funcional, como aos problemas da indústria, seja ele capitalista, cooperativa, ou comunista, vão de volta à fonte comum: a falha do povo auto-administrado em transcender sua experiência casual e seu preconceito, inventando, criando e organizando a maquinaria do conhecimento. Porque eles são compelidos a agir sem uma imagem confiável do mundo, os governos, escolas, jornais e igrejas dão tais pequenos passos contra as falhas mais óbvias da democracia, contra o violento preconceito, apatia, preferência pelo curioso trivial como contra o estúpido importante, e a fome por ocorrências paralelas e “calvos de três patas”. Este é o defeito primário do governo popular, um defeito inerente a suas tradições, e todos seus outros defeitos podem, eu creio, ser remetidos a este único.

“ Parte VIII
Inteligência organizada ”

25 A cunha introduzida

1

Se o remédio fosse interessante, os pioneiros americanos como Charles McCarthy¹, Robert Valentine e Frederick W. Taylor² não teriam tido que lutar tão duramente para serem ouvidos. Mas está claro por que tiveram que lutar, e por que os departamentos governamentais de pesquisa, auditorias industriais, orçamentos e similares são os “patinhos feios” da reforma. Eles revertem o processo pelo qual opiniões públicas interessantes são construídas. Ao invés de apresentarem um fato casual, uma ampla tela de estereótipos e uma identificação dramática, eles derubam o drama, abrem caminho através dos estereótipos e oferecem aos homens uma imagem dos fatos, que é não familiar e a eles impessoal. Quando isso não é doloroso, é estúpido, e para quem isso é doloroso, o político comerciante e o militante, que têm muito a esconder, freqüentemente exploram a estupidez que o público sente, a fim de remover a dor que eles sentem.

2

Ainda assim toda comunidade complicada tem buscado a assistência de homens especiais, padres, idosos. Nossa própria democracia, muito embora baseada numa teoria de competência universal, procurou advogados para administrar seu governo e ajudar a administrar sua indústria.

1. Charles McCarthy (1873-1921), cientista político e autor americano. Organizou a primeira biblioteca de referência do país (1901-1921). Através de artigos, conferências e contato com legisladores tornou-se numa das principais influências na elaboração de projetos de leis em Wisconsin.

2. Frederick Winslow Taylor (1856-1915), engenheiro e inventor americano. Trabalhou na Midvale Steel Co. (1878-1890), onde apresentou o estudo sobre o tempo e o movimento que o tornaria célebre. Visava sistematizar as operações, objetivando com isso aumentar a produtividade das operações. Embora seu estudo tenha provocado ressentimento dos movimentos dos trabalhadores, teve enorme impacto no desenvolvimento de técnicas de produção massiva de bens. É considerado por isso como o pai da administração científica.

Foi reconhecido que um homem especialmente treinado estava de alguma forma sombria orientado a um sistema mais amplo de verdade do que aquela que surge espontaneamente na mente do amador. Mas a experiência tem mostrado que a habilidade do advogado tradicional não ofereceu assistência suficiente. A “grande sociedade” cresceu furiosamente a dimensões colossais pela aplicação do conhecimento técnico. Foi feita por engenheiros que aprenderam a utilizar medições e análise quantitativa. Ela não poderia ser governada, começou-se a descobrir, por homens que pensavam dedutivamente sobre o certo e o errado. Poderia ficar sob controle humano somente pelo técnico que a tinha desenvolvido. Gradualmente, então, as mais ilustres mentes dirigentes chamaram os especialistas que foram treinados, ou tinham se preparado de forma autônoma, para tornar partes desta grande sociedade inteligíveis aos que a administram. Estes homens são conhecidos por vários tipos de nomes, como estatísticos, contadores, auditores, conselheiros industriais, engenheiros de várias espécies, administradores científicos, administradores de recursos humanos, pesquisadores, “cientistas”, e às vezes simplesmente como secretarias privadas. Cada um deles trouxe o seu próprio jargão, assim como encheram gabinetes, catálogos de fichas, gráficos, engenhocas de folhas removíveis, e acima de tudo elaboraram um ideal de executivo perfeito que se senta atrás de uma escrivaninha, uma folha a sua frente, e decide em questões de política apresentada numa forma pronta para ser rejeitada ou aprovada.

Todo este desenvolvimento tem sido o trabalho, não tanto de uma evolução criativa espontânea, como de uma seleção natural cega. O estadista, o executivo, o líder partidário, o chefe de uma associação voluntária descobriram que se eles têm que discutir duas dezenas de coisas diferentes no curso do dia, alguém teria que orientá-los. Ele começou a solicitar por memorando. Descobriu que não conseguiria ler sua correspondência. Solicitou que alguém marcasse com tinta as sentenças interessantes das cartas importantes. Ele descobriu que não conseguiria digerir as enormes pilhas de relatórios datilografados que amadureciam em sua mesa. Solicitou resumos. Descobriu que não poderia ler uma série infindável de números. Incluiu o homem que faria figuras coloridas deles. Descobriu que não distinguia uma máquina de outra. Contratou engenheiros para pegá-las, para que lhe dissessem quanto custariam e o que eles poderiam fazer. Ele des-

casava um problema atrás de outro, como quando um homem tira primeiro o chapéu, depois seu casaco, depois seu colarinho, quando está se esforçando para livrar-se de um peso incômodo.

3

Muito curiosamente, embora soubesse que precisava de ajuda, ele demorou em chamar o cientista social. O químico, o físico e o geólogo tiveram uma recepção mais cedo e mais fraterna. Laboratórios foram montados para eles, estímulos foram oferecidos, pois havia rápida apreciação por suas vitórias sobre a natureza. Mas o cientista que tinha os problemas humanos como seu problema era um caso diferente. Há muitas razões para isso: a principal é que ele tinha pouquíssimas vitórias para exibir. Ele tinha tão poucas porque, a menos que tratasse com o passado histórico, não podia provar suas teorias antes de oferecê-las ao público. O físico pode fazer uma hipótese, testá-la, revisá-la uma centena de vezes, e, depois disso tudo, se estiver errado, nenhuma outra pessoa terá que sofrer a consequência. Mas o cientista social não pode começar a oferecer a segurança de um teste laboratorial, e se o seu conselho for seguido, e se ele estiver errado, as consequências podem ser incalculáveis. Pela natureza das coisas ele é mais responsável, e muito menos seguro. Mas mais do que isso. No laboratório de ciências o estudante superou o dilema do pensamento e ação. Ele traz uma amostra da ação a um lugar silencioso, onde pode ser repetido de acordo com o seu desejo e examinado à vontade. Mas o cientista social está constantemente sendo “espetado” num dilema. Se ele permanecer na biblioteca, onde tem tempo para refletir, ele tem que se apoiar em registros excessivamente casuais e magros registros impressos que lhe chegam através de relatórios oficiais, jornais e entrevistas. Se ele for “ao mundo” lá fora onde as coisas estão acontecendo, tem que se submeter a um longo, freqüentemente desgastante, aprendizado, antes que possa ser admitido ao santuário onde elas estão sendo decididas. O que ele não pode fazer é mergulhar na ação e se retirar sempre que desejar. Não há ouvintes privilegiados. O homem prático, observando que o cientista social sabe somente desde fora o que sabe, pelo menos em parte, desde dentro, reconhecendo que a hipótese do cientista social não é suscetível de prova laboratorial, e que a

verificação é possível somente no mundo “real”, desenvolveu um apreço muito baixo pelos cientistas sociais que não partilham de suas visões de política pública.

No fundo de seu coração o cientista social partilha desta estimativa de si mesmo. Ele tem pouca certeza sobre seu trabalho. Acredita pela metade em si mesmo, e, não tendo certeza sobre coisa alguma, não encontra forte razão para insistir em sua liberdade de pensamento. O que ele pode exigir para si, à luz de sua própria consciência?³ Seus dados são incertos, seus meios de verificação falhos. As melhores qualidades existentes nele são uma fonte de frustração. Pois se for realmente crítico e saturado de espírito científico, ele não pode ser doutrinário e ir ao Armagedon contra os curadores e os estudantes, a federação cívica e a imprensa conservadora, por uma teoria da qual ele não está certo. Se você for ao Armagedon, você quer lutar pelo Senhor, mas o cientista político está sempre um pouco em dúvida se o Senhor lhe chamou.

Conseqüentemente, se a ciência social é tão apologética ao invés de construtiva, a explicação está nas oportunidades da ciência social, não no “capitalismo”. O cientista físico alcançou sua liberdade do clericalismo inventando um método que produziu conclusões de um tipo que poderiam não ser eliminadas ou ignoradas. Eles se convenceram e adquiriram dignidade, e sabiam pelo que lutavam. O cientista social adquirirá sua dignidade e sua força quando conceber seu método. Ele fará isso tornando em oportunidade a necessidade dos dirigentes da grande sociedade pelos instrumentos de análise pela qual o invisível torna-se inteligível.

Mas do jeito que as coisas estão agora, o cientista social reúne seus dados de uma massa de material não relacionado. Processos sociais são registrados espasmodicamente, muito freqüentemente como acidentes de administração. Um relatório ao Congresso, um debate, uma investigação, aconselhamentos legais, um censo, uma tarifa, um cronograma de impostos; o material, como o cérebro de um homem de Pildown, tem que ser juntado através de uma inferência engenhosa antes que o estu-

3. Cf. MERRIAM, C.E. “The Present State of the Study of Politics”. *American Political Science Review*, vol. XV, n. 2, mai./1921.

dante obtenha qualquer idéia do evento que está estudando. Embora trate da vida consciente de seus compatriotas, tudo isso é com tanta freqüência aflitivamente opaco, pois o homem que está tentando generalizar praticamente não tem supervisão da maneira com que seus dados são coletados. Imagine uma pesquisa médica realizada por estudantes que raramente podiam ir ao hospital, estavam impedidos de realizar experimentos com animais e eram forçados a tirar conclusões dos casos de pessoas que têm estado doentes, dos registros das enfermeiras, cada uma delas tendo seu próprio sistema de diagnóstico, e as estatísticas compiladas pela Receita Federal sobre os excessos nos lucros dos donos das farmácias. Usualmente o cientista social tem que fazer o que é possível das categorias que estão depositadas acriticamente na mente de um funcionário que administra alguma parte da lei, ou de quem está pronto para justificar, persuadir, exigir ou provar. O estudante sabe disso, e como uma proteção contra isso desenvolveu aquele ramo de estudo que é uma suspeita elaborada sobre onde desacreditar a sua informação.

Isso é por virtude, mas isso se torna uma virtude muito tênue quando é somente corretiva à insalubre posição da ciência social. O acadêmico está condenado a supor tão astutamente quanto possível porque numa situação não perfeitamente compreendida certa ou outra coisa possa ter acontecido. Mas o especialista que está empregado como mediador entre congressistas, e como um espelho e medida da administração, tem um controle muito diferente dos fatos. Ao invés de ser o homem que generaliza dos atos jogados sobre ele por homens de ação, ele se torna no homem que prepara os fatos para os homens de ação. Esta é uma modificação profunda em sua posição estratégica. Ele não se posta mais lá fora, mascando o alimento regurgitado por ocupados homens de ação, pois ocupa seu lugar à frente da decisão ao invés de à sua retaguarda. Hoje a seqüência é que o homem de ação encontra seus fatos, e decide com base neles, então, algum tempo mais tarde, o cientista social deduz excelentes razões de por que ele decidiu de forma sábia ou não. Esta relação *ex post facto* é acadêmica no mal sentido daquela bela palavra. A seqüência real deveria ser a de que o especialista desinteressado primeiro descobre e formula os fatos para o homem de ação, e mais tarde faz o que a sabedo-

ria lhe autoriza da comparação entre a decisão, que ele entende, e os fatos, que ele organizou.

4

Para a ciência da física esta modificação na posição estratégica começou lentamente, e então se acelerou rapidamente. Houve um tempo quando o inventor e o engenheiro eram estranhos românticos mal-alimentados, tratados como excêntricos. O homem de negócio e o artesão sabiam todos os mistérios de seu ofício. Então os mistérios tornaram-se mais misteriosos, e finalmente a indústria começou a depender das leis da física e das combinações químicas que olho algum podia ver, e somente uma mente treinada podia conceber. O cientista mudou-se do seu nobre sótão no Bairro Latino para os prédios de escritórios e laboratórios. Pois somente ele podia construir uma imagem útil da realidade na qual a indústria se apoiava. Desta nova relação ele usufruía tanto quanto contribuía, talvez mais: ciência pura desenvolveu-se mais rapidamente do que a aplicada, embora obtivesse seu apoio econômico, muito de sua inspiração, e ainda mais de sua relevância, do contato constante com a decisão prática. Mas a ciência física ainda trabalhava sob a enorme limitação de que os homens que tomam as decisões têm somente seu senso comum para guiá-los. Eles administravam sem ajuda científica um mundo complicado pelos cientistas. Outra vez eles tiveram que tratar com fatos que não apreendiam, e como no passado, quando tiveram que chamar os engenheiros, eles tiveram agora que chamar os estatísticos, os contadores, especialistas de todos os tipos.

Estes estudantes práticos são os verdadeiros pioneiros da nova ciência social. Eles estão “enredados com as rodas de direção”⁴ e deste engajamento prático da ciência e ação ambos se beneficiarão radicalmente: ação pela clarificação de suas crenças; crenças pelo teste continuado em ação. Estamos só no início. Mas se admitirmos que todas as grandes formas de associação humana precisam, devido a absoluta dificuldade prá-

4. Cf. Discurso do presidente da Associação Americana de Filosofia, Sr. Ralph Barton Perry, em 28/12/1920. Publicado nos *Anais da Vigésima Reunião Anual*.

tica, conter homens que poderão ver a necessidade de um relato especializado de seus ambientes particulares, então a imaginação tem uma premissa sobre a qual trabalhar. No intercâmbio de técnica e resultado entre as equipes de especialistas se pode ver, eu penso, o início de um método experimental para a ciência social. Quando cada distrito educativo e orçamento, o departamento de saúde, a fábrica e o cronograma das tarifas, for o material do conhecimento para todos, o número de experiências comparadas começa a se aproximar às dimensões de experimento genuíno. Em 48 estados, 2.400 cidades, 277.000 escolas, 270.000 estabelecimentos industriais, 27.000 minas e jazidas, há riqueza de experiência se somente estiver registrado e disponível. E há, também, oportunidade para a tentativa e o erro com tão pouco risco que qualquer hipótese razoável pode ser submetida a um bom teste, sem que isso balance as fundações da sociedade.

A cunha foi introduzida não somente por alguns diretores da indústria e alguns estadistas que tiveram que ajudar, mas pelos escritórios de pesquisa municipal⁵, as bibliotecas legislativas de referência, os *lobbies* especializados das corporações e sindicatos e causas públicas, e por organizações de voluntários como a Liga das Mulheres Eleitoras, a Liga dos Consumidores, as associações industriais; por publicações como *Searchlight on Congress* e a *Survey*; e por fundações como a General Education Board. De forma alguma elas estão desinteressadas. Este não é o ponto. Todas elas começam a demonstrar a necessidade de se interpor alguma forma de especialidade entre o cidadão privado e o vasto ambiente com o qual ele está envolvido.

5. O número destas organizações nos Estados Unidos é muito grande. Algumas estão vivas, e algumas meio mortas. Elas estão em rápido fluxo. Listas delas que chegam às centenas me foram fornecidas pelo Dr. L.F. Upson do Escritório de Pesquisa Governamental de Detroit; Srta. Rebecca B. Rankin, da Biblioteca Municipal de Referência de Nova York; Sr. Edward A. Fitzpatrick, secretário de Estado de Educação (Wisconsin); Sr. Savel Zimand, do Escritório de Pesquisa Industrial (Nova York).

26 Trabalho de inteligência

1

A prática de democracia tem estado à frente de sua teoria. A teoria sustenta que os eleitores adultos considerados como um todo toma decisões com base num desejo que está neles mesmos. Mas à medida que crescem as hierarquias governamentais que são invisíveis em teoria, ocorre igualmente uma boa quantidade de adaptação construtiva, também desconsiderada na imagem da democracia. Maneiras foram encontradas para representar muitos interesses e funções que permaneciam fora do raio de visão.

Estamos mais conscientes disso em nossa teoria dos tribunais, quando nós explicamos seus poderes legislativos e seus vetos com a teoria de que há interesses a serem preservados que poderiam ser esquecidos pelos funcionários oficiais. Mas o Escritório do Censo, quando ele conta, classifica, e correlaciona pessoas, coisas e modificações, também está falando pelos fatores invisíveis no ambiente. A pesquisa geológica torna os minerais evidentes, o Departamento de Agricultura representa nos conselhos da nação os fatores que cada agricultor consegue ver somente uma parte infinitesimal. As autoridades educativas, a Comissão de Tarifas, o serviço consular, a Receita Federal dão representação a pessoas, idéias e objetos que não podem jamais serem automaticamente representadas nesta perspectiva por uma eleição. O Departamento da Infância é o porta-voz de todo um complexo de interesses e funções não ordinariamente visível ao eleitor, e, portanto, incapaz de tornar-se espontaneamente uma parte das opiniões públicas. Assim, a publicação de estatísticas comparativas de mortalidade infantil é seguida freqüentemente por uma redução na taxa de mortes de crianças. Funcionários municipais e eleitores não têm, antes da publicação, um lugar em suas imagens do am-

biente para aqueles bebês. As estatísticas as tornaram visíveis, tão visíveis como se os bebês tivessem eleito um idoso para divulgar suas queixas.

No Departamento de Estado o governo mantém uma Divisão dos Assuntos do Extremo Oriente. Para quê? Tanto o governo japonês como o chinês mantém embaixadores em Washington. Eles não estão qualificados para falar pelo Extremo Oriente? Eles são seus representantes. Mesmo assim ninguém argumenta que o governo americano poderia aprender tudo o que precisasse saber do Extremo Oriente consultando estes embaixadores. Supondo que eles sejam tão cândidos como sabem ser, eles ainda assim são canais limitados de informação. Portanto, para suplementá-los nós mantemos embaixadas em Tóquio e Pequim, e agentes consulares em muitos pontos. Também, eu suspeito, alguns agentes secretos. Estas pessoas devem supostamente enviar relatórios que passam pela Divisão dos Assuntos do Extremo Oriente ao secretário de Estado. Agora, o que o secretário espera da divisão? Sei de um que esperava que a divisão gastasse seu orçamento. Mas há secretários a quem uma revelação especial é negada, e eles se voltam então para suas divisões para ajuda. A última coisa que esperam encontrar é um argumento claro para justificar a posição americana. O que eles querem é que os especialistas tragam o Extremo Oriente à mesa do secretário, com todos os elementos que existem em tal relação como se ele próprio estivesse em contato direto com o próprio Extremo Oriente. O especialista precisa traduzir, simplificar, generalizar, mas a inferência do resultado precisa ser aplicada no Oriente, não meramente nas premissas do relatório. Se o secretário “vale o que come”, a última coisa que ele toleraria em seus especialistas é a suspeita de que eles têm uma “política”. Ele não quer saber deles se eles gostam da política japonesa na China. Ele quer saber que diferentes classes de chineses e japoneses, ingleses, franceses, alemães e russos pensam sobre isso, e o que eles provavelmente farão com base nesta decisão. Quanto mais fielmente a divisão representar aquilo que de outra forma não seria representado, seja pelos embaixadores japoneses ou americano, ou os senadores e os congressistas da Costa do Pacífico, melhor o secretário de Estado será. Ele pode decidir considerar sua política desde a Costa do Pacífico, mas ele tomará seu ponto de vista sobre o Japão do Japão.

2

Não é acidente que o melhor serviço diplomático no mundo é aquele no qual o divórcio entre a coleta de conhecimento e o controle da política é mais perfeito. Durante a guerra, em muitas embaixadas britânicas e no Ministério de Relações Exteriores britânico, havia quase sempre homens, funcionários permanentes ou nomeados especiais que com muito sucesso desconsideravam a mentalidade belicosa existente. Eles desconsideravam todo o palavreiro de ser pró ou contra, de ter nacionalidades favoritas, aversões a animais e perorações não pronunciadas em seus espíritos. Eles deixaram isso para os chefes políticos. Mas numa embaixada americana ouvi certa vez um embaixador dizer que ele nunca reportava algo a Washington que não fosse bem recebido pelo pessoal em seu país. Ele agradava a todos que com ele se encontravam, ajudou muitos trabalhadores que estavam em apuros na guerra e era soberbo quando inaugurava um monumento.

Ele não entendia que o poder do especialista dependia de sua separação dos que tomavam as decisões, não se importando, em seu ego de especialista, qual decisão deveria ser tomada. O homem que, como o embaixador, assume um comportamento, e se mescla com a decisão, é logo desconsiderado. Pois, há que se considerar, há sempre mais de um lado para uma questão. Pois quando ele começa a se preocupar em demasia, começa a ver o que deseja ver, e por isso cessa de ver o que está lá para ver. Ele está lá para representar o invisível. Representa as pessoas que não são eleitoras, representa eleitores que não são evidentes, eventos que estão fora do foco de visão, pessoas não nascidas, relações entre coisas e as pessoas. Ele tem um eleitorado de intangíveis e estes não podem ser utilizados para formar uma maioria política, porque votação é em última instância um teste de força, uma batalha sublimada, e o especialista representa a força que não está disponível nas redondezas. Mas ele pode exercer a força distribuindo o alinhamento das forças. Em tornar o invisível visível, ele confronta as pessoas que exercitam a força material com o novo ambiente, coloca idéias e sentimentos em ação neles, os move para fora da posição, e assim, na forma mais profunda, afeta a decisão.

Os homens não podem desejar agir numa forma que eles sabem ser uma contradição do ambiente na forma como o concebem. Se eles têm a propensão de agirem de certa maneira, têm que reconsiderar o ambiente, eles têm que censurar, racionalizar. Mas se em sua presença há um fato insistente tão obstrutivo que eles não podem explicar, uma das três possibilidades se abre. Podem perversamente ignorá-lo, muito embora eles vão se debilitar no processo, exagerarão sua parte e irão lamentar. Podem levar em conta, mas recusarão agir. Eles pagam, em desconforto interno e frustração. Ou, e eu acredito que este seja o mais freqüente caso, eles ajustam todo o seu comportamento ao ambiente mais amplo.

A idéia de que o especialista é uma pessoa ineficaz se deve ao fato de que ele deixa os outros tomarem decisões bem diferentes da experiência. Quanto mais sutis forem os elementos que entram na decisão, mais poder irresponsável o especialista exerce. Ele está certo, além disso, de exercer mais poder no futuro do que já o fez no passado, porque crescentemente os fatos relevantes iludirão o eleitor e o administrador. Todas as agências de governo tenderão a organizar corpos de pesquisa e informação que mostrarão os tentáculos e se expandirão, como tem ocorrido com os departamentos de inteligência de todos os exércitos no mundo. Mas os especialistas permanecerão seres humanos. Eles desfrutarão do poder, e sua tentação será de apontar a si próprios como censores, e assim absorver a real função da decisão. A menos que suas funções sejam corretamente definidas eles tenderão a transmitir os fatos que pensam sejam apropriados e passar à frente as decisões que aprovam. Eles tenderão, em suma, a tornar-se uma burocracia.

A única salvaguarda institucional é separar tão absolutamente quanto possível a equipe que executa da que investiga. Os dois precisariam ser dois órgãos paralelos, mas bem distintos de homens, recrutados diferentemente, pagos se possível de fundos separados, respondendo a líderes diferentes, intrinsecamente desinteressados no sucesso pessoal um do outro. Na indústria, os auditores, contadores e inspetores deveriam ser independentes do administrador, dos superintendentes, contramestres, e em tempo, eu creio, poderíamos ver que para pôr a indústria sob controle social a maquinaria de registro teria que ser independente dos conselhos de diretores e acionistas.

3

Mas ao se construir as seções de inteligência da indústria e política, nós não começamos a limpar o terreno. E, à parte de insistir nesta separação básica da função, seria incômodo insistir com precisão a forma que em qualquer instância este princípio teria. Há homens que acreditam no trabalho de inteligência, e o adotarão; há homens que não o entendem, mas não podem fazer seu trabalho sem isso. Há homens que resistirão. Mas sob a condição de que o princípio tenha algum apoio em toda agência social ele fará progresso, e o jeito de começar é começar. No governo federal, por exemplo, não é necessário resolver o nó administrativo e as ilógicas duplicações do crescimento de um século para se encontrar um lugar perfeito para os departamentos de inteligência que Washington tão urgentemente necessita. Antes da eleição você pode prometer correr bravamente em direção à fenda. Mas quando está lá sem ar, você descobre que cada absurdo está investido de hábitos, fortes interesses e congressistas muito íntimos. Ataque ao longo de toda a linha e você se defronta com toda a força da reação. Você vai em frente batalhar, como diz o poeta, e você sempre cai. Você pode remover um escritório antiquado aqui, um bando de secretários ali, você pode juntar dois departamentos. E ao tempo que você está ocupado com o preço e as linhas ferroviárias, a era da reforma passou. Além disso, a fim de efetivar uma reorganização lógica do governo, tal como todos os candidatos sempre prometem, você teria que perturbar mais paixões do que você tem tempo para acalmar. E em qualquer esquema, supondo que você tenha um pronto, requereria funcionários para serem nomeados. Digam o que disserem sobre ocupantes de cargos, mesmo a Rússia soviética estava satisfeita em ter muitos dos seus antigos de volta, e estes antigos funcionários, se fossem duramente tratados, sabotariam a própria utopia.

Esquema administrativo algum é funcional sem boa vontade, e boa vontade sobre práticas estranhas é impossível sem educação. A melhor maneira é introduzir na maquinaria existente, seja lá onde você encontrar uma oportunidade, agências que apoiarão um modelo semana após semana, mês após mês. Você pode esperar, então, tornar a máquina visível àqueles que trabalham com ele, assim como aos chefes que são res-

ponsáveis, e ao público de fora. Quando os detentores de cargos começam a ver a si próprios, ou melhor ainda, quando os de fora, os chefes, e os subordinados todos começam a ver os mesmos fatos, os mesmos fatos infernais se você preferir, a obstrução diminui. A opinião do reformador de que certo escritório é ineficiente é somente sua opinião, não uma opinião tão boa aos olhos do escritório, como o é a seus próprios. Mas deixe o trabalho daquele escritório ser analisado e registrado, e então compare com outros escritórios e corporações privadas e o argumento se move a outro plano.

Há dez departamentos em Washington representados no gabinete. Suponha, então, que haja uma seção de inteligência para cada. Quais seriam algumas das condições de eficiência? Acima de todas a de que os funcionários de inteligência deveriam ser independentes tanto dos comitês do Congresso que tratavam com aquele departamento, e do secretário em seu comando, que eles deveriam ser envolvidos, seja na decisão ou na ação. Independência, então, se transformaria principalmente em três pontos, o de fundos, estabilidade e acesso aos fatos. Claramente se um determinado congresso ou um funcionário departamental os privar de dinheiro, os despede, ou dá o caso por encerrado, a equipe acabará se tornando sua criatura.

4

A questão dos fundos é ao mesmo tempo importante e difícil. Agência de pesquisa alguma pode ser realmente livre se depender de esmolas anuais do que pode ser um congresso desconfiado e parcimonioso. Mesmo assim, em última instância, o controle dos fundos não pode ser removido do legislativo. Os arranjos financeiros devem garantir a equipe contra maliciosos, brincalhões e adendos legais contra a destruição ardilosa, e deveria ao mesmo tempo contribuir para o seu desenvolvimento. A equipe deveria estar tão bem entrincheirada que um ataque a sua existência teria que ser feito abertamente. Poderia, talvez, funcionar com base num dispositivo legal, criando um fundo especial, e numa escala móvel sobre um período de anos com base na apropriação da agência à qual o departamento de inteligência pertenceria. De qualquer forma grandes somas

de dinheiro não estão envolvidas. O fundo especial precisa cobrir despesas gerais e de capital para certa equipe mínima, a escala móvel precisaria cobrir os aumentos. Pelo menos a apropriação precisaria ser alocada a despeito de acidente, como o pagamento de qualquer débito de longo prazo. Esta é uma forma muito menos séria de “tentar as mãos do Congresso” do que é a aprovação de uma emenda constitucional ou a liberação de títulos do governo. O Congresso precisa repelir o dispositivo legal. Mas teria que revogá-lo, e não jogar uma chave inglesa neles.

A estabilidade deveria ser para toda a vida, com previsão para uma aposentadoria bem remunerada, com anos sabáticos proporcionados para estudos avançados e treinamento, e com desligamento somente após um julgamento por colegas da profissão. As condições que se aplicam para qualquer carreira intelectual que não vise o lucro deveriam ser utilizadas aqui. Se o trabalho é importante, o homem que o realiza deve ter dignidade, segurança, e, nas altas esferas pelo menos, a liberdade de pensamento que você encontra somente onde os homens não estão tão imediatamente preocupados com decisão prática.

Acesso aos materiais deveria ser estabelecido no ato orgânico. A agência deveria ter o direito de examinar todos os documentos e questionar qualquer funcionário ou forasteiro. Investigação contínua deste tipo não se pareceria com a sensacional investigação legislativa e a esporádica expedição de caça que é agora uma atividade comum de nosso governo. A agência deveria ter o direito de propor métodos contábeis ao departamento, e se a proposta for rejeitada, ou violada depois de ter sido aceita, apelar sob a proteção do dispositivo legal.

Em primeira instância cada agência de inteligência deveria ser a ligação de conexão entre o Congresso e o departamento, uma ligação melhor, em meu julgamento, do que o aparecimento de funcionários do gabinete na tribuna da Câmara dos Deputados e do Senado, muito embora uma proposta não exclua a outra. A agência seria o olho do Congresso na execução de sua política. Seria a resposta do departamento às críticas do Congresso. E então, uma vez que a operação do departamento fosse permanentemente visível, talvez o Congresso cessasse de sentir a necessidade de que aquela minuta nasça da desconfiança e da falsa doutrina da

separação dos poderes, que tanto faz para tornar difícil uma administração eficiente.

5

Mas, naturalmente, cada um dos dez escritórios não poderia trabalhar num compartimento hermético. Em sua relação um com outro está a melhor chance daquela “coordenação” da qual tanto se ouve e tão pouco se vê. Claramente as várias equipes precisariam adotar, sempre que possível, parâmetros que fossem comparáveis. Eles trocariam seus registros. Então se o Departamento de Guerra e o correio comprassem madeira, contratassem carpinteiros, ou construíssem paredes de pedra, não precisariam necessariamente fazer através de uma mesma agência, pois significaria tagarelice sobre supercentralização; mas eles poderiam utilizar o mesmo parâmetro para as mesmas coisas, de comparar resultados e tratarem-se como competidores. E quanto mais competição deste tipo existisse melhor.

Pois o valor da competição é determinado pelo valor dos parâmetros utilizados para medi-lo. Então, ao invés de nos perguntarmos se nós acreditamos na competição, nos perguntemos se acreditamos naquilo pelo que os competidores competem. Ninguém em sua plena razão espera “abolir a competição”, pois quando o último vestígio da imitação tiver desaparecido, o esforço social consistirá na obediência mecânica à rotina, temperada numa minoria por uma inspiração nativa. Ainda assim ninguém espera levar a competição a sua conclusão lógica através de uma luta assassina de um contra todos. O problema é selecionar os objetivos da competição e as regras do jogo. Quase sempre são os parâmetros mais visíveis e óbvios como dinheiro, o poder, a fama e o aplauso, ou o notório “desperdício de Veblen” que determinam as regras do jogo. Que outros parâmetros nossa civilização normalmente fornece? Como isso mede eficiência, produtividade, serviço, pelos quais nós sempre estamos pedindo?

De uma forma geral não há medidas e tanta competição para alcançar estes ideais. Pois a diferença entre os motivos mais altos e mais baixos não é, como os homens afirmam, uma diferença entre o altruísmo e o

egoísmo⁶. É uma diferença entre agir por fins facilmente compreensíveis, e por objetivos que são obscuros e vagos. Exorte um homem a ganhar mais lucro do que seu vizinho e ele saberá o que buscar. Exorte-o a prestar mais serviço social, e como ele estará certo qual serviço é social? Qual é o teste, qual é a medida? Um sentimento subjetivo, a opinião de alguém. Diga em tempo de paz que ele precisa servir seu país e você fez uma declaração piedosa de senso comum. Diga-lhe em tempo de guerra, e a palavra serviço tem um significado; é um número concreto de atos, alistamento, ou a compra de títulos, ou poupar alimentos, ou trabalhar por um dólar ao ano, e cada um destes serviços ele vê definitivamente como parte de um propósito concreto de colocar na frente um exército maior e melhor armado do que o do inimigo.

Assim, à medida que você é mais capaz de analisar a administração e produzir elementos que podem ser comparados, mais você inventa medidas quantitativas para a qualidade que deseja promover, mais você pode transformar a competição aos fins ideais. Se você pode inventar os números índices⁷, pode estabelecer uma competição entre trabalhadores individuais numa loja; entre lojas, entre fábricas, entre escolas⁸; entre departamentos governamentais; entre regimentos, entre divisões, entre navios; condados, e, quanto melhor forem seus números índices, mais útil a competição.

6

As possibilidades que existem na troca de material são evidentes. Cada departamento de governo está todo o tempo pedindo por informação que já pode ter sido obtida por outro departamento, embora talvez numa forma pouco diferente. O Departamento de Estado precisa saber, digamos, a extensão das reservas de óleo mexicano, suas relações com o

6. Cf. cap. 12.

7. Eu não estou usando o termo números do índice em seu significado puramente técnico, mas para cobrir qualquer instrumento para a medida comparativa do fenômeno social.

8. Ver, por exemplo, *An Index Number for State School Systems*, por Leonard P. Ayres. Russel Sage Foundation, 1920. O princípio da cota era aplicado com muito sucesso na Liberty Loan Campaigns, e sob circunstâncias muito mais difíceis pela Allied Maritime Transport Council.

resto do fornecimento mundial, a propriedade atual das reservas de óleo mexicanas, a importância de óleo para os navios de guerra agora sob construção ou planejados, os custos comparativos em diferentes campos. Como isso assegura tal informação hoje em dia? A informação está provavelmente espalhada nos departamentos do Interior, Justiça, Comércio, Trabalho e Marinha. Ou uma secretária no Departamento de Estado procura pelo óleo mexicano num livro de referência, que pode ou não ser preciso, ou alguma secretária particular telefona para alguma outra secretária particular de alguém, pede por um memorando, e no curso do tempo um mensageiro “crioulo” chega com uma braçada de relatórios ininteligíveis. O departamento deveria ser capaz de solicitar a sua própria agência de inteligência para reunir os fatos numa forma apropriada ao problema diplomático para uma decisão. E estes fatos a agência de inteligência diplomática obteria de uma central de intercâmbio de informações⁹.

O estabelecimento logo se tornaria o foco de informação mais extraordinário do seu tipo. E os homens nele ficariam conscientes de quais são realmente os reais problemas do governo. Eles se envolveriam com problemas de definição, de terminologia, de técnica estatística, de lógica; eles atravessariam concretamente todo o espectro das ciências sociais. É difícil ver por que todo este material, exceto alguns segredos diplomáticos e militares, não deveriam ser abertos aos acadêmicos do país. É lá que o cientista político encontraria um “osso duro de roer” e as verdadeiras pesquisas para seus estudantes fazerem. O trabalho não precisa ser feito todo em Washington, mas ele poderia ser feito com referência a Washington. A agência central teria, então, nele o início de uma universidade nacional. A equipe poderia ser recrutada lá para as agências entre os graduados universitários. Eles estariam trabalhando nestes selecionados após consulta entre os curadores da universidade nacional e os professores espalhados em todo o país. Se a associação fosse tão flexível como deveria ser, haveria, como um suplemento à equipe permanente,

9. Tem havido um vasto desenvolvimento de tais serviços entre as associações de comércio. As possibilidades de um uso perverso foram reveladas pela investigação de 1921 do *New York Building Trades*.

uma rotação constante de nomeações temporárias e de especialistas das universidades, e a troca de palestrantes chamados de Washington. Assim o treinamento e o recrutamento da equipe iriam junto. Uma parte da pesquisa seria feita pelos estudantes, e a ciência política nas universidades estaria associada com a política na América.

7

Na sua descrição mais importante o princípio é igualmente aplicável aos governos estaduais, a cidades e a condados rurais. O trabalho de comparação e troca poderia ocorrer por federações de agências do estado, cidade e condados. E dentro destas federações qualquer combinação regional desejável poderia ser organizada. Enquanto os sistemas de contabilidade fossem comparáveis, uma boa quantidade de duplicação seria evitável. Coordenação regional é especialmente desejável, pois as fronteiras legais freqüentemente não coincidem com os ambientes efetivos. Ainda assim eles têm certa base no costume que seria muito custoso perturbar. Ao coordenar suas informações várias áreas administrativas poderiam reconciliar autonomia de decisão com cooperação. A cidade de Nova York, por exemplo, já é uma unidade ingovernável para um bom governo da prefeitura. Ainda assim para muitos propósitos, como saúde e transporte, o distrito metropolitano é a verdadeira unidade de administração. Naquele distrito, no entanto, há grandes cidades como Yonkers, Jersey City, Paterson, Elisabeth, Hoboken, Bayonne. Nem todos poderiam ser administráveis desde um centro, e ainda eles poderiam atuar juntos para muitas funções. Em última instância talvez algum esquema flexível de governo local como Sidney e Beatrice Webb foi sugerido ser uma solução apropriada¹⁰. Mas o primeiro passo seria a coordenação, não uma decisão e ação, mas de informação e pesquisa. Deixe os funcionários das várias municipalidades verem seus problemas comuns à luz destes mesmos fatos.

10. "The Reorganization of Local Government" (cap. IV), em *A Constitution for the Socialist Commonwealth of Great Britain*.

8

Seria inútil negar que tal rede de trabalho de agências de inteligência na política e indústria poderia tornar-se um "peso morto" e uma irritação perpétua. Pode-se facilmente imaginar sua atração para os homens em busca de trabalhos fáceis, para pedantes, para intrometidos. Pode-se ver burocracia, montanhas de papéis, questionários *ad nauseam*, sete cópias de todo documento, endossos, atrasos, papéis perdidos, o uso do formulário 136 em vez do formulário 2gb, o retorno do documento porque o lápis foi usado em vez de tinta, ou tinta negra em vez de tinta vermelha. O trabalho poderia ser muito malfeito. Não há instituições infalíveis.

Mas se pudéssemos supor que haverá circulação através de todo o sistema entre os departamentos governamentais, fábricas, escritórios, e as universidades, uma circulação de homens, de informação e de crítica, os riscos de apodrecimento não seriam tão grandes. Nem seria mentira dizer que estas agências de inteligência complicariam a vida. Elas tenderiam, ao contrário, simplificar, ao revelarem a complexidade agora tão grande e humanamente inimaginável. O sistema atual fundamentalmente invisível de governo é tão intrincado que a maioria das pessoas tem desistido de tentar compreendê-lo, e, porque não tentam, estão tentadas a pensar de uma forma comparativamente simples. É, ao contrário, elusivo, escondido, opaco. O emprego de um sistema de inteligência significaria uma redução no pessoal por unidade de resultado, porque, ao tornar disponível a todos a experiência de cada um, reduziria a quantidade de tentativa e erro; e porque, ao tornar o processo social visível, apoiaria o pessoal na autocrítica. Ele não envolve um número grande adicional de funcionários, se você leva em conta o que é agora gasto em vão por comitês especiais de investigação, júris populares, promotores distritais, organizações reformistas, e confusos funcionários, tentando descobrir o caminho em meio à desordem escura.

Se análise da opinião pública e as teorias democráticas em relação ao moderno ambiente são adequadas em princípio, então eu não vejo como se pode escapar da conclusão de que tal trabalho de inteligência é uma pista para a melhoria. Não estou me referindo às poucas sugestões contidas neste capítulo. Elas são meras ilustrações. A tarefa de elaborar a téc-

nica está nas mãos de homens treinados para fazer isso, e nem mesmo eles são capazes de vislumbrar completamente a forma, muito menos os detalhes. O número de fenômenos sociais que são agora registrados é pequeno, os instrumentos de análise são muito cruéis, os conceitos frequentemente vagos e não criticados. Mas o suficiente tem sido feito para demonstrar, eu penso, que os ambientes invisíveis podem ser reportados por grupos divergentes de pessoas numa forma que é neutra com relação aos seus preconceitos, e capaz de superar seus subjetivismos.

Se aquilo for verdade, então, ao se elaborar o princípio de inteligência, os homens descobrirão o caminho de superar a dificuldade central de autogoverno, a dificuldade de tratar com uma realidade invisível. Por causa daquela dificuldade tem sido impossível para qualquer comunidade que se autogoverna reconciliar sua necessidade de isolamento com a necessidade por um contato mais amplo, reconciliar a dignidade e a individualidade da decisão local com segurança e ampla coordenação, assegurar líderes efetivos sem sacrificar a responsabilidade, ter opiniões públicas úteis sem tentar opiniões públicas universais em todos os assuntos. Enquanto não existia meio de estabelecer versões comuns a eventos invisíveis, medidas comuns por ações separadas, a única imagem de democracia que funcionaria, mesmo em teoria, estava baseada na comunidade isolada cujas faculdades políticas eram limitadas, de acordo com a famosa máxima de Aristóteles, pela amplitude de sua visão.

Mas agora há uma saída, e embora seja um longo caminho, mas uma saída de qualquer maneira. É fundamentalmente uma mesma maneira que permitiu o cidadão de Chicago, com olhos e ouvidos tão bons como os do ateniense, ver e ouvir em longa distância. É possível hoje em dia, e será ainda mais possível quando mais trabalho for realizado, reduzir as discrepâncias entre o ambiente concebido e a comunidade efetiva. Quando isso for feito, o federalismo funcionará mais e mais pelo consenso, e menos e menos por coerção. Por enquanto, federalismo é o único método possível de união entre grupos autogovernantes¹¹, federalismo oscila

seja na direção da centralização imperial ou na direção da anarquia paroquial em todo lugar onde a união não está baseada em idéias corretas e em comum aceitas sobre questões federais. Estas idéias não surgem espontaneamente. Elas têm que ser unificadas juntas por generalização baseada em análise, e os instrumentos para aquela análise têm que ser inventados e testados por pesquisa.

Nenhum instrumento eleitoral, nenhuma manipulação de áreas, nenhuma mudança no sistema de propriedade vai à raiz da questão. Você não pode obter mais sabedoria dos seres humanos do que neles existe. E reforma alguma, embora sensacional, é radicalmente verdadeira, que não dê conscientemente uma maneira de superar o subjetivismo da opinião humana baseada na limitação da experiência individual. Há sistemas de governo, de eleição e representação que extraem mais do que outros. Mas no fim o conhecimento precisa vir não da consciência, mas do ambiente com o qual aquela consciência trata. Quando os homens agem com base no princípio da inteligência, eles saem para descobrir os fatos e obter sua sabedoria. Quando eles a ignoram, vão para dentro de si mesmos e descobrem somente o que há lá. Eles elaboram seus preconceitos ao invés de aumentar seus conhecimentos.

11. Cf. LASKI, H.J. *The Foundations of Sovereignty* e outros ensaios, particularmente o ensaio com este nome, assim como *Problems of Administrative Areas*, *The Theory of Popular Sovereignty* e *The Pluralistic State*.

27 O apelo ao público

1

Na vida real ninguém age com base na teoria de que ele pode ter uma opinião pública em toda e qualquer questão pública, embora este fato seja freqüentemente escondido enquanto uma pessoa pensa que não há questão pública porque ela não tem opinião pública. Mas na teoria de nossa política nós continuamos a pensar mais literalmente do que Lord Bryce pretendia, que “a ação da opinião é contínua”¹², muito embora “sua ação... trate somente com princípios amplos”¹³. E então porque nós tentamos a pensar de nós mesmos como tendo opiniões contínuas, sem estarmos certos do que significa um amplo princípio, nós muito naturalmente saudamos com um grito de angústia um argumento que parece envolver a leitura de mais relatórios de governo, mais estatística, mais curvas e mais gráficos. Pois todos estes são em primeira instância tão confusos como a retórica partidária, e muito menos divertidos.

A quantidade de atenção disponível é muito pequena para qualquer esquema no qual se suponha que, depois de se dedicarem a ler publicações de todas as agências de inteligência, todos os cidadãos da nação se tornariam alertas, informados e desejosos de uma enorme quantidade de questões reais que nunca se encaixaram muito bem em princípio amplo algum. Eu não estou fazendo esta suposição. Em primeiro lugar, a agência de inteligência é um instrumento do homem de ação, do representante encarregado com a decisão, do trabalhador em seu trabalho, e se o informe não o ajuda, não ajudará ninguém afinal. Mas à medida que ele os ajuda a entender o ambiente no qual estão trabalhando, torna o que eles

fazem visível. E por intermédio disso eles se tornam mais responsáveis frente ao amplo público.

O propósito, então, não é sobrecarregar todo cidadão com as opiniões do especialista em todas as questões, mas afastar aquela sobrecarga dele em direção ao administrador responsável. Um sistema de inteligência tem valor, naturalmente, como uma fonte de informação geral, e como verificação da imprensa diária. Mas isso é secundário. Sua real utilidade é uma ajuda ao governo representativo e administração tanto em política como na indústria. A solicitação por apoio de repórteres especialistas na forma de contadores, estatísticos, secretárias e similares vem não do público, mas de homens que fazem negócios públicos, que não podem mais realizá-los pela regra geral. É na origem e em ideal um instrumento para fazer o negócio público melhor, ao invés de ser um instrumento para conhecer melhor quão deficientemente o negócio é realizado.

2

Como cidadão privado, como eleitor soberano, ninguém poderia digerir estes documentos. Mas como parte de uma disputa, como membro de um comitê na legislatura, como funcionário num governo, indústria ou sindicato, como membro de um conselho industrial, relatórios numa questão específica em pauta serão crescentemente bem-vindos. O cidadão particular interessado em alguma causa pertenceria, como ele o faz agora, a sociedades voluntárias que empregaram uma equipe para estudar os documentos e fazer relatórios que serviram como um controle da burocracia. Haveria algum estudo deste material por um jornalista, e uma boa quantidade por especialistas e por cientistas políticos. Mas o forasteiro, e cada um de nós é um forasteiro a todos os aspectos da vida moderna, à exceção de alguns, não tem nem o tempo, nem atenção, nem interesse, nem o equipamento para julgamento específico. São nos homens de dentro, trabalhando sob condições adequadas, que os administradores diários da sociedade precisam se apoiar.

O público de fora em geral pode chegar a julgamentos sobre se estas condições são adequadas somente como resultado depois do evento, e nos procedimentos antes deste. Os amplos princípios com os quais a

12. *Modern Democracies*. Vol. I, p. 159.

13. *Ibid.*, p. 158 – nota de rodapé.

ação da opinião pública pode ser contínua são essencialmente princípios de procedimentos. O forasteiro pode pedir aos especialistas para que lhe digam se os fatos relevantes foram devidamente considerados; ele não pode na maior parte dos casos decidir por ele próprio o que é relevante ou o que deve ser considerado. O forasteiro pode talvez julgar se os grupos interessados na decisão foram adequadamente ouvidos, se a eleição, se tiver ocorrido uma, foi realizada honestamente, e talvez se o resultado foi honestamente aceito. Ele pode olhar o procedimento quando as notícias indicarem que há algo para se ver. Ele pode levantar a questão se o procedimento está correto, se o seu resultado normal conflita com seu ideal de boa vida¹⁴. Mas se ele tenta em todo caso substituir a si próprio pelo procedimento, buscar a opinião pública como um tipo providencial em meio a uma crise de uma disputa, ele confundirá sua própria confusão. Ele não seguirá qualquer linha de raciocínio apropriadamente.

Pois a prática de apelar ao público em todo o tipo de questões intrincadas significa quase sempre um desejo de escapar da crítica dos que sabem, alistando uma grande maioria que não tem tido chance de saber. O veredicto é feito para depender de quem tem a mais forte ou a mais arrebatadora voz, o mais hábil ou o mais atrevido publicista, o melhor acesso à maior parte dos espaços nos jornais. Pois mesmo quando o editor é inescrupulosamente justo com “o outro lado”, a justiça não é suficiente. Podem haver vários outros lados, não mencionados por nenhum dos organizados, financiados e ativos militantes.

O cidadão privado, acossado pelos apelos partidários para contribuir com sua Opinião Pública, logo verá, talvez, que estes apelos não são um cumprimento a sua inteligência, mas uma imposição a sua boa natureza e um insulto a seu senso de evidência. À medida que sua educação cívica leva em conta a complexidade de seu ambiente, ele se preocupará sobre a imparcialidade e a sanidade do procedimento, e mesmo isso ele na maioria dos casos esperará que seu representante eleito veja para ele. Ele recusará aceitar o peso destas decisões, e ele recusará sua alçada na maio-

ria dos casos nos quais, em sua pressa para vencer, corre da mesa da assembléia com o primeiro fuxico para os repórteres.

Somente por insistir que os problemas não devem chegar a ele até que tenham passado por um procedimento, pode o cidadão ocupado de um moderno estado esperar tratar deles numa forma que seja inteligível. Pois as questões, como são afirmadas por um militante, quase sempre consistem de uma intrincada série de fatos, como se ele os tivessem observado, cercado por uma vasta massa de volumosas frases estereotipadas carregadas com sua emoção. De acordo com a moda do dia, ele emergirá da sala da assembléia insistindo que o que ele deseja é alguma idéia comovedora como justiça, bem-estar, americanismo, socialismo. Em tais questões o cidadão forasteiro pode às vezes ser provocado a temer ou admirar, mas nunca a julgar. Antes que ele possa fazer qualquer coisa com o argumento, terá que se encarregar de ferver a gordura para ele.

3

Aquilo pode ser feito tendo um representante “de dentro” fazendo uma discussão na presença de alguém, presidente ou mediador, que obrigue o debate sobre as análises oferecidas pelos especialistas. Esta é a organização essencial de qualquer corpo representativo que trata com questões distantes. As vozes militantes precisam estar lá, mas os militantes precisam encontrar a si próprios confrontados com os indivíduos que não estejam pessoalmente envolvidos, que controlam suficientes fatos e têm a habilidade dialética de descobrir o que é percepção real do que é estereótipo, modelo e elaboração. É o diálogo socrático, com toda a energia de Sócrates para descobrir através das palavras os significados, e algo mais do que isso, porque a dialética na vida moderna precisa ser feita por homens que têm que explorar tanto o ambiente como a mente humana.

Há, por exemplo, uma grave disputa na indústria do aço. Cada lado divulga um manifesto cheio dos mais altos ideais. A única opinião pública que merece respeito nesta fase é a opinião que insiste na exigência que uma assembléia seja convocada. O lado que diz que sua causa é suficientemente justa para ser contaminada pela assembléia tem pouca simpatia, uma vez que não há tal causa em qualquer outro lugar entre os mortais.

14. Cf. cap. 20.

Talvez aqueles que se oponham à assembléia não digam exatamente isso. Talvez eles digam que o outro lado desviou-se em demasia; e que eles não podem apertar as mãos dos traidores. Tudo o que a opinião pública pode fazer então é organizar uma audiência por funcionários públicos para ouvir a prova do desvio. Não se pode considerar a palavra do militante para isso. Mas suponha que uma reunião seja aceita e que haja um presidente neutro que tenha concordado em chamar os especialistas consultores da corporação, do sindicato, e, digamos, do Ministério do Trabalho.

O perito Gary afirma com absoluta sinceridade que seus homens são bem pagos e não trabalham excessivamente, e então continua a descrever a história da Rússia desde os tempos de Pedro o Grande até o assassinato do czar. O Sr. Foster se levanta, afirma com igual sinceridade que os homens foram explorados, e então continua a descrever a história da emancipação humana desde Jesus de Nazaré a Abrahão Lincoln. Neste momento o presidente pede a seus assessores da inteligência as tabelas salariais a fim de substituir as palavras “bem pagos” e “explorados” por uma tabela mostrando o que as diferentes classes ganham. O perito Gary pensa que eles são todos bem pagos? Sim, ele pensa. O Sr. Foster pensa que eles são explorados? Não, ele pensa que os grupos C, M e X é que são explorados. O que lhe faz pensar que eles são explorados? Ele quer dizer que eles não recebem um salário mínimo. Eles recebem, responde o Perito Gary. O que um homem pode comprar com aquele salário?, pergunta o presidente. Nada, diz o Sr. Foster. Tudo o que ele precisa, diz o Perito Gary. O presidente consulta os orçamentos e as estatísticas de preços do governo¹⁵.

Ele sentencia que X pode receber um salário médio, mas que C e M não podem. O Perito Gary notifica que ele não considera as estatísticas oficiais corretas. Os orçamentos são muito altos, os preços têm caído. O Sr. Foster também adverte. O orçamento é muito baixo, os preços subiram. O presidente sentencia que este ponto não está dentro da jurisdição

15. Veja o artigo “The Cost of Living and Wage Cuts,” no *New Republic*, 27/07/1921, por Dr. Leo Wolman, para uma brilhante discussão do uso inocente de tais figuras como “pseudoprincípios”. O alerta é de particular importância porque vem de um economista e estatístico que tem feito muito para melhorar a técnica das disputas industriais.

do encontro, que os números oficiais são aceitos, e que os especialistas do Perito Gary e do Sr. Foster precisam apresentar seus apelos aos comitês existentes das agências federadas de inteligência.

Nós estaremos arruinados se nós modificarmos estas escalas salariais, pondera o Perito Gary. O que você quer dizer com estar arruinado? pergunta o presidente. Apresente seus dados. Não, eles são privados, diz o Perito Gary. O que é privado não nos interessa, diz o presidente, e, portanto, declara ao público anunciando que os salários dos trabalhadores nos grupos C e M são tal-e-tal muito abaixo do salário mínimo oficial, e que o Perito Gary declina aumentá-los por razões que ele recusa declarar. Depois de um procedimento deste tipo, uma opinião pública laudatória¹⁶ pode existir.

O valor da mediação do especialista não é que ele estabelece uma opinião para coagir as partes, mas que ele desintegra a militância. Talvez o Perito Gary e o Sr. Forster tenham suas convicções iniciais e permanecido tão pouco convencidos de quando eles começaram, muito embora tivessem que falar de diferente maneira. Mas todos os demais que não estiveram pessoalmente envolvidos evitaram se envolver. Pois os estereótipos utilizados e os *slogans* aos quais seus reflexos tão rapidamente respondem são por este tipo de dialética paralisados.

4

Em muitos assuntos de grande importância, e em graus variados entre diferentes pessoas para questões mais pessoais, os fios da memória e da emoção estão entrelaçados. A mesma palavra conotará certo número de diferentes idéias: emoções são deslocadas das imagens às quais elas pertencem para nomes que parecem ser os nomes destas imagens. Nas partes da mente que não submetemos à crítica há uma vasta quantidade de associações onomatopaicas por mero tinido, contato e sucessão. Há ligações emocionais esporádicas, há palavras que foram nomes e são máscaras. Nos sonhos, devaneios e pânico, nós revelamos alguma desordem, suficiente para ver como a mente inocente é composta, e como ela se comporta

16. Como utilizado pelo Sr. Lowell em seu *Public Opinion and Popular Government*.

quando não disciplinada pelo esforço de alerta e resistência externa. Vemos que não há mais ordem natural do que num velho sótão empoeirado. Há freqüentemente alguma incongruência entre fato, idéia e emoção como deve haver numa casa de ópera. Se todos os armários fossem esvaziados numa pilha e todos os vestuários misturados, de forma que Madame Butterfly no vestido de Valquíria esperaria liricamente pelo retorno de Fausto. “Na maré de Natal”, diz um editorial, “velhas memórias comovem o coração. Ensinamentos sagrados são lembrados de novo como se os pensamentos voltassem à infância. O mundo não parece ser tão ruim graças à mistura de recordações meio-felizes, meio-tristes de entes amados agora com Deus. Coração algum fica intocado por sua misteriosa influência... O país é um favo de mel com propaganda vermelha... mas há um bom estoque de cordas, músculos e faróis... enquanto este mundo se move o espírito da liberdade queimar no peito do homem”.

O homem que descobriu estas frases em sua mente precisa de ajuda. Ele precisa de um Sócrates que separará as palavras, que o examinará até que ele as tenha definido e torne as palavras nos nomes das idéias. Faça-as significar um objeto particular e nada mais. Pois estas tensas sílabas se conectaram em sua mente por associação primitiva, e são embrulhadas juntas por suas memórias de Natal, sua indignação como um conservador, e suas emoções como herdeiro de uma tradição revolucionária. Algumas vezes o emaranhado é tão grande e antigo para ser revelado rapidamente. Às vezes, como na moderna psicoterapia, há camadas sobre camadas de memória chegando até à infância que têm que ser separadas e nomeadas.

O efeito de nomeação, isto é, de dizer que os grupos de trabalhadores C e M, mas não X, são mal pagos, ao invés de dizer que o trabalhador é explorado, é incisivo. Percepções recobrem sua identidade, e a emoção que elas despertam é específica, uma vez que ela não é mais reforçada por grandes e acidentais conexões com tudo, desde o natal até Moscou. Uma idéia desenredada com um nome próprio, e uma emoção que tenha sido escrutinada, está sempre muito mais disponível à correção por nova informação no problema. Foi embutida em toda a personalidade, tinha afiliações de alguma espécie com todo o ego: um desafio que reverbera

através de toda a alma. Depois de ter sido plenamente criticada, a idéia não é mais *eu* mas *que*. Foi objetivada, está à distância do braço. Seu destino não está ligado ao meu destino, mas com o destino do mundo exterior sobre o qual estou atuando.

5

Re-educação deste tipo ajudará a trazer nossas opiniões públicas em rede com o ambiente. Esta é a maneira através da qual o enorme aparato de censura, estereotipia e dramatização pode ser liquidado. Onde não há dificuldade em saber qual é o ambiente relevante, o crítico, o professor, o físico, podem revelar a mente. Mas onde o ambiente é tão obscuro ao analista como a seu aluno, nenhuma técnica analítica é suficiente. O trabalho de inteligência é necessário. Nos problemas políticos e industriais o crítico como tal pode fazer qualquer coisa, mas a menos que possa contar em receber dos repórteres especialistas uma imagem válida do ambiente, sua dialética não pode ir longe.

Portanto, embora aqui, como na maioria das outras questões, “educação” é o remédio supremo, o valor desta educação dependerá da evolução do conhecimento. E nosso conhecimento das instituições humanas é ainda extraordinariamente pequeno e impressionista. A coleta de conhecimento social é, de uma forma geral, ainda acidental; não, como terá que se tornar, um acompanhamento normal da ação. E ainda que a coleta de informação não seja feita, pode-se estar certo para os fins de seu derradeiro uso. Será feito porque a moderna decisão requer que seja feito. Mas à medida que está sendo feito, se acumulará, e se constituirá para as escolas numa imagem conceitual do mundo. Quando aquela imagem toma forma, a educação cívica pode tornar-se uma preparação para tratar com um ambiente invisível.

Como modelo operacional do sistema social torna-se disponível ao professor, pode ser utilizado para fazer o estudante agudamente consciente de quanto sua mente trabalha com fatos não familiares. Até que tenha tal modelo, o professor não pode esperar preparar os homens plenamente para o mundo que encontrarão. O que ele pode fazer é prepará-los para enfrentar aquele mundo com muito mais sofisticação em suas

próprias mentes. Ele pode, pelo uso do método de caso, ensinar ao aluno o hábito de examinar as fontes de sua informação. Ele pode ensiná-lo, por exemplo, a procurar em seu jornal pelo lugar onde o despacho foi feito, pelo nome do correspondente, o nome da agência, a autoridade dada pela declaração, as circunstâncias nas quais a declaração foi obtida. Ele pode ensinar o aluno a perguntar-se se o repórter viu o que ele descreve, e a lembrar como o repórter descreveu outros eventos no passado. Ele pode ensiná-lo o caráter da censura, da idéia de privacidade, e fornecê-lo com o conhecimento da propaganda passada. Ele pode, pelo uso adequado da história, torná-lo consciente do estereótipo, e pode educar o hábito da introspecção sobre as imagens evocadas nas palavras impressas. Ele pode, através de cursos de história comparada e antropologia, produzir uma realização de toda uma vida da forma como os códigos impõem um padrão especial sobre a imaginação. Ele pode ensinar os homens a se verem fazendo alegorias, dramatizando relações e personificando abstrações.

Ele pode mostrar aos estudantes como ele se identifica com estas alegorias, como ele se torna interessado e como seleciona a atitude, heróica, romântica, econômica que ele adota enquanto mantém uma opinião particular. O estudo do erro não é somente o mais alto grau de profilaxia, mas serve como uma estimulante introdução de sua própria subjetividade, e nós descobrimos como é estimulante estudar a verdade. À medida que nossas mentes tornam-se mais profundamente conscientes de nossa própria subjetividade, descobrimos o gosto de um método objetivo que não está de outra forma lá. Vemos vivamente, como normalmente não deveríamos, o enorme dano e a crueldade casual de nossos preconceitos. E a destruição do preconceito, embora doloroso no início, devido a sua conexão com nosso auto-respeito, dá um imenso alívio e um orgulho especial quando é bem-sucedido. Há um aumento radical no raio da atenção. À medida que as categorias atuais se dissolvem, uma versão simples, difícil do mundo se esfacela. A cena torna-se viva e rica. Segue daí um incentivo emocional para a apreciação afetiva do método científico, que de outra forma não é fácil mobilizar, e é impossível manter. Preconceitos são tão mais fáceis e mais interessantes. Pois se você en-

sina os princípios da ciência como se eles tivessem sido sempre aceitos, suas principais virtudes como a disciplina, que é a objetividade, os tornará estúpidos. Mas ensiná-los como vitórias sobre as superstições da mente, e a alegria da perseguição e conquista, pode levar o aluno a superar a difícil transição de sua própria experiência à fase onde sua curiosidade amadureceu e sua razão adquiriu paixão.

28 O apelo à razão

1

Escrevi, e depois joguei fora, vários finais para este livro. Sobre todos eles pendia a fatalidade dos últimos capítulos, no qual cada idéia parece encontrar seu lugar, e todos os mistérios, que o escritor não esqueceu, são elucidados. Em política o herói não vive feliz para sempre, ou põe fim a sua vida de uma forma perfeita. Não há capítulo de conclusão, porque o herói em política tem mais futuro a sua frente do que há história registrada atrás de si. O último capítulo é meramente um lugar onde o escritor imagina que o leitor polido começou a olhar furtivamente seu relógio.

2

Quando Platão chegou ao ponto onde se tornou conveniente que sintetizasse, sua certeza tornou-se um medo do público à medida que pensou quão absurdo soaria dizer do que pensava sobre o lugar da razão na política. Aquelas sentenças no livro cinco de *A república* foram difíceis mesmo para Platão dizer; elas são tão íngremes e tão severas que os homens não podem nem esquecê-las nem viver por elas. Então ele faz Sócrates dizer a Gaucon que seria esmagado e “embebido em gargalhadas” por dizer “qual é a última chance que permitirá o Estado assumir a mais verdadeira forma”¹⁷. Pois o pensamento de que ele “desmaiaria se tivesse dito que isso não parecesse tão extravagante”, era que “até que os filósofos sejam reis, ou os reis e príncipes deste mundo tenham espírito e o poder da filosofia, e a grandeza política e a sabedoria juntem-se num só [...] cidades nunca cessarão de adoecer [...] nem a raça humana...”

17. *A república*, livro V, 473.

Difícilmente ele teria dito estas palavras horríveis, quando se deu conta que elas foram um conselho de perfeição, e sentiu-se embaraçado da grandeza inacessível de sua idéia. Então ele se apressa a acrescentar que, naturalmente, “o verdadeiro piloto” será chamado “um tagarela, sonhador, um bom inútil”¹⁸. Mas esta saudosa admissão, embora o projetasse contra seja lá o que fosse o equivalente grego da acusação de que lhe faltava senso de humor, forneceu uma humilhante legenda a um pensamento solene. Ele se torna desafiador e alerta Adeimantus de que precisa “atribuir a falta de utilidade” dos filósofos “à falta daqueles que não sabem utilizá-los, e não para si próprios. Os pilotos não deveriam solicitar humildemente aos marinheiros serem comandados por ele – aquela não é a ordem da natureza”. E com este gesto altivo ele apressou-se a pegar os instrumentos da razão e desapareceu na academia, abandonando o mundo a Maquiavel.

Então, no primeiro grande encontro entre a razão e a política, a estratégia da razão era aposentar-se com raiva. Mas enquanto isso, à medida que Platão nos conta, o navio estava no mar. Devem ter havido muitos navios no mar desde que Platão escreveu, e hoje em dia, se nos tornamos mais sábios ou tolos em nossa crença, não podemos mais chamar um homem de verdadeiro piloto simplesmente porque ele sabe como “prestar atenção ao ano, às estações, ao céu e às estrelas e ventos, e seja lá mais o que for que pertença a sua arte”¹⁹. Ele não pode desconsiderar nada que seja necessário para fazer aquele navio navegar adequadamente. Uma vez que há revoltosos a bordo, ele não pode afirmar: quanto pior para nós todos... não está na ordem da natureza que eu enfrente um motim... não está na ordem da filosofia que eu considere um motim... Eu sei como navegar... Não sei como navegar um navio cheio de marinheiros... e se eles não vêem que eu sou o homem que pilota, não posso ajudar. Vamos todos às rochas, eles serão punidos por seus pecados; eu, com a segurança que conhecia melhor...

18. *Ibid.*, livro VI, 488-489.

19. *Ibid.*, livro VI, 488-489.

3

Seja lá quando for que façamos um apelo à razão na política, a dificuldade nesta parábola retorna. Pois há uma dificuldade inerente em utilizar o método da razão para tratar com um mundo pouco razoável. Mesmo se eu supor com Platão que o verdadeiro piloto sabe o que é melhor para o navio, você tem que lembrar que isso não é tão fácil de reconhecer, e que esta incerteza deixa uma grande parte da tripulação hesitante. Por definição a tripulação não sabe o que sabe, e o piloto, fascinado pelas estrelas e os ventos, não sabe como fazer a tripulação dar-se conta da importância do que ele sabe. Não há tempo durante o motim no mar para tornar cada marinheiro num juiz especialista para julgar os especialistas. Não há tempo para o piloto consultar sua tripulação e descobrir se ele é realmente tão brilhante como pensa que é. Pois a educação é uma questão de anos, a emergência uma questão de horas. Seria plenamente acadêmico, então, dizer ao piloto que o verdadeiro remédio é, por exemplo, uma educação que dotasse os marinheiros de um melhor sentido de evidência. Você pode dizer aquilo somente aos capitães de navios em terra seca. Nesta crise, o único conselho é utilizar um revólver, ou fazer um discurso, fazer uso de um *slogan* agitado, oferecer um compromisso, empregar qualquer meio rápido disponível para dominar o motim, sendo o senso de evidência o que seja. É somente no solo onde os homens planejam muitas viagens, que eles podem pagar, e precisam, para sua salvação, tratar com aquelas causas que levam muito tempo para serem removidas. Eles estarão tratando por anos e gerações, não somente em emergências. E nada colocará uma pressão maior sobre o bom senso deles que a necessidade de distinguir a crise falsa das verdadeiras. Pois quando há pânico no ar, com uma crise sobrepondo-se rapidamente a outra, perigos reais misturam-se com medos imaginários, não há chance alguma pelo uso construtivo da razão, e qualquer ordem logo parece preferível a qualquer desordem.

É somente sob a premissa de certa estabilidade num longo prazo de tempo que os homens podem esperar seguir o método da razão. Isso não é porque a humanidade é inepta, ou porque o apelo à razão é visionário, mas porque a evolução da razão em assuntos políticos está somente no seu início. Nossas idéias racionais em política são ainda amplas, generali-

dades miúdas, muito abstratas e pouco refinadas para a direção prática, exceto onde os agregados são amplos o suficiente para eliminar a peculiaridade individual e exibir amplas uniformidades. Razão em política é especialmente imatura em prever o comportamento dos homens individuais, porque na conduta humana a menor variação inicial frequentemente se transforma na mais elaborada das diferenças. Isso, talvez, é porque, quando nós tentamos insistir somente no apelo à razão ao tratar com situações repentinas, caímos na gargalhada.

4

A marcha na qual a razão, como a possuímos, pode fazer progredir a si própria é mais lenta do que a marcha na qual a ação nos obriga a tomar. No presente estado da ciência política há, portanto, a tendência para uma situação se transformar noutra, antes que a primeira seja plenamente compreendida, e assim tornar a crítica política uma percepção tardia e nada mais. Tanto na descoberta do que é desconhecido, e na propagação do que tem sido provado, há uma diferença de tempo, que precisa, num grau muito maior do que já foi, ocupar o filósofo político. Nós começamos, principalmente sob a inspiração do Sr. Graham Wallas²⁰, a examinar o efeito de um ambiente invisível sobre nossas opiniões. Nós ainda não compreendemos, exceto um pouco pela regra geral, o elemento do tempo na política, embora influencie muito diretamente a praticabilidade de qualquer proposta construtiva²¹. Nós podemos ver, por exemplo, que de alguma maneira a relevância de qualquer plano depende da duração do tempo que a operação requer. Devido a duração do tempo dependerá se a informação, que o plano supõe como dado, permanecerá na verdade

20. Graham Wallas (1858-1932), cientista político inglês e psicólogo, integrou a Sociedade Fabiana (1886) e foi o autor de um dos *Fabian Essays*. Em 1914, tornou-se professor e cientista político da Universidade de Londres. Estudou a influência de fatores políticos na política e advogou a idéia do governo ser constituído por pessoas treinadas. Escreveu a biografia de Francis Place (1898), e obras como *Human Nature in Politics* (1908), *The Great Society* (1914), *Our Social Heritage* (1921) e *The Art of Thought* (1926).

21. Cf. H.G. Wells nos capítulos iniciais de *Mankind in the Making*.

a mesma²². Há um fator aqui que homens realistas e experientes levam em conta, e ajuda a distingui-lo de alguma forma do oportunista, do visionário, do filisteu e do pedante²³. Mas exatamente como o cálculo do tempo entra na política não sabemos no momento em qualquer forma sistemática.

Até que possamos entender estas questões mais claramente, nós podemos ao menos lembrar que há um problema da máxima dificuldade teórica e consequência prática. Nos ajudará a cultivar o ideal platônico, sem partilhar sua dura conclusão sobre a perversidade dos que não ouvem a razão. É difícil obedecer a razão na política, porque você está tratando de fazer dois processos andarem juntos, que ainda têm uma andadura e um ritmo diferentes. Até que a razão seja sutil e particular, a luta imediata da política continuará a requerer uma quantidade de juízo natural, força, e fé improvável, que a razão não pode nem prover nem controlar porque os fatos da vida são indiferenciados de seus poderes de entendimento. Os métodos da ciência social são tão pouco aperfeiçoados que, em muitas decisões sérias e na maioria das casuais, não há ainda alternativa do que jogar com o destino como a intuição indica.

Mas nós podemos ter uma fé na razão numa daquelas intuições. Podemos usar nosso juízo e nossa força como pontos de apoio à razão. Atrás de nossas imagens do mundo podemos tentar ver a perspectiva de durações mais longas dos eventos, e onde quer que seja é possível escapar do presente urgente, permitir este tempo maior controlar nossas decisões. E ainda, mesmo quando existe esta vontade de deixar que o futuro conte, descobriremos outra e outra vez que nós não sabemos com certeza como agir de acordo com o que dita a razão. O número de problemas humanos no qual a razão está preparada a ditar é pequeno.

22. Quanto melhor for a análise corrente no trabalho de inteligência de qualquer instituição, menor a possibilidade, naturalmente, de que os homens se envolverão com os problemas de amanhã à luz dos fatos de ontem.

23. Nem todas, mas algumas das diferenças entre reacionários, conservadores, liberais e radicais devem-se, eu penso, a uma intuição intuitiva da taxa de mudança nos assuntos sociais.

5

Há, no entanto, uma nobre falsificação naquela caridade que vem do autoconhecimento e uma crença indiscutível de que nenhuma de nossas espécies gregárias está só em seu desejo por um mundo mais amigável. Tantas caretas que os homens fazem uns aos outros vão acompanhadas da vibração de seus pulsos, que nem todas são importantes. E onde tanto é incerto, onde tantas ações têm que ser levadas a cabo com base em suposições, a demanda nas reservas da mera decência é enorme, e é necessário viver como se o bem funcionasse. Não podemos provar em todas as instâncias que ela irá, nem por que o ódio, a intolerância, a suspeita, fanatismo, discrição, medo e mentira são os sete pecados mortais contra a opinião pública. Podemos somente insistir que eles não têm lugar no apelo à razão, que no longo prazo eles são um veneno; e defendendo nossa posição sobre uma visão de mundo que excede nossas próprias previsões, e nossas próprias vidas, podemos acarinhar um preconceito afetivo contra eles.

Podemos tornar isso melhor se não permitirmos o horror e o fanatismo nos impressionar tão profundamente que joguemos nossas mãos de forma impertinente, e percamos o interesse no longo prazo de tempo porque perdemos a fé no futuro do homem. Não há espaço para o desespero, porque todos os *ses* nos quais, como James afirmou, nosso destino depende, estão tão fecundos como nunca estiveram. O que temos visto de brutalidade, nós temos visto, e, porque isso era estranho, não era conclusivo. Tratou-se somente de Berlim, Moscou, Versalhes de 1914 a 1919, e não do Armagedon como retoricamente dissemos. Quanto mais realisticamente os homens enfrentem a brutalidade e a histeria, mais eles ganharão o direito de dizer que não é bobagem acreditar que só porque outra grande guerra aconteceu, aquela inteligência, coragem e esforço não poderão jamais produzir uma boa vida a todos os homens.

Embora enorme tenha sido o horror, ele não foi universal. Houve corruptos e houve incorruptíveis. Houve desordem e houve milagres. Houve enorme mentira. Houve homens dispostos a revelar este fato. Não é um julgamento, mas somente um estado de espírito, quando os homens negam o que alguns homens foram e em última instância o que

eles poderiam ser. Você pode se desesperar do que nunca ocorreu, de nunca ter tido três cabeças, muito embora o Sr. Shaw tenha evitado se desesperar mesmo por isso. Mas não pode entrar em desespero das possibilidades que poderiam ter existido pela virtude de qualquer qualidade humana que o ser humano exibiu. E se no meio de todos os males desta década você não viu homens e mulheres, momentos conhecidos que você gostaria de multiplicar, então nem mesmo Deus pode lhe ajudar.

EDITORIA

EDITORIA
VOZES

CULTURAL

Administração
Antropologia
Biografias
Comunicação
Dinâmicas e Jogos
Ecologia e Meio-Ambiente
Educação e Pedagogia
Filosofia
História
Letras e Literatura
Obras de referência
Política
Psicologia
Saúde e Nutrição
Serviço Social e Trabalho
Sociologia

CATEQUÉTICO PASTORAL

Catequese
Geral
Crisma
Primeira Eucaristia

Pastoral
Geral
Sacramental
Familiar
Social
Ensino Religioso Escolar

TEOLÓGICO ESPIRITUAL

Biografias
Devocionários
Espiritualidade e Mística
Espiritualidade Mariana
Franciscanismo
Autoconhecimento
Liturgia
Obras de referência
Sagrada Escritura e Livros Apócrifos

REVISTAS

Concilium
Estudos Bíblicos
Grande Sinal
REB (Revista Eclesiástica Brasileira)
RIBLA (Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana)
SEDOC (Serviço de Documentação)

Teologia
Bíblica
Histórica
Prática
Sistemática

VOZES NOBILIS

O novo segmento de publicações da Editora Vozes.

PRODUTOS SAZONAIS

Folhinha do Sagrado Coração de Jesus
Calendário de Mesa do Sagrado Coração de Jesus
Almanaque Santo Antônio
Agendinha
Diário Vozes
Meditações para o dia-a-dia
Guia do Dizimista

CADASTRE-SE

www.vozes.com.br

EDITORIA VOZES LTDA.

Rua Frei Luís, 100 – Centro – Cep 25.689-900 – Petrópolis, RJ – Tel.: (24) 2233-9000 – Fax: (24) 2231-4676 – E-mail: vendas@vozes.com.br

UNIDADES NO BRASIL: Aparecida, SP – Belo Horizonte, MG – Boa Vista, RR – Brasília, DF – Campinas, SP – Campos dos Goytacazes, RJ – Cuiabá, MT – Curitiba, PR – Florianópolis, SC – Fortaleza, CE – Goiânia, GO – Juiz de Fora, MG – Londrina, PR – Manaus, AM – Natal, RN – Petrópolis, RJ – Porto Alegre, RS – Recife, PE – Rio de Janeiro, RJ – Salvador, BA – São Luís, MA – São Paulo, SP

